

Tese de Doutoramento em Relações Internacionais

**A Política Externa da Rússia de Putin e o vetor africano: o caso angolano
(2000-2020)**

Sónia Isabel Leandro Sénica

Lisboa, julho de 2021

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Relações Internacionais, Estudos Políticos de Área, realizada sob a orientação científica do Professor Catedrático Nuno Severiano Teixeira

Às minhas filhas, Beatriz e Leonor

E

Aos meus pais, Madalena e Luís

AGRADECIMENTOS

A presente tese de investigação com vista à obtenção do grau de Doutor em Relações Internacionais é o culminar de um longo processo de investigação e a materialização de um sonho muito antigo que remonta aos tempos de estudante universitária do primeiro curso da licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Começo por manifestar a minha enorme gratidão, como aliás em todas as fases do meu percurso académico, ao meu orientador, o meu mentor, o Professor Nuno Severiano Teixeira, por nunca ter deixado de acreditar em mim.

Uma nota de agradecimento ainda aos meus amigos, dentro e fora da Academia, que além do apoio e motivação, sempre acreditaram em mim, independentemente dos meus momentos de incerteza. Sabem quem são.

Finalmente, e como os últimos são os primeiros na alma e coração, agradecer à minha família por todo o apoio, amor e carinho manifestados de forma incansável neste processo e a quem dedico este trabalho. De entre o núcleo alargado, um agradecimento muito especial cumpre ser feito, em primeiro lugar à Beatriz e à Leonor, minhas filhas e meus tesouros, e claro, à minha Mãe, meu pilar e referência e ao meu Pai, apoiante fervoroso e impaciente ao longo de todo o processo. Aos quatro dedico este trabalho de investigação.

A Política Externa da Rússia de Putin e o vetor africano: o caso angolano (2000-2020)

Sónia Sénica

RESUMO

Perante o anúncio da emergência de uma nova ordem internacional de cariz multipolar, onde os centros de poder e as zonas de influência estão a mudar e onde as forças centrípetas e centrífugas do sistema mundial passam muito por uma globalização económica e energética, a Federação Russa de Vladimir Putin pretende afirmar-se como uma potência global cujos tentáculos chegam a todos os lugares ainda que de forma residual. É nesse sentido que as atenções russas parecem virar-se de novo para o continente africano, em especial, pela importância que África tem vindo a adquirir na última década, sobretudo pelas suas potencialidades em termos económicos. Esta análise pretende particularizar, dentro do continente africano, a relação com Angola. Esta ponte parece deter múltiplos vetores, político-diplomáticos, económico-energéticos e culturais/educacionais. Perceber em que medida se desenvolve e qual o peso deste relacionamento pretende ser o objetivo deste trabalho de investigação.

PALAVRAS-CHAVE: Política Externa, Federação Russa, África, Angola

Putin's Russia Foreign Policy and the African Vector: the Angolan case

(2000-2020)

Sónia Sénica

ABSTRACT

Faced with the announcement of a new multipolar international order, where the centers of power and influence are changing and where the one of the centrifugal and centripetal forces of the world system are energy and economic globalization, the Russian Federation of Vladimir Putin intends to assert itself as a global power whose tentacles reach everywhere even in a residual form. It is in this sense that Russia's attention seems to turn up again for the African continent, in particular due to the importance that Africa has acquired over the last decade, especially for its potential in terms of natural resources. This analysis will attempt to demonstrate this in the relationship with the African continent, and particularly with Angola. This bridge seems to hold multiple layers, political-diplomatic, economic, energy and cultural/educational. Realize the extent to which it develops and the weight of this relationship is intended to be the goal of this research work.

KEYWORDS: Foreign Policy, Russian Federation, Africa, Angola

Índice de Quadros

Quadro 1 - Círculos concêntricos na Política Externa Russa de Putin	10
Quadro 2 - Modelos de formulação e decisão em política externa	15
Quadro 3 – Modelo de Análise	21
Quadro 4 – Conceito de Política Externa da Rússia de Putin	45
Quadro 5 - Conceito de Política Externa da Rússia de Putin: oportunidades e ameaças	48
Quadro 6 – Conceito de Política Externa da Rússia de Putin: vetores e dimensões	50
Quadro 7 -Índice de popularidade do Presidente Vladimir Putin (1999-2019).....	62
Quadro 8 - Quadro normativo e competências institucionais na política externa russa.....	63
Quadro 9 – Características da liderança e aparelho burocrático russos na política externa	71
Quadro 10 – Determinantes doméstico da Política Externa Russa	74
Quadro 11 – Conceito de Honra em Política Externa	76
Quadro 12 – Visitas Oficiais do Presidente russo a África (2000-2020)	100
Quadro 13 – Visitas Oficiais de Chefes de Estado Africanos à Rússia, 2015-2019.....	101
Quadro 14 - Trocas comerciais Rússia – África (\$)	103
Quadro 15 – Principais parceiros comerciais com a África Subsaariana (2018).....	105
Quadro 16 – Acordos Angola-Rússia em vigor	143
Quadro 17 – Principais exportadores de armamento para África	147
Quadro 18 – Armamento russo mais importado	148

Índice de Mapas

Mapa 1 - Projetos da Rússia em África.....	109
Mapa 2 - Países africanos importadores de armamento russo	147

Acrónimos

CEI	Comunidade de Estados Independentes
CPE	Conceito de Política Externa da Federação Russa
CSN	Conceito de Segurança Nacional
FLEC	Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda
FSB	Serviços de Segurança Federal
KGB	Serviços Secretos da URSS
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN/ NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
SVR	Serviços de Informações Estrangeiras
UE	União Europeia
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Índice

Introdução	1
Capítulo I - Enquadramento da tese de investigação	8
1.1. Relevância e problemática do objeto da tese	8
1.2. Quadro conceptual	11
1.3. A metodologia de investigação	18
1.4. Estado da Arte	22
Capítulo II - A política externa de Putin: atores, mecanismos e vetores	38
2.1. Os ciclos da política externa de Putin: europeu, asiático e o russo	40
2.2. Vetores e linhas estruturantes	44
2.3. Quadro normativo, decisores políticos e processo de formulação e implementação.....	60
2.4. O “interméstico” russo: os fatores endógenos e exógenos	68
2.5. Os conceitos de honra e neoimperialismo	75
Capítulo III - O vetor africano na política externa de Putin	82
3.1. O legado histórico	82
3.2. A política externa russa <i>vis-à-vis</i> o continente africano.....	97
Capítulo IV - A especificidade das relações russo angolanas	111
4.1. O legado histórico	111
4.2. A dimensão político-diplomática	141
4.3. A dimensão militar	146
4.4. A dimensão económica	150
Conclusão	153
Bibliografia	156
Anexos	168

Introdução

Com a queda do Muro de Berlim, a implosão da União Soviética e o conseqüente fim da Guerra Fria, a Rússia teve de redefinir a sua posição na política mundial. No entanto, as preocupações dos então líderes políticos residiam em primeiro lugar nas questões domésticas. Se, na década de 90, internamente o país tentou democratizar-se politicamente e fortalecer-se economicamente, no plano externo, a adaptação à nova realidade internacional parece ter ficado para um momento ulterior. A única preocupação externa que parece ser fator de continuidade residia e reside na eterna preocupação com o espaço securitário fronteiriço. Para a Rússia, a sua integridade territorial é vital e necessita de ser preservada em permanência. Na verdade, a eterna dualidade geográfica russa, que lhe confere uma especificidade única em termos territoriais, o “euroasianismo”, traduz-se no fato de se localizar entre a Europa Ocidental e a Ásia, numa espécie de pretendente eterno a ser fiel da balança entre mundos.

Com o novo milénio e a chegada ao poder de Vladimir Putin, considerado por muitos como o líder russo mais carismático, senão mesmo herdeiro de um certo estilo czarista, traduzido numa liderança forte, quer interna quer externamente, a política externa russa conhece novo fôlego. Com Putin, a Rússia começa a traçar um quadro de política externa próprio, na linha de continuidade ancestral, de posição internacional forte cujo alcance e influência transcendem fronteiras físicas. Cedo se percebe que a relação com a União Europeia (UE) será sempre ensombrada pela questão da Comunidade de Estados Independentes (CEI) e suas próprias opções externas, mais pró-europeias ou mais pró-russas. Seja pelo alargamento da UE a da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) até às portas da Rússia, seja pela perda de influência em antigos territórios soviéticos.

Motivada por esta preocupação e pela tentativa recorrente de contrariar a ordem mundial liderada pelos Estados Unidos da América, a Rússia começa a estender a sua atuação a diferentes geografias, numa alusão clara, à ancestral ambição russa de estender o seu poder internacional. Assim, começa a ser dado grande enfoque não só às parcerias estratégicas com países asiáticos, com a China, como de verifica um reforço da presença em outras regiões do mundo, como é o caso dos países africanos e de entre os quais se encontra Angola. Na memória histórica dos atuais líderes africanos, persiste a importância que a Rússia teve nos processos de independência de algumas ex-colónias africanas, como no caso angolano, não só pelo apoio à luta armada ou pela ajuda diplomática, como também na formação dos altos quadros políticos à luz do então ideário soviético. Daí que seja de particular relevância tentar compreender o grau e tipo de relacionamento entre estes países na atualidade, seja pela afinidade existente entre as

suas lideranças políticas, seja pelas relações diplomáticas estabelecidas, pelos acordos assumidos, sobretudo, no plano económico, ou até mesmo pela mera atribuição de bolsas a jovens universitários angolanos possibilitando a sua formação académica nas melhores universidades russas (*Soft Power*)¹.

A temática que o presente trabalho de investigação pretende abordar, do regresso ou não ao continente africano e do enfoque dado a este relacionamento da política externa com Putin e, no caso particular, das relações russo-angolanas nas últimas décadas, nomeadamente entre 2000 e 2020, pretendendo ser um contributo para a área das Relações Internacionais. E procura-se assumir, desde logo, a intenção de encetar uma investigação contínua e atual sempre que tal seja possível, seja pela inclusão de novos dados ou recurso a novas fontes, uma vez que se verifica uma quase inexistência de literatura sobre o tema.

Tratar-se-á de um exercício motivado pela coragem dos primeiros passos que sejam dados pela presente investigação, tendo em mente um fio condutor de clareza, objetividade, veracidade e enriquecimento académico, pretende-se traçar uma avaliação da especificidade deste relacionamento bilateral, com base numa análise histórica e analítica e o devido enquadramento teórico no âmbito da área em questão, no caso o quadro teórico de Análise de Política Externa, recorrendo a uma metodologia adequada, qualitativa e de análise das declarações e documentos oficiais, focando as várias dimensões que compõem o mesmo objeto de análise: aspetos políticos, diplomáticos e económicos.

“A Rússia detém uma política externa aberta, previsível e pragmática determinada por seus interesses nacionais”². De acordo com o Conceito de Política Externa da Federação Russa, aprovado em 2008, o *mainstream* da sua ação externa passa pela intenção de manutenção do *status quo* por parte da Rússia de Putin enquanto *global player* na nova ordem mundial que está a formar-se. Algo que parece manter-se intacto até à mais recente versão aprovada em 2016.

Depois do colapso da URSS e do fim da ordem em vigor, os anos 90 acarretaram uma série de alterações profundas no âmbito político e social russo. Transformações essas que exigiram uma atenção redobrada no plano interno com a tentativa de democratização russa, a destabilização económica e com os focos de tensão causados pela guerra da Chechénia.

¹ Nye, J., (2005), “Soft Power: The Means To Success In World Politics”, Public Affairs.

² The Foreign Policy Concept of the Russian Federation, Approved by Dmitry A. Medvedev, President of the Russian Federation, on 12 July 2008 in: <http://www.mid.ru> (última consulta em 20 de setembro de 2020).

Na verdade, é apenas com a chegada ao poder de Vladimir Putin em 2000 – uma nova geração de líderes detentores de um novo vigor, mas conservadora no que concerne os princípios orientadores políticos russos de sempre – que a Rússia vira a sua atenção para fora. A esfera de influência de outrora nos países vizinhos que compõem o atual espaço pós-soviético e a relação com a União Europeia começam a suscitar melindres, a necessidade de contrabalançar o poder norte-americano e ter uma posição relevante na eterna questão do Médio Oriente persiste ou a parceria estratégica com a China, são matérias que ocupam os decisores políticos do Kremlin.

Porém, com o *turning point* do 11 de Setembro de 2001 a Federação Russa aproveita para retirar daí o devido proveito não apenas numa aproximação clara ao Ocidente, entenda-se aos EUA, na luta internacional contra o terrorismo, como também para os seus problemas internos de nacionalismos causadores de instabilidade e oposição à liderança de Moscovo.

É nesta constante adaptação às mudanças ocorridas no mundo que a Rússia desenvolve uma política externa pragmática e reativa. Tal como um elástico que consoante seja mais ou menos esticado tem maior ou menos folga, também as oscilações nas posições russas adotadas variam de grau e intensidade, mas com a tónica permanente no papel do Estado russo e da sua relação com os demais Estados. Exemplos de uma intensidade elevada e de uma menor folga são o caso do conflito na antiga Jugoslávia, da Guerra na Geórgia em 2008, da anexação da Crimeia em 2014 ou da intervenção militar na Síria em 2015.

Voltando a sua atenção para o xadrez internacional e tentando contrariar a ordem unipolar centrada nos EUA ou a emergência de outros *players* como a China ou a Índia, o continente africano, que concentra em si mesmo muita da atenção mundial, ganha importância crescente aos olhos russos, sobretudo em termos económicos. África do Sul e Namíbia em termos de África Subsaariana e dentro desta, no seio dos PALOP, Angola, são Estados com os quais a Rússia quer manter vivo o relacionamento. Ao legado histórico existente juntou-se agora o interesse económico e cultural russo face a esses países. A Rússia da última década tem encetado contactos e diligências com maior regularidade, não apenas no plano diplomático, mas também no plano comercial.

“Em 2007, o relatório de actividades do Ministério Russo dos Negócios Estrangeiros dava conta de um novo dinamismo que começa a aparecer no desenvolvimento das relações

amigáveis já existentes entre África e a Rússia”³. Nos últimos anos, temos assistido ao reatar do relacionamento institucional. Recorde-se a visita do Presidente Medvedev a África (Egipto, Nigéria, Namíbia e Angola) em 2009, a primeira depois de um período de interregno considerável. Assistimos também a visitas oficiais de líderes de países africanos a Moscovo, caso do Presidente Angolano, José Eduardo dos Santos, em 2006, do Presidente da África do Sul, Jacob Zuma, em 2010 ou do Presidente do Uganda, Yoweri Museveni, em 2012. Por outro lado, a presença cada vez mais sentida das empresas russas em território africano em sectores chave como a energia devido aos recursos e matérias-primas existentes fazem com que a interdependência sustente este regresso a África.

Mas perante o que parece tratar-se de uma nova fase de regresso, há investigadores que colocam a seguinte questão: “Mas como deverá a Rússia desenvolver um bom relacionamento com África?”⁴ E é, na verdade, a grande formulação a fazer nesta matéria. Num quadro multipolar de Estados, sob a égide das Nações Unidas, onde o pragmatismo e o respeito pelo outro impera, que postura deve assumir a Rússia? Que papel cabe aos parceiros africanos? As relações têm ou não têm dinâmicas e geometrias diferenciadas? São apontados aspetos positivos e negativos para um bom relacionamento: por um lado, a falta de enquadramento legal das muitas declarações de intenções realizadas em determinados momentos, apontam a falta de um Fórum Rússia-África e há um problema de imagem por parte da Rússia no continente que se sobreponha à economia de mercado importada de outros Estados ocidentais, há também o problema do racismo russo e dos ataques sofridos pelos estudantes africanos em solo russo. Razões suficientes para minar um relacionamento que se pretende amigável, igualitário e proveitoso.

A seu favor, a Rússia parece ter o facto de ter sido uma apoiante convicta da descolonização, acresce a isto o facto de a elite política e económica africana ter estudado na sua maioria em solo russo e a sua ligação ao país ser grande e conseqüentemente facilitadora de *networking*, além da indústria do armamento tão cara aos países em causa.

Nesta medida, quer os agentes económicos, quer os agentes políticos ou até mesmo culturais, servirão os interesses nacionais na promoção da relação Rússia-África. De acordo

³ Aras, B; Fidan, H..(2010), “The Return of Russia-Africa Relations”, in: *Bilig*, nº52, Ahmet Yesevi University Board of Trustees, pp.47-68, in: <http://yayinlar.yesevi.edu.tr/files/article/322.pdf>, (última consulta em 7 de maio de 2020).

⁴ Idem.

com estudos recentes, “a Rússia precisa de África, tanto quanto África precisa da Rússia”⁵. Mecanismos como o perdão da dívida africana contrabalançam com o objetivo russo de querer ser a potência mundial em produção e economia de mercado e da importância que a capacidade nuclear ainda detém para si.

De acordo com o documento base da política externa russa aprovado em 2013 pelo Presidente Vladimir Putin, para a concretização dos seus no plano externo, a Rússia irá fazer uso do seu *soft power*, que define como “um conjunto de instrumentos de solução de desafios da política externa com o uso de potencialidades da sociedade civil e técnicas humanitárias e outros métodos e tecnologias alternativos à diplomacia clássica.”⁶ Mais do que nunca a Rússia “fará a corte” aos países que considere vitais para a sua influência no continente africano. “O mesmo documento reserva à Rússia um papel extraordinário, consolidado ao longo de séculos, de ser um fator de equilíbrio nos assuntos internacionais e no desenvolvimento da civilização mundial.”⁷

Assim, a Rússia parece travar uma batalha por um sistema multipolar por contraponto ao sistema unipolar dos EUA. Encontrar novos aliados ou reatar velhas amizades torna-se, portanto vital. Para tal, a Rússia mostra-se disposta a encetar relações amigáveis com países que suportem a mesma causa. Numa postura de pragmatismo, a Rússia tenta gerir de forma bem-sucedida os interesses divergentes em diferentes regiões com os países que pretende ter um relacionamento mais próximo. Um dos seus investimentos a longo prazo pode ter sido a sua relação com a União Africana, uma forma de ultrapassar divergências e ganhar um único interlocutor, algo difícil de conseguir por vezes em questões de política externa, mas vital muitas vezes para se chegar a um consenso ou atingir soluções. Por seu turno, neste relacionamento, África tem tentado gerir a sua posição recorrendo à questão energética como instrumento de política externa. Além do peso que a indústria de armamento detém nesta relação.

Há quem fale mesmo que o “novo mapa” da política externa russa exige melhores relações com os países africanos. A presença russa em África terá de passar por uma solução mais

⁵ Aras, B; Fidan, H. (2010), “The Return of Russia-Africa Relations”, in: *Bilig*, nº52, Ahmet Yesevi University Board of Trustees, pp.47-68, in: <http://yayinlar.yesevi.edu.tr/files/article/322.pdf>, (última consulta em 7 de maio de 2020).

⁶ “Rússia adota novo conceito de política externa”, *Gazeta Russa*, 10 de janeiro de 2013, in: http://gazetarussa.com.br/articles/2013/01/10/russia_adota_novo_conceito_de_politica_externa_17163.html (última consulta em 16 de julho de 2019).

⁷ Idem.

consistente e organizada permitindo, em última instância, a prossecução dos interesses nacionais russos. Ficar fora do jogo numa altura de tendência de crescimento da importância de África poderia perigir a sua manutenção no jogo do xadrez internacional.

Em termos internacionais, e para os Estados Unidos da América, a Rússia parece continuar a ser o “Outro” no tabuleiro de xadrez mundial, havendo mesmo quem apelide esta posição de “russofobia”. Tomando em consideração o trajeto histórico da relação entre os dois países, cujos marcos são irrefutáveis no delinear da história recente da política internacional – desde o sistema bipolar da Guerra Fria à atual nova ordem mundial com a ascensão de novos atores de peso no plano mundial -, percebe-se uma eternização da comparação da Rússia atual à União Soviética, numa alusão a uma espécie de neo-sovietismo. Segundo alguns estudiosos, esta “narrativa da autocracia neo-soviética”, é apoiada em grande medida pelos media norte-americanos e serve para legitimar a identidade dos Estados Unidos por reflexo no espelho. De acordo com os mesmos, a herança da Guerra Fria ainda persiste na mente da opinião pública americana e assim, a realidade russa serve de contraponto à sociedade norte-americana assim como e sobretudo do lado russo (Tsygankov, 2015)⁸.

Tendo em conta a problemática abordada no presente trabalho de investigação, optou-se por dividi-lo em quatro capítulos. Logo no primeiro capítulo apresentam-se as motivações que levaram à escolha do objeto de estudo, as vicissitudes metodológicas, bem como se refere o contributo que pretende trazer para a área das Relações Internacionais tendo em conta o Estado da Arte e o interesse que poderá despertar para a Academia. Nesta fase inicial, é apresentado o enquadramento conceptual escolhido e as razões que suscitaram essa mesma escolha, mediante o qual a análise do objeto de estudo é vista sob a lente da Análise de Política Externa, numa ótica mais particular de análise ao nível da liderança e da burocracia. Uma abordagem que permite olhar para o sistema interno russo e articular o mesmo com as suas opções em matéria de política externa ao longo destes últimos 20 anos.

O segundo capítulo dedicar-se-á à abordagem do quadro teórico à política externa de Putin, nomeadamente considerando como níveis de análise escolhidos quer a liderança do presidente russo, quer a importância do seu círculo político próximo, permitindo articular em que medida o ambiente doméstico e o plano externo estão interligados, complementando a análise com dois

⁸ Tsygankov, A. (2015), “Nobody loves Russia: how western media have perpetuated the myth of Putin’s neo-soviet autocracy”, EUROPP, 17 de agosto, in: <http://blogs.lse.ac.uk/europpblog/2015/08/17/nobody-loves-russia-how-western-media-have-perpetuated-the-myth-of-putins-neo-soviet-autocracy/> (última consulta em 7 de outubro de 2019).

conceitos considerados fundamentais ao longo do processo decisório e de legitimação da ação externa russa: “honra” e “neoimperialismo”, nomeadamente as propostas de reflexão de Andrei Tsygankov e de Andrea Grigas respetivamente. Além da compreensão do quadro normativo e do processo de tomada de decisão na política externa russos, será ainda feito um mapeamento dos principais vetores, conceitos, linhas estruturantes e ciclos da política externa da Rússia desde que Putin chegou ao poder até 2020.

O terceiro capítulo é dedicado ao vetor africano no quadro da política externa da Federação Russa pós-2000, nomeadamente, dinâmicas, intenções e ações políticas. Além do enquadramento histórico, serão elencados os desenvolvimentos que marcam e fundamentam a atenção e ação russa no continente africano nas últimas duas décadas.

No quarto capítulo, é abordado o estudo de caso russo-angolano nas suas várias dimensões, político-diplomática, militar e económica, além do enquadramento histórico, permitindo traçar um quadro global de análise ao relacionamento entre a Rússia e Angola no período considerado e avaliar o papel do mesmo.

A tese encerra, com algumas considerações finais sobre o atual momento russo remetendo para uma proposta de resposta à problemática da presente tese, quer da pergunta de partida, quer das questões derivadas. Tratar-se-á de encerrar com uma reflexão final que visa tentar compreender em que medida foi significativa ou não a ação política externa russa em África ao longo das duas décadas aqui consideradas e, em particular, perceber qual a estratégia russa para África.

CAPÍTULO I

Enquadramento do objeto da tese

1.1. Relevância e problemática do objeto da tese

No quadro global das linhas estruturantes da política externa russa, perceber qual o peso do vetor africano e, em particular de Angola, é o objetivo da presente investigação. Em que medida o interesse russo face ao continente africano, no período temporal aqui considerado, se mantém, tentando compreender as várias facetas desta dinâmica, é o que nos propomos realizar. Para tal, são aqui consideradas as variáveis política, diplomática, económica e militar no quadro do relacionamento com vista a aferir não apenas o dinamismo do mesmo, mas ainda a sua importância em matéria de política internacional.

Após um período conturbado de transição na década de 90, aos poucos, a Rússia emerge como um país a reivindicar para si o estatuto de potência global e a opor-se à ordem internacional unipolar de hegemonia norte-americana. A sua política internacional, de cariz cada vez mais pragmática e assertiva, adota contornos de pretensões consideradas de neo-imperiais (Grigas, 2016)⁹, sobretudo aquando da sua intervenção militar na Geórgia em 2008, onde reclama para si a defesa dos interesses russos para justificar a mesma. É nesta fase da política externa russa que conceitos como o de “interesse nacional” e o de “espaço vital” no que concerne o espaço pós-soviético começam a ser materializados em ações externas.

Mantendo enorme reticência política ao possível alargamento das organizações internacionais da ordem liberal americana, NATO e UE, para junto das suas fronteiras terrestres, a Rússia começa cada vez mais a adotar uma postura externa cada vez mais multivectorial, na qual a sua linha de alianças e parcerias estratégicas começa a estender-se a outras regiões do mundo, entre as quais, o próprio continente africano.

Perceber que mais além do que meros constrangimentos de uma economia fragilizada pela transição política e social após a implosão da URSS, em que medida esta mudança de paradigma na política externa russa com Vladimir Putin poderá justificar este novo fôlego no relacionamento russo-africano. Verificando-se uma nova atenção dedicada a África por parte da Rússia, em que medida se trata de continuidade ou progresso.

⁹ Grigas, A. (2016), “Beyond Crimea: The New Russian Empire”, Yale University Press, London.

Os laços com África remontam a tempos antigos, mas o reconhecido grande impacto ocorreu aquando do apoio soviético à luta independentista dos movimentos de libertação africanos contra o colonialismo imperial do ocidente. No período da Guerra Fria e no quadro de um sistema internacional bipolar cujas dinâmicas de poder se refletiram no conceito de “guerra fria quente” em solo africano, um dos seus expoentes máximos foi o teatro angolano. Em Angola, a URSS saiu vitoriosa nas suas pretensões e mostrou que era possível contrariar a outra superpotência, no caso, os Estados Unidos da América.

Angola, um país com características muito particulares no quadro africano, detentora de amplos recursos naturais em matéria sobretudo de gás e petróleo e, portanto, em matéria económica uma potência regional em aspiração, mantém, no entanto, uma posição internacional deficitária por força de um sistema político e social débil, fruto de uma longa guerra civil fraturante e destruidora e de um governo centralizado, personalizado e alegadamente corrupto. Um país que celebrou recentemente os seus 45 anos de independência sob a liderança política do presidente da República, João Lourenço, o terceiro desde 1974.

A escolha do relacionamento russo-angolano deve-se ao facto de se pretender uma abordagem de análise da política externa de Putin pela via da cooperação em detrimento ao habitualmente feito modelo de análise comparativa pela via do antagonismo e, nessa medida, contribuir para uma nova forma de abordagem. Por outro lado, por se tratar de um tema tendencialmente pouco estudado, sentido até mesmo pela pouca atenção dedicada ao tema, nomeadamente pela dificuldade sentida em encontrar bibliografia sobre a temática do relacionamento russo-angolano, pareceu ser um objeto passível de interesse.

Tendo como problemática de partida a análise da política externa da Rússia sob a liderança de Putin e de entre esta perceber qual o papel do vetor africano e o peso do relacionamento russo-angolano, foram identificados alguns objetivos secundários: i) elencar os principais vetores e dinâmicas da política externa russa entre 2000 e 2020; ii) mapear a dimensão política, económica e militar russa em África nesse período e iii) aplicar esse quadro de análise à relação com Angola até à atualidade.

A Federação Russa e a República de Angola encetam um relacionamento particular no quadro micro do continente africano no pós-Guerra Fria e num quadro macro ao nível da política externa russa, cuja melhor analogia nos permite remeter para uma espécie de círculos concêntricos, interligados entre si, mas cujo grau de importância de cada um deles advém do menor ou maior afastamento do centro, entenda-se, da própria Federação Russa.

Quadro 1

Círculos concêntricos na Política Externa Russa de Putin



fonte: elaboração própria com base nas várias fontes utilizadas e na concepção de importância atribuída a cada vetor/área regional aos longo dos últimos 20 anos

Ao analisar a política externa russa dos últimos vinte anos, de uma perspectiva russa, podemos verificar que a importância atribuída aos vários vetores emana do centro (Rússia) e, nessa medida, a proximidade geográfica revela-se importante (Espaço pós-soviético), bem como a afirmação permanente por contraponto a “Outro” (Ocidente), oscilando entre as suas facetas europeia e asiática (Ásia alargada) e promovendo uma agenda política de projeção de grande potência global (Médio Oriente, África e logo depois a América Latina).

1.2. Quadro conceptual

A opção de enquadramento conceptual da nossa investigação recaiu pela Análise da Política Externa por entendermos ser a melhor forma de tentar compreender o relacionamento russo-angolano, nomeadamente o processo de formulação e implementação da política externa de Putin, recaindo a opção nos níveis de análise da liderança e da burocracia russas, pela especificidade de governação centralizada e vertical do regime russo, bem como do quadro normativo existente, de forma a permitir criar uma moldura teórica que permita fundamentar as decisões e ações adotadas e, em última instância, perceber a relevância do vetor africano e no âmbito do mesmo de Angola para a Federação Russa nos últimos 20 anos.

A abordagem escolhida é também aqui assumida como eclética com recurso a vários modelos não considerados como alternativos, mas antes complementares, bem como à consideração dos vários ambientes (nomeadamente doméstico e internacional), permitindo não apenas incidir o foco nos principais decisores políticos e na legitimação das suas decisões por meio de um aparelho burocrático criado para esse efeito como, em paralelo, é dada relevância à interdependência entre o plano doméstico e a política externa como forma de justificar os vários ciclos de atuação e posicionamento internacionais da Rússia de Putin por se considerar existir uma relação clara entre necessidade de legitimação da ação governativa russa perante as ações e posições externas adotadas.

Como refere Mendes (2007)¹⁰, compreender e explicar o comportamento dos Estados no quadro amplo das relações internacionais parece ser pois da maior relevância. Em termos epistemológicos, há a salientar a existência de algumas rupturas paradigmáticas por via de vários debates decisivos à abordagem tradicional da Análise da Política Externa enquanto subcampo da área das Relações Internacionais. Assim na abordagem tradicionalista, fortemente influenciada pela teoria realista, adianta-se que a política externa dos Estados enquanto atores unitários e analíticos na prossecução do que consideram ser o interesse nacional, lutam pelo poder num sistema internacional anárquico, assumindo-se a dicotomia entre política externa e política interna, sendo a primeira essencialmente uma política de segurança e de defesa face ao exterior.

¹⁰ Mendes, Pedro (2007), “A Raiz e o Fruto na Análise da Política Externa dos Estados: uma Perspetiva Eclética”. In: *Relações Internacionais* 16, 129-144, 2007

Por sua vez, e de acordo com o mesmo autor, para a corrente behaviorista ou escola científica encabeçada por Richard Snyder, Bruck e Burton Sapin¹¹, tentou dotar-se a política externa de uma abordagem mais compreensiva centrando a sua análise no processo de formulação da decisão e no comportamento dos decisores políticos neste processo. Ainda contendo algumas fragilidades reconhecidas em termos operacionais, serviu para uma reorientação fundamental na análise da política externa, e tornou-se um marco primordial das Relações Internacionais na medida em que o objeto de estudo deixa de ser o Estado e passam a ser os decisores humanos com as suas percepções e as fontes internas da política externa. Assim, o carácter dinâmico da política externa advém não apenas da importância dos fatores internos em política externa como do próprio processo de decisão. Este último emerge como um filtro entre aspetos endógenos e exógenos que influenciam as decisões tomadas. Assim, compreender a razão da decisão (porquê) passa por conhecer o processo através da qual é formulada (como).

Ainda para Mendes (2007), há duas outras problemáticas que pertencem à teorização da Análise da Política Externa. A questão da racionalidade e a questão da importância das percepções. A primeira remete para os modelos de decisão racional oriundos da teoria económica, na qual o decisor opta pela escolha que irá maximizar as expectativas dos benefícios e minimizar os prejuízos. A sua maior fragilidade, refere o autor, é que nem sempre os decisores políticos detêm toda a informação necessária para optar pela decisão de maior utilidade. Por sua vez, adianta, surge a célebre proposta de Graham Allison¹², mediante a qual se apresenta a estreita ligação entre a conceptualização e a análise de um caso particular, nomeadamente, no carácter decisivo das diferentes abordagens à análise da política externa por meio de três paradigmas: o modelo do ator racional, no qual os decisores agem de acordo com a busca do interesse nacional, centrando o seu foco na escolha governamental; o modelo do processo organizacional, no qual se refere a importância do governo enquanto contexto da organização política mediante o qual são enviados “inputs” e “outputs” resultando na formulação da política externa; e o modelo de política burocrática, no qual são considerados vários atores que tomam decisões governativas de acordo com as suas lutas políticas, onde contrariamente à perspectiva tradicional, se conclui a impossibilidade de dissociar a política interna da política externa,

¹¹ Snyder, R.; Bruck, H. e Sapin, B. (org.) (2002), “Foreign Policy Decision-Making (Revisited)”, New York, Palgrave-Macmillan.

¹² Allison, Graham T. Allison, “Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis”, The American Political Science Review, Volume 63, Issue 3 (Sep., 1969), 689-718.

assumindo-se a origem interna da política externa, onde os diversos atores agem de acordo com as suas concepções de interesses nacionais, organizacionais e pessoais.

Relativamente à problemática das perceções, Mendes avança que remete para a importância dos fatores ideológicos e percetivos dos decisores políticos e da forma como influenciam as decisões de política externa. Neste caso, o que determina o comportamento dos atores é a sua imagem do mundo, do seu país e do sistema internacional, e não da realidade em si mesma. Nesta linha salienta-se os trabalhos de Boulding, R. Keohane e J. Goldstein e de Max Weber¹³. Pela súpula da qual o comportamento dos decisores é influenciado pelas suas ideias, crenças e valores, é crucial para se entender os acontecimentos da política internacional e defende-se que as ideias tal como os interesses podem explicar a ação humana e as políticas adotadas.

Ainda segundo o autor, servido as ideias de guias comportamentais dos Estados, estipulam motivações éticas e morais de ação construindo as várias visões do mundo. Por outro lado, refere, a mudança pode ocorrer motivada pelo aparecimento de novas ideias e novos princípios normativos que darão origem a uma nova agenda política e conseqüentemente a um novo rumo da política externa. Na atual tendência eclética em Análise de Política Externa, refere, existe a conjugação da vertente empírica com a conceptual, consolidando-se cada vez mais três pressupostos analíticos fundamentais: i) os ambientes em que os decisores políticos operam proporcionam oportunidades e constrangimentos e explicam objetivos e ações políticas; ii) toda a decisão em política externa deve ser considerada como um processo em detrimento de algo estático inserindo-se num quadro temporal e espacial que é condicionado pela interação do ambiente interno e externo e iii) em política externa qualquer decisão ou ação não pode ser dissociada da sua faceta política, de tentar alcançar um determinado objetivo por via de opções e escolha colocada aos decisores políticos.

Assim, tendo em conta que a política externa detém um elevado grau de complexidade, a própria definição deste subcampo das Relações Internacionais não se afigura consensual (Freire, 2011)¹⁴. Tradicionalmente um domínio exclusivo dos Estados, na atualidade, a formulação da política externa não é linear, revelando o carácter co-constitutivo das dimensões interna (doméstica) e externa (internacional) de todo o seu processo. Ainda de acordo com a mesma autora, a Análise da Política Externa advém do cruzamento de fatores internos e externos para os processos de definição, decisão e implementação de políticas. O carácter

¹³ Como o caso da teoria da liderança carismática abordada por Max Weber no ensaio “The Three Types of Legitimate Rule”, tradução de Hans Gerth para Berkeley Journal of Sociology, 1953.

¹⁴ Freire, Maria Raquel (2011), Coord, “Política Externa - As Relações Internacionais em Mudança”, Imprensa da Universidade de Coimbra, p.p.9-54.

multinível da política externa advém, refere, das dinâmicas que lhe estão associadas desde os decisores políticos, as estruturas institucionais, a definição da agenda, escolha dos instrumentos, processo decisório e prossecução dos objetivos.

Sendo uma ferramenta essencial dos atores no sistema internacional, a política externa tem propiciado o debate agente/estrutura e a questão da prevalência de um sobre o outro tem sido fundamental. Nesta relação são várias as abordagens teóricas propostas que apontam para a relação bi-dimensional entre as dimensões interna e externa (Rosenau, 1996 e 1969) e o peso de cada uma dessas dimensões no processo de formulação e na priorização da agenda de política externa (Neck et al, 1995; Saideman e Ayres, 2007; Keohane e Nye, 2000; Waltz 1979). Por outro lado, existem outras propostas de análise, avança Freire, que remetem para uma maior subjetividade no processo de decisão de política externa, nomeadamente, para a valorização das crenças, valores, atitudes e motivações remetendo para a discussão do papel e características individuais do decisor bem como o quadro ideológico em que as decisões são tomadas (Carlsnaes, 2003; Houghton, 2007; Jorgensen, 2006; Snyder et al, 1954).

Enquanto abordagem teórica, adianta Freire (2011), a Análise da Política Externa remonta ao final da II Guerra Mundial e nomeadamente com o aparecimento de três trabalhos distintos que estabeleceram os pressupostos teóricos basilares da disciplina, caso de Richard Snyder, Henry Bruck e Burton Sapin (1954); Harold e Margaret Sprout (1956) e James Rosenau (1966). O primeiro dos quais aponta o decisor humano como o principal determinante da ação do Estado, tornando o conhecimento das especificidades dos indivíduos envolvidos nas decisões de política externa crucial para a compreensão das escolhas, dando-se enfoque aos processos de decisão e às estruturas dos grupos responsáveis pelas mesmas; o segundo identifica como fundamental a relação entre o meio percecionado pelos decisores políticos e o meio no qual as decisões são implementadas; fazendo a distinção entre os vários ambientes procura compreender a dimensão cognitiva dos decisores (crenças, valores, atitudes, emoções, estilos e perceções); e com o terceiro surge a análise multinível e multicausal da complexidade da política externa, dando-se ênfase à análise dos eventos de política externa.

A autora adianta ainda que diferentes pressupostos e diferentes determinantes estão na base dos diferentes modelos teóricos existentes para compreender os eventos políticos internacionais e refere que ao que o processo de decisão e formulação diz respeito podem ser elencados os seguintes modelos teóricos explanados no quadro seguinte.

Quadro 2

Modelos de formulação e decisão em política externa

	Ator racional	Organizações Burocráticas	Pequenos Grupos	Líderes
Atores envolvidos na decisão de política externa	Estado age como decisor racional único	Organizações burocráticas formais do Estado	Pequeno número de indivíduos junto da liderança	Líderes individuais
Dinâmicas do modelo de decisão	Identificar interesse nacional; Identificar opções; Análise custo/benefício das opções; Escolher a política que melhor serve o interesse nacional	Organizações agem com base em processos estandardizados; Interesses determinados pela organização a que pertence; Negociações para determinar política.	Interação dinâmica entre os diversos membros do grupo; <i>Group think</i> ; Imposição de solução; Internalização; Compromisso negocial	Decisão resultante da escolha individual; Apreciação subjetiva da situação; Processos cognitivos
Origens e fontes teóricas	Teoria da utilidade esperada	Teoria organizacional; Sociologia das burocracias; Política burocrática	Psicologia social; Sociologia dos pequenos grupos	Psicologia cognitiva; Dissonância cognitiva; Dinâmica psicológica

fonte: modelos, atores e dinâmicas de política externa propostos por Maria Raquel Freire e Luís da Vinha¹⁵

No caso da presente investigação, a inicialmente assumida posição eclética de abordagem complementar-se-á pelo foco na questão da liderança, da burocracia e na interligação ambiente doméstico/ambiente externo como níveis de análise adotados. A razão desta escolha prende-se não somente com o carácter de enorme complexidade que detém a política internacional, como ainda pela especificidade que encerra a política externa em foco. Tratando-se da política externa do líder russo, Vladimir Putin, que assumiu funções como

¹⁵ Freire, M. R; Vinha, L. da; “Política externa: modelos, atores e dinâmicas” in Freire, Maria Raquel (2011), Coord, “Política Externa - As Relações Internacionais em Mudança”, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 23.

presidente da Federação Russa em 2000, com um estilo de governação personalizada e centralizada e cujo processo de decisão e formulação consagrado no quadro normativo e aparelho político existente (burocracia) legitima a sua posição externa, numa correlação permanente entre a política interna e as ações externas adotadas.

A questão da racionalidade será também brevemente afluída, mas não numa perspectiva tradicionalista na qual o Estado surge como entidade unitária e monolítica que persegue o interesse nacional pela via de uma racionalidade com vista a preservar a sua soberania e integridade face a possíveis agressões externas. Pelo contrário, será aqui considerada uma certa racionalidade abordada apenas e na condição de dizer respeito ao líder, a subjetividade inerente ao decisor humano, o “ideal da racionalidade analítica” (George, 2006)¹⁶, no sentido de haver uma seleção do que o líder considera ser o interesse nacional russo e da avaliação que faz da conjuntura interna e internacional, das vantagens e desvantagens no momento em que as decisões externas são formuladas ao mais alto nível e implementadas por via de um aparelho burocrático político-diplomático, militar e até económico. Para complementar a nossa visão eclética e holística de análise, será também abordada a questão da interligação entre ambientes de atuação remetendo-se para a interligação entre ambiente doméstico e externo, permitindo não apenas perceber os fatores endógenos como exógenos que influenciam a ação externa do Estado russo como também demonstrar que as condições internas são indissociáveis da política externa russa e para tal aqui será seguida não apenas a linha teórica proposta por Putnam (1988)¹⁷ com a sua metáfora do *two-level game*, como ainda o “interméstico” russo proposto por Freire (2017)¹⁸ na linha dos “intermestic affairs” de Manning (1977)¹⁹.

De acordo com Hudson (2008)²⁰ e como avança ainda Freire (2011), dada a própria fluidez da política internacional contemporânea a necessidade de renovação em termos analíticos da disciplina de Análise da Política Externa impõe-se, ainda que se mantenha os compromissos teóricos particulares da sua origem pelo facto de ainda hoje se demonstrarem relevantes para a compreensão da complexidade da política internacional. E prossegue que pelo

¹⁶ George, A. L. (2006) citado por Renshon, J. ; Renshon, S. A. (2008), “The Theory and Practice of Foreign Policy Decision Making”, *Political Psychology*, Vol. 29, Nº4, Oxford, Blackwell Publishing Inc., p. 532.

¹⁷ Putnam, R. D. (1988), “Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games”, *International Organization*, Vol. 42, Nº3, The Mit Press, p.p. 427-460.

¹⁸ Freire, M. R. (2017), “Política Externa Russa no «Interméstico»: Uma abordagem construtivista”, R:I 55, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais

¹⁹ Manning, B. (1977), “The Congress, the Executive and Intermestic Affairs: three proposals”, in *Foreign Affairs*, Vol. 5, Nº2, 1977, p.p.306-322.

²⁰ Hudson, V. (2008), “The History and Evolution of Foreign Policy Analysis”, in Smith, S., Hadfield, A. e Dunne, T. (org), “Foreign Policy: Theories, Actors, Cases”, Oxford, Oxford University Press, p.p. 11-30.

seu carácter multidimensional, no quadro institucional, a política externa detém uma agenda densa (segurança, economia, ambiente, cultura, entre outros), razão pela qual os grupos (burocracia) surgem apoiando o líder no seu processo de formulação e decisão. Simultaneamente, as consideradas variáveis objetivas (localização geográfica, população, capacidade militar e económica) aliadas aos fatores subjetivos (motivações, valores e perceções) contribuem também para esse mesmo processo decisório.

Finalmente, conforme refere Freire (2011), não existindo assim uma definição absoluta e consensual de política externa, mas antes várias definições e pressupostos que comungam dos mesmos níveis de análise mas cujo enfoque destes é maior ou menor consoante a sua linha de abordagem, a autora avança com o seu entendimento de política externa enquanto “o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que os decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações”²¹. Esta definição de política externa parece-nos ser a que melhor se adequa ao caso particular da Rússia e, nesse sentido, é por nós partilhada.

Como refere Hill (2003)²², o maior desafio colocado à Análise da Política Externa é a perpétua mudança e, em termos teóricos, na atualidade, a maior questão que enfrenta é perceber se a política externa permanece central em termos de agência nas relações internacionais ou se, por outro lado, está progressivamente a ser desprovida de conteúdo. O mesmo autor argumenta também que mesmo que não esgotando o foco, a política externa é uma parte central do nosso entendimento das relações internacionais e necessita de deter um propósito, ser democrática, ética e ainda assim permanecer enraizada a uma sociedade em particular.

Ao subcampo da Análise da Política Externa também podem ser apontadas algumas fragilidades. De acordo com Smith (1986)²³, são cinco as fraquezas que evitaram a sua elevação a teoria. A primeira, desde logo, a busca por uma teoria geral, considerando-se à partida que se utilizando os mesmos conceitos, o mesmo método de recolha de dados, se testasse as mesmas hipóteses, levaria à emergência da teoria. A segunda, ligada à primeira, é relativa ao problema da análise quantitativa indutiva da política externa, havendo uma preocupação mais com a descrição do que com a explicação da ação dos atores tentando perceber a razão da sua ação.

²¹ Freire, Maria Raquel (2011), Coord, “Política Externa - As Relações Internacionais em Mudança”, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 18.

²² Hill, C. (2003), “The Changing Politics of Foreign Policy”, New York, Palgrave MacMillan. p.p.1-25.

²³ Smith, S. (1988), “Theories of foreign policy: an historical overview”, *Review of International Studies*, 12, p.p.13-29, Cambridge Journals.

Uma terceira fragilidade apontada remete para a dificuldade de desempenhar um trabalho cumulativo, não se testando as teorias já desenvolvidas. Em quarto lugar, surge a confiança surpreendente depositada na noção de interesse nacional, bastante popular ainda junto dos decisores políticos, podendo significar os mesmos assim o entenderem. Finalmente, em quinto lugar, refere-se à inabilidade em concordar com o que o estado é e em que consiste a política externa distinguindo-se da política doméstica. Segundo o autor, os analistas da política externa têm mudando frequentemente estas conceções, sendo as mesmas questões centrais para a identidade e para a sua forma de estudar as Relações Internacionais.

Smith avança ainda que, contrariamente a outros subcampos, na Análise da Política Externa há um maior impacto também ao nível do problema de estudar as Relações Internacionais como um todo. O que pode remeter, segundo ele, para o facto de a Análise da Política Externa se encontrar na interseção de quatro relevantes dificuldades epistemológicas, metodológicas e ontológicas que se aplicam a todas as áreas do estudo das Relações Internacionais. Em primeiro lugar, a dificuldade em se construir uma teoria do comportamento internacional, seguido de entender qual o real impacto do sistema internacional no comportamento dos Estados, depois perceber qual o papel exato dos indivíduos e, por último, o foco muitas vezes dado ao estado e ao conteúdo da política externa.

Segundo o autor, todas estas questões justificam as dificuldades particulares sentidas na raiz do desenvolvimento da Análise da Política Externa e a falta de consenso em torno da melhor forma de abordagem para levar a cabo o seu estudo. Para Smith, esta síndrome levou a que se apelidasse a Análise de Política Externa de “pseudociência” e não ocorre a transição do clamor de “ciência normal” para teoria geral. E, refere que, ainda que este manifesto falhanço tenha levado a uma perda considerável do *momentum* do objeto e resultado numa severa crise de identidade, a Análise da Política Externa tem vantagens a oferecer ao estudo das Relações Internacionais sobre outras abordagens, nomeadamente permitindo a análise e explicação do comportamento internacional dos Estados.

1.3. A metodologia de investigação

O objeto da presente investigação será analisado mediante o método indutivo através da abordagem qualitativa das fontes primárias e secundárias utilizadas. O cariz empírico de observação e análise da informação recolhida por via de fontes bibliográficas, primárias e secundárias sobre a temática, será complementado com a análise dos principais atores

(liderança e aparelho burocrático) e do processo de formulação e decisão da política externa russa, bem como das linhas estruturantes da ação externa russa das últimas duas décadas.

Os documentos oficiais obtidos nos Arquivos Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, recolhidos aquando da segunda visita de campo realizada a Moscovo, em abril de 2017, permite a utilização de alguma (pouca) correspondência diplomática oficial trocada entre as mais altas instâncias russas e angolanas no ano de 2000 e cuja cópia pode ser encontrada nos anexos desta tese. De salientar, ainda, a enorme dificuldade sentida na obtenção de autorização de acesso ao acervo diplomático russo e a impossibilidade de poder consultar para além do início do milénio com a justificação de não se encontrarem ainda abertos para consulta pública os documentos de anos seguintes devido ao necessário período de embargo por motivos de distanciamento histórico e de razões de sigilo de Estado.

Assim, a articulação será feita por recurso às fontes disponíveis existentes por recurso a dados publicitados por meio das páginas oficiais online das missões diplomáticas e dos meios de comunicação social angolanas, nomeadamente, discursos políticos ou declarações à imprensa dos principais decisores políticos angolanos, bem como de dados obtidos por via de outras entidades como é o caso do Instituto de Estudos Africanos da Academia de Ciências Russa ou do Banco Africano de Desenvolvimento.

Finalmente, foram ainda realizadas entrevistas quer a diplomatas portuguesas que estiveram em posto em Moscovo, caso do Embaixador Marcelo Curto, quer a académicos russos e militares russos na reforma que estiveram em missão no terreno angolano aquando da guerra da independência, casos do Professor Andrei A. Tokarev e do Professor Vladimir G. Shubin, para complementar a informação recolhida e pela importância atribuída à perceção na primeira pessoa de forma a se obter uma visão o mais abrangente e consolidada possível.

Assim, além dos dados recolhidos, da bibliografia consultada e das entrevistas realizadas, a metodologia adotada recaiu na análise no quadro de uma estrutura de enquadramento histórico tendo por moldura teórica a Análise de Política Externa, e dentro desta a liderança política apoiada na burocracia como níveis de análise escolhidos em articulação estreita com os considerados conceitos estratégicos de “honra” e de “neoimperialismo” que podem ser encontrados em diversos momentos dos últimos 20 anos na política externa de Putin como justificação de decisões e ações políticas levadas a cabo.

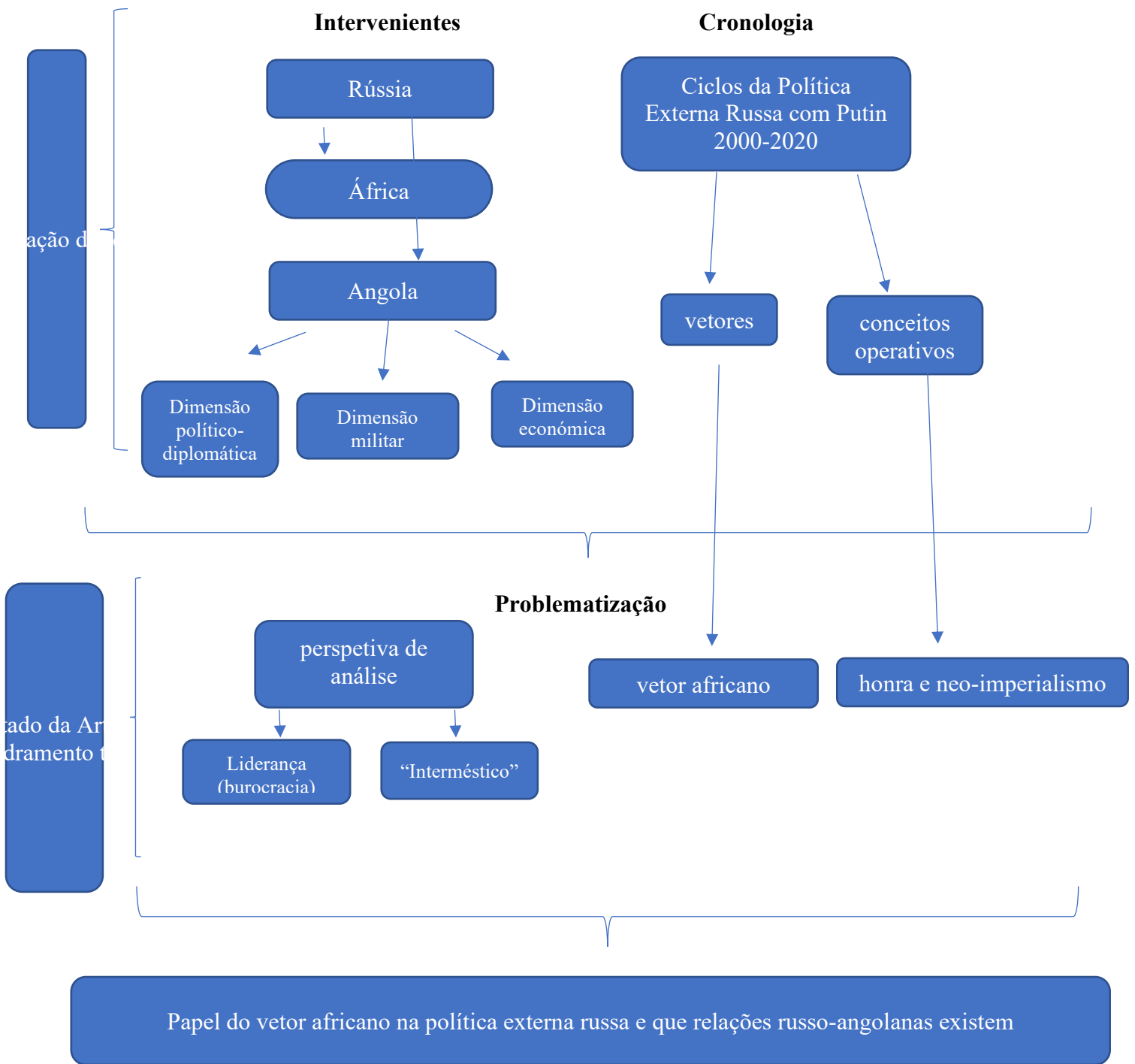
Nessa medida, o relacionamento russo-angolano entre 2000-2020 será aqui analisado por via do recurso à Análise de Política Externa, recaindo a escolha na liderança e aparelho burocrático de apoio como níveis de análise. Será tida em consideração a relevância dos decisores políticos russos no processo de formulação e no aparelho burocrático na sua

implementação e legitimação quer do regime, quer das decisões adotadas e ações realizadas. Convém reiterar tratar-se de uma observação pela perspetiva da Federação Russa face à República de Angola, não por força de assimetrias de poder ou *status quo*, mas antes recaindo esta linha de análise por se tratar de uma opção pessoal desde o princípio assumida por se considerar pertinente aproveitar os recursos russos obtidos em termos de informação e dados por contraponto ao lado angolano de pouca abertura e disponibilidade manifestadas desde o início.

O trabalho teórico visa analisar a parte empírica do processo de investigação, pela apresentação e análise qualitativa da informação recolhida, procurando dar resposta à questão de partida do presente trabalho: no quadro da política externa russa, entre 2000 e 2020, qual o papel do vetor africano e, dentro deste, que relações russo-angolas existem? Motivando três possíveis perguntas derivadas: i) Quais os principais vetores da Política Externa Russa entre 2000 e 2020?; ii) Em que medida decorreu o relacionamento com África? e iii) Qual a importância do relacionamento russo-angolano?

Tratando-se de um tema que remete para um período histórico recente acarreta com isso o peso da quase inexistência de produção científica escrita sobre o mesmo, a dificuldade em aceder a alguns arquivos – no caso, a ida ao Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros Russo só aconteceu depois de uns longos meses de espera por aprovação e o material trazido passou por um forte processo burocrático e seletivo da parte da entidade -, e a dificuldade sentida e confirmada em se obter fontes primárias ou entrevistas diretas a protagonistas ou dados úteis à investigação. Nesta altura, cumpre referir a enorme dificuldade sentida, sobretudo, no que concerne os contactos efetuados com a parte angolana, seja meio diplomático ou académico, em se obter sequer a possibilidade de travar um primeiro contacto pessoal, tanto em Lisboa, como em Luanda e finalmente em Moscovo. Esta vicissitude foi tentando ser colmatada com a obtenção de dados e informação por via indireta e com a motivação em mente. A elaboração desta tese visava a observação do objeto pela lente russa, ou seja, dar a perspetiva russa do relacionamento bilateral, enquadrando-o na importância atribuída ao vetor africano no quadro global da política externa russa recente.

Quadro 3
Modelo de análise



1.4. Estado da Arte

A problemática suscitada pelo presente objeto de estudo tem tanto de interessante, como de arriscado, ambos desde logo aqui assumido, permitindo o seu contributo para a área, deixando margem suficiente para uma continuação futura, seja pelo aparecimento de novo material passível de ser investigado ou por circunstâncias políticas e históricas que tal o suscitem.

Do existente trabalho dedicado ao vetor africano na política externa russa, destacamos o papel do Instituto de Estudos Africanos da Academia das Ciências de Moscovo, onde com carácter regular mantém viva a ponte entre africanistas russos e colegas africanos, por via de conferências, publicações e cursos. De entre eles, é inegável o papel de Vladimir Shubin, ex-militar e atual académico reconhecido desta área, assumido defensor do importante papel da Rússia no continente africano. Segundo o qual, o renovado interesse da Rússia por África nos anos mais recentes, a sua reemergência como ator africano significativo é um fenómeno recente e que tem suscitado pouca atenção por parte da academia. Para Shubin e Arkhangelskaya (2013), as relações Rússia-África, sobretudo em momentos como a 5ª Cimeira BRICS em Durban, África do Sul, em 2013, demonstram que os “interesses comerciais russos em África estão a crescer e a possibilidade oferecida de exploração de recursos naturais africanos é significativa para a economia russa”²⁴. África surge como um parceiro muito atrativo também pelo potencial que detém enquanto mercado escoador de bens e serviços de companhias russas. Uma importante fatia para colmatar a fragilidade da economia da Rússia nos tempos mais recentes. À questão económica, alia-se “um importante capital não material”, segundo os autores, que remetem para a assistência da Rússia ao povo africano na sua luta pela independência e na criação de indústria nacional e desenvolvimento de recursos humanos. A Rússia tem a oportunidade de tirar partido da vantagem destes laços e, especialmente segundo o autor, enquanto estiverem no poder elites africanas que tenham uma ligação próxima àquele país, nomeadamente as formadas em universidades soviéticas.

Shubin remete ainda o carácter particular deste relacionamento para uma espécie de evolução histórica do vetor africano na política externa da Rússia, dando especial ênfase sobretudo ao período da Guerra Fria e da luta armada dos movimentos de libertação nacional, onde o antagonismo entre as duas superpotências, Estados Unidos da América e União

²⁴ Shubin, Vladimir; Arkhangelskaya, Alexandra (2013), “Russia’s Africa Policy”, South African Institute of Global Affairs, nº157 in: https://saiia.org.za/wp-content/uploads/2013/11/saia_sop_157-_arkhangelskaya-Shubin_20131118.pdf (última consulta 13 outubro de 2018).

Soviética, se materializou numa “guerra quente”²⁵ no continente africano, onde por via indireta, apoiaram lados opostos em conflitos relevantes, dos quais o caso de Angola é flagrante.

Para este académico russo, ainda que a Rússia nunca tenha sido possuidora de colónias africanas, “a sua ligação histórica com o continente remonta a tempos antigos”, desde os navegadores e exploradores russos que visitaram terras em África, à abertura de consulados russos no Cairo e Alexandria no século XVIII, ao estabelecimento de relações diplomáticas em 1898 com países como Etiópia, África do Sul e Marrocos, pelos contactos mantidos após a Revolução Russa de 1917, passando pelo apoio dado por países como a Etiópia ou a África do Sul aliando-se à Rússia na luta contra os nazis na Segunda Grande Guerra Mundial.

Mais tarde, sobretudo a partir da década de 50, como adiantam Shubin e Arkhangelskaya (2013)²⁶, “os laços tornaram-se mais ativos, quando a Rússia, perante o clamor independentista do terceiro mundo, disponibilizou apoio à causa”, no qual se evidencia o apoio soviético dado ao movimento dos não-alinhados saído da Conferência de Bandung de 1955, numa posição anti-imperial clara de condenação do colonialismo, advogando a independência, soberania, integridade territorial e não ingerência nos assuntos internos dos novos países independentes. Mais, o autor, evidencia a posição russa declaradamente assumida aquando da realização do 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, no qual o líder partidário, Nikita Khrushchev, enfatiza de forma expressa a importância do “fim do sistema imperialista e refere o empenho da luta soviética contra o colonialismo”. Foi aliás de iniciativa soviética a Resolução adotada pelas Nações Unidas, em 1960, que resultou na Declaração de Garantia da Independência a Colónias e Povos²⁷, reiterando o compromisso russo nessa matéria.

Já na década de 80, os autores aludem às centenas de acordos nos vários domínios – económico, cultural e outros -, com países africanos. De entre os milhares de africanos que se formaram em universidades e institutos soviéticos, destaque para o antigo presidente angolano, José Eduardo dos Santos, para o antigo presidente moçambicano, Armando Guebeza e para o antigo presidente sul-africano, Jacob Zuma. Sem esquecer os acordos assinados entre a União

²⁵ Shubin, V. (2008), “*The Hot “Cold War” – The USSR in Southern Africa*”, University of Kwazulu-Natal Press, Pluto Press.

²⁶ Shubin, V. (2013); Arkhangelskaya, Alexandra, “Russia’s Africa Policy”, South African Institute of Global Affairs, nº157 in: https://saiaa.org.za/wp-content/uploads/2013/11/saia_sop_157-arkhangelskaya-Shubin_20131118.pdf (última consulta 13 outubro de 2018).

²⁷ Organização das Nações Unidas, Resolução 1514 (XV) de 14 dezembro de 1960, in: <http://www.un.org/en/decolonization/declaration.shtml> (última consulta em 18 de outubro de 2018).

Soviética com 37 países africanos em assistência técnica e económica e com quarenta e dois países africanos na área comercial.

Durante as décadas de 60 a 80, adianta Shubin e Arkhangelskaya (2013)²⁸, “a rivalidade entre as duas superpotências moldou as relações soviéticas com África”, ressaltando que o fator mais importante que motivou o seu empenho em África permaneceu o seu carácter anti-imperialista. Nesta medida, refere, “a União Soviética nunca encarou os seus amigos africanos como “proxies” ou “aliados juniores durante a Guerra Fria”. Em vez disso, avançam, “os movimentos de libertação nacional eram encarados como partes do mundo pela luta anti-imperialista”. Sendo a libertação nacional e o progresso social, conceitos consagrados na Constituição da URSS, um objetivo de política externa, para o académico esta era a base ideológica da política soviética que era francamente visível face a esses países. Por mais de três décadas, o apoio multifacetado soviético teve contornos de significativa importância na questão da independência nacional africana.

Com a dissolução da URSS em 1991, segundo os autores, “a situação mudou drasticamente e remeteu o vetor africano para um segundo plano”. Na verdade, com as mudanças sociais, económicas e políticas russas que se seguiram, sobretudo na década de 90 e sob a liderança de Boris Yelstin, para o autor, o Sul em geral e África, em particular, foram abandonados do seu papel de dimensão importante da política externa a favor de uma linha europeísta de cariz ocidental. Mas a ambição russa desse período em aproximar-se do Ocidente, numa espécie de tentativa de transição para adotar o modelo democrático e de economia de mercado aí existente, pensando na transferência de tecnologia e crédito financeiro que ajudasse à reforma do país, fez com que África perdesse cada vez mais importância. Dessa mudança resultou não apenas o encerramento de nove Embaixadas russas em solo africano, como ainda três Consulados, a maioria das missões comerciais e ainda vinte centros culturais, cuja primeira leitura redundava para o decréscimo do empenho nas relações diplomáticas com o continente africano.

O retraimento russo também se deveu, como referem, para as reformas impostas pelo Fundo Monetário Internacional à Rússia e que causaram um significativo retrocesso económico russo. Houve mesmo algumas vozes ocidentais, como refere, que manifestaram que o temor ocidental com uma Rússia capitalista vigorosa levasse a que tais propostas resultassem no seu enfraquecimento. E ainda que nesse período houvesse a ideia de que as antigas repúblicas

²⁸ Shubin, V.; Arkhangelskaya, Alexandra, (2013); “Russia’s Africa Policy”, South African Institute of Global Affairs, n°157 in: https://saiia.org.za/wp-content/uploads/2013/11/saia_sop_157-arkhangelskaya-Shubin_20131118.pdf

soviéticas competiam com os países africanos em matéria de ajuda e investimento ocidentais, a verdade é que a própria Rússia mantinha ainda a sua ajuda indireta financeira ao Ocidente. Mas de acordo com estes autores²⁹, o colapso financeiro da economia russa não é a única razão para o distanciamento face a África nesta altura. Referem também razões de ordem psicológica, nomeadamente, da parte da comunicação social e políticos pró-ocidentais que remetiam para o fardo demasiado pesado para a economia da Rússia a ajuda fornecida aos países africanos, apesar da cooperação soviética ter-se revestido de vantagens mútuas, o que motivou mesmo manifestações de xenofobia e racismo.

Mas o momento de mudança dar-se-ia a partir de 2000, com a chegada de Vladimir Putin às funções de presidente do país. Nesta altura, para Shubin e Arkhangelskaya (2013), a economia russa registou um crescimento confortável, com o aumento das reservas nacionais de moeda e ouro que permitiu ultrapassar a humilhação causada pela monitorização do Fundo Monetário Internacional. A confiança russa ficou sedimentada mais tarde aquando da adesão ao G7 em 1997 (tendo entretanto saído após a questão da Crimeia). A participação russa neste grupo privilegiado voltou a focar a sua atenção em África com a realização frequente de cimeiras ao mais alto nível e a elaboração de estratégias de cooperação. Ainda que dotando a Rússia de maior prestígio internacional, a pertença ao G7 implicava evitar danificar as boas relações tidas desde sempre com os parceiros africanos, tendo sido necessário gerir de forma algo delicada a sua relação com o continente africano na medida em que se juntou a um grupo de países que haviam sido colonizadores.

De uma maneira geral, “a mudança na linha de política externa russa a partir de aqui para um carácter multivectorial aliado à defesa de um mundo multipolar não reuniu em torno de si o desejado consenso”. Shubin e Arkhangelskaya (2013) evidenciam a resistência manifestada desde logo pela linha mais conservadora russa e de alguns políticos russos pró-ocidente que reclamavam um maior afastamento do Sul (e consequentemente de África) e o “fechar do anel” com a aproximação aos Estados Unidos da América, Japão e Europa Ocidental.

Mas a dinâmica da ação externa russa face ao continente africano foi ocorrendo ao longo dos anos. Sobretudo a partir de finais da década de 90 e início do milénio, a intensidade de contactos estabelecidos ao mais alto nível, por meio de visitas oficiais de Estado, mostrou a ênfase reforçado dado a este vetor.

²⁹ Shubin, V.; Arkhangelskaya, Alexandra, (2013); “Russia’s Africa Policy”, South African Institute of Global Affairs, n°157 in: https://saiia.org.za/wp-content/uploads/2013/11/saia_sop_157-_arkhangelskaya-Shubin_20131118.pdf

Uma derradeira fase, apontada ainda por estes académicos³⁰, emerge após os acontecimentos trágicos do 11 de setembro de 2001 que suscitou da parte do presidente russo a manifestação imediata de solidariedade e de apoio à luta contra o terrorismo internacional. E ainda que num primeiro momento esta concertação de posições pudesse dar fôlego a mais um *reset* com os Estados Unidos da América, na prática as relações bilaterais foram agravando, motivado sobretudo pela intenção de alargamento da NATO próximo à fronteira russa ou da instalação do sistema antimíssil norte-americano em continente europeu. Este afastamento fez com que a atenção russa se virasse para outras partes do mundo e na adesão do país a várias estruturas não-ocidentais, como é o caso da Organização de Cooperação de Xangai.

Além da análise aos documentos fundamentais da política externa e da segurança nacional russas, analisados mais à frente no presente trabalho, Shubin e Arkhangelskaya (2013) chamam a atenção para o estado das relações com África no importante documento *Survey of Russian Federation Foreign Policy*³¹ aprovado pelo presidente Putin em 2007. No qual, África surge como “uma das regiões mais problemáticas do mundo. A situação geral desfavorável no continente é caracterizada pela persistência de um número significativo de conflitos armados. Essencialmente, nos países africanos, continuarão os processos de ascensão do Estado e da construção nacional, complicados por velhas contradições interétnicas, pela luta pelo poder e pelos recursos, por uma crise crônica no âmbito socioeconômico, pela extrema pobreza da maioria da população, e não com pouca frequência – por interferência externa”. Aludindo-se ainda sobre o continente que “tem um grande significado para os processos políticos e económicos internacionais. [...]. Sem a participação ativa dos países africanos nos assuntos mundiais e na vida econômica internacional, não há como organizar uma cooperação frutífera e criar um sistema coerente e estável de segurança global baseado na primazia das normas legais universalmente reconhecidas”.

Pela importância atribuída àquele continente, segundo os autores, a expansão dos laços multifacetados com os Estados africanos vai ao encontro dos interesses russos e permite à Rússia ter um avanço na arena internacional ao empregar o vetor africano, tal como refere o documento agora citado: “o potencial de cooperação que foi acumulado nas décadas anteriores, incluindo os laços tradicionais com as principais elites dos estados africanos, a experiência de

³⁰ Shubin, V.; Arkhangelskaya, Alexandra, (2013); “Russia’s Africa Policy”, South African Institute of Global Affairs, nº157 in: https://saiia.org.za/wp-content/uploads/2013/11/saia_sop_157-_arkhangelskaya-Shubin_20131118.pdf

³¹ “Survey of Russian Federation Foreign Policy” (2007), visto documento já não encontrar disponível online, excerto citado por Shubin, Vladimir (2013); Arkhangelskaya, Alexandra, “Russia’s Africa Policy”, South African Institute of Global Affairs, nº157, p.p.10-11 in: https://saiia.org.za/wp-content/uploads/2013/11/saia_sop_157-_arkhangelskaya-Shubin_20131118.pdf

interação nos campos econômico, comercial, científico, tecnológico, investimento e outros, e as abordagens semelhantes para moldar um novo padrão mundial repousando nos princípios de igualdade de todos os Estados, diplomacia multilateral e respeito ao direito internacional como importantes pré-requisitos para a expansão da interação multifacetada. (...). Assim, é necessário buscar insistentemente formas de agilizar o diálogo com os países da África e suas organizações regionais e sub-regionais, principalmente a União Africana".

O retraimento russo em África, sobretudo nos anos de governação Yeltsin, motivado quer seja pelo declínio económico ou pela atenção demasiado virada para as questões internas, foi prontamente ultrapassado com esta mudança de conceção de uma nova política externa russa sob a liderança de Putin. Como refere Ogulturk³², a Rússia tem sabido projetar o seu *hard* e *soft power* como grande poder em África novamente. E, adianta, que apesar de África ainda não estar no centro da política externa russa, há um ímpeto renovado seja pelo aumento do comércio com aquela região, seja pela participação cada vez maior de forças armadas russas em operações de manutenção de paz no continente ou missões contra a pirataria no Golfo do Aden.

Com a reemergência russa como poder global com Putin, com interesses em todo o mundo e com o estatuto de África cada vez a suscitar maior atenção em termos geopolíticos, para o autor, parece ser cada vez mais evidente a sua natural busca por oportunidades e desafios naquela parte do globo. Focando a herança histórica na qual assenta esta ligação, com a evidência de três Rússias diferentes a lidar com África – Rússia Czarista, Rússia Soviética e Federação Russa -, refere ainda que o vetor africano tem permanecido como uma linha de continuidade na política externa russa, e mesmo tendo ocorrido um período de algum afastamento no pós-Guerra Fria com a década perdida de Yeltsin, mesmo assim, e com vista a alcançar o seu estatuto de potência global, a Rússia tem tentado dar maior impulso à dimensão africana da sua ação externa, sobretudo, como forma de contrapor a crescente influência chinesa no continente africano.

Ainda de acordo com Ogulturk, há várias razões que justificam o desenvolvimento das relações tradicionalmente amigáveis com os países africanos e que confirmam a importância de África para a Rússia. Desde logo, evidencia a intenção do presidente Putin, em 2006, de

³² Ogulturk, M. (2017), "Russia's Renewed Interests in the Horn of Africa as a Traditional and Rising Power", *Rising Powers Quarterly*, Volume 2, Issue 1, p.p.121-14 in: https://www.researchgate.net/publication/315336072_Russia's_Renewed_Interests_in_the_Horn_of_Africa_As_a_Traditional_and_Rising_Power (última consulta outubro de 2018).

alargar os laços económicos com aquele continente quando se tornou no primeiro líder russo a visitar a África Subsaariana. Este ato dotado de enorme simbolismo iria ser capitalizado no ano seguinte com o trabalho desenvolvido no seio do G8, dedicando especial atenção ao problema das questões energéticas como forma de solucionar a problemática do desenvolvimento africano. Outras manifestações políticas de amizade e ações de charme são frequentes no presidente russo para com os seus homólogos africanos, como argumenta o autor, como é o caso de ter a atenção de enviar felicitações aquando das celebrações do Dia de África.

Segundo refere ainda, mesmo ocupando uma posição pouco cimeira na lista de prioridades da política externa russa, é frequente na narrativa política russa e nos documentos basilares em política externa se manifestar a intenção de se reforçar as relações com os Estados africanos em várias áreas, tanto bilateral como multilateralmente, reiterando-se o objetivo de melhorar o diálogo político e promover o comércio benéfico para ambas as partes, num intuito de trilhar um caminho de cooperação compreensiva que sirva, não apenas interesses comuns, mas sobretudo para a paz e estabilidade do continente africano. Sobretudo após as intervenções militares russas pós-Guerra Fria – na Geórgia (2008), na Ucrânia (2014) e na Síria (2015) –, esta aproximação surge como forma de evitar o isolamento internacional russo.

No que à extensão de influência russa em África diz respeito, e para o autor, “um mecanismo de enorme importância é a estrutura dos BRICS”. Ainda que os BRICS tenham um papel significativo no acesso a África, a Rússia, como refere, tem de competir com outros grandes poderes, como a China, a Índia, os Estados Unidos da América ou a União Europeia, mesmo detendo ainda um lugar privilegiado junto dos atores emergentes africanos, como é o caso de Angola. Sem esquecer, adianta o autor, que apesar das oportunidades África é sempre um investimento arriscado em termos de negócio e a Rússia de hoje tem a sua atenção dividida por várias frentes. Os interesses russos, avança, revestem-se de um carácter cada vez mais abrangente, movendo o foco muito para além da mera parceria económica ou exploração de recursos naturais, abarcando áreas de interesse como questões humanitárias e securitárias. Cada vez mais, argumenta, há uma necessidade mútua entre a Rússia e África de forma a garantir a estabilidade dessa área regional com vista a acautelar a proteção e exploração mútua dos recursos existentes. Ainda para Ogulturk³³, a Rússia enquanto maior produtor e exportador de petróleo e de gás natural não tem necessidade de importar energia de África antes, e integrado

³³ Ogulturk, M. (2017), “Russia’s Renewed Interests in the Horn of Africa as a Traditional and Rising Power”, *Rising Powers Quarterly*, Volume 2, Issue 1, p.p.121-14 in: https://www.researchgate.net/publication/315336072_Russia's_Renewed_Interests_in_the_Horn_of_Africa_As_a_Traditional_and_Rising_Power (última consulta outubro de 2018).

na sua agenda energética e de influência política neste domínio, encontra maior benefícios na concertação de políticas com os parceiros africanos, o que, em última instância, poderá contribuir para uma melhoria da sua situação económica, fragilizada quer pela crise financeira de 2008, quer pela aplicação a si de sanções económicas. Aponta ainda que, no âmbito do estabelecimento de uma ordem internacional multipolar, objetivo a longo prazo da sua política externa, contrariando a influência desenfreada de forças globais em África, sobretudo dos Estados Unidos da América, é apresentada como um parceiro natural de apoio aos regimes africanos, sobretudo com o importante poder de veto que detém no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Segundo refere o autor, o poder de veto russo contra a imposição de possíveis sanções ou embargos a Estados africanos permite-lhe infiltrar-se, por exemplo, no mercado potencial do armamento militar. Logo após os Estados Unidos da América, a Rússia surge como o segundo maior exportador de armas a nível mundial. Esta porta de entrada, avança, tem sido aproveitada de forma exímia pela Rússia no restabelecimento de relações políticas, militares e económicas no continente africano. A fórmula “armas primeiro, negócio depois” tem sido utilizada de forma recorrente pela Rússia em África, caso do Sudão, Eritreia ou Somália.

O autor refere também que para contornar a ausência de instrumentos de *soft power* de outrora, como a ideologia comunista, a Rússia opta agora por uma ação política fundada numa narrativa de exportação de conceitos como “universalismo” ou “pragmatismo”. E, nessa medida, adianta que a “economização da política” ocupa um lugar primordial na política externa russa. Assim se percebe o passo significativo do perdão da dívida africana pela Rússia da ordem dos 16 mil milhões de dólares, herança soviética, em 2008.

No entanto, apesar de todas estas dinâmicas, conclui que a realidade ainda está muito aquém da intenção política russa manifestada, afastando África da prioridade política imediata num nível estratégico a longo prazo. Apesar disso, as tensões cada vez maiores entre a Rússia e o Ocidente podem criar as condições para uma presença russa cada vez maior no continente africano na busca de aliados e parcerias, sem esquecer as motivações inerentes à extrema dependência económica russa dos recursos naturais o que a obrigará a observar e acompanhar de perto os conflitos existentes em nome da defesa dos seus interesses. Por último, refere, a política anticolonial russa aliada à prontidão em adotar uma política de parcerias face aos Estados africanos cria condições para uma enorme vantagem política.

Outro fator relevante e de uma perspectiva africana, avança Pham (2014)³⁴, sobretudo para as elites no governo, “a relação com a Rússia é amplamente benéfica”. Além de se estar a negociar com um parceiro com o qual estão familiarizados desde os tempos da luta anticolonial, a aproximação à Rússia permite não permanecer demasiado dependente do investimento estrangeiro norte-americano ou do chinês. E o mais atrativo, considera este autor, é o facto de o apoio militar ou diplomático vir sem qualquer tipo de exigências ou condições de ordem política subjacentes como no caso americano ou europeu.

No foco da atenção internacional recente³⁵, esteve a alegada presença de civis russos em solo africano, pertencentes a uma empresa privada russa de segurança, denominados por “mercenários”, a participar de forma ativa em apoio ao presidente da República Centro Africana, Faustin Archange Touadera, numa guerra contemporânea com privatização do conflito (Marchal e Dubien, 2018)³⁶.

A alegação foi amplamente negada pelas autoridades oficiais russas, remetendo o Kremlin sempre e apenas para a celebração do acordo em matéria de expansão da cooperação militar entre os dois países que permite o apoio técnico-militar e o fornecimento de armamento. O Kremlin conseguiu reconhecer a oportunidade de, por esta via, reforçar a sua presença em África e, em particular, como ator político na resolução dos conflitos existentes, argumentando a sua política africana ser tendente à estabilização regional e de uma forma mais abrangente de luta contra o terrorismo internacional.

Ainda para ambos os académicos, a presença russa pode beneficiar ainda do desequilíbrio regional e retirar daí o reforço pretendido em matéria regional e em detrimento de outros atores habituais, como no referido caso, em detrimento da própria França, que foi totalmente ultrapassada no processo remetendo a sua posição para mera observadora do crescimento da presença russa no país. Uma outra leitura possível avançada é a possibilidade de assegurar a securitização de uma parte do território, sobretudo fértil em recursos apetecíveis,

³⁴ Pham, J. (2014), “Russia’s return to Africa”, Atlantic Council in: <http://www.atlanticcouncil.org/publications/articles/russia-s-return-to-africa> (última consulta outubro de 2018).

³⁵ Higgins, A. (2018), “Pushing Further into Africa, Russia Signs a New Military Accord”, NewYorkTimes de 21 de Agosto in: <https://www.nytimes.com/2018/08/21/world/europe/russia-central-african-republic-military-accord.html> (última consulta outubro de 2018).

³⁶ Marchal, R.; Dubien, A. (2018), “Géopolitique, le débat: La RCA, tête de pont des ambitions russes en Afrique?”, FRI.fr, in: <http://www.rfi.fr/emission/20181124-rca-centrafrique-russie-ambitions-russes-afrique-faca-forces-armees-kremlin?fbclid=IwAR19g3bbb-akNAtRNzfpjyYHC1z-rWtDMNACaPOVT64CxMJJaXyQgMCrs8U> (última consulta novembro de 2018).

nomeadamente em diamantes, que lhes permita a possibilidade de responder a ambições económicas russas no país.

A atual política africana da Rússia parece assim segundo o autor pretender, por um lado, contrariar os tradicionais atores políticos ocidentais em África e, por outro, deter uma capacidade de influência grande nos governos de alguns países africanos que lhe permita obter benefícios nomeadamente em matéria comercial.

Para estes académicos, as ambições russas no continente africano parecem refletir bem a vontade da liderança política da Rússia em reforçar a sua presença em África logo desde 2006 com contactos políticos reforçados no Egipto, Argélia, Zimbabué, Angola e África do Sul, países africanos bem mais importantes até que a própria República Centro Africana. Há, no entanto, uma mudança russa de paradigma, avançam os mesmos analistas, de apoio a governos amigos recorrendo a instrumentos políticos que se materializam depois numa diplomacia económica eficaz. Da parte africana o apoio russo torna-se bastante atrativo não só pelo papel russo na luta anticolonial, mas sobretudo, e na atualidade, por possibilitar uma espécie de alternativa e servir de contraponto à habitual presença e mediação ocidental, nomeadamente de países ex-colonizadores, nos atuais conflitos existentes em solo africano.

O reforço da presença russa em África traduz, segundo os mesmos autores, não apenas a vontade de preencher o vazio político e militar e evitar réplicas do ocorrido na Líbia, mas em certa medida encetar uma abordagem geoeconómica com repercussões políticas. Há, finalmente, avançam, um desequilíbrio no terreno entre as intenções e as ações políticas que a Rússia quer colmatar e daí retirar possíveis dividendos políticos e económicos.

Apesar de nunca se ter verdadeiramente retirado do continente africano, este regresso do interesse russo por África, desde 2000, implementando um novo *road map*, conforme referem Fidan e Aran (2010)³⁷, redonda no papel relevante e multidimensional que pretende deter no sistema internacional. Além de não poder ficar atrás dos restantes países com insistentes esforços de aproximação e aprofundamento de cooperação, ainda segundo o mesmo autor, para a Rússia este novo dinamismo para com as relações tradicionalmente amigáveis com África, visava, como o consagrado sobretudo no Conceito de Política Externa da Federação Russa de 2008, “uma interação multidimensional ao nível bilateral e multilateral”, remetendo-a para uma posição menos relevante de entre as regiões consideradas de importância para a ação externa russa.

³⁷ Aras, B; Fidan, H.. (2010), “The Return of Russia-Africa Relations”, in: Bilig, nº52, Ahmet Yesevi University Board of Trustees, pp.47-68 in: <http://yayinlar.yesevi.edu.tr/files/article/322.pdf> (última consulta em outubro de 2018).

Na relação Rússia-África, a fórmula política que a motiva parte de um pragmatismo em política externa e de uma diplomacia económica relevante. Parece consensual pensar-se que se a Rússia quer deter um papel importante nas questões globais, mesmo pela defesa dos interesses nacionais e não apenas enquanto superpotência, não devendo remeter-se ao isolamento face ao resto do mundo, mas sim ter um papel empenhado e ativo. De uma maneira global, referem Fidan e Aras (2010), a intenção política russa é a de manter relações privilegiadas com os países africanos, restando ímpetos de interferência nos seus assuntos internos, respeitando a sua soberania e integridade territorial e reconhecendo o papel da ONU no continente. Avançam ainda que a Rússia quer contextualizar as suas relações com o continente africano dentro de uma moldura pragmática alinhada com os seus interesses nacionais.

Contrariando a ordem internacional de hegemonia norte-americana e advogando um sistema multipolar, avança que para o Kremlin importa aprofundar alianças existentes e encontrar novos aliados em todas as partes do mundo. E a abordagem russa ao continente tem sido trilhada de forma ponderada, avaliando todos os cenários possíveis antes de tomar qualquer posição em matéria de política externa. E África não parece ser exceção. Assumindo um carácter relevante para a Rússia que tem feito investimento a longo prazo na sua aproximação aos países africanos. Ilustrativo da abordagem russa ao continente é o caso do aprofundamento de relações com a União Africana, que se tem traduzido num aumento do crédito russo e tem beneficiado a sua política energética enquanto instrumento da sua política externa para com o continente africano.

No caso particular angolano, e de acordo com Santos (2015)³⁸, a “operação de charme” russa tem sido pautada pelo facto de Angola ser a derradeira fronteira da expansão russa na África Subsaariana. Para além dos fortes laços históricos que unem ambos os países, trata-se de um dos maiores poderes africanos no continente e o governo angolano, além de ser um fervoroso apoiante da política externa do Kremlin, tem mantido uma relação volátil com o Ocidente. Segundo refere o autor, apesar dos laços políticos não se terem ainda traduzido numa interação comercial mais profunda, é relevante notar o enorme potencial angolano para as empresas russas, sobretudo na área de exploração dos recursos minerais, sobretudo desde 2014, na tentativa de amenizar o impacto das sanções económicas aplicadas à Rússia.

³⁸ Santos, G. P. (2015), “Russia’s ‘Charm Offensive’ In Africa: The Case Of Angola – Analysis”, IPRIS, in: <https://www.eurasiareview.com/19102015-russias-charm-offensive-in-africa-the-case-of-angola-analysis/> (última consulta em outubro de 2018).

A consagração desta motivação política russa ficou bem vincada desde logo no “Conceito da Federação Russa de Desenvolvimento Socioeconómico a Longo Prazo”, aprovado em 2006³⁹, relativo à estratégia económica externa russa até 2020, no qual é feita a alusão a África e, em particular a Angola, remetendo para o enorme potencial de investimento, em particular, em termos de prospeção e exploração de recursos naturais, bem como ao nível de infraestrutura e construção.

Nessa medida, para Santos⁴⁰, a ajuda ao desenvolvimento e à modernização africana é uma importante ferramenta do interesse geoestratégico da Rússia, uma vez que permite simultaneamente aprofundar os laços e consolidar a sua influência na região. E refere como exemplo o apoio do Kremlin aos programas espaciais no continente, tendo em conta a relevância que detém na área das comunicações e satélites. No caso angolano, o lançamento do primeiro satélite angolano, em dezembro de 2017, contou com a forte cooperação técnica e política entre os dois países, tendo sido produzido e lançado em solo russo. O acordo ficou assinado em 2009 com a *Rosoboronexport*, uma empresa estatal russa responsável por produtos relacionados com a área militar (apenas ela contribui para 80% das exportações de armamento russo). Tratou-se de um investimento de cerca de 270 milhões de dólares, tornando-se Angola no nono país africano a lançar um satélite espacial. O próprio chefe da diplomacia russa, Serguei Lavrov⁴¹, referiu aquando da visita oficial em março de 2018 a Luanda, que, apesar dos problemas técnicos iniciais, o AngoSat-1 estava operacional e que entraria em funcionamento em abril de 2018. Tal intenção não viria a comprovar-se.

De acordo com este autor, a assistência russa aos programas espaciais africanos e, em particular angolanos, tem motivações geoestratégicas, permitindo à Rússia dotar-se de uma maior capacidade de vigilância na região, possibilitando a utilização destas ferramentas em proveito de intenções políticas, nomeadamente com o acesso pelos seus serviços de informação e militares a informação privilegiada no continente africano, sobretudo, no que às capacidades militares e estratégias do ocidente diz respeito.

O mesmo académico refere ainda a importância das empresas russas no sector energético africano, não apenas por uma gestão da concorrência e dos preços do gás e do

³⁹ The Russian Government, “Concept of long-term socio-economic development of the Russian Federation until 2020”, in: <http://government.ru/en/info/6217/> (última consulta em outubro de 2018).

⁴⁰ Santos, G. P. (2015), “Russia’s ‘Charm Offensive’ In Africa: The Case Of Angola – Analysis”, IPRIS, in: <https://www.eurasiareview.com/19102015-russias-charm-offensive-in-africa-the-case-of-angola-analysis/> (última consulta em outubro de 2018).

⁴¹ Observador, “Rússia garante operacionalidade do primeiro satélite angolano”, de 5 março de 2018, in: <https://observador.pt/2018/03/05/russia-garante-operacionalidade-do-primeiro-satelite-angolano/>. (última consulta em outubro de 2018).

petróleo, mas ainda pela manutenção de uma forte presença russa na esfera dos interesses energéticos europeus. Na busca de alcançar menor dependência europeia face à Rússia e maior diversificação, Angola configura-se como uma alternativa a equacionar para a Europa visto tratar-se de um dos mais estáveis produtores de energia no continente. No entanto, face à ameaça que tal pode representar para a segurança da economia russa é perceptível que o seu interesse estratégico passe pelo setor energético africano e angolano. É conhecida a intenção de várias empresas estatais russas em cooperar com empresas como a Sonangol no quadro de uma política conjunta de exploração desses recursos.

Outra dimensão igualmente relevante avançada por dos Santos⁴² é a necessidade de securitização da região. São conhecidos os esforços, avança o autor, de promoção da segurança marítima pela parte do Ocidente, seja pela NATO ou pela cooperação técnico-militar portuguesa, no quadro da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, nesta área do mundo. Face à qual a Rússia, não permanecendo indiferente, promoveu o aprofundamento da cooperação técnico-militar, nomeadamente com Angola, aquando da celebração dos 40 das relações diplomáticas entre os dois países, visando contribuir com a securitização do Atlântico Sul e, assim, entrando na habitual esfera de influência euro-atlântica, enviando pela primeira vez em 25 anos, em julho de 2015, uma armada naval russa para o porto de Luanda.

No que à indústria de defesa russa e projeção dos interesses do Kremlin diz respeito, o impacto foi ampliado com a participação de Angola nos Jogos de Guerra Internacionais em agosto de 2015⁴³, tornando-se no primeiro país africano a fazê-lo. Para o autor, tentando evitar o isolamento internacional sobretudo após 2014, estes jogos dotam-se de um enorme significado para a Rússia permitindo um aprofundar da cooperação militar com aliados e uma amostra das suas capacidades em matéria de indústria de defesa. Caracterizadas que são as relações bilaterais russo-angolanas por uma forte componente militar e de venda de armamento, estas permitem a Moscovo diversificar os mercados importadores deste setor e, em simultâneo, mostrar empenho no seu contributo para a segurança de Angola, o maior mercado importador no continente africano de armamento russo. O mercado angolano, nota, é bastante apetecível na medida em que detém a segunda maior percentagem de PIB alocada ao setor militar.

⁴² Santos, G. P. (2015), “Russia’s ‘Charm Offensive’ In Africa: The Case Of Angola – Analysis”, IPRIS, in: <https://www.eurasiareview.com/19102015-russias-charm-offensive-in-africa-the-case-of-angola-analysis/> (última consulta em outubro de 2018).

⁴³ TASS Russia News Agency, “International War Games”, 3 de Agosto de 2015, in: <https://tass.com/russia/812179> (última consulta em abril de 2021).

Sendo a Rússia o segundo maior exportador de armamento, a seguir aos Estados Unidos da América, avança dos Santos⁴⁴, e sendo a sua indústria de defesa a segunda maior indústria exportadora do país, é altamente rentável e uma das poucas em que consegue competir no mercado global. O próprio Presidente Putin reiterou por diversas vezes a importância de reforçar a presença russa no mercado global do armamento, incluindo em África, para onde na passada década foram importados da Rússia cerca de 35,1% do total de armamento com destino ao continente africano.

A presença cada vez maior da Rússia em solo africano coloca desafios ao Ocidente. Em primeiro lugar, refere ainda o autor, porque o estreitar de relações entre o Ocidente e África faz despertar o interesse para o continente de poderes emergentes. Uma tendência relevante para o Kremlin, que no quadro de sanções e de isolamento internacional encara a projeção dos seus interesses noutras partes do mundo como uma abordagem necessária para o estatuto que a Rússia pretende deter na cena internacional. Em segundo lugar, o autor ressalva a perda de influência cada vez maior do Ocidente face à Rússia. Tendo em conta as pretensões de alargamento da NATO às suas fronteiras, numa resposta simétrica a Rússia tenta ganhar terreno em África, sobretudo na costa atlântica, numa postura algo desafiadora ao Ocidente. Em terceiro e último lugar, o autor remete para a importante dimensão institucional e aponta a necessidade de se criar parcerias estratégicas com os maiores poderes africanos por parte do Ocidente visando a promoção da estabilidade económica, financeira, política e social como forma de consolidar e aprofundar instituições democráticas, permitindo também conter a presença crescente de poderes emergentes no continente africano.

Finalmente dos Santos⁴⁵ enfatiza que Angola é um país estratégico para qualquer poder que tenha a intenção de expandir os seus interesses e influência em África, no Golfo da Guiné e no Atlântico Sul. Sendo um dos países politicamente mais estáveis na região e pivot para a estabilidade regional, refere, Angola permite à Rússia alcançar maior influência global, remetendo-a para o papel de promotor da segurança regional. E, contrariamente à visão ocidental, a Rússia adota uma postura realista e uma vontade de moderar a sua atitude para com o continente e, em especial, com Angola.

⁴⁴ Santos, G. P. (2015), “Russia’s ‘Charm Offensive’ In Africa: The Case Of Angola – Analysis”, IPRIS, in: <https://www.eurasiareview.com/19102015-russias-charm-offensive-in-africa-the-case-of-angola-analysis/> (última consulta em outubro de 2018).

⁴⁵ Santos, G. P. (2015), “Russia’s ‘Charm Offensive’ In Africa: The Case Of Angola – Analysis”, IPRIS, in: <https://www.eurasiareview.com/19102015-russias-charm-offensive-in-africa-the-case-of-angola-analysis/> (última consulta em outubro de 2018).

Na análise de Lopatov (2000)⁴⁶, o peso do vetor africano na política externa russa advém do recurso a uma “diplomacia seletiva”. Para o académico, num mundo globalizado, no qual um quarto dos países existentes se situa em África, a Rússia não consegue manter contactos económicos de larga escala com todos eles, sendo por isso natural que mantenha relações prioritárias com os países com os quais mantém laços históricos e políticos de proximidade. No caso da África Subsaariana, além da Nigéria e da África do Sul, Angola surge como um parceiro natural a apostar. O objetivo russo de manter uma cooperação económica vantajosa e dinâmica passa manifestamente por ponderar alguns aspetos relevantes para afinar esta nova fase do relacionamento russo-africano e elenca nomeadamente os seguintes:

1. Entender que a importância de renovar contratos e bases legais de comércio e de cooperação económica com os parceiros africanos, entre os quais Angola, é evidente;
2. Várias comissões intergovernamentais de comércio e cooperação económica, ciência e tecnologia, cessaram a sua atividade;
3. O funcionamento de algumas das missões económicas que sobreviveram carece de melhorias;
4. Os projetos de cooperação soviético-africana já construídos podem ser potenciais consumidores de maquinaria e equipamento na área da cooperação tecnológica na atualidade;
5. As verbas alocadas para a formação de estudantes universitários e pós-graduados africanos têm aumentado;
6. A ideia de cessação unilateral de cooperação militar com África foi reconhecida como inviável;
7. Os países africanos têm facilitado o acesso de capital privado russo ao continente, o que demonstra interesse pelo mercado africano, com vários fóruns organizados entre empresários de ambas as partes.

⁴⁶ Lopatov, V. (2000), “Is Russia in Need of Africa?”, Russian Economic Journal, N.9, Institute for Africa Studies, Russia Academy of Sciences, YearBook 1998-2000, in: <https://www.inafran.ru/en/node/143> (última consulta em outubro de 2018).

O vetor africano parece ser uma constante no quadro das linhas estruturantes da política externa russa desde sempre, tendo tido uma atenção e dedicação russas permanente. No quadro normativo que constitui o Conceito de Política Externa da Federação Russa, nas suas várias versões de 2000, 2008, 2013 e 2016, a referência a África tem sido feita de forma reiterada e sempre no intuito de manifestar a sua importância e confirmar a intenção de encetar um aprofundamento da cooperação já existente, confirmando que o que decorre no terreno ainda está muito aquém das expectativas dos africanos e da narrativa política existente. Da perspectiva russa ainda hoje permanece um sentido de missão neste relacionamento com África e em particular com Angola, do qual ambos os lados podem beneficiar de uma cooperação vantajosa.

Em declarações à imprensa angolana em 2018 o embaixador russo em Luanda, Vladimir Tararov afirmava⁴⁷: "Somos amigos há muito tempo. Nossa assistência foi desinteressada durante a luta de libertação (angolana). Mas Angola escolheu um processo de desenvolvimento multifacetado, então agora somos obrigados a tomar um lugar importante neste processo de desenvolvimento de Angola. Será uma cooperação vantajosa".

No âmbito do debate dedicado ao relacionamento russo-africano e no caso particular com Angola das décadas aqui consideradas, a questão parece residir em apurar de que forma tem sido dado ou não fôlego ao aprofundamento dos laços histórico-políticos existentes. Verificando tratar-se de uma constante na política externa da Rússia de Putin, o vetor africano afigura-se como um vetor permanente, mas cuja prática política parece não traduzir ainda as intenções políticas manifestadas de ambas as partes. Procurar-se-á assim fazer o mapeamento das várias dimensões deste relacionamento ao longo dos diversos ciclos da política externa russa de forma a permitir verificar em que medida importa África e no caso Angola para a Rússia. Por outro lado, procurar-se-á enquadrar este relacionamento no quadro amplo da ação externa da Federação Russa buscando compreender em que medida a pegada russa no continente africano se enquadra numa estratégia mais abrangente do que a mera cooperação económica ou técnico-militar e se interliga a um objetivo mais alargado de projeção de imagem de potência global da parte da Rússia ao mesmo tempo que procura contrariar a esfera de influência do Ocidente nessa região do mundo.

⁴⁷ Tararov, V. (2018), "Angola: Russia Intends to Strengthen Co-Operation With Angola", ANGOP de 19 de março de 2018, in: <https://allafrica.com/stories/201803190725.html> (última consulta em outubro de 2018).

CAPÍTULO II

A política externa da Rússia de Putin: atores, mecanismos e vetores

“I judge the quality of my work not by who says what about me, but about how well I defend the interests of the Russian people”

Vladimir Putin (2016)⁴⁸

Neste capítulo iremos traçar um meridiano entre as várias dinâmicas e tendências que têm enformado a política externa da Federação Russa desde a ascensão ao poder do atual presidente russo até 2020. Procuraremos não apenas evidenciar as suas especificidades, como também focar os agentes (decisores políticos), quadro normativo, decisões e ações externas levadas a cabo desde o primeiro mandato de Vladimir Putin (2000-2004), por forma a obter a recente pegada russa no âmbito da política internacional.

Debruçarmo-nos sobre a política externa de um Estado implica fazer o cruzamento de “fatores internos e externos” por forma a melhor compreender os “processos de definição, decisão e implementação” da sua ação externa. Com a devida ressalva de que o domínio da política externa não se confina, na atualidade, à função exclusiva estatal, ainda que constitua “uma das suas áreas de atuação por excelência dos Estados enquanto atores das relações internacionais” (Freire, 2015)⁴⁹. Um exercício conceptual que emana da necessidade de se tentar enquadrar nos modelos teóricos de análise da política externa e também em termos empíricos a especificidade das linhas estruturantes que compõem e caracterizam a política externa da Federação Russa. Contributo que se reveste da maior relevância visando em derradeiro ponto demonstrar o argumento do presente trabalho, enquadrando o vetor africano no quadro global da política externa russa e a especificidade da relação bilateral com Angola.

Tendo em conta os trabalhos pioneiros que estão na base do estudo da política externa levada a cabo pelo Estado⁵⁰, identifica-se como variáveis determinantes não apenas o decisor humano, como ainda o seu entendimento da situação e *a posteriori* a reação ao meio percecionado e ao meio onde são executadas as decisões. No que à formulação e ao conteúdo

⁴⁸ Declarações do Presidente Vladimir Putin à imprensa publicadas em 31 de outubro de 2016, in: <https://www.youtube.com/watch?v=wtmLGN5Iccg> (última visualização em 2 de julho de 2018).

⁴⁹ Freire, M. R. (2015), “Política Externa”, 2.^a Edição, Coord. Maria Raquel Freire, Imprensa Universidade de Coimbra, p.p. 11-14.

⁵⁰ Vide nomeadamente os trabalhos de Richard Snyder, Henry Bruck e Burton Sapin (1995); Harold e Margaret Sprout (1956) e de James Rosenau (1966).

das decisões políticas diz respeito, “o que importa é a forma como os decisores imaginam que o meio é, e não a forma como realmente é” (Freire, 2015)⁵¹. Na abordagem da ação externa de um Estado, cruzando vários níveis e várias causas, os pressupostos de análise recaem sobretudo nos decisores políticos e no processo da sua formulação e não tanto nos seus resultados ou consequências. Pela reconhecida complexidade que acarreta a compreensão da política externa, esta abordagem sistémica teórica seria depois complementada com outros fatores a ter em consideração, e em propostas mais recentes, tentando dar resposta à cada vez maior centralidade desta disciplina de estudo. Nomeadamente, começou a ser dado maior enfoque à vontade humana que subjaz em cada uma das decisões levadas a cabo na política internacional.

Sendo reconhecida a enorme dificuldade em comungar de uma única definição absoluta do conceito e de abarcar atores não estatais e supra-estatais, encontra-se como denominador comum o “papel dos governos estatais como atores privilegiados na formulação da política externa e a dimensão internacional da ação política” (*Idem*)⁵². Tendo presente que uma decisão ou ação externa comporta necessariamente razões ou motivações que as animam, a avaliação do sistema internacional e, finalmente, a concertação de uma estratégia política (diplomática ou militar) que a materializa.

O entendimento da política internacional só é passível de ser realizado mediante a abordagem da política externa de um Estado por meio da análise dos diferentes atores, processos e dinâmicas. De uma certa medida, deverá optar-se por uma definição o mais abrangente possível, como a proposta de Freire (2015), para abarcar possíveis lacunas conceptuais tradicionais que excluem os denominados resultados não intencionais ou a diferença entre o que se verbaliza como intenção política e o que se quer realmente na prática que ocorra.

Inegável parece ser a importância atribuída cada vez mais à liderança política por detrás de cada ação externa adotada, seu estilo e personalidade, remetendo para o patamar das crenças, valores, perceções e ambiente político onde se insere. Extrapolando para uma compreensão alargada, permitir-se-ia referir que, em última instância, ainda que recaia nos decisores políticos a derradeira tarefa de decidir, não estão renegados os *inputs* recebidos por via de fatores domésticos (opinião pública, eleições, sondagens, grupos de pressão) e fatores externos (sistema internacional, alianças, parcerias estratégicas, organizações internacionais).

⁵¹ Freire, M. R. (2015), “Política Externa: modelos, atores e dinâmicas” in “Política Externa”, 2.ª Edição, Coord. Maria Raquel Freire, Imprensa Universidade de Coimbra, p.p. 15-62.

⁵² *Idem*.

Neste complexo mundo de análise da política externa de um Estado convirá fazer-se ainda a devida ponderação sobre a dicotomia entre política interna e política externa, independentes entre si e problemáticas pela concertação que exigem à liderança política na defesa e promoção dos interesses do estado, nomeadamente no garante da sua soberania e integridade territorial face a possíveis agressões externas. Remetendo assim para uma preocupação permanente por parte dos Estados pela sua segurança, havendo uma seleção natural racional para a opção que melhor se adequa a este intuito. A escolha do modelo teórico tradicional do Estado como ator unitário e racional, e decisor único, também não se escuda de fragilidades, recaindo a sua escolha na decisão que melhor se perspectiva defender o interesse nacional considerado como estratégico.

Nomeadamente ao nível de se tratar por vezes mais de um padrão idealizado do que propriamente percecionado empiricamente por força dos constrangimentos colocados por questões tão díspares como a avaliação dos riscos, a deficiência na informação recebida ou até mesmo a opção pela resolução rápida e ponderada do problema em detrimento da solução mais arriscada e eficaz. Nessa medida, Freire (2015)⁵³ adianta que: “apesar da formulação racional da política externa ser mais um ideal do que uma descrição da realidade, parece útil aceitar a racionalidade como imagem do modo como o processo de decisão se deve processar e como uma descrição dos elementos chave de como funcionar”.

Para além da necessária análise dos processos de decisão e de formulação da política externa, outra dimensão a contemplar são as suas principais linhas estruturantes, ou seja, as suas constantes em matéria de tendências e dinâmicas que enformam a ação do Estado internacionalmente. Trata-se, no fundo, de perceber quais os grandes eixos da sua ação internacional, qual o peso das suas orientações estratégicas e em que contexto histórico se desenvolvem (Moreira de Sá, 2015)⁵⁴.

2.1. Os ciclos da política externa da Rússia de Putin: europeu, asiático e o russo

O chamado “bicefalismo” russo, ora pendente para ocidente, ora para oriente, consoante a linha seguida seja mais europeísta ou conservadora, refletindo oscilações nas fontes, mecanismos e implicações da Rússia permite-nos identificar diferentes ciclos na sua política externa. Entre 2000 e 2007, a Rússia parece apostar numa política externa multivectorial e

⁵³ Freire, M. R. (2015), “Política Externa: modelos, atores e dinâmicas” in “Política Externa”, 2.ª Edição, Coord. Maria Raquel Freire, Imprensa Universidade de Coimbra, .p. 15-62.

⁵⁴ Moreira de Sá, T. (2015), “A Política Externa Portuguesa”, Fundação Francisco Manuel dos Santos, pp.15-36.

multipolar, visando a sua afirmação internacional, numa tentativa de encetar um diálogo renovado de aproximação ao Ocidente, o denominado “ciclo europeu”. É nesta fase que a Rússia disponibiliza a sua ajuda aos Estados Unidos da América para a luta contra o terrorismo internacional após os atentados terroristas perpetrados em solo norte-americano em 11 de setembro de 2001. Uma das principais motivações desta aproximação ou se preferirmos gesto de boa vontade pode bem residir na lembrança fresca do conflito violento na Chechénia em curso desde final da década de 90 e do receio sobretudo de novas ações por parte do separatismo checheno de matriz radical islâmica. E o tempo acabaria por dar razão a esses temores com os ataques das “viúvas negras” no metro de Moscovo em 2003 ou mais recentemente o atentado no metro de São Petersburgo em 2017. De forma particular, a questão chechena aparentemente reflete bem a fase de proximidade entre a Rússia e o Ocidente.

Numa altura em que o conflito entrava no seu momento mais sangrento e a crítica internacional pesava, a visita não oficial em março de 2000 a São Petersburgo do então Primeiro-ministro britânico, Tony Blair, foi decisiva para afastar o ceticismo deste *rapprochement*. A visita dotou-se de um enorme simbolismo político não apenas porque Vladimir Putin se preparava para ser eleito, como era transmitida uma importante mensagem para os seus eleitores e sobretudo para a opinião pública ocidental, de que o espírito que rodeava o relacionamento com o Ocidente era conciliatório. A mensagem mais significativa deste encontro, não foi apenas dotar Vladimir Putin de credibilidade internacional pela aceitação dos líderes ocidentais, mas sobretudo pela mudança para um tom mais suave da crítica da comunidade internacional face à questão chechena remetendo-a para uma questão interna russa numa espécie de guerra invisível. A luta contra o terrorismo internacional aparecia como um novo denominador comum com a qual as lideranças mundiais podiam concordar, aumentando assim a margem de manobra de liderança russa ao estabelecer uma ligação direta entre política doméstica e externa. O conflito na Chéchenia seria justificado por Putin como parte integrante do seu compromisso na luta com o terrorismo internacional e apresentado como equivalência moral para justificar a escalada de retaliação e evitar críticas (Jack, 2004)⁵⁵. A cooperação com os Estados Unidos da América a partir da parceria pós 11/09 ficou fortalecida e estendeu-se para um compromisso mais alargado de abarcar a tentativa de união de forças para a resolução de questões como a não proliferação nuclear, por meio de uma ação

⁵⁵ Jack, A. (2004), “Inside Putin’s Russia”, Granta Books, London, p.p. 270-273.

conjunta com relação aos programas nucleares de países como a Coreia do Norte ou o Irão (Tsygankov, 2010)⁵⁶.

No quadro de um novo contexto de política externa, a Rússia afirmava comungar do respeito pelos mesmos valores que outros países europeus. Liberdade, direitos humanos, justiça e democracia foram enunciados pelo Presidente Putin no seu discurso em 2005 perante o Conselho da Federação apontando ser esse o caminho que a Rússia trilharia. Em paralelo, a dimensão económica emergia como essencial na relação com os países europeus.

O principal foco russo era uma maior integração com a economia da União Europeia e para tal vários foram os acordos celebrados, sobretudo em matéria de energia, resultando no abastecimento de gás e de petróleo de parceiros europeus como a Alemanha pela construção de pipelines como o conhecido *NordStream*. Os progressos económicos abriram caminho a uma melhoria nas relações políticas com os países europeus em matérias onde parecia existir partilha de vontade em apresentar soluções para resolver questões relevantes da política internacional como é o caso do conflito no Médio Oriente ou da questão nuclear iraniana, comungando algumas vozes europeias da via apresentada pelo Kremlin de aposta no multilateralismo e na negociação em detrimento do recurso a sanções e à força ((Tsygankov, 2010)⁵⁷.

Seguindo a fórmula da defesa de polos múltiplos aliada ao equilíbrio pela via da diversificação de alianças, bem como a tentativa de preservação de influência no espaço pós-soviético por via da projeção de poder e prossecução do que considera ser os seus interesses nacionais, a Rússia começa a encetar um caminho tendente a uma estabilização da ordem interna e de crescimento económico aliado a uma política externa mais pragmática e assertiva. De acordo com Trenin (2006)⁵⁸, a Rússia deixa o Ocidente, pondo de parte quer a sua “integração” no Ocidente, quer a sua “parceria estratégica” com os Estados Unidos da América.

O descontentamento russo crescente começa a emergir face a questões delicadas como o alargamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) ou da União Europeia (UE) para junto das suas fronteiras e até mesmo o melindre russos sentido face à Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE) percecionada pela Rússia como uma derivação

⁵⁶ Tsygankov, Andrei P. (2010), “Russia’s Foreign Policy” in “After’s Putin’s Russia: Past imperfect, future uncertain”, ed. Wegren, Sthephen King and Hersping, Dale R, Rowman & Littlefield Publishers Inc, p.p.223-242.

⁵⁷ Tsygankov, Andrei P. (2010), “Russia’s Foreign Policy” in “After’s Putin’s Russia: Past imperfect, future uncertain”, ed. Wegren, Sthephen King and Hersping, Dale R, Rowman & Littlefield Publishers Inc, p.p.223-242.

⁵⁸ Trenin, D. (2006), “Russia Leaves the West”, Foreign Affairs, Julho/Agosto, in: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2006-07-01/russia-leaves-west> (última consulta em 7 de maio de 2019).

do seu papel principal em matéria de segurança, mas antes ser um mecanismo de exportação de um certo tipo de democracia na região (Tsygankov, 2010)⁵⁹. Relativamente à primeira, de notar a reconhecida desconfiança e contestação russas, amplamente replicadas, pelo facto de a mesma se manter ativa mesmo após o fim da Guerra Fria. É nesta fase que ocorre a intervenção militar na Geórgia em 2008 e que se começa a caminhar para a questão ucraniana que levaria à anexação da Crimeia em 2014. A Rússia não aceita perder influência no espaço pós-soviético para o Ocidente.

Em paralelo, a narrativa oficial russa começa não apenas contestar a ação externa ocidental, como a anunciar o fim da ordem internacional liberal de hegemonia norte-americana, sobretudo após o famoso discurso de Munique do Presidente Putin aquando da Conferência de Segurança em 2007⁶⁰.

Manifestando-se contra a intervenção militar no Iraque de iniciativa norte-americana em 2003 que culminou com o fim do regime de Saddam Hussein ou a intervenção militar norte-americana na Líbia em 2011 que derrubou a liderança de Kadhafi, gerando uma onda de choque com consequente perturbação na região por via da Primavera Árabe gerou grande instabilidade da região do Médio Oriente e Magrebe, compondo parte do chamado “arco de crises”, permanece amplamente contestada pela Rússia até aos dias de hoje.

Neste novo ciclo, entre 2007 e 2014, o denominado “ciclo asiático”, a Rússia de Putin começa a virar a sua política para a parceria estratégica com a China e procura aprofundar o relacionamento com países fora do Ocidente, dando novo fôlego à questão económica por via de um maior empenho em organizações como os BRICS, a Organização para a Cooperação de Xangai ou a União Económica Euroasiática, sobretudo após a sua suspensão do G8 após a anexação da Crimeia. Nesta fase, o alinhamento com a China visa sobretudo a contenção dos Estados Unidos da América (Freire, 2020)⁶¹.

Mas a anexação da Península da Crimeia em 2014 viria a marcar o início de um novo ciclo de grande tensão na relação com o Ocidente que persiste até hoje, o ciclo russo, no denominado “novo normal”, tentando evitar o isolamento internacional. É o período de troca de acusações

⁵⁹ Tsygankov, Andrei P. (2010), “Russia’s Foreign Policy” in “After’s Putin’s Russia: Past imperfect, future uncertain”, ed. Wegren, Sthephen King and Hersping, Dale R, Rowman & Littlefield Publishers Inc, p.p.223-242.

⁶⁰ Putin, V. (2007), Discurso do Presidente Vladimir Putin na Conferência de Segurança de Munique em 10 de fevereiro, in: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034> (última consulta em 22 de novembro de 2019).

⁶¹ Freire, M. R. (2020), Ciclo de Conferências e Aulas Abertas Online “China e Ásia Pacífico”, 24 de junho, Observare, in: https://www.youtube.com/watch?v=EgMwzY79xVc&t=24s&ab_channel=UniversidadeAut%C3%B3nomaLi_sboa (última consulta em 14 de setembro de 2020).

de parte a parte, no qual a Rússia reclama ser alvo de “Russofobia” pelo Ocidente em todas as suas posições e ações externas. Nesta fase, o clima de tensão com o Ocidente atinge o seu máximo com uma série de acontecimentos ocorridos que vão desde a intervenção militar russa na guerra civil síria; a acusação da alegada ingerência russa nos processos eleitorais de vários países, entre os quais os Estados Unidos da América; as sanções económicas aprovadas pelo Ocidente contra a Rússia; a expulsão de diplomatas russos de alguns países ocidentais; o caso Skrypal no Reino Unido ou o envenenamento do opositor político da liderança de Putin, Alexei Navalny.

No atual ciclo de política externa, segundo Kolesa (2018)⁶², estando o vetor ocidental em declínio e apresentando-se pouco provável que forme com a China um bloco conjunto para conter o Ocidente, a Rússia parece aspirar a ser um dos centros independentes de poder num mundo multipolar. Para o mesmo autor, a Rússia procurará seguir um caminho independente, globalmente hostil ao Ocidente procurando aumentar o seu poder de atração, sobretudo económico, abrindo caminho a outras opções estratégicas diversificando alianças. Em paralelo, avança Laine (2018)⁶³, sabendo que o seu lugar na arena internacional está intimamente ligado à sua posição face ao Ocidente, deverá manter um relacionamento de adversidade mútua estratégica em detrimento da cooperação.

Finalmente, no que à “rivalidade estratégica” entre a Rússia e os Estados Unidos da América diz respeito, Timofeev (2020)⁶⁴, argumenta que a vitória de Joe Biden não irá alterar a estrutura das relações com a Rússia. Segundo o autor, a Rússia permanece para os Estados Unidos da América como um dos seus mais perigosos rivais e mesmo apesar de se tratar de uma economia fragilizada, é um poder militar significativo que toma decisões por si próprio e está disposto a defendê-las.

2.2. Vetores e linhas estruturantes da política externa russa com Putin

De acordo com Tsygankov (2018)⁶⁵, como vivemos numa altura de grande mudança da política internacional, advogada e levada a cabo de forma incansável pela própria Rússia,

⁶² Kolesa, L. (2018), “Russia’s New Foreign Policy Cycle:2018-2024”, Russian International Affairs Council, in: <https://russiancouncil.ru/en/2018-2024> (última consulta em 22 de agosto de 2020).

⁶³ Laine, S. (2018), “Russia’s New Foreign Policy Cycle:2018-2024”, Russian International Affairs Council, in: <https://russiancouncil.ru/en/2018-2024> (última consulta em 22 de agosto de 2020).

⁶⁴ Timofeev, I. (2020), “Strategic Rivalry: Prospects for Russian-American Relations in the New US Political Cycle”, Valdai Club, in: <https://valdaiclub.com/a/highlights/strategic-rivalry-prospects-for-russian-american-r/> (última consulta em 26 de dezembro de 2020).

⁶⁵ Tsygankov, A. (2018), Ed. of “Routledge Handbook of Russian Foreign Policy”, Routledge Taylor and Francis Group, New York, Prefácio.

estudar a sua política externa torna-se mais importante do que nunca. Para o autor, entre aqueles que defendem o saudosismo da estabilidade da ordem internacional saída do pós-Guerra Fria e os que acolhem com agrado a transição global permitindo a emergência de potenciais contributos não-ocidentais, sem a Rússia o mundo atual não seria o que conhecemos. E adianta mesmo que se tratando de um país imenso de enorme complexidade, deverá ser entendido no quadro de uma abordagem teórica igualmente abrangente de mecanismo, atores, vetores e linhas de ação e mais do que tentar destruir a ordem global centrada no Ocidente a Rússia está determinada em cunhar o seu contributo pela via da defesa de um sistema multivectorial de cariz multilateral.

Assim, para mapear quais as principais linhas que têm estruturado a política externa russa desde 2000, para além da importância de outros instrumentos legais, como a Doutrina Militar Russa, a Estratégia de Segurança Nacional ou o Decreto Presidencial n.º 605 de 7 de maio de 2012⁶⁶ relativo às medidas de implementação da política externa russa, temos necessariamente de observar em detalhe o seu quadro normativo basilar da ação externa, nomeadamente o Conceito de Política Externa nas suas várias reformulações: 2000, 2008, 2013 e 2016, que que consiste na visão sistemática dos princípios básicos, prioridades e objetivos da política externa russa.

Nesse sentido, parece-nos pertinente apresentar em detalhe a evolução do Conceito de Política Externa da Rússia de Putin ao longo doos anos, não apenas observar em termos de estrutura, mas sobretudo de substância, o que nos vislumbra um exercício clarificador da linha de condução de política externa russa desde 2000 (vide Quadro 5).

Quadro 4
Conceito de Política Externa da Rússia de Putin

	Conceito de 2000	Conceito de 2008	Conceito de 2013	Conceito de 2016
Estrutura	-princípios gerais -mundo moderno e política externa da Federação Russa	-provisões gerais -mundo moderno e política externa da Federação Russa	-provisões gerais -política externa da Federação russa e o mundo moderno	-provisões gerais -política externa da Federação russa e o mundo

⁶⁶ Putin, V. (2012), Decreto Presidencial n.º 605 de 7 de maio de 2012, “Executive Order on measures to implement foreign policy”, in: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/15256> (última consulta a 10 de junho de 2020).

	<p>-prioridades da Federação Russa na resolução das questões mundiais</p> <p>-prioridades regionais</p> <p>-formulação da política externa da Federação Russa</p>	<p>-prioridades da Federação Russa na resolução das questões mundiais</p> <p>-prioridades regionais</p> <p>-elaboração e desenvolvimento da política externa da Federação Russa</p>	<p>-prioridades da Federação Russa na resolução das questões mundiais</p> <p>-prioridades regionais</p> <p>-desenvolvimento e implementação da política externa da Federação Russa</p>	<p>moderno</p> <p>-prioridades da Federação Russa em ultrapassar desafios globais</p> <p>-prioridades regionais</p> <p>-formulação e implementação da política externa da Federação Russa</p>
Objectivo principal da política externa	-proteger os interesses dos cidadãos e da sociedade russa	-proteção dos interesses dos cidadãos, sociedade e Estado russos	-garantir a proteção dos cidadãos e interesses da sociedade e do Estado russos	-manutenção dos interesses nacionais e alcançar as prioridades estratégicas nacionais
Demais objetivos da política externa	<p>-melhorar a segurança do país, preservar a sua integridade e soberania territorial</p> <p>-ter uma posição relevante na comunidade internacional consistente com os interesses da Rússia como grande poder</p> <p>-ter influência no processo global para formar uma nova ordem mundial (primazia da ONU)</p> <p>-criar condições externas positivas para o desenvolvimento da Rússia</p> <p>-criar um ambiente próximo de boa vizinhança nas fronteiras russas</p> <p>-construir um sistema de alianças que permita a cooperação internacional</p>	<p>-melhorar a segurança do país, preservar a sua integridade e soberania territorial</p> <p>-ter uma posição relevante na comunidade internacional consistente com os interesses da Rússia como grande poder</p> <p>-ter influência no processo global para formar uma nova ordem mundial (primazia da ONU)</p> <p>criar condições externas positivas para a modernização da Rússia</p> <p>-promover uma boa relação com os países vizinhos</p> <p>-construir um sistema de alianças bilateral e multilateral que assegure a estabilidade do país</p>	<p>-garantir a segurança do país, preservar a sua integridade e soberania territorial</p> <p>-assegurar uma posição relevante na comunidade internacional consistente com os interesses da Rússia como grande poder</p> <p>-promover de forma ativa a paz, segurança e estabilidade mundial e implementar um sistema internacional justo e democrático (primazia da ONU)</p> <p>-criar condições externas positivas para o contínuo e dinâmico desenvolvimento económico da Rússia</p> <p>-promover uma boa relação com os países vizinhos</p> <p>-desenvolver relações bilaterais e multilaterais</p>	<p>-assegurar a segurança, integridade e soberania territorial</p> <p>-consolidar a posição da Federação Russa enquanto centro de influência no mundo atual</p> <p>-promover de forma ativa a paz, segurança e estabilidade mundial e implementar um sistema internacional justo e democrático (primazia da ONU)</p> <p>- procurar um relacionamento com os estados vizinhos e auxiliá-los na eliminação e prevenção de conflitos internos</p> <p>-desenvolver parcerias benéficas e igualitárias num</p>

	-promover uma imagem positiva da Rússia no mundo	-promover a imagem da Rússia no mundo enquanto Estado democrático	respeitando o pragmatismo, a integridade e a soberania -promover a língua russa e reforçar a sua posição no mundo	quadro bilateral e multilateral -fortalecer o papel da Rússia na cultura internacional
--	--	---	--	---

fonte: elaboração própria com base no estudo de González (2013)⁶⁷ e no Conceito de Política Externa da Federação Russa de 2016⁶⁸.

De uma forma comparativa, ao longo das várias versões do Conceito de Política Externa podemos perceber uma tendência cada vez mais pragmática, assertiva e revisionista. Duas considerações parecem justificar essa observação pelas alterações ocorridas ao longo dos anos. Por um lado, preocupação cada vez maior com a defesa do Estado Russo, nomeadamente, da sua soberania e não ingerência externa. Por outro lado, a manutenção da defesa do interesse nacional pela projeção da Rússia enquanto ator global, numa ordem internacional multipolar e pela via de uma política externa multivectorial.

Como refere Sawka (2010)⁶⁹, a Rússia regressou à cena internacional como um Estado assertivo, com uma agenda própria, consciente da manutenção da sua soberania e focada na promoção da sua visão do mundo. Ainda de acordo com o autor, o caso russo é um dos poucos na História mundial em que a outrora grande potência abdica dos seus princípios de governação e ideológicos, procura adotar as normas de governo dos opositores mas mantém grandiosas aspirações de poder mostrando o seu carácter distinto na política mundial.

Por sua vez Freire (2011)⁷⁰ refere que o curso afirmativo da política russa resulta de uma abordagem multinível, co-constitutiva de processos internos e externos, onde a política externa tem de “servir” a política doméstica. Segundo a autora, a gradação ao longo dos anos da projeção de uma política mais afirmativa e assertiva pode ser verificada não apenas em decisões e ações externas como também por meio da própria narrativa oficial onde a linguística utilizada e o conteúdo político das palavras assumem um carácter decisivo desta tendência de

⁶⁷ González, F. J. R., (2013), “The Foreign Policy Concept of the Russian Federation: a comparative study”, Instituto Español de Estudios Estratégicos, Abril, in: http://www.ieee.es/en/Galerias/fichero/docs_marco/2013/DIEEEM06-2013_Rusia_ConceptoPolíticaExterior_FRuizGlez_ENGLISH.pdf (última consulta em 3 de março de 2020).

⁶⁸ Conceito de Política Externa Russa (2016), in: <https://www.voltairenet.org/article202038.html> (última consulta em 7 de maio de 2020).

⁶⁹ Sakwa, R. (2010), “A Política Externa Russa Contextualizada” in “A Rússia de Putin” de Freire, M. R. (2011), Almedina, p.p.11-27.

⁷⁰ Freire, M. R. (2011), “A Rússia de Putin: Vetores Estruturantes de Política Externa”, Almedina, p.p.27-37.

crescente assertividade. Daí que possamos encontrar alterações de substância também ao longo das várias versões do Conceito de Política Externa. E avança ainda que a Rússia tenta prosseguir o objetivo mais amplo de afirmação internacional por via da projeção de uma imagem de grande potência buscando o reconhecimento do que considera ser o seu *status quo*, buscando por um lado o equilíbrio sobretudo com os Estados Unidos da América, a contenção em particular com a China, a parceria assimétrica com a União Europeia e a influência e controlo do espaço pós-soviético.

Já para Kumar (2018)⁷¹, a Rússia emergiu da humilhação da década de 90 mostrando-se desafiadora, assertiva e combativa na proteção dos seus interesses geopolíticos e apesar de disposta a cooperar mantém-se relutante na rendição. Para este autor, o seu comportamento assertivo colocou o Ocidente numa posição bastante delicada sem saber como contornar este constrangimento e numa situação de algum impasse na atualidade.

Com vista a alcançar os seus intuitos, a Rússia também consagra no Conceito de Política Externa o que considera ser oportunidades e ameaças à sua ação na política internacional (vide Quadro 6).

Quadro 5

Conceito de Política Externa da Rússia de Putin: oportunidades e ameaças

	Conceito de 2000	Conceito de 2008	Conceito de 2013	Conceito de 2016
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> -fim da confrontação bipolar e transformação da relações internacionais -ameaça de conflito nuclear reduzido ao mínimo -respeito pela economia de mercado e valores democráticos 	<ul style="list-style-type: none"> - drástica transformação das relações internacionais -redução da ameaça de conflito global -rede diplomática flexível de cooperação para abordar questões comuns 	<ul style="list-style-type: none"> -relações internacionais em transição, criação de um sistema policêntrico -redução do controlo ocidental da política internacional -alianças político-militares tradicionais substituídas por moldura multilateral de cooperação 	<ul style="list-style-type: none"> -emergência de um sistema multipolar - poder global descentralizado e sistema de acordos para controlo de armamento -expansão da cooperação internacional com base na não-discriminação

⁷¹ Kumar, R. (2018), “Russia’s Foreign Policy: An Overview of 25 Years of Transition”, International Studies, Jawaharlal Nehru University, Sage Publications, p.223, in: file:///C:/Users/iprin/Downloads/RussiasForeignPolicy-AnOverviewof25YearsofTransition%20(1).pdf (última consulta em 2 de agosto de 2020).

Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> -tendência de estabelecimento da estrutura unipolar do mundo -substituição da ONU por instituições ocidentais - rivalidade político-militar entre poderes regionais, separatismo e extremismo religioso 	<ul style="list-style-type: none"> - diferentes interpretações das consequências da Guerra Fria e padrões ocidentais diferenciados na política de contenção da Rússia -estratégia de ação unilateral leva à destabilização -terrorismo internacional 	<ul style="list-style-type: none"> -dificuldade da recuperação económica europeia após a crise financeira leva à xenofobia, tensão e intolerância nas relações internacionais - sanções unilaterais e medidas coercivas -terrorismo internacional, tráfico de armas, extremismo religioso 	<ul style="list-style-type: none"> -a força tornou-se um importante fator nas relações internacionais -tensões devido a disparidades no desenvolvimento global -dimensão civilizacional crescente na forma de confronto de valores -terrorismo global e crime transnacional organizado
----------------	---	---	--	--

fonte: elaboração própria com base no estudo de González (2013)⁷² e no Conceito de Política Externa da Federação Russa de 2016⁷³.

De uma forma global, a complexidade da política externa russa também passa pela necessidade de se concertar objetivos e prioridades com o que a Rússia considera ser oportunidades e desafios em determinado momento histórico. Da perspectiva da Rússia, para fazer face aos desafios existentes na política internacional, a fórmula reside num sistema internacional descentralizado e com vários polos, nos quais as várias potências regionais concertam posições tendentes a um equilíbrio por via de uma cooperação não-discriminatória. Com esta proposta, a Rússia pretende ser reconhecida pelos seus pares e alinhar uma política de alianças que proteja o que considera como prioridades estratégicas.

Existem três questões que parecem permanecer imutáveis no campo das ameaças percecionadas sempre em relação ao “Outro”, seja o Ocidente no quadro mais alargado (Estados Unidos da América e União Europeia), seja num caso particular (como o alargamento da NATO) a interferência externa na soberania russa, a manutenção de um sistema internacional unipolar no qual abordagens externas são forçadas em países e a confiança

⁷² González, F. J. R., (2013), “The Foreign Policy Concept of the Russian Federação: a comparative study”, Instituto Español de Estudios Estratégicos, Abril, in: http://www.ieee.es/en/Galerias/fichero/docs_marco/2013/DIEEEM06-2013_Rusia_ConceptoPoliticaExterior_FRuizGlez_ENGLISH.pdf (última consulta em 3 de março de 2020).

⁷³ Conceito de Política Externa Russa (2016), in: <https://www.voltairenet.org/article202038.html> (última consulta em 7 de maio de 2020).

excessiva de alguns estados na capacidade militar como instrumento de política externa (Oliker, Crane, Schwartz e Yusupov, 2009)⁷⁴.

Estas preocupações foram explanadas no artigo do Ministro dos Negócios Estrangeiros russo intitulado “O mundo numa encruzilhada e um sistema de relações internacionais para o futuro”, publicado na revista *Russia in Global Affairs* em 2019⁷⁵. Lavrov acusa algumas forças influentes no Ocidente de adulterar o significado da História e da ordem mundial saída do pós-II Guerra Mundial e ignorar o importante papel da então União Soviética na derrota do nazismo e remetendo o fim da Guerra Fria como o fim da história e advogando a existência de um único centro decisor global. E refere ser evidente que “o esforço para estabelecer um modelo unipolar falhou e que a maioria dos membros da comunidade internacional rejeita esses ímpetos de política neocolonial arrogante”.

Para o diplomata russo, as intenções dos que iniciaram este conceito de ordem baseada nas regras afetam os poderes excepcionais do Conselho de Segurança da ONU e o sistema centrado nela ainda preserva a sua sustentabilidade e tem um elevado grau de resiliência. Por um lado, refere ainda que os Estados Unidos da América tentam de forma persistente mobilizar todos os parceiros externos para conter a Rússia e a China, por outro, que são várias as tentativas absurdas de alguns ideólogos ocidentais de retratar a Rússia como uma força revisionista. Finalmente, concluí que a Rússia continuará a promover uma agenda positiva e una com vista a dirimir velhas linhas de divisão e evitar o aparecimento de uma nova tensão.

Assim, em termos de vetores que constam na referida agenda de política externa, podemos encontrar a evolução de áreas regionais distintas com peso diferenciado ao longo dos últimos 20 anos, conforme sistematizados no Quadro 7.

Quadro 6
Conceito de Política Externa da Rússia de Putin: vetores e dimensões

	Conceito de 2000	Conceito de 2008	Conceito de 2013	Conceito de 2016
Vetores (por ordem de	-espaço pós-soviético	-espaço pós-soviético	-espaço pós-soviético	-espaço pós-soviético

⁷⁴ Oliker, O.; Crane, K.; Schwartz, L; Yusupov, C. (2009), “*Russian Foreign Policy: Sources and Implications*”, RAND, Santa Monica, p.85.

⁷⁵ Lavrov, S. (2019), “*The World at a Crossroads and a System of International Relations for the Future*”, n.º4 outubro/dezembro de 2019, *Russia in Global Affairs*, in: <https://eng.globalaffairs.ru/articles/the-world-at-a-crossroads-and-a-system-of-international-relations-for-the-future/> (última consulta em 1 de maio de 2020).

referência)	-ocidental -oriental -africano -latino	-ocidental -oriental -africano -latino	-ocidental -oriental -latino -africano	-ocidental -oriental -latino -africano
Dimensão mais relevante	-vizinhança próxima	-vizinhança próxima	-vizinhança próxima	-vizinhança próxima

fonte: elaboração própria com base no *Conceito de Política Externa Russa* (várias revisões), *Routledge Handbook of Russian Foreign Policy* (2018) e Freire (2011⁷⁶).

Como se pode verificar as oscilações ocorreram sobretudo no vetor africano e no vetor latino da política externa russa nos documentos considerados. Nos primeiros mandatos presidenciais de Vladimir Putin e no mandato presidencial de Dmitri Medvedev, no Conceito de Política Externa de 2000 e 2008, a referência a África surge primeiro que a feita à América Latina. É nesta fase que são realizadas várias visitas oficiais dos chefes de Estados russo e africanos tentando animar a os laços históricos que ficaram desde a União Soviética. Tanto Putin como Medvedev realizaram importantes deslocamentos ao continente africano no quadro global de um desencantamento cada vez maior com o Ocidente e em busca de encontrar alternativas de cooperação económica para dinamizar a sua economia. A diminuição da dependência face ao Ocidente motivou a estratégia russa em África nesses primeiros anos do milénio. Esse novo dinamismo da parceria com África visava também criar alternativas à hegemonia internacional norte-americana. A existência de um bloco russo-africano permitiria alterar a balança de poder e influência no mundo (Filatova, 2009)⁷⁷. Com a questão da Geórgia, a crise ucraniana, o impacto da queda de regimes e da Primavera Árabe no Norte de África, não só agravando a relação com o Ocidente, como pondo cobro a importantes contratos comerciais entre a Rússia e países da região, motivou a deslocação de maior atenção russa para outra área regional em detrimento da africana. O renovado interesse russo pela América Latina ficou marcado pelo encontro simbólico entre os líderes religiosos da Igreja Católica e da Igreja Ortodoxa Russa em Havana em 13 de fevereiro de 2016. Não se limitando por venda esporádica de armamento ou pela manutenção do diálogo político com governos da região antiamericanos, desta vez a Rússia procurou dar um apoio aos valores tradicionais à escala global, uma presença

⁷⁶ Freire, M. R. (2011), “A Rússia de Putin: Vetores Estruturantes de Política Externa”, Almedina.

⁷⁷ Filatova, I. (2009), “Russia’s Plans for Africa”, *The Guardian*, 26 de junho, in: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2009/jun/26/russia-africa-dmitry-medvedev> (última consulta em 17 de julho de 2020).

multifacetada e a longo-prazo na proximidade norte-americana. Além do diálogo político passar pela não ingerência interna, sobretudo em matéria de direitos humanos, a relação russa com a América Latina permite projetar a sua imagem de potência global na “vizinhança próxima” norte-americana. Ilustrativo do impacto da política russa na região, é o caso do Brasil que considera ser reconhecida a sua importância pela sua presença em organizações de iniciativa russa como os BRICS ou a divulgação da mensagem que Moscovo pretende difundir globalmente por meio do canal televisivo russo “Russia Today” noticiando as ações norte-americanas de forma depreciativa e mostrando que pode existir uma alternativa ao modelo político de democracia liberal (Rouvinski, 2017)⁷⁸.

Segundo Morozov (2018)⁷⁹, uma relevante característica que ilustra em certa medida o carácter neoimperial subalterno da política externa russa é a permanência do espaço pós-soviético como a sua dimensão mais relevante, senão mesmo vital. O que nos remete não apenas para o legado imperial como também para o período de influência soviética e que tem legitimado umas das linhas estruturantes de ação externa russa de defesa do *Russkiy Mir* (mundo russo) ou da integração Euroasiática pela via bilateral, com é o caso da união simbólica celebrada através do o Pacto de União com a Bielorrússia de 1999 (Sivitsky, 2019)⁸⁰ ou por via de organizações como a União Económica Euroasiática ou a Organização do Tratado de Cooperação e Segurança. O processo de integração regional revitalizou desde a criação em 1991 da Comunidade dos Estados Independentes com a emergência de um novo tipo de entidades de integração regional cuja natureza, impacto e potencial vão ao encontro das aspirações russas (Molchanov, 2018)⁸¹.

De acordo com Kropatcheva (2018)⁸², para melhor entender as aspirações de poder russas, é pertinente fazer uma ligação mais estreita com as instituições/desenvolvimentos domésticos e nessa medida surge a variável do “Putinismo” que nos permite verificar de que forma os fatores domésticos, tais como a centralização do poder do estado, securitização e

⁷⁸ Rouvinski, V. (2017), “Understanding Russian Priorities in Latin America”, Wilson Center, in: <https://www.wilsoncenter.org/publication/kennan-cable-no20-understanding-russian-priorities-latin-america> (última consulta em 20 de setembro de 2020).

⁷⁹ Morozov, V. (2018), “Global (post)structural conditions” in “*Routledge Handbook of Russian Foreign Policy*”, ed. Tsygankov, Routledge Taylor and Francis Group, New York, p.36.

⁸⁰ Sivitsky, A. (2019), “Belarus-Russia: From a Strategic Deal to an Integration Ultimatum”, Foreign Policy Research Institute, in: <https://www.fpri.org/article/2019/12/belarus-russia-from-a-strategic-deal-to-an-integration-ultimatum/> (última consulta em 7 de setembro de 2020).

⁸¹ Molchanov, M. (2018), “The Eurasian Economic Union”, in “*Routledge Handbook of Russian Foreign Policy*”, ed. Tsygankov, Routledge Taylor and Francis Group, New York, p.410.

⁸² Kropatcheva, E (2018), “Power and national security” in “*Routledge Handbook of Russian Foreign Policy*”, ed. Tsygankov, Routledge Taylor and Francis Group, New York, p.49.

militarização da sociedade, entre outros, adotados por Vladimir Putin, impactam de forma direta nas ambições externas da Rússia. Este conceito apresentado por Nygren (2012)⁸³, refere a autora, sugere que a política russa detém um papel global e regional relevante e esta tendência tem-se verificado e manter-se-á.

A previsibilidade da política russa, interna e externa, levada a cabo pela governação do presidente Putin resulta da possibilidade de se manter na liderança do país após a reforma constitucional levada a cabo de 2020, possibilitando a implementação e consolidação do seu projeto pessoal para a Rússia enquanto grande potência global no plano internacional e de “democracia soberana” no plano doméstico. Este último conceito foi publicamente anunciado no marcante discurso de Vladislav Surkov⁸⁴, proeminente membro do Kremlin, em 2006, com vista a produzir uma espécie de projeto ideológico que motivasse a governação e a elite política à sua volta em vésperas de eleições presidenciais (Okara, 2007)⁸⁵, sendo algo amplamente difundido por via da narrativa oficial como forma de recusa de outras adjetivações menos apreciadas ao atual regime russo.

No caso concreto da Federação Russa, podemos encontrar constantes na sua política externa que se mantêm incólumes, algumas das quais remetem para tempos remotos da história russa, desde o Império Russo à União Soviética, como a questão da “honra e do orgulho nacional” que se refletem depois em decisões e ações externas que visam a promoção desses mesmos corolários, como no caso do considerado “justo restabelecimento das fronteiras”, “corrigindo os erros da história”⁸⁶ pela anexação da Península da Crimeia em 2014. Com esta ação, gerou-se não apenas a considerada “crise internacional mais séria desde a queda do Muro de Berlim, como uma transformação radical na segurança europeia e fazendo regressar a Rússia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) a uma postura militar adversária assente na capacidade de dissuasão recíproca, abandonada desde o fim da Guerra Fria, entrando as relações de Moscovo com Washington e com Berlim, Paris e Londres numa crise prolongada” (Gaspar, 2017)⁸⁷.

⁸³ Nygren, B. (2012), ‘Using the neo-classical realism paradigm to predict Russian foreign policy behavior as a complement to using resources’, *International Politics*, vol. 49, no. 4, pp. 517–529.

⁸⁴ “Surkov in his own words”, *The Walt Street Journal*, 18 de dezembro de 2006, in: <https://www.wsj.com/articles/SB116646992809753610> (última consulta em 27 de maio de 2020).

⁸⁵ Okara, A. (2007), “Sovereign Democracy: A New Russian Idea or a PR Project?”, *Russia in Global Affairs*, n.º 4 julho/setembro, in: https://eng.globalaffairs.ru/articles/sovereign-democracy-a-new-russian-idea-or-a-pr-project/?wptouch_preview_theme=enabled (última consulta em 1 de abril de 2020).

⁸⁶ Putin, V. (2014), Discurso do Presidente da Federação Russa, *New York Times*, 19 de março de 2014.

⁸⁷ Gaspar, C. (2017), “A Balança da Europa”, *Alêtheia Editores*, p.p. 130-131.

Para entender quais os principais eixos que presidem ao posicionamento russo no mundo, nomeadamente na duas décadas do milénio, baliza temporal aqui contemplada, dever-se-á ainda introduzir na reflexão uma parte epistemológica relevante das Relações Internacionais que remete para questões como a forma de “como o poder se distribui na estrutura do sistema internacional e, ainda, das consequências que os diferentes quadros de distribuição de poder deverão ter no comportamento dos Estados em função do seu posicionamento relativo, que levará necessariamente em conta a sua dimensão (capacidades) e localização” (Moreira de Sá, 2015)⁸⁸.

No âmbito das escolas ditas tradicionais, realismo e liberalismo, surgem novas abordagens que remetem para debates em torno de questões como as dinâmicas de poder e as perceções de segurança. De entre a tradição realista, emergem dois grupos de teorias que deverão ser aqui considerados, como é o caso das teorias de equilíbrio de poderes e as teorias ditas “hegemonistas”. Enquanto que no primeiro caso, a distribuição de poder no sistema internacional ganha primazia na definição da ação externa dos Estados, na qual, conseqüentemente, a grande concentração de poder no sistema é considerada como fator de desequilíbrio, dando com frequência origem à guerra por surgimento de coligações de bloqueio ou a possibilidade da sua existência pode manter o sistema existente e prevenir hegemonias, no segundo caso, considera-se que a regra do sistema internacional é a formação de hegemonias; consideradas estabilizadoras porquanto contribuem para a manutenção da paz e impedem a formação de coligações de bloqueio.

Aliando-se a estas conceptualizações a teoria das transições de poder, na qual, se pressupõe existir uma tendência no sistema internacional para o aparecimento de uma potência dominante, responsável pela criação e manutenção da ordem internacional, condição *sine qua non* para o relacionamento estável e de longa duração entre os Estados. Havendo, no entanto, margem para a emergência de um poder em ascensão que, não se mostrando satisfeito com o *status quo* da potência hegemónica busque rever a ordem internacional em vigor. Da convergência das várias dimensões aqui consideradas, seja a importância das mudanças nos quadros de distribuição de poder, seja os efeitos estabilizadores da concentração de poder, o poder relativo ou ainda o grau de satisfação com a ordem internacional existente, resulta a possibilidade de um Estado insatisfeito, preferencialmente dotado de grandes capacidades, buscar a mudança, adotando uma posição revisionista face ao sistema (Moreira de Sá, 2015)⁸⁹.

⁸⁸ Moreira de Sá, T. (2015), “A Política Externa Portuguesa”, Fundação Francisco Manuel dos Santos, p.p.15-36.

⁸⁹ Moreira de Sá, T. (2015), “A Política Externa Portuguesa”, Fundação Francisco Manuel dos Santos, pp.15-36.

Tendo-se assumido como potência hegemónica desde o final da Guerra Fria, os Estados Unidos da América têm visto cada vez mais o seu *status quo* de “potência hegemónica benevolente”⁹⁰ ser contestado, bem como ser anunciado o crepúsculo da ordem internacional unipolar por si liderada, nomeadamente por parte da Rússia, considerada por muitos como uma potência revisionista ou “potência de segunda ordem”⁹¹ e com pretensões assumidas de alcançar estatuto de potência global, mas não de cariz hegemónico, advogando a existência de um sistema multipolar ou multivectorial no qual poderá ditar algumas das regras.

Assim, tendo em conta as perspetivas de equilíbrio de poderes e “hegemonistas”, configura-se a existência de três tipos de estrutura do sistema internacional que diferem em termos de potências e suas capacidades: sistema bipolar, sistema unipolar e sistema multipolar. Para as teorias de equilíbrio de poderes a estrutura unipolar é a que raramente ocorre e é meramente transitória sendo as mais frequentes as estruturas bipolares. Sobretudo numa situação de equilíbrio estratégico, visto proporcionarem maior estabilidade tornam-se mais duradouras e pacíficas. Por seu lado, para as teorias “hegemonistas”, a estrutura mais frequente, estável e pacífica, é a unipolar, apenas alterada por uma multipolar ou bipolar por força do declínio da potência dominante e emergência de uma ou mais potências (*Idem*)⁹².

A possibilidade de a ordem internacional unipolar poder ser desafiada por uma potência insatisfeita que vê as suas capacidades aumentadas resulta na iminência de tensão e eventual conflito. No quadro unipolar, há padrões comportamentais por parte dos Estados de contestação à potência hegemónica que se configuram em formação de coligações de bloqueio à potência dominante por potências secundárias, em potências emergentes que pretendem rever a ordem internacional existente em busca de um novo lugar e em potências secundárias que podem hostilizar ou alinhar com a potência hegemónica consoante detiverem ou não capacidades para tal (Moreira de Sá, 2015)⁹³. Nessa medida, a Rússia com Putin, e sobretudo após 2007, tende a encetar um caminho na sua política externa de cariz cada vez mais revisionista ao sistema internacional unipolar de hegemonia norte-americana e também de contestação à ordem liberal internacional. Para Freire (2015), “enquanto Presidente da Rússia, entre 2000 e 2008, Putin definiu a política externa do país como multivectorial e multipolar (...) A Rússia procura uma política externa equilibrada onde a procura de polos múltiplos tem por objetivo diversificar

⁹⁰ Vide trabalhos de G. John Ikenberry e William C. Wohlforth.

⁹¹ Segundo Moreira de Sá (2015), “potências que, dentro da estrutura unipolar, estão imediatamente a seguir à potência hegemónica”.

⁹² Moreira de Sá, T. (2015), “A Política Externa Portuguesa”, Fundação Francisco Manuel dos Santos, pp.15-36.

⁹³ Moreira de Sá, T. (2015), “A Política Externa Portuguesa”, Fundação Francisco Manuel dos Santos, pp.15-36.

aliados e permitir a alteração de relações privilegiadas numa procura constante de contrapeso e primazia. A fórmula multivectorial ganha nova dimensão com Putin”⁹⁴. Consagrada no quadro normativo que funda os pilares basilares da política externa russa, nomeadamente o Conceito de Política Externa (CPE) da Federação Russa – que já sofreu várias reformulações ao longos dos anos, mas para o período aqui considerado importa os aprovados em 2000 e 2008 -, complementado com o Conceito de Segurança Nacional (CSN), consta bem clara esta intenção política do Kremlin.

No Conceito de Segurança Nacional aprovado a 10 de janeiro de 2000, consta que “(...) A situação mundial é caracterizada por um sistema de relações internacionais em transformação dinâmica. Após o fim da era do confronto bipolar, duas tendências mutuamente exclusivas passaram a prevalecer. A primeira dessas tendências se manifesta nas posições económicas e políticas fortalecidas de um número significativo de Estados e de suas associações integrativas e em mecanismos aprimorados de governança multilateral dos processos internacionais. Fatores económicos, políticos, científicos e tecnológicos, ambientais e de informação estão desempenhando um papel cada vez maior. A Rússia ajudará a moldar a ideologia por trás da ascensão de um mundo multipolar nesta base. (...)”.

Além da defesa de uma ordem internacional multipolar, advoga uma política externa multivectorial. No mesmo documento oficial pode ler-se: “Os interesses nacionais da Rússia na esfera internacional residem na manutenção de sua soberania e no fortalecimento de suas posições como um grande poder e como um dos centros influentes de um mundo multipolar, no desenvolvimento de relações iguais e mutuamente vantajosas com todos os países e associações integrativas e principalmente com os membros da Comunidade dos Estados Independentes e parceiros tradicionais da Rússia, na observância universal dos direitos e liberdades humanas e da não permissão de padrões duplos nesse sentido. (...) Internacionalmente, ameaças à segurança nacional russa manifestam-se em tentativas de outros Estados de neutralizar seu fortalecimento como um dos centros de influência em um mundo multipolar, para dificultar a realização de seus interesses nacionais e enfraquecer suas posições na Europa, Oriente Médio, Transcaucásia, Ásia Central e Região Ásia-Pacífico (...)”⁹⁵.

Com estes princípios gerais orientadores em mente se percebe que o CPE, aprovado em 28 de junho desse ano, postule que “A Rússia procurará alcançar um sistema multipolar de

⁹⁴ Freire, M.R. (2015), “A política externa de Vladimir Putin e Dmitry Medvedev (2000-2012)” in “Política Externa”, 2.ª Edição, Coord. Maria Raquel Freire, Imprensa Universidade de Coimbra, pp. 15-62.

⁹⁵ Conceito de Segurança Nacional da Federação Russa, aprovado a 10 de janeiro de 2000, in: Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICk6BZ29/content/id/589768 (última consulta em 17 de outubro de 2018).

relações internacionais que realmente reflita a diversidade do mundo moderm com sua grande variedade de interesses”⁹⁶.

Além de advogar em defesa de um sistema internacional inclusivo, em detrimento do unipolar, e na defesa do multilateralismo onde pode ter palco, a Rússia endossa como princípio orientador da sua relação com o continente africano que: “(...) expandirá a interação com os estados africanos e ajudará a uma solução mais antiga possível de conflitos militares regionais na África. Sendo também necessário desenvolver um diálogo político com a Organização da Unidade Africana (OAU) e com organizações sub-regionais e usar suas capacidades para permitir que a Rússia participe de projetos econômicos multilaterais no continente (...)”⁹⁷.

Em 2008, no novo CPE consta que a “(...) A Rússia busca uma política externa aberta, previsível e pragmática determinada por seus interesses nacionais. A Rússia desenvolve a cooperação internacional com base na igualdade, no respeito mútuo pelos interesses e no benefício mútuo. O caráter equilibrado e multivectorial da política externa russa é a sua característica distintiva. Isto deve-se a uma posição geopolítica da Rússia como a maior potência euroasiática, seu estatuto como um dos principais Estados do mundo e membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Nossos interesses nacionais hoje tornam imperativo promover ativamente uma agenda positiva que abrange todo o espectro de problemas internacionais. (...) A Rússia considera que as atuais tendências fundamentais de desenvolvimento, incluindo a multipolaridade emergente, e a diversificação de riscos e ameaças levam à conclusão de que a questão estratégica da estabilidade não pode mais ser tratada exclusivamente no âmbito das relações Rússia-EUA”⁹⁸.

Na alusão explícita ao continente africano pode ler-se: “(...) Atenção prioritária será dada ao desenvolvimento da cooperação económica mutuamente benéfica, em particular no setor energético, com os países desta região, que é de importância estratégica para os interesses nacionais da Rússia. A Rússia aumentará a sua interação multifacetada com os Estados africanos nos níveis multilateral e bilateral, inclusive através do diálogo e da cooperação dentro do G8, e contribuirá para uma rápida resolução de conflitos regionais e situações de crise na África. Desenvolveremos o diálogo político com a União Africana e organizações sub-regionais

⁹⁶ Conceito de Política Externa aprovado em 28 de junho de 2000, in: Federation of American Scientists, in: <https://idsa.in/eurasia/resources> (última consulta em 17 de junho de 2018).

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Conceito de Política Externa da Federação Russa, aprovado em 12 de janeiro de 2008, in: Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, <http://en.kremlin.ru/supplement/4116> (última consulta em 17 de outubro de 2018).

aproveitando suas capacidades para envolver a Rússia em projetos econômicos implementados no continente”⁹⁹.

A mudança comportamental e de uma narrativa política mais assertiva por parte de Moscovo teve como principais impulsionadores acontecimentos relevantes no plano internacional que fizeram minar não apenas a sua relação com os Estados Unidos da América e o Ocidente em geral, mas também impulsionaram a viragem da sua política externa para outras regiões, nas quais encontramos África. Apesar de o 11 de setembro ter deixado antever uma nova fase do relacionamento Rússia-EUA, de manifesto apoio à luta contra o terrorismo internacional, cedo o alargamento das instâncias ditas de matriz ocidental, como a NATO e a União Europeia (UE) ao seu espaço próximo, espaço pós-soviético, fez soar o alarme nas torres do Kremlin. A outrora política do *reset* daria rapidamente lugar a um distanciamento cada vez maior da Rússia que daria origem ao atual momento de grande isolamento pós-Crimeia, não apenas com a questão das sanções económicas aplicadas, mas também com os casos recentes da alegada ingerência em processos eleitorais de outros países ou a incidente Skrypal ocorrido no Reino Unido e que fizeram alarmar as instâncias ocidentais para o possível longo alcance da esfera de ação e influência russas.

Com uma reconhecida e assumida liderança vertical, na qual a prossecução da política externa recai em última instância na pessoa do presidente russo, conforme postula o artigo n.º 86º da Constituição da Federação Russa¹⁰⁰, onde se refere de forma explícita que cabe ao presidente a sua gestão. Esta importante função estatal remete para o carácter fortemente personalizado do cunho imprimido em matéria de formulação e prossecução desta tão importante área de ação do Estado russo. Não parece ser assim inócua que ao atentar às decisões e opções políticas em matéria de política externa russa se dedique especial atenção à sua liderança política.

“O fenómeno Putin”, como é aludido por Lo (2003)¹⁰¹, advém da sua ascensão fulgurante de figura quase desconhecida da política russa ao lugar de topo na hierarquia da governação, contrastando com o percurso dos seus antecessores. Para o mesmo autor, esta metamorfose representou em certa medida a resposta aos anseios dos cidadãos russos, cansados da turbulência da década pós-soviética e o cumprimento da promessa do regresso a um mundo

⁹⁹ Conceito de Política Externa da Federação Russa, aprovado em 12 de janeiro de 2008, in: <http://en.kremlin.ru/supplement/4116> (última consulta em 17 de outubro de 2018).

¹⁰⁰ Constituição da Federação Russa de 12 de dezembro de 1993, in: <http://constitution.kremlin.ru/> (última consulta em 17 de outubro de 2018).

¹⁰¹ Lo, B. (2003), “Vladimir Putin and the Evolution of Russian Foreign Policy”, Chatham House Papers, The Royal Institute of International Affairs, Backwell Publishing.

idealizado de ordem e estabilidade. Na verdade, e prossegue, com o seu apelo à comunidade internacional, pela primeira vez em anos há esperança que a política externa russa se mova para fora do círculo vicioso de estagnação e de imprevisibilidade que a caracterizava sob a liderança de Ieltsin. Putin, adianta Lo, enquanto face visível da política externa russa em termos internos e externos, representa uma nova forma de pensar pós-soviética, na qual, a Rússia surge com o seu reconhecido carácter universalista, inclusivo, multifacetado e flexível quanto a meios, o que permitiu uma permeabilidade das linhas estruturantes da sua ação externa passível de acabar as suas múltiplas facetas – “europeia, asiática, euroasiática, poder regional, poder global, um dos polos da emergente ordem multipolar” -, fazendo pender, consoante as circunstâncias, para a que no entendimento do Kremlin permita a prossecução e a defesa dos interesses russos.

Sendo um produto do contexto social e político em que cresceu, a Vladimir Putin são-lhe reconhecidas determinadas características pessoais e de personalidade que se materializam na sua permanente narrativa política de restabelecimento da grandeza externa da Rússia e do seu enorme peso internacional. Impulsionado pelo seu longo caminho ascendente desde que “realizou o seu sonho de infância em se tornar oficial dos serviços de informação do antigo KGB, em 1975, ter testemunhado a desintegração do ideal soviético na Europa, incapaz de inverter as perdas” , até se conseguir imiscuir nos meandros do poder central, “pelas mãos do seu mentor Sobtchack, até ao convite de Bolchakov para integrar os quadros do Kremlin”, à chefia da agência de inteligência nacional (FSB), consegue finalmente ascender à derradeira posição de líder da Federação Russa em 2000.

Nesta sua progressão política interna, Putin encarava o sistema político fraturado (em 1993) como um sintoma da dissolução progressiva do país. A luta da Chechénia pela independência era apenas o exemplo mais extremo de como o país estava a apodrecer desde o seu interior. A *vertikal*, a cadeia de autoridade governamental tinha sido destruída, como recordaria, e tinha de ser reconstruída” (Myers, 2017)¹⁰². Mas a sua grande capacidade em matéria negocial política, com reconhecida capacidade em matéria de enorme tranquilidade e assertividade, denotando o seu perfil preparado nos meandros dos serviços secretos, viriam a relevar-se também na gestão do conflito do Kosovo. Para além da agitação chechena, a possibilidade de intervenção militar da NATO “contra os irmãos eslavos do país na Sérvia, enfureceu a Rússia”. Na verdade, como refere ainda Myers (2017), a Sérvia e Rússia tinham raízes eslavas, religião e culturas comuns, mas as preocupações da Rússia iam mais a fundo. O conflito na Sérvia trouxe à flor da pele o

¹⁰² Myers, Steven Lee (2017), “O Novo Czar: A ascensão e o Reinado de Vladimir Putin”, Edições 70.

orgulho ferido da Rússia em relação ao seu estatuto deflacionado desde o desmoronamento da União Soviética¹⁰³.

Muitas vezes parece-nos difícil dissociar o país do líder, daí que se tenha tornado comum denominar-se por “a Rússia de Putin”. O seu estilo de governação e o seu projeto para o país surgem como pertinentes para se compreender o atual regime russo, razão que subjaz à escolha dos níveis de análise, por um lado, a questão da liderança e do quadro burocrático que a apoia e legitima e, por outro, a relação entre a política interna e externa russas.

2.3. Quadro normativo, decisores políticos e processo de formulação e implementação

A atual Federação Russa, enquanto sistema semipresidencialista, tem no seu presidente a figura central do processo de decisão da política externa russa (Romanova, 2015)¹⁰⁴, algo consagrado na própria Constituição, em vigor desde 1993, no Capítulo 4 relativo ao Presidente da Federação Russa mais concretamente no seu artigo 80.^o¹⁰⁵:

“1. O Presidente da Federação Russa é o Chefe do Estado.

2. O Presidente da Federação Russa será o protetor da Constituição da Federação Russa, dos direitos e liberdades do homem e do cidadão. De acordo com as regras fixadas pela Constituição da Federação Russa, ele adotará medidas para proteger a soberania da Federação Russa, sua independência e integridade estatal, garantir o funcionamento coordenado e a interação de todos os órgãos de poder do Estado.

3. De acordo com a Constituição da Federação Russa e as leis federais, o Presidente da Federação Russa determinará as diretrizes das políticas internas e externas do Estado.

4. Enquanto Chefe de Estado, o Presidente da Federação Russa representa a Federação Russa no país e nas relações internacionais”.

¹⁰³ Myers, Steven Lee (2017), “O Novo Czar: A ascensão e o Reinado de Vladimir Putin”, Edições 70.

¹⁰⁴ Romanova, Tatiana, (2015), “Relações UE-Rússia: Instituições de Política Externa Russa”, Jean Monnet Centre of Excellence, St. Petersburg State University, Russia, in: <https://euactive.ru/lk/rel2.shtml> (última consulta em 22 de outubro de 2020).

¹⁰⁵ Constituição da Federação Russa (1993), in: <http://www.constitution.ru/en/10003000-05.htm> (última consulta em 9 de setembro de 2020).

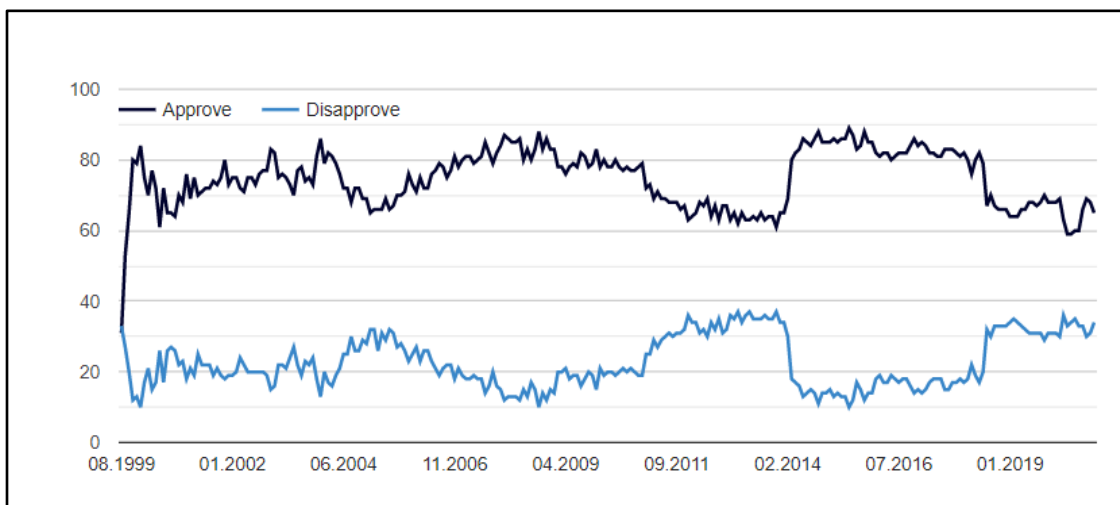
Este quadro normativo tende a assegurar o carácter centralizado na liderança de Putin não apenas dotando-o do poder de decisão como também de coordenação dos vários departamentos e ministérios que implementam e executam as decisões tomadas. Verifica-se ainda a referência às principais motivações da sua governação, nomeadamente, no que diz respeito à proteção da soberania e da integridade do Estado russo. Ainda de acordo com a Constituição, além do Presidente, outros dois interlocutores do Estado russo são o Primeiro-ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

No quadro institucional, de acordo com Romanova (2015)¹⁰⁶, no processo de formulação da *high politics*, o Presidente russo é aconselhado pela sua administração presidencial, denominada frequentemente por “*Kremlin*”, bem como pelo Conselho de Segurança, enquanto que no lado da implementação das decisões se evidencia a importante função desempenhada pelo Governo, sobretudo de alguns ministros, como é o caso do Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Ministro da Defesa. Para a autora, é igualmente relevante o papel da Assembleia Federal que também desempenha um importante papel na elaboração da política externa do país. O carácter “híper forte” do Presidente, segundo refere, é algo que remete para a evolução da Rússia, quando o Presidente teve de substituir o legado pesado do papel do Politburo, mas também remonta à tradição russa de deter uma liderança muito forte, nomeadamente do Czar aquando do Império Russo. Alguns analistas, evidencia Romanova, referem mesmo a “feudalização” da política externa russa visto ser decidida sobretudo por um indivíduo em detrimento das instituições. A autora refere ainda o carácter de enorme autonomia que goza o presidente russo em matéria de política externa, não só pelo quadro normativo e institucional existente, mas também pelo apoio que detém no setor económico, pelo controlo dos meios de comunicação social e pelo elevado nível de popularidade que detém junto da opinião pública.

¹⁰⁶ Romanova, Tatiana, (2015), “Relações UE-Rússia: Instituições de Política Externa Russa”, Jean Monnet Centre of Excellence, St. Petersburg State University, Russia, in: <https://euactive.ru/lk/rel2.shtml> (última consulta em 22 de outubro de 2020).

Quadro 7

Índice de popularidade do Presidente Vladimir Putin (1999-2019)



fonte: Levada Center¹⁰⁷

Como se pode verificar, os índices do Presidente Putin têm-se mantido elevados ao longo dos anos da sua governação, oscilando sempre entre os 60% e os 80%. Esta variação ocorre essencialmente em momentos de maior preocupação da parte do eleitorado russo, como é o caso de questões relativas ao nível de vida dos cidadãos russos, seja pela fragilidade económica ou devido às pensões e salários baixos. Curiosamente, em momentos de maior tensão com o exterior, seja após a crise da Crimeia ou após o caso Skrypal, o líder russo conseguiu preservar uma população elevada sobretudo por recurso a uma retórica política de ameaça externa ao país, transpondo as críticas à sua ação governativa ao todo da sociedade russa.

A Federação Russa teve três presidentes, Boris Yeltsin (1991-1999), Dmitri Medvedev (2008-2012) e Vladimir Putin (2000-2008 e de 2012 até à atualidade), sendo que em 2020 se celebrou os 20 anos de Putin à frente da governação russa, tendo ocupado apenas o papel de Primeiro-ministro entre 2008-2012. O Presidente Putin é de todos o mais experiente em política externa não apenas pelo facto de ocupar o cargo presidencial, mas também pela experiência que teve enquanto membro dos serviços secretos e também pelo cargo que ocupou como responsável pelo Comité de Negócios Estrangeiros em São Petersburgo antes de ter vindo para Moscovo e trabalhar na administração central como responsável do Serviço Federal de Segurança e serviu também como Responsável pelo Conselho de Segurança.

¹⁰⁷ Levada Center, in: <https://www.levada.ru/en/ratings/> (última consulta feita em 12 de novembro de 2020).

As competências presidenciais relativamente à política externa russa emanam diretamente da Constituição em vigor desde 1993. Pelo elenco da função presidencial face ao processo decisório e ação externa se percebe que a função presidencial detém o poder máximo também e sobretudo em termos de ação governativa na política externa do país.

Quadro 8
Quadro normativo e competências institucionais na política externa russa

	Competências	Artigos da Constituição russa
Presidente da Federação Russa	<ul style="list-style-type: none"> ● Representa o país na política internacional ● Define a política externa ● providência direção estratégica ● é responsável pela segurança da Rússia ● ratifica acordos celebrados ● recebe corpo diplomático acreditado no país ● preside ao Conselho de Segurança 	80.º - 86.º
Administração presidencial ou Kremlin (chefe de gabinete do Presidente desde 2016 é Anton Vaino)	<ul style="list-style-type: none"> ● Assiste o Presidente ● Funções para áreas estratégicas (casos do Diretor para a Política Externa ou do Assessor diplomático do Presidente) 	83.º i)
Conselho de Segurança (Chefe do Conselho de Segurança desde janeiro de 2020 é Dmitri Medvedev)	<ul style="list-style-type: none"> ● órgão consultivo do Presidente em matéria de segurança nacional ● determina as fundações da política doméstica e externa russas ● centro de coordenação da 	83.º g)

	<p>atividade da política externa</p> <ul style="list-style-type: none"> ● coordenada a estratégia de segurança nacional e a reforma da Doutrina Militar ● adota medidas de emergência nacional 	
<p>Governo (o atual Primeiro-ministro é Mikhail Mishustin)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● implementação da política externa ● responde perante o Presidente em assuntos estratégicos 	114.º e)
<p>Ministro dos Negócios Estrangeiros (Serguei Lavrov desde 2004)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● executa e implementa a política externa definida pelo Presidente ● assegura e gere os meios diplomáticos para a proteção da soberania, segurança e a integridade da Rússia ● assegura a proteção dos direitos dos cidadãos russos e de outros interesses da Rússia no exterior ● coordena toda a ação externa ● promove a língua e cultura russas 	114.º e) (acresce o Decreto Presidencial de 2008 ¹⁰⁸ e Decreto Presidencial de 2012 ¹⁰⁹)
<p>Ministro da Defesa (desde 2012 ocupado por Serguei Choigu)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● executa e implementa a política externa definida pelo Presidente ● gestão do armamento 	114.º e)

¹⁰⁸ Decreto Presidencial de 22 de janeiro de 2008 sobre ao Comité organizador pelo Fórum Internacional Económico de São Petersburgo, uma importante ferramenta da política externa russa para as questões económicas, no qual o Presidente Putin delega no Ministro Lavrov a responsabilidade pela agenda e representação do país, Biblioteca Presidencial Boris Yelstin, in: <https://www.prlib.ru/en/node/433124> (última consulta em 7 de abril de 2020).

¹⁰⁹ Decreto Presidencial de 11 de setembro de 2012 mediante o qual o Estado russo proíbe as empresas estatais de fornecerem informação a autoridades externas sem a aprovação de podendo comprometer os interesses económicos estratégicos russos, BBC, “Putin signs decree to protect Gazprom”, 11 de setembro de 2012, in: <https://www.bbc.com/news/business-19559194> (última consulta em 3 de outubro de 2020).

	<p>nacional, incluindo da questão nuclear</p> <ul style="list-style-type: none"> ● interlocutor no diálogo com a NATO e com os EUA (ator securitário forte) 	
<p>Serviços de Segurança (Serviço Federal de Segurança e Serviço de Informações Estrangeiras)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● canais privilegiados para fornecer informação ao Presidente 	<p>Criados após a dissolução da polícia secreta soviética, o KGB</p>
<p>Ministro do Desenvolvimento Económico (desde janeiro de 2020 é Maxim Reshetnikov)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● interlocutor nas relações económicas, sobretudo, com a União Europeia ● realiza missões económicas no exterior ● pode aceder à informação no terreno (menos dependente do MNE) 	<p>114.º e)</p>
<p>Assembleia Federal ou Parlamento russo (composto pelo Conselho da Federação e pela Duma Estatal)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● ambas as Câmaras têm Comitês em segurança e negócios estrangeiros ● a Duma tem uma Comissão de Geopolítica ● pouca competência em matéria de política externa ● ratifica acordos celebrados ● colabora com outros Parlamentos nacionais (e também com o Parlamento Europeu) ● pode realizar inquéritos em matéria de relações externas 	<p>94.º - 109.º</p>

fonte: elaboração própria com base na comunicação de Tatiana Romanova, “Relações UE-Rússia: Instituições de Política Externa Russa”, Jean Monnet Centre of Excellence, St. Petersburg State University,

2019

Para além dos intervenientes institucionais mencionados no quadro acima, para o processo de formulação, decisão e implementação da política externa também importam, adianta ainda Romanova, as empresas, que não sendo uma instituição *per se* apoiam as relações externas das entidades oficiais, sobretudo, as relações económicas do Estado russo. Após a década de 90, a “economização” da política externa ocorreu, segundo Romanova, pela transição para uma economia de mercado que permitiu a emergência do setor privado e na atualidade quanto melhor estiverem desenvolvidas as relações económicas melhor para a Rússia. E, adianta, que apesar de uma parte da gestão empresarial de topo ter sofrido o impacto da luta levada a cabo pela administração central ao resquício dos denominados "oligarcas"¹¹⁰, cuja ação estava a ser considerada interna e externamente prejudicial para o país, a integração da Rússia na economia mundial prosseguiu com uma certa lealdade da parte empresarial para com o país e a sua governação. Grandes empresas russas como a Gazprom, e Rosneft ou a Lukoil pautam a sua ação externa em estreita concertação com as indicações do Estado russo, servindo muitas vezes de meios extraoficiais para alcançar objetivos considerados estratégicos. Este diálogo, avança Romanova, é suposto reforçar a causa da política externa em troca da promoção dos interesses dessas empresas pelos representantes oficiais russos.

Finalmente, além da relevância da ação de organizações não-governamentais russas no apoio à língua e cultura russas e às comunidades de falantes de Russo no estrangeiro e na manutenção de uma relação próxima com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a autora evidencia o importante papel desempenhado pela Igreja Ortodoxa Russa em várias áreas da política russa, em particular externa. A Igreja Ortodoxa Russa tem interesse em manter a sua esfera de influência espiritual alargada para além das fronteiras do estado russo. A relação cada vez mais próxima entre a religião e a governação russa tem sido relevante em momentos decisivos tanto no plano interno, de uma certa forma legitimando a ação governativa do presidente Putin, mas também no plano externo apoiando decisões e ações externas importantes. E na escalada de tensão cada vez maior com o Ocidente o apoio da Igreja Ortodoxa Russa tem tido o seu papel, nomeadamente colocando a Rússia como o derradeiro reduto dos valores cristãos considerados em declínio na Europa Ocidental. De acordo com as palavras

¹¹⁰ Termo depreciativo utilizado para designar o pequeno grupo de empresários que fizeram fortuna rapidamente após a privatização das principais empresas nacionais detendo a maior parte do controlo dos recursos nacionais em detrimento do estado russo e que exerciam uma influência desmedida sob a liderança política, para saber mais ver Hoffman, D. (2011), “The Oligarchs: Wealth And Power In The New Russia”, PublicAffairs.

proferidas pelo Patriarca Kirill (2017)¹¹¹ criticando a moderna secularização ocidental: “o Ocidente está a cometer um erro tentando desenraizar a fé cristã pensa que pode ter cultura e filosofia políticas sem Deus e o melhor exemplo que essa perseguição falha é a nossa Igreja e o nosso país”.

De acordo com Remington (2012¹¹²), cerca de 89% da população russa identifica-se com a Igreja Ortodoxa Russa que esteve desde sempre historicamente ligada às autoridades estatais e o colapso do comunismo permitiu à Igreja reaver muito do seu estatuto e autonomia. Outro momento importante foi a cisão ocorrida com a Igreja Ortodoxa Ucraniana após a anexação da Crimeia em 2014 tendo em conta o manifesto apoio à atual liderança russa. Após séculos sob a alçada do Patriarcado de Moscovo, a Igreja Ortodoxa Ucraniana viu as suas pretensões serem reconhecidas após a concessão da sua saída histórica da Igreja Ortodoxa Russa, ato formalizado com a assinatura do Patriarca Ecuménico da Igreja Ortodoxa Mundial, Bartolomeu, em 5 de janeiro de 2019 em Istambul¹¹³.

Segundo Karelska e Umland (2020)¹¹⁴, a dimensão religiosa na tensa confrontação entre Moscovo e Kiev, que resultou neste cisma e no conseqüente reconhecimento da Igreja Ortodoxa Ucraniana pelas Igrejas mundiais tornou-se numa questão de considerável importância geopolítica no momento atual. A relação próxima da Igreja Ortodoxa e da liderança russa resultou numa sociedade cada vez mais conservadora e religiosa e numa política com um cunho cada vez mais religioso. O derradeiro passo no estreitar desta relação foi a consagração na Constituição russa da referência a “Deus” com o recente aprovado pacote de reforma constitucional anunciado ainda no início deste ano pelo próprio presidente Putin no seu discurso anual do “Estado da Nação”¹¹⁵ como importante plano estrutural de modernização de acordo com a sua visão para o país.

Nesta medida, vislumbra-se um regime de cariz iliberal com tendência à sua autocratização assente numa liderança política centralizada e personalizada no presidente russo que se apoia e se legitima num quadro burocrático de suporte, o seu círculo restrito político de

¹¹¹ Kirill, Patriarca da Igreja Ortodoxa Russa (2017), discurso proferido criticando a moderna secularização ocidental, Moscovo, Rússia, in: https://www.youtube.com/watch?v=LtAexVHRVBA&ab_channel=OrthodoxChurch (última visualização em 27 de agosto de 2020).

¹¹² Remington, T. (2012), “*Politics in Russia*”, Pearson Education, Glenview, p.164.

¹¹³ “*Ukraine Orthodox Church granted independence from Russian Church*”, BBC News, 5 de janeiro de 2019, in: <https://www.bbc.com/news/world-europe-46768270> (última consulta em 16 de julho de 2020).

¹¹⁴ Karelska, K; Umland, A. (2020), “*Russia set to escalate fight against Ukrainian Orthodox independence in 2020*”, Atlantic Council, in: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/ukrainealert/russia-set-to-escalate-fight-against-ukrainian-orthodox-independence-in-2020/> (última consulta em 6 de novembro de 2020).

¹¹⁵ Putin, Vladimir (2020), “*Presidential Address to the Federal Assembly*”, a 15 de janeiro, in: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/62582> (última consulta em 1 de agosto de 2020).

confiança. Este aparelho burocrático emerge não apenas em cargos políticos de topo como também por via do recurso à instrumentalização para esse fim da própria Igreja Ortodoxa e do tecido empresarial existente de grandes empresas detidas na sua maioria pelo Estado e cujo processo de internacionalização passa necessariamente por corresponder aos interesses nacionais consagrados pela liderança política.

2.4. O “interméstico” russo: os fatores endógenos e exógenos

Existe uma abordagem em Relações Internacionais que argumenta a correlação entre a política doméstica e a política externa, nomeadamente argumentando que a primeira influencia e justifica as ações externas dos estados. De acordo com Fearon (1998)¹¹⁶, a explicação do que é do campo “político-doméstico” no âmbito da política externa surge em oposição às explicações sistémicas ou estruturais que dão primazia ao sistema internacional. A importância dos factores endógenos (internos) na política externa, refere o autor, remete para a conjugação das suas características internas e os fatores exógenos (externos). E Fearon avança como exemplo ilustrativo da sua argumentação referindo o caso das políticas externas de democracias nas quais a linha base normativa é o princípio da representatividade e em caso de falhanço dos líderes eleitos na implementação da política externa o seu grupo de eleitores poder vir a rejeitar a mesma diferindo do caso de autocracias ou ditaduras onde de forma clara as escolhas do líder advém das suas concepções de interesse ou segurança nacional sem ter necessidade de acautelar *a priori* uma opinião pública nacional favorável. Por outro lado, avança também o exemplo de perante uma ameaça efetiva à integridade territorial, a escolha normativa natural ser o recurso à defesa militar independentemente do que a liderança ou a sociedade civil desejem.

Partindo-se do entendimento, como refere Freire (2017)¹¹⁷, de que a análise da política externa, numa perspetiva pós-positivista, considera que não apenas as ação e cognição humana, bem como as regras e práticas reproduzidas pelos decisores políticos são relevantes para as relações internacionais, argumenta-se que as mudanças ocorridas na política externa russa ocorrem no “interméstico” (Manning, 1977)¹¹⁸, ou seja, que as condições internas são

¹¹⁶ Fearon, J. D. (1998), “Domestic Politics, Foreign Policy and Theories of International Relations”, *Annual Review of Political Science*, Annual Reviews, pp. 299-313 in: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.polisci.1.1.289> (última consulta em 1 de abril de 2020).

¹¹⁷ Freire, M. R. (2017), “Política Externa Russa no “Interméstico”: Uma abordagem construtivista”, in “Análise de Política Externa: tendências e dinâmicas”, *Relações Internacionais* 55, pp.35-49.

¹¹⁸ Manning, B. (1977), “The Congress, the Executive and Intermestic Affairs: Three Proposals” in: *Foreign Affairs*, Vol. 55, No. 2, pp. 306-324.

indissociáveis da política externa. Ainda de acordo com a autora, este princípio emerge como estruturante para a Rússia tanto na definição como na implementação das suas políticas, demonstrando a capacidade da sua adaptação às alterações do sistema internacional para as quais ela própria contribui. Sendo a política externa, avança, um processo em interação permanente, a diluição da fronteira entre internacional e doméstico (Putnam, 1988)¹¹⁹ surge natural e as alterações ocorridas nos objetivos tem implicação direta na transformação da identidade dos atores e, em última instância, podem levar a uma mutação da natureza do sistema. Ainda para a autora, no caso russo, a dimensão doméstica tem prevalecido na formulação da política externa, ocorrendo em paralelo uma otimização dos resultados alcançados na política externa para o reforço de apoio interno e consequente legitimação da ação governativa. Como exemplos ilustrativos refere a anexação da Crimeia e a intervenção militar na Síria, nos quais mediante uma política externa assertiva com recurso à força e por via de uma narrativa política de confirmação do estatuto de grande potência, a Rússia assumiu um papel preponderante para demonstrar a sua capacidade de influência externa tendo alcançado uma ampla aprovação doméstica associada. Freire argumenta que o “macro objetivo” de projetar e reivindicar o estatuto de grande potência permanece imutável, o que se tem alterado são as opções que denomina de “micropolíticas” no que concerne o entendimento soberanista, uma maior securitização na narrativa política e um maior foco na decadência do Ocidente, numa lógica constante de conjugação do interno com o internacional.

A especificidade russa ou como Sakwa (2008)¹²⁰ afirma “a Rússia é diferente porque se percebe diferente”, parece ser mais notória após a presidência de Vladimir Putin, na qual a agenda política vai-se pautar pela recuperação e afirmação do estatuto de grande potência e pela defesa do que considera ser os interesses russos adotando uma postura pragmática alavancada numa narrativa política cada vez mais assertiva. Desde o início da sua governação, avança ainda Sakwa (2008)¹²¹, Putin pretende a normalização da política externa russa, significando isto que a Rússia não deve ser tratada como uma perdedora da Guerra Fria ou como um Estado disruptor, mas apenas como mais uma grande potência, que pretende alcançar os seus objetivos pela via inicialmente da cooperação e não da confrontação e que considera estar numa categoria bastante diferente dos restantes países do espaço pós-soviético. Ainda para o autor, a percepção

¹¹⁹ Putnam, R. D. (1988), “Diplomacy and domestic politics: the logic of two level games” in: *International Organization*, Vol. 42, N.º 3, pp. 427-460.

¹²⁰ Sakwa, R. (2008), “Russia Politics and Society”, Routledge, New York, p.363.

¹²¹ Sakwa, R. (2008), “New Cold War or twenty year’s crisis? Russia and international politics”, in: *International Affairs* 84:2, p.p.241-267.

rusa de si mesma como uma grande potência coexiste com a vontade de ser aceite pelo Ocidente. Este equilíbrio entre a afirmação internacional da relevância do seu papel e a vontade de normalização das relações com os países ocidentais motivou a sua participação nas instituições existentes tornando-se numa espécie de participante não conformado, ainda que tenha enveredado por um caminho tendente a um clima de enorme tensão com o Ocidente, sobretudo desde a anexação da Crimeia. Para Sakwa, a liderança russa envidou desde sempre um grande esforço na promoção da imagem da Rússia no mundo e sobretudo de projeção do seu poder, justificando assim as suas ações externas e procurando legitimar-se internamente para essas mesmas escolhas.

A opção entre a conformação de um país ao sistema internacional existente ou o seu repúdio depende, argumenta Ambrosio (2005)¹²², da estrutura do sistema (fatores externos) e da cultura política do país (fatores endógenos). No caso da Rússia, o autor identifica três correntes no interior do Kremlin: os atlantistas, que favorecem o alinhamento com os Estados Unidos e o Ocidente; os imperialistas, que defendem o estatuto de grande potência da Rússia em oposição ao Ocidente e os neo-eslavos que partilham o mesmo sentimento que os imperialistas, mas enfatizam o aprofundamento da identidade do país. Ao longo dos últimos vinte anos, a sua influência junto do presidente tem oscilado e permitido verificar algumas alterações nas tendências e dinâmicas da política externa da Rússia. Como refere Putnam (1988)¹²³, trata-se da lógica do *two-level game*, onde os decisores políticos têm de se preocupar com as pressões domésticas nas suas opções externas na medida em que, por um lado, ocorre a transposição dos jogos intranacionais para o patamar das relações internacionais e os interesses burocráticos são relevantes para a política externa e, por outro, no plano internacional os governantes procuram satisfazer essas mesmas pressões domésticas.

O regime existente na Rússia com Putin detém especificidades próprias que advém do carácter da sua liderança forte e vertical que se legitima dotando-se de um aparelho burocrático leal ao líder e que implementa as decisões por via de ações sobretudo no plano externo assentes numa narrativa oficial que exalta a defesa da soberania russa, a sua influência no espaço pós-soviético e a estabilidade e preservação do seu regime. A Rússia enquanto potência que pretende ver o seu *status quo* reconhecido pelos seus pares no sistema internacional e a sua liderança política justifica, sobretudo no plano doméstico junto do seu eleitorado, a sua política

¹²² Ambrosio, T. (2005), “Challenging America’s global preeminence: Russia’s quest for multipolarity”, Aldershot: Ashgate.

¹²³ Putnam, R. D. (1988), “Diplomacy and domestic politics: the logic of two level games” in: International Organization, Vol. 42, N.º 3, pp. 427-460..

externa, remetendo para a existência de uma ameaça externa que põe em risco o país. O pacote de reformas constitucionais anunciado em início do ano passado pelo presidente Putin e submetido a consulta popular em 1 de julho de 2020¹²⁴, que já está em vigor desde dia 5 de abril de 2021, parece evidenciar essa tendência de uma sociedade cada vez conservadora e menos liberal, uma liderança com mais poder e duradora e uma política externa cada vez mais assertiva. Não apenas o atual presidente poderá candidatar-se e ficar no poder até 2036, não se esperando assim uma alteração da sua governação em política interna e externa, como também é feita pela primeira vez a referência a “Deus” numa clara aproximação à Igreja Ortodoxa Russa e feita ainda a referência ao casamento como um ato celebrado entre um homem e uma mulher coartando a liberdade individual de escolha. Desde 2000, que o regime russo com Putin parece caminhar para uma certa previsibilidade, de regime iliberal tendente à sua autocratização e de assertividade em matéria de política externa (vide Quadro 9).

Quadro 9

Características da liderança e aparelho burocrático russos na política externa

	Características	Consequências
Liderança	<p>tipo de liderança: ativo-positivo</p> <p>código operacional: tipo de crenças e ideias instrumentais na narrativa política</p> <p>-traços de personalidade: capacidade de análise e controlo dos eventos; nível de confiança no círculo próximo, racionalidade das opções políticas perante o leque de possibilidades apresentadas, motivações e percepções</p>	<p>-Líder que visa a sua preservação no poder e retira grande satisfação da função;</p> <p>- agenda de defesa do estatuto da Rússia de grande potência e da ordem internacional multipolar por via do pragmatismo e assertividade;</p> <p>- percepção do seu controlo sobre os eventos, necessidade de preservação do seu poder e influência, decisões tomadas sempre na defesa do que identifica como interesse do Estado, não permissão de oposição política ou contestação interna às decisões tomadas, legitimação das posições</p>

¹²⁴ The Moscow Times, “Explainer: What Are Russians Voting for in Putin’s Constitution Poll?”, 25 de junho de 2020 in: <https://www.themoscowtimes.com/2020/06/25/explainer-what-are-russians-voting-for-in-putins-constitution-poll-a70692> (última consulta em 18 de abril de 2021).

		externas por via de controlo na opinião pública, liberdade de expressão e aproximação à Igreja Ortodoxa, aparelho burocrático escolhido com base na lealdade ao líder.
Aparelho burocrático	-sendo um sistema presidencialista a abordagem é formal/rígida -modelo da política racional	- estrutura hierárquica com clara cadeia de comando e processo decisório vertical, conselheiros providenciam a informação da sua especialidade ao líder e implementam decisões adoptadas pela liderança, apoio à agenda política do líder e à preservação do regime; -decisões de política externa adotadas resultam do processo de escolha racional do líder com base nos <i>inputs</i> recebidos do círculo restrito próximo e agências ou departamentos tendo as opções existentes, o interesse nacional e avaliação dos custos e benefícios da opção escolhida.

fonte: elaboração própria com base nos modelos de análise propostos por Breuning (2007)¹²⁵

Os vários ciclos da política externa russa identificados, as alterações na agenda política verificadas e as mudanças ocorridas na própria matriz de vetores e dinâmicas externas, podem justificar-se pelas alterações de perceção e identificação de interesses e objetivos estratégicos ocorridas ao nível dos seus decisores políticos, no caso o seu presidente e o aparato burocrático que o rodeia, face à leitura que fazem do ambiente internacional. Para Freire (2011)¹²⁶, a política externa russa é a materialização do desejo de afirmação enquanto ator regional e global num sistema internacional diferenciado, multivectorial e multipolar, adotando uma postura assertiva

¹²⁵ Breuning, M. (2007), *Foreign Policy Analysis: A Comparative Introduction*, Palgrave MacMillan, New York, pp. 27-113.

¹²⁶ Freire, M. R. (2011), “A Rússia de Putin: Vetores Estruturantes de Política Externa Russa”, Almedina, Coimbra.

nas áreas consideradas prioritárias e defensiva pela contenção do alargamento da esfera de influência ocidental em zonas de interesse vital, como é o caso do espaço pós-soviético. Conforme se percebe pelo quadro anterior, tratando-se de uma democracia soberana, onde a centralização e personalização de poder instituiu uma liderança forte e uma elite política criteriosamente selecionada com base em níveis de confiança e lealdade ao presidente, os alinhamentos políticos surgem com expressão interna, mas também externa e para a autora o carácter co-constitutivo da política russa parece resultar da consolidação de poder e reafirmação do seu estatuto no “interméstico”.

Conforme argumenta MacFaul (2020)¹²⁷, a liderança política e as suas percepções, bem como as instituições domésticas, são fatores importantes para explicar o comportamento internacional da Rússia. Muito para além das propostas explicativas de que a cooperação com o Ocidente se tratou de um interregno motivado pela fraqueza russa após a recuperação da qual a inevitável competição entre grandes poderes regressou ou que existe um padrão histórico e cultural comportamental consistente que justifica essa confrontação, o autor propõe uma terceira via explicativa na qual o foco é depositado nos decisores políticos e nas suas ideias e percepções. Para MacFaul, apesar de invocar de forma consciente uma retórica realista e tradições históricas, foi o presidente Putin que escolheu o caminho tendente à confrontação demonstrando ter agência no processo de formulação da política externa russa. As ideias importam e existe um impacto causal único das percepções dos líderes e o autor avança que, no caso russo, o presidente Putin tem definido a agenda política externa do país de uma perspectiva realista independentemente das opções de que dispõe oriundas dos fatores internacionais, das instituições domésticas ou da burocracia política, cujas pressões podem ajudar a formular mas não determinam decisões e ações individuais. O autor refere ainda que Vladimir Putin escolheu uma trajetória única para a política externa russa com base num conjunto particular de ideias que desenvolveu à cerca da Rússia, dos Estados Unidos da América e das relações internacionais num âmbito mais alargado, o denominado “Putinismo”. Contrariamente à adjectivação de autocracia, colocando a Rússia de Putin num movimento ideológico transnacional mais alargado, MacFaul argumenta que a proposta do "Putinismo" remete para o nacionalismo conservador e iliberal propagado por Putin para designar o que considera ser os interesses nacionais, desenvolvendo em paralelo a teoria de que a política externa norte-americana é não apenas hostil a esses interesses como também antiética aos valores ortodoxos russos.

¹²⁷ MacFaul, M. (2020), “Putin, Putinism, and the Domestic Determinants of Russian Foreign” in: *Policy International Security*, Vol. 45, No. 2 (Fall 2020), pp. 95–139.

Finalmente, refere que as ideias, as crenças e as perceções de Putin desempenham um papel fundamental na condução da política externa russa e caso tivesse enveredado por outro tipo de moldura ideológica diferente ou existisse outro líder a governar a Rússia o comportamento internacional do país seria certamente diferente.

Quadro 10
Determinantes domésticos da Política Externa Russa

Rússia como uma grande potência	Potência nuclear; 11 ^a economia mundial; reemergiu como ator influente ao nível das ideias e da capacidade de intervenção.
Putin e o “Putinismo”	Vladimir Putin e as suas perceções têm desempenhado um papel independente e autónomo nas políticas externas de outros Estados; poder centralizado e personalizado face à elite política, sociedade civil e meios de comunicação social; defesa da soberania e não ingerência interna; conservadorismo iliberal; aproximação crescente à Igreja.
Autocracia russa como facilitadora de Putin e do “Putinismo”	Com o aprofundamento da autocracia maior é a influência individual de Putin na política externa e maior a tensão com o Ocidente; justificação e legitimação da ação externa por contraponto à ameaça externa do “Outro”.

fonte: elaboração própria com base na perspetiva de MacFaul (2020)

Tendo em conta os determinantes domésticos da política externa russa propostos por MacFaul e de forma a melhor compreender o comportamento internacional da Rússia e dada a especificidade do regime russo, além das capacidades de poder materiais e da sua relação com os outros Estados, deve considerar-se a relevância que detêm os decisores políticos e as suas ideias, bem como as instituições que os aconselham e apoiam, no processo de formulação e implementação da política externa russa. Num sistema de governação autocrático cuja narrativa oficial exala a defesa da estabilidade do regime e da integridade territorial, a soberania nacional, os interesses económicos, a projeção de grande potência global, a defesa do *Russkiy Mir* (Mundo Russo) em paralelo com motivações ideológicas conservadoras de âmbito civilizacional e religioso e com um quadro normativo recentemente reformado por via do pacote de alterações constitucionais este ano aprovado, parece-nos configurar a previsibilidade

da Rússia de Putin (Slobodchikoff, 2014)¹²⁸ com a preservação da atual governação e das principais linhas, internas e externas, da sua ação governativa.

2.5. Os conceitos de honra e neo-imperialismo na política externa russa

A linha de continuidade de construção do *ethos* russo na política externa do país, por meio dos conceitos de “honra e orgulho nacional”, amplamente capitalizados sobretudo pela liderança russa com vista não apenas à legitimação do regime político, mas também como forma de justificar ações e posições externas adotadas, parece assim verificar-se.

Em termos internacionais, a honra é aqui associada à preservação da dignidade e à assunção de cumprir os compromissos assumidos, dotando-se de considerações morais e obrigações inerentes a esse acordo (Tsygankov, 2012)¹²⁹. Mais do que os aspetos que remetem para a honra interna do indivíduo, relacionados com integridade, verdade e caráter, em termos externos a honra remete para a acessão da reputação e do bom nome do país. Se a reputação for posta em causa pode dar azo a uma relação de maior competição e eventualmente comportamento destrutivo. Nessa medida, honra no plano internacional, está subjacente à competição de grande poder e até de rivalidade imperial pressupondo que exista verdade na palavra de honra dada servindo ainda para justificar o direito à defesa do país face a possíveis ameaças (O’Neil, 1999)¹³⁰.

Podemos ressaltar que esta noção de honra, no seu sentido clássico – englobando receios, interesses e honra -, transportando para a existência de regras morais em relações internacionais emerge como o fator determinante para o comportamento do Estado. Esta racionalidade atribuída ao comportamento do Estado entendida assim mais em termos de capacidades do que de prestígio ou de reputação (Tsygankov, 2012)¹³¹. No caso específico da formulação da política externa, e para o seu entendimento, parecem ser ainda relevantes nas interações Estado-a-Estado tanto as condições locais como as influências internacionais que enformam o conceito de honra.

¹²⁸ Slobodchikoff, M. O. (2014), “Building Hegemonic Order Russia's Way: Order, Stability, and Predictability in the Post-Soviet Space”, Lexington Books, London.

¹²⁹ Tsygankov, Andrei P. (2012), “Russia and the West From Alexander to Putin – Honor in International Relations”, Cambridge University Press, pp. 13-14.

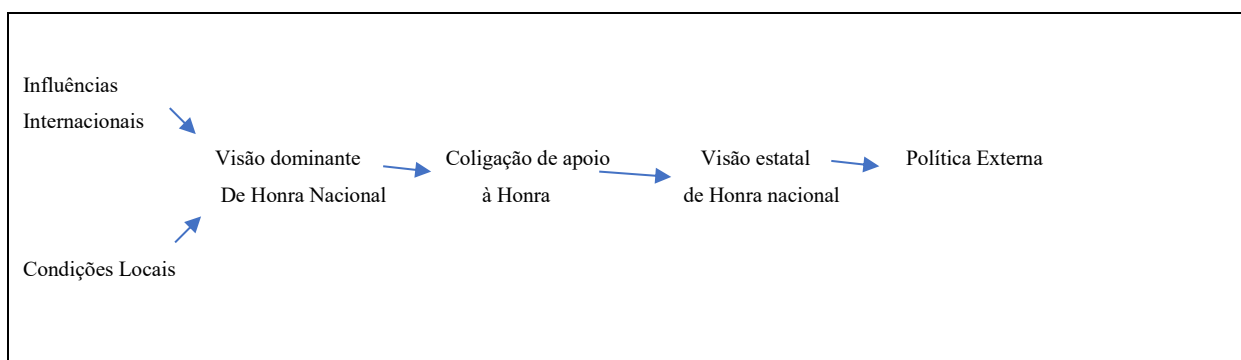
¹³⁰ O’Neil, Barry (1999), “Honor, Symbols and War”, University of Michigan Press citado por Tsygankov A. P. (2012) em “Russia and the West From Alexander to Putin – Honor in International Relations”, Cambridge University Press, p. 14.

¹³¹ Tsygankov, A. P. (2012), “Russia and the West From Alexander to Putin – Honor in International Relations”, Cambridge University Press, pp.16-17.

Aliado à memória nacional de interações passadas com o seu contexto externo, também as influências internacionais contribuem para a criação e moldam a política externa e estabelecem um propósito ou sistema com significado pelo qual se deve agir. Ainda que se trate de um processo complexo, a política externa surge aqui entendida como o momento de transcendência da dicotomia pressões internas/externas para o desenvolvimento de estratégias de resposta aos desafios mundiais em articulação com o conceito de honra nacional. Na verdade, parecem existir imperativos económicos e políticos que movem os Estados no plano externo, com base na confiança nacional interna, como forma de satisfazer as pretensões e objetivos sociais existentes, e que podem ser interpretados como oportunidades ou ameaças ao desenvolvimento nacional. Quando as pressões externas são encaradas como oportunidades, geram sentimentos de positivos de esperança, estreitando os aspetos da honra tendentes à cooperação internacional. Por outro lado, quando vistas como ameaças tendem a suscitar receio, ressentimento ou até mesmo maior reatividade, exacerbando o conceito de honra para um maior apelo ao nacionalismo e a um comportamento internacional mais competitivo e até conflituoso.

De uma forma geral, pode verificar-se uma visão de honra predominante dependente do momento e da liderança em funções que pode ser trabalhada por via de vários mecanismos existentes por forma a influenciar a opinião pública, bem como a elite a seu favor. Essa visão pode assim ser adotada como interesse nacional e, nessa medida, a própria política externa ser baseada nessa imagem de orgulho e honra nacional.

Quadro 11 Conceito de Honra em política externa



fonte: proposta teórica de Tsygankov (2012)¹³²

¹³² Tsygankov, A. P. (2012), “Russia and the West From Alexander to Putin – Honor in International Relations”, Cambridge University Press, p.24.

Conforme a abordagem de Tsygankov (Quadro 11), as influências causais em política externa da perspectiva baseada na honra nacional, remetem para o papel relevante da liderança política na apropriação dos recursos materiais e das ideias, implementado essa visão pela via das instituições existentes e com recurso a práticas históricas no sentido de influenciar a opinião pública em geral e as elites em particular.

O conceito de “honra nacional” presente na formulação da política externa russa emana, ainda de acordo com a mesma proposta de abordagem, do facto de existir sempre por contraponto a “Outro” e nesse sentido parece configurar a motivação para mostrar permanentemente que possui e pretende preservar a honra nacional, sobretudo, em momentos que considera que a mesma pode estar a ser posta em causa não sendo respeitado o que considera ser os seus interesses nacionais, nomeadamente em momentos de confrontação.

Como avança Tsygankov, sendo um fenómeno cultural e histórico russo, não apenas a expressão da honra é assumida por uma necessidade de demonstrar que a possui, como também deriva sempre de uma necessidade de reconhecimento do Outro de que ela existe. Percebemos que é por meio do “Outro” que a Rússia afirma e reivindica dotar-se de honra de nacional, buscando muitas vezes ao conceito as motivações para as suas posições e ações externas. Tomemos como exemplo disso, as três intervenções militares russas no pós-Guerra Fria, cujas motivações remetem para o conceito de honra russo ser posto à prova. Tanto a Geórgia (2008) como a Crimeia (2014), remetem para a defesa da honra russa pelo desafio que colocava o alargamento da esfera de influência ocidental nesses países da zona de interesse vital russo do espaço pós-soviético e, portanto, junto às fronteiras da Rússia. Algo que poria em causa o país pela proximidade da presença da "ameaça" ocidental, como também o estatuto que reivindica de potência global com uma influência regional e internacional relevante e respeitada pelos seus pares. Também a intervenção militar de apoio ao regime sírio em 2015 parece remeter para a defesa russa da sua honra, demonstrando ser uma potência global com capacidade de projetar o seu poder fora do seu território e defensora de aliados e da estabilização dos regimes e das lideranças existentes.

Entendido esse “Outro”, refere o autor, como o Ocidente - seja apenas os Estados Unidos da América, apenas a União Europeia ou ambos conjuntamente, dependendo dos ciclos da política externa russa -, as motivações internacionais russas emergem da projeção de poder capaz de defender o prestígio da Rússia em termos internacionais. O seu percurso internacional tem suscitado uma apreciação oscilante entre os que consideram o seu comportamento internacional como comodista e não ameaçador ao Ocidente e os que o percecionam de expansionista e desrespeitador das regras internacionais existentes.

Nessa medida, Tsygankov aponta três padrões da Rússia na relação com o Ocidente. O primeiro, de cooperação, cujos exemplos ilustrativos podem ser encontrados ao longo da história russa e no período em estudo aquando da liderança do Presidente Medvedev cujos esforços de aproximação ao Ocidente passaram pela tentativa de construção de uma política de “modernização de alianças” com os países ocidentais; o segundo, defensivo, sobretudo nos períodos em que a liderança russa não conseguindo alcançar os objetivos externos desejos e não recebe apoio do Ocidente pelos seus esforços retraindo-se num isolamento relativo para recuperar a força doméstica, e refere o exemplo da gestão russa entre o Ocidente e a China desde o fim da União Soviética; e por último, a assertividade, agindo em nome de uma força projetada e buscando de forma assertiva e unilateral defender os seus interesses mesmo sem o apoio do Ocidente. O conceito de honra emana assim, refere ainda o mesmo autor, como algo de bom e virtuoso, operacionalizado não apenas ao nível individual da liderança, mas também ao nível societal do país como um todo. E nessa medida, os padrões identificados podem justificar o comportamento internacional russo em termos do sentido estabelecido pela Rússia do conceito de honra.

Finalmente, o autor argumenta que sendo um conceito presente ao longo da história da Rússia, sempre numa lógica de afirmação na sua relação de singularidade *versus* semelhança face ao Ocidente, na Rússia contemporânea aqui considerada, o conceito de honra tem sido construído pelo Kremlin na incorporação da noção de civilização russa, revitalização da força do Estado e apoio às comunidades russas e pró-russas no mundo. A Rússia apresenta-se como uma democracia soberana com obrigações importantes doméstica e internacionalmente.

Não nos parece ser pois de maneira despiciente que na cerimónia de tomada de posse do líder máximo do país, no caso o presidente russo, ato dotado de enorme solenidade e simbolismo, surja ao lado da Constituição russa, o emblema presidencial no qual pode ler-se: “Valor, Honra e Glória”¹³³. Outro exemplo ilustrativo da importância do conceito para a liderança russa ocorreu aquando do discurso de passagem de ano, no qual o Presidente russo fez questão de enaltecer a forma como os russos lidaram com os efeitos da atual pandemia causada pelo Covid-19 afirmando que demonstraram “dignidade, natural de um povo unido, que honra as tradições dos seus antepassados”¹³⁴. Sempre que possível, a narrativa oficial russa

¹³³ Descrição da cerimónia de tomada de posse do Presidente Vladimir Putin em 7 de maio de 2004 no qual esta referência consta de forma clara, in: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/48210> (última consulta em 3 de junho de 2020).

¹³⁴ “Putin welcomes 2021 with a record six-minute New Year’s address”, Meduza, 31 de dezembro de 2020, in: <https://meduza.io/en/news/2020/12/31/putin-welcomes-2021-with-a-record-six-minute-new-year-s-address> (última consulta a 1 de janeiro de 2021).

recorre ao conceito de honra seja no plano doméstico, seja internacional para enaltecer o povo e o país. No entanto, se o reflexo do recurso ao conceito no plano interno seja a busca de legitimação e não contestação à liderança política e seu aparato, no plano externo, o Kremlin procura projetar a imagem da Rússia defensora do que considera ser os seus interesses no quadro do aprofundamento de parcerias a par com aliados históricos, como é o caso de Angola, por contraponto à sua relação com o Ocidente.

Finalmente, como avança Donelan (2007)¹³⁵, parece ser em política externa que a questão da honra se afigura mais delicada, na medida em que o mundo surge como a arena na qual o egoísmo e os impulsos destrutivos têm a sua maior oportunidade.

Outro conceito que nos parece ser transversal e que emana da abordagem teórica proposta por Grigas (2016¹³⁶) perante o comportamento internacional da Rússia, sobretudo após a anexação da Península da Crimeia, é o de neo-imperialismo, remetendo para uma abordagem que caracteriza a atuação externa russa com Putin tendente à construção de um novo tipo de império. A autora avança que antes da anexação da Crimeia a ameaça real e consistente no espaço pós-soviético parecia pouco plausível mesmo após a intervenção militar russa na Geórgia em 2008. Esta alteração das fronteiras no continente europeu em vigor desde o fim da Guerra Fria, avança Grigas, demonstra que a política russa está intrinsecamente interligada com as suas ambições expansionistas e objetivos neo-imperiais. Evidencia ainda a autora que sobretudo a política russa de defesa dos seus compatriotas, bolsas de Russo-falantes e do mundo russo no estrangeiro parece contribuir para uma função integrativa de unificação do povo russo, combinando-a com o potencial de unificação da Rússia aos territórios onde residem esses cidadãos russos ou descendentes de cidadãos russos que por força dos acontecimentos causados pela desintegração da União Soviética ficaram a residir noutro país.

De acordo com o presidente Putin (2005)¹³⁷: “devemos reconhecer que o colapso da União Soviética foi um enorme desastre geopolítico do século (...) e apesar de muitos pensarem que a nossa jovem democracia não seria uma continuação do Estado russo mas antes o seu colapso, a agonia prolongada dos sistema soviética, estavam enganados”.

Para Grigas, além do neo-imperialismo ser uma tendência proeminente na era de Putin, surge como um conceito enraizado na história do país desde o Império Russo. Para a autora, o

¹³⁵ Donelan, M. (2007), *Honor in Foreign Policy: A History and Discussion*, Palgrave MacMillan, New York, p. 8.

¹³⁶ Grigas, A. (2016), “Beyond Crimea: The New Russian Empire”, Yale University Press, New Haven and London.

¹³⁷ Putin, V. (2005), Discurso Anual endereçado perante a Assembleia Federal Russa, em 25 de abril, in: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/22931> (última consulta em 21 de maio de 2017).

legado dos projetos imperiais russos e especialmente das políticas étnicas czarista e estalinista criaram os meios, as causas e as condições para o revivalismo imperial russo. Sobretudo com a chegada ao poder de Vladimir Putin em 2000, avança ainda, parece claro que a Rússia não se tinha tornado um Estado democrático, nem as suas aspirações pelo império foram destruídas pelo fim da Guerra Fria, ainda que emergisse mais como uma ideia marginal no contexto mais alargado da política externa russa no início do milénio e encontrasse espaço pontualmente na retórica política de alguns membros da elite política para enaltecer o orgulho nacional perante a audiência doméstica.

O argumento da perspetiva teórica de Grigas é o de que, particularmente a partir do ano 2000, parece haver uma tendência crescente na política externa russa de neo-imperialismo face ao espaço pós-soviético, daí ser considerado o vetor mais relevante, em especial nos territórios onde residem compatriotas. Sobretudo com a liderança de Putin, refere, as políticas do Kremlin têm demonstrado um enorme esforço orquestrado para utilizar os cidadãos russos residentes em países vizinhos com vista a reconstruir o seu projeto imperial da Grande Rússia, sempre que as condições domésticas e internacionais são favoráveis. Uma política materializada, adianta Grigas, na influência que Moscovo pretende ter junto da diáspora russa oferecendo a cidadania por via de distribuição mais facilitada de passaportes e manifestando a sua proteção militar e legal. A autora refere que mais do que um mero esforço cultural e de exercício de *Soft Power*, esta ação do regime de Putin junto dos compatriotas deve ser entendida com uma trajetória política consistente que procura obter ganhos territoriais nas antigas repúblicas soviéticas, sobretudo quando estão presentes três fatores: uma grande concentração de população de Russo-falantes e russo étnicos; uma população que reside em territórios junto das fronteiras da Rússia e uma população recetiva à influência russa.

Para Grigas, a história russa tem determinado o seu presente, visto que a ideia de império e de uma liderança de estilo czarista têm contribuído para a Rússia de hoje e para a sua política externa. Segundo a autora, a cultura de uma liderança forte (de estilo czarista) sob uma vasta massa de população continua a influenciar a sociedade e a cultura russas e justifica a política *top-down* do Kremlin face aos seus compatriotas no estrangeiro. Os compatriotas tornaram-se, adianta, num pretexto e numa motivação na missão mais alargada de império, de obtenção de mais recursos económicos e população e um maior sentido de segurança e até distração dos problemas no plano doméstico. A opinião pública interna tem-se mostrado favorável ao objetivo externo de reclamar o estatuto de grande potência da Rússia e, nessa medida, Grigas adianta que a civilização russa e os compatriotas fazem parte do racional histórico e cultural tendente ao neo-imperialismo e em certa medida esta motivação

expansionista parece ser relevante no quadro dos fatores domésticos eleitorais da liderança do Presidente Putin dotando-o de um elevado índice de popularidade em momentos relevantes como a guerra na Chechénia, na intervenção na Geórgia ou na anexação da Crimeia. Finalmente, de acordo com Grigas, as ambições russas parecem assumir-se como um direito inerente a interesse privilegiados no espaço pós-soviético e apesar das implicações da trajetória de neo-imperialismo da Rússia de Putin diferirem de país para país, ora trazendo-os para a sua esfera de influência ou impedindo-os de sair da mesma, parece pouco provável que tenderão a desaparecer.

A própria defesa da língua Russa e dos compatriotas no estrangeiro tem sido uma das linhas principais de atuação externa sob a liderança de Putin. Para o presidente russo: “a língua é a base para uma comunidade espiritual e histórica de diferentes culturas e povos e assegura de forma evidente a soberania, a unidade e a identidade da nação Russa”¹³⁸.

Quer o conceito de “honra”, quer o conceito de “neo-imperialismo” podem ser verificados no processo de decisão e formulação da política externa russa com Putin, sobretudo nos anos mais recentes, como legitimadores das decisões e opções implementadas. No caso do objeto da presente tese, a cooperação com o continente africano e em particular com Angola, parece ir ao encontro destes mesmos princípios legitimadores da ação externa russa. A Rússia por contraponto ao clima de tensão com o Ocidente busca dar fôlego aos seus outros vetores e nessa medida África e no caso Angola surgem como uma linha de aprofundamento de laços histórico-políticos que servem os interesses de reivindicação do seu estatuto de grande potência global cuja esfera de influência pretende ir para além do seu espaço vital, o espaço pós-soviético. No quadro alargado da política externa russa dos últimos vinte anos, África surge como um vetor permanente ainda que com um peso diferenciado face ao principal foco de atenção da liderança política no exterior, o espaço pós-soviético. De todo o modo, o continente africano surge com referência permanente nas várias versões do Conceito de Política Externa ao longo dos anos. Por outro lado, ainda que as intenções políticas por via de visitas oficiais ou acordos assinados não se tenham materializado em todas as ações que possam corresponder às expectativas existentes, sobretudo africanas, tem sido uma lógica de cooperação bilateral desenvolvida sabendo capitalizar os laços de amizade existentes. África e no caso Angola afiguram-se como parceiros para a Rússia no quadro de uma ação externa que visa estender a sua esfera de influência e afirmar-se como potência global por oposição ao Ocidente.

¹³⁸ “Putin: Russia language ensures sovereignty and unity of the Nation”, Russkiy Mir Foundation, 6 de junho de 2019, in: <https://russkiymir.ru/en/news/264683/> (última consulta em 12 de novembro de 2019).

CAPÍTULO III

O vetor africano na política externa da Rússia de Putin

3.1. O legado histórico

O fenómeno do processo de descolonização, analisado no quadro do sistema internacional bipolar, ou se quisermos de “Guerra Fria”, em conjunto com a questão da transferência de poder e a transição democrática, suscitou desde sempre uma atenção especial, em particular, nos estudos realizados na década de 80. Apenas a título de enquadramento servir-nos-á referir a abordagem interessante proposta na edição coordenada por Gifford e Louis (1982)¹³⁹, na qual é feita uma análise em detalhe da transferência de poder em África, aquando da descolonização, ainda que remetendo para o período inicial das décadas de 1940 e de 1960, propondo uma perceção dos conceitos supracitados tendendo a uma melhor compreensão das suas causas e consequências para África, para os antigos poderes coloniais, em particular o caso português e, ainda, para as duas superpotências, Estados Unidos da América e União Soviética. O processo encetado pelos movimentos de libertação que levou à independência de várias colónias dos impérios europeus, seja por via negocial, seja por via de conflito armado, consumiu em si mesmo grande parte da época aqui considerada de confrontação bipolar.

Pela abordagem proposta, argumenta-se que não só houve precedentes asiáticos na independência africana, uma vez que foram os movimentos nacionalistas asiáticos os primeiros a suscitar o embate inicial na questão da descolonização e que, portanto, a independência africana seguiu-se ao sucesso do nacionalismo asiático, como ainda se avança que a viabilidade do império em África dependia em grande medida de um compromisso entre os três diferentes níveis: a própria colónia, o poder da metrópole e o sistema internacional. As duas teorias parecem refletir a complexidade que o fenómeno da descolonização suscita. Outra das considerações propostas adianta que todo e qualquer passo dado pelo poder colonial ia no sentido da sua preservação ou da possibilidade de manter o seu controlo de maneira sustentada e não do seu fim e nessa medida razões de ordem económica, pela existência de um sistema colonial de submissão da colónia face à metrópole, podem ajudar a compreender o declínio do império em África ou ainda as ambições independentistas motivadas pelo sentimento popular por influência de outros países favoráveis à autodeterminação dos povos. Na questão particular

¹³⁹ Gifford et Louis (1982), “The Transfer of Power In Africa – Decolonization, 1940-1960”, Yale University Press, pp.vii-xi.

de Portugal, é referido que as colónias eram uma fonte de grande orgulho nacional e que o sentimento português ia ao ponto de existir uma vontade clara de envidar todos os esforços no sentido de se preservar o império colonial (Gifford et Louis, 1982)¹⁴⁰.

Enquanto último poder europeu em África, avança Maxwell¹⁴¹ Portugal tentou de forma aprimorada declinar o papel formal de puro domínio com uma narrativa que remetia para a mítica histórica, para o clamor de multirracismo aliado a uma ação bem sucedida ao nível das relações públicas. Mas a “missão civilizacional” portuguesa em África acabaria por sucumbir também por um lado pelo enfraquecimento económico e, por outro, pela reticência do regime ditatorial em encetar reformas sociais e económicas logo na própria metrópole. A guerra colonial e a conseqüente revolução de abril viriam, a seu tempo, a espelhar essa dura realidade. Aliada a uma preservação do regime demasiado onerosa e ao colapso da governação portuguesa em África ao longo de anos, o mesmo autor evidencia que a inflexibilidade portuguesa em encetar reformas viria a impedir a possibilidade de seguir o rumo de outros poderes europeus e conseguir uma saída ao estilo “Commonwealth”. Também na África portuguesa, refere ainda Maxwell, o desencantamento face ao sistema colonial e a luta anti-colonial dos movimentos independentistas passaram muito além do nacionalismo, adotando mais tarde uma crítica de índole marxista a esta forma de dependência e aos mecanismos deste tipo de sistema. O carácter particular destes movimentos de libertação, adianta, emana da combinação feita entre a teoria revolucionária europeia e a experiência asiática adequando-a a uma consciencialização ideológica de “re-africanização”, incidindo a sua ação nos africanos letrados que poderiam bem levar a cabo esta demanda civilizacional.

A ação local foi complementada com uma dimensão internacional de relevo que motivou o apoio, militar e diplomático, necessário à causa independentista. Nessa medida, constata o autor, as pretensões imperiais portuguesas haviam sempre estado comprometidas por razões inerentes à sua própria história, fazendo de Portugal também ele um país dependente de terceiros. Não apenas o país teria de lidar com os seus compromissos internacionais e receios endémicos face à Grã-Bretanha e à vizinha Espanha, como a localização geográfica das possessões coloniais portuguesas em África se situava num complexo de relações político-económicas que elevou de forma decisiva o alcance além-fronteiras da questão colonial portuguesa. A situação colonial africana tinha alcance não apenas em matéria de estabilidade

¹⁴⁰ Gifford et Louis (1982), “The Transfer of Power In Africa – Decolonization, 1940-1960”, Yale University Press, pp.vii-xi.

¹⁴¹ Maxwell, K., in Gifford et Louis (1982), “The Transfer of Power In Africa – Decolonization, 1940-1960”, Yale University Press, pp. 337-358.

e interesses europeus, como também soube suscitar a atenção norte-americana e soviética na defesa das suas intenções estratégicas para o continente. Relativamente ao papel soviético na África portuguesa, em particular em Angola, Maxwell nota que não apenas a tardia descolonização e a pesada guerra ultramarina motivaram um outro tipo de movimento nacionalista, de ideologia marxista, mais militante e, no caso angolano, mais dependente do apoio externo dos soviéticos e dos cubanos, como também enfatiza uma outra especificidade, a capacidade e habilidade soviéticas e dos seus parceiros em influenciar os acontecimentos em África a seu favor.

Por seu turno, avança Laidi (1990)¹⁴², perante a errada percepção inicial norte-americana de que o interesse soviético no continente africano passaria apenas por manter um canal de comunicação por via da assistência e programas de treino militar, não se traduzindo numa real infiltração política, traduzindo-se numa abordagem política que considerava África como um ator marginal no sistema internacional, cuja entropia política era demasiado forte para ter um impacto realmente válido na balança global e, por isso, optaria por uma política de maior intervenção por via das operações encobertas, rapidamente a crise angolana se constituiu numa linha fraturante nas relações entre os grandes poderes em África, seja pelo alcance das suas consequências nas relações intra-africanas, seja pelos contornos que assumiu a intervenção externa. O autor argumenta mesmo que até à crise de Angola, o envolvimento das superpotências em África reside apenas numa dupla moldura de rígida compartimentação, distinguindo a sua intervenção ao nível regional da sua confrontação global. Na verdade, da particularidade angolana derivam ensinamentos para o lado norte-americana face à sua incapacidade de contrariar a intervenção cubano-soviética no terreno e perante a interferência de outros atores africanos no jogo global. Contrariamente à necessidade norte-americana de reexaminar o equilíbrio entre os seus objetivos globais e os seus interesses regionais, para o mesmo autor, este conflito possibilitou à União Soviética dotar-se de uma política africana que conseguiria levar a cabo fora do diálogo global na medida em que conseguiu alargar a sua esfera de influência por via de investimento e custos militares e humanos com significado secundário no plano internacional.

O interesse renovado soviético por África, para Laidi¹⁴³, permitiu-lhe equilibrar os seus imperativos estratégicos com as suas obrigações enquanto poder totalitário. Nessa medida, a

¹⁴² Laiki, Z. (1990), “The Super-Powers and Africa – The Constraints of a Rivalry, 1960-1990”, The University of Chicago Press, p.p.32-83.

¹⁴³ Laiki, Z. (1990), “The Super-Powers and Africa – The Constraints of a Rivalry, 1960-1990”, The University of Chicago Press, p.p.32-83.

crise angolana revelou uma integração efetiva do sistema africano na moldura Este-Oeste e aboliu, em última instância, a tradicional separação existente entre a intervenção dos superpoderes no domínio político africano, extravasando da área meramente político-diplomática, para uma participação ativa no processo de legitimação de alguns poderes africanos e na reestruturação das relações existentes.

O “Terceiro Mundo” assumiu desde sempre um papel bastante relevante na política externa russa soviética (Espírito Santo, 1988)¹⁴⁴. Desde Lenin que as dependências coloniais do Ocidente suscitaram interesse na medida em que poderiam bem tornar-se em terreno fértil para um eventual conflito entre os mundos socialista e capitalista. Desde os primórdios da liderança soviética que era feita a ligação entre a luta revolucionária da classe trabalhadora e a situação dos povos oprimidos das colónias. Assim, o interesse despertado por África, advinha pela possibilidade de a luta contra o capitalismo imperialista passar também pelo apoio à libertação nacional das vítimas do colonialismo e pelo facto de a política externa soviética em África tender para a conciliação do interesse nacional soviético com os requisitos de uma teoria revolucionária (*Idem*)¹⁴⁵. Entre a revolução bolchevique e a década de 80, Fukuyama considera vários períodos temporais de oscilação da política soviética para esta parte do mundo, evidenciando uma alternância entre uma estratégia mais “à esquerda” ou “mais à direita”, consoante a sua atenção estivesse mais direcionada para os assuntos domésticos, num período de maior ortodoxia e conservadorismo, contrastando com períodos de aproximação da liderança soviética a movimentos ou organizações nacionalistas locais, como é do caso dos movimentos de libertação angolanos¹⁴⁶. Ao longo de três décadas, segundo refere Espírito Santo¹⁴⁷, a influência internacional dos vários atores – Estados Unidos da América, China, Europa e a própria União Soviética -, têm sido significativamente diferentes, refletindo em larga medida a defesa dos seus interesses nessa zona do globo alternado entre influência ideológica, económica e militar. Não apenas as doutrinas, mas também os instrumentos utilizados foram sendo diversificados. Para o caso angolano em concreto, o autor aponta cinco postulados que permitem compreender o ênfase dado ao aparato militar soviético existente naquele país africano: 1) os interesses concorrentes entre a URSS e a China, onde a assistência

¹⁴⁴ Espírito Santo, G. A. do (1988), “Soviet Actions in the Third World”, Nação e Defesa, Instituto de Defesa Nacional, pp. 31-46.

¹⁴⁵ *Idem*.

¹⁴⁶ Fukuyama, F. (1983), “Patterns of Soviet Third World Policy” citado por Espírito Santos, G. A. do (1988), em “Soviet Actions in the Third World”, Nação e Defesa, Instituto de Defesa Nacional, p.p. 32.

¹⁴⁷ Espírito Santo, G. A. do (1988), “Soviet Actions in the Third World”, Nação e Defesa, Instituto de Defesa Nacional, pp. 31-46.

financeira chinesa aos movimentos de libertação foi melhor sucedida ultrapassando a soviética que se pautou por insistir na importância de algumas elites e na relevância de alguns partidos comunistas nos poderes coloniais europeus; 2) o sucesso da experiência cubana por via da ajuda militar soviética fornecida, fator decisivo para a propagação da sua influência na América Latina ; 3) ao contrário de África, Ásia revelou-se mais difícil para a abordagem soviética de expansão da sua influência sobretudo por força dos atores globais existentes - China, Estados Unidos da América e Japão -, tornando-a mais defensiva do que ofensiva; 4) o facto de o Islão ultrapassar o Socialismo em algumas áreas do mundo, sobretudo desde a revolução iraniana, o que suscitou apreensão soviética por receio de uma revolta das minorias étnicas no seu interior e 5) desde o final da II Guerra Mundial (II GM) que grande parte das relações soviéticas com o “Terceiro Mundo” passam muito pela transferência de armamento. O sucesso da intervenção soviética em Angola resultou, finalmente, de se reconhecer os “atributos únicos” da situação angolana, sobretudo a partir de 1975-76, propícias à influência externa. Não só pelo o vazio político deixado, pela inexistência de um movimento político unificado que permitisse a transferência do poder pós-governança portuguesa, como ainda o carácter devastador do conflito civil angolano onde a mínima assistência militar externa poderia causar elevados danos e mudar o curso dos acontecimentos (Hosmer et Wolfe, 1983)¹⁴⁸.

A relevância atribuída à assistência militar, para o mesmo autor, advém do facto de a URSS ter perdido, sobretudo na década de 80, o seu apelo de modelo de desenvolvimento e a ajuda económica fornecida drenar, em larga medida, muitos dos recursos soviéticos. Nessa medida, adianta, se percebe que a assistência militar se tenha tornado no principal instrumento de influência soviética na região, permitindo à URSS competir com a influência ocidental e chinesa.

A URSS, avança ainda Espírito Santo¹⁴⁹, tornou-se, desde finais da década de 70, no maior fornecedor de equipamento militar ao “Terceiro Mundo” retirando do lugar cimeiro os Estados Unidos da América. Já entre 1981 e 1985, segundo o mesmo autor refere, cerca de 33% de todas as armas exportadas para aquela zona do globo tinham proveniência soviética e apenas 19% eram fornecidas pelos Estados Unidos da América. Como resultado, conclui, a política soviética de transferência de armamento e de assistência militar resultou na projeção de poder em importantes áreas do “Terceiro Mundo”. E no caso angolano, refere, após uma

¹⁴⁸ Hosmer, S. T.; Wolfe, Thomas W. W. (1983), “Soviet Policy and Practice towards Third World Conflicts”, Rand Corporation, p. 84.

¹⁴⁹ Espírito Santo, G. A. do (1988), “Soviet Actions in the Third World”, Nação e Defesa, Instituto de Defesa Nacional, p.p. 31-46.

redefinição de estratégia, pelo apoio militar dado ao movimento marxista do MPLA, proporcionou uma alteração na correlação de forças no poderio militar desafiante para a própria segurança regional. Nos anos 80, avança ainda Espírito Santo, o papel da ideologia na definição dos objetivos soviéticos e na definição de instrumentos para a sua expansão entrou em decréscimo e a era Gorbachev apenas permitiu acelerar essa mudança e o seu declínio.

A reforma do comunismo levou mesmo ao ponto de se reformar a si mesmo conduzindo-o ao fim da sua própria existência. O regime soviético não só não se mostrou passível de uma reforma evolutiva, como, sobretudo, culminou numa explosão catastrófica. O sistema super-ideológico que era a União Soviética, não conseguiu concertar as tensões entre a sua ideologia central (Marxismo-Leninismo) e a ideologia operacional (baseada nas realidades do poder, sociedade e sistema internacional) originando antes um longo fosso entre as mesmas. O resultado foi uma política externa soviética dual entre um *Comintern* levando a cabo uma retórica de revolução internacional e uma Ministério dos Negócios Estrangeiros e demais organizações de comércio externo com uma política de índole mais pragmática.

Apesar de Gorbachev permanecer leal à visão socialista, esta não era mais baseada numa agenda de revolução transformativa (Sakwa, 2010)¹⁵⁰. Contrariamente ao que Andrei Amalrik¹⁵¹ havia previsto em 1970, de que a queda da URSS se daria por força da ameaça chinesa, a sua visão de desintegração do império revelou-se verdadeira. Ao contrário de outros impérios que colapsaram por via de uma verdadeira sangria, grande convulsão interna, derrota militar ou pressão de bárbaros na sua fronteira, a retirada do império comunista da Europa de Leste foi relativamente pouco problemática uma vez que implicava a retirada de uma ideologia e sistema de poder impostos externamente pela força das armas (Sakwa, 2010)¹⁵².

A questão fundamental para Sakwa reside em saber se se tratou realmente de um império e a sê-lo de que tipo e cita o argumento apresentado por Solzhenitsyn¹⁵³ de que a União Soviética seria um império comunista e não russo, sobretudo pelo facto de os Russos não beneficiarem de privilégios especiais dentro do sistema. Mas, extravasando o teor da presente tese, esta questão ainda que interessante terá de ficar para uma análise ulterior fora do âmbito da mesma.

¹⁵⁰ Sakwa, R. (2010), “Communism in Russia – An Interpretative Essay” – Palgrave MacMillan, p.p. 116-123.

¹⁵¹ Amalrik, A. (1970), citado em Sakwa, R. (2010), “Communism in Russia – An Interpretative Essay” – Palgrave MacMillan, p.119.

¹⁵² Sakwa, R. (2010), “Communism in Russia – An Interpretative Essay” – Palgrave MacMillan, p.p. 116-123.

¹⁵³ Clines, F. (1990), “Russia Gets Call By Solzhenitsyn For Slavic State” in <https://www.nytimes.com/1990/09/19/world/russia-gets-call-by-solzhenitsyn-for-slavic-state.html> e ver também <https://www.theguardian.com/commentisfree/2008/aug/04/solzhenitsyn.russia>

Numa outra perspectiva de análise, conciliando determinantes internos com externos, é avançado que a URSS implodiu por força de um exercício de alargamento excessivo, cujo fardo não lhe permitiu manter-se. Shearman¹⁵⁴ refere mesmo que apesar de não ter saído perdedora de uma real “guerra quente”, foi sofrendo árduas e sucessivas derrotas reais e enumera: a crise de legitimidade do poder comunista na Polónia; uma guerra aparentemente difícil de vencer no Afeganistão; tensões com uma China economicamente dinâmica; investimentos pouco benéficos em Cuba, Corno de África, África Subsariana, Médio Oriente, Sudeste Asiático e América Central; tensões com a Europa Ocidental no que concerne a questão dos mísseis; dependência das economias estagnadas da Europa de Leste de subsídios soviéticos num período de declínio do crescimento doméstico; colapso da *détente* e restrições externas ao comércio soviético e uns Estados Unidos da América ressurgentes desafiadores de Moscovo em cada parte do globo sob a Doutrina Reagan¹⁵⁵.

É por reflexo dessas realidades e no quadro desta guerra global pelo poder entre Este-Oeste onde as probabilidades são desiguais e em reação a uma “guerra desleal” da maioria dos países mais relevantes contra a União Soviética, que foi desenhado o “novo pensamento” de Gorbachev em matéria de política externa, aliando uma reforma económica e social interna, com vista à manutenção do seu estatuto como superpotência. O que viria a relevar-se num tremendo falhanço, sobretudo, pela “libertação também de forças domésticas” que não conseguiria vir a controlar (Shearman, 1995)¹⁵⁶.

Com o processo de democratização que pôs cobro à lógica imposta por dois blocos de poder competidores (Teixeira, 2008)¹⁵⁷, em 1989, na Europa Central e de Leste, ficou encetado o terceiro processo de democratização considerado neste projeto de investigação, após o português e a independência angolana. Com a implosão da URSS, avança Teixeira, ocorreram não apenas no âmbito político-social, mas também na forma de encarar este fenómeno em termos conceptuais. Na verdade, refere, estas novas experiências das transições pós-comunistas permitiram dar uma maior atenção ao impacto dos fatores internacionais no processo de democratização. A dimensão internacional deste processo, torna-se o centro de foco e os modelos explicativos são construídos em torno dos fatores exógenos. Com o fim da Guerra Fria e o triunfo do “modelo ocidental”, ainda para o mesmo autor, a democracia parece ter-se

154 Shearman, P. (1995), “Russian Foreign Policy Since 1990”, Routledge, Taylor&Francis Group, p.13.

155 Krauthammer, C. (1985), “The Reagan Doctrine”, in: https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1985/07/19/the-reagan-doctrine/b2a06583-46fd-41e5-b70d-c949dd3c50c2/?utm_term=.37527b42b269

156 Shearman, P. (1995), “Russian Foreign Policy Since 1990”, Routledge, Taylor&Francis Group, p.13.

157 Teixeira, N. S. (2008), “The International Politics of Democratization – Comparative perspectives”, Ed. Nuno Severiano Teixeira, Routledge Research in Comparative Politics, p. 2-3.

tornado numa norma universal, sendo o seu falhanço percecionado como uma ameaça à segurança e estabilidade internacionais (Teixeira, 2008)¹⁵⁸.

Reconhecida a atração que despertou a “terceira vaga de democratização” (onde se inclui Portugal) ao último líder soviético e a eventual inspiração daí retirada para a mudança ocorrida nos países da Europa de Leste no final da década de 80, no denominado efeito “*snowballing*” (Huntington, 1991)¹⁵⁹, parece ser inegável as repercussões, a vários níveis, que a desintegração da URSS motivou. Verdadeiras “ondas de choque” (Oliveira, 2011)¹⁶⁰ cuja amplitude certamente transcende o ímpeto reformista de Gorbachev aquando da implementação da *Perestroika* ou da *Glasnost*. Como adianta Huntington (1991), “entre 1974 e 1990, pelo menos 30 países fizeram transições democráticas, duplicando o número de governos democráticos no mundo”. E refere que de entre as condições favoráveis para a sua ocorrência consta a “alteração nas políticas dos atores externos”, de entre os quais indica explicitamente a União Soviética, aludindo ao efeito “bola de neve provocado pelas transições desta terceira vaga que não só estimulam como providenciam modelos para os subsequentes esforços tendentes à democratização”, enfatizando ainda que “a retirada do poder soviético possibilitou a democratização no Leste Europeu”¹⁶¹.

Nessa medida, Gorbachev poderia surgir como um visionário visto ter idealizado uma União Soviética adequada aos tempos modernos e passível de sofrer as alterações necessárias, numa quase operação de estética, que lhe permitisse a sua preservação endémica e física. Como todos os grandes reformadores, soube gerar em torno de si a maior das considerações e o pior dos julgamentos. Longe certamente de vislumbrar o rumo que tomaria a sua visão reformista, Gorbachev ficará nos anais da História, russa e mundial, como o primeiro líder soviético a querer quebrar os dogmas e paradigmas que fundaram décadas do regime soviético e o último a governá-la tornando-se, em certa medida, no seu próprio carrasco, escapando-lhe ao controlo o desenrolar dos acontecimentos. A ideia tornou-se maior que o Homem. Duas dimensões de uma mesma figura carismática para quem os destinos do ente soviético seriam a grandiosidade e não o seu derradeiro fim. Ainda recentemente, na celebração do seu octogésimo aniversário,

¹⁵⁸ Teixeira, N. S. (2008), “Portugal: Democratization and foreign policy” in “The International Politics of Democratization – Comparative perspectives”, Ed. Nuno Severiano Teixeira, Routledge Research in Comparative Politics, p. 71-82.

¹⁵⁹ Huntington, S. P. (1993), “Democracy’s Third Wave”, *Journal of Democracy*, Johns Hopkins University Press.

¹⁶⁰ Oliveira, P. A. (2011), “O Fim da URSS: A Nova Rússia e a Crise das Esquerdas”, XI Curso Livre de História Contemporânea, Coord. Pedro Aires de Oliveira, Edições Colibri, Fundação Mário Soares, IHC-FCSH-UNL, pp. 7-38.

¹⁶¹ Huntington, S. P. (1993), “Democracy’s Third Wave”, *Journal of Democracy*, Johns Hopkins University Press.

o último líder soviético afirmou que “a URSS poderia ter existido hoje enquanto união de estados soberanos” e que “lutou o melhor que pôde para defender a URSS, mas falhou”¹⁶².

De acordo com Brown (1996), o “fator Gorbachev” esteve na base de uma alteração profunda na visão que fundamentava a condução da política soviética até então, suplantando em larga medida o ideário inicialmente equacionado. Ao contrário dos seus antecessores, segundo o autor, Gorbachev estava ciente de que a União Soviética dedicava uma parte bastante desproporcionada do seu rendimento nacional ao exército, indústria militar e forças de segurança, o que significaria não apenas a continuação da tensão internacional mas também a frustração em matéria de reforma interna¹⁶³. E adianta que, embora, esta tentativa de liberalização e democratização parcial da União Soviética tenha tornado praticamente improvável a preservação da união de todo o território que Gorbachev herdou dos seus antecessores, o colapso total da União deveu-se mais a Yeltsin e à sua busca incessante pessoal pelo poder em detrimento da construção de uma nova federação ou confederação¹⁶⁴.

Na verdade, o mesmo autor sustenta que Gorbachev desbravou o caminho para a independência de países da Europa de Leste ao reconhecer a liberdade de escolha aos estados soberanos no que concerne ao seu sistema político e económico¹⁶⁵. Caminho esse que Boris Yeltsin soube capitalizar retirando os devidos dividendos de uma situação de fragilidade porquanto a mudança do sistema vigente acalentava, tornando-se numa espécie de “catalisador final do colapso da União Soviética” (Dallin, 1992)¹⁶⁶.

Como cita um artigo do *The Washington Post* de 1990¹⁶⁷, na reunião do Comité Central de dezembro de 1984, Gorbachev, numa espécie de manifesto de campanha, falava na necessidade de se tomar decisões revolucionárias, de reestruturação da economia soviética, de democratização e de abertura, mas sem intenção aparente de abandonar os ideais socialistas, o que poderia configurar uma espécie de “socialismo com face humana”, quiçá num mimetismo ao ocorrido na Primavera de Praga de 1968. E nos anos iniciais da sua governação, os olhares do mundo assistiram atentos ao reformismo soviético encabeçado por Gorbachev. Reflexo desse novo momento, também a condução da política externa sob a sua liderança, dotar-se-ia

¹⁶² Entrevista da *Russia Today* (RT) a Gorbachev na comemoração do seu 80.º aniversário, publicado a 2 de março de 2011, in: <https://www.youtube.com/watch?v=3jG0o9RJEbY> (última visualização em 02 de julho de 2018).

¹⁶³ Brown, A. (1997), “The Gorbachev Factor”, Oxford University Press, New York, p. 212.

¹⁶⁴ *Idem*, pp.307-308.

¹⁶⁵ *Idem*.

¹⁶⁶ Dallin, A. (1992), “Causes of the Collapse of the USSR”, *Post-Soviet Affairs*, 8/4, p.299 citado por Brown, Archie (1997), “The Gorbachev Factor”, Oxford University Press, New York, p.308.

¹⁶⁷ Remnick, D. (1990), “Gorbachev Shifts on Economy”, *The Washington Post*, in: https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1990/09/13/gorbachev-shifts-on-economy/e4b8991e-9648-4a66-b62b-390bf31f8d81/?noredirect=on&utm_term=.e742bd52b535 (última consulta em 02 de julho de 2018).

de um novo fôlego, em particular, nas relações com o Ocidente. Contrariamente às duas visões proeminentes no mundo ocidental aquando da sua chegada ao poder – por um lado, que dada a seriedade dos problemas domésticos a sua atenção estaria virada para a frente interna e por isso a sua política externa seria de perfil reservado optando pela continuidade com o passado, por outro, que dada as severas dificuldades internas a sua ação externa seria mais vigorosa, aventureira e até expansionista -, Gorbachev conseguiu ver mais além e compreender a relação íntima entre política interna e externa e ter um impacto decisivo no desenvolvimento de novas ideias nas relações da União Soviética com o mundo (Brown, 1997). Como refere Brown, este novo repensar foi fundamental e permitiu uma moldura conceptual para a mudança de comportamento político soviético¹⁶⁸.

Libertada de anos décadas de jugo ao regime, a Rússia encetou um caminho tendente a uma “ocidentalização” russa por via do grupo pró-democrata, ao qual pertencia Boris Yeltsin, na liderança dos destinos do país pós-1989 (Feifer, 2014)¹⁶⁹. Assim, no plano internacional, não só propiciaram a emergência do chamado “momento unipolar” de hegemonia norte-americana, como também o alargamento da europeização no espaço pós-soviético, seja pela adesão à União Europeia, seja à NATO e, paralelamente, no plano interno, motivaram a tentativa de aproximação russa ao Ocidente – entenda-se aos Estados Unidos da América com um ciclo de aproximação, o denominado “*reset*” – e um conjunto de medidas políticas tendentes ao caminho para uma democracia liberal de estilo ocidental.

Herdeira natural da URSS - não só pela ocupação do lugar enquanto membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, marco relevante, dotado de um enorme simbolismo político pela aceitação dos pares desta nova Rússia pós-soviética -, com a liderança de Yeltsin, envidou esforços no sentido de corresponder às expetativas internacionais que em torno de si foram criadas em conjunto com uma preocupação interna de adaptação à sua nova realidade política.

A década de 90, foi um período da história russa fértil em declarações de intenções políticas que depois não conseguiram ver refletidas na prática, de forma rápida e eficaz, todas as reformas que foram projetadas. Na verdade, a implosão da URSS teve como principal resultado interno uma real inadequação do tradicional legado histórico russo do “centralismo

¹⁶⁸ Brown, A. (1997), “The Gorbachev Factor”, Oxford University Press, New York, p. 220.

¹⁶⁹ Feifer, G. (2014), “Russians: The People Behind the Power”, Twelve, p.p.1-12.

dirigista do sistema” à tentativa de transição para o modelo democrático, resultando numa época de transição pautada pela desordem política e social (Freire, 2011)¹⁷⁰.

O período pós-soviético deixou as suas marcas na fundação do que seria a nova Rússia. Ainda hoje, o legado da governação deixado pelo primeiro presidente da Rússia pós-soviética, se repercute no sistema político existente. No plano doméstico, a “era de clãs de Yeltsin” lançou as raízes para a edificação da teia de laços pessoais que compõem o circuito restrito próximo ao poder centralizado e vertical e, no plano externo, deixou marcas o sentimento de superpotência indefesa agora desrespeitada pelo Ocidente (Feifer, 2014)¹⁷¹. A narrativa da “Russofobia” e da existência de uma Rússia incompreendida e desrespeitada pelo Ocidente permanece muito presente na atualidade e a primeira das suas repercussões é o aumento da legitimidade e popularidade da liderança russa, conforme constatado pelos recentes resultados eleitorais. A existência de uma Rússia escondida imperceptível para os estrangeiros vigora na mente do cidadão russo comum e é defendida com o orgulho que lhe é reconhecido (*Idem*)¹⁷². O antagonismo existente o Ocidente e a Rússia começa precisamente por esse argumento, de percepção errada face ao Outro, face a uma cultura política diferente (Feifer, 2014)¹⁷³. Por outro lado, o caminho dos outrora “liberais e pró-democratas” emergidos do pós-URSS deu lugar a uma elite política leal a uma liderança por muitos considerada de autocrática, não sendo deste modo expectável nenhuma mudança fundamental no sistema político russo, pelo menos até ao final do quarto mandato presidencial de Vladimir Putin (Orlova, 2018)¹⁷⁴.

Após setenta anos de um regime pautado pela concentração do poder nas mãos dos líderes do Partido Comunista, de onde emanava não apenas os destinos internos na vida russa e demais satélites soviéticos, mas também as linhas de atuação na política internacional do bloco enquanto um todo, confirmou-se ser árduo o caminho tendente ao nascimento da nova Rússia pós-soviética na última década do milénio passado. À outrora autoridade vertical num contexto de governação centralizada existente, traduzindo-se numa entidade soviética muito fechada em si mesma e reticente face ao exterior, com Yeltsin o país entrou numa espiral de abertura desmesurada, numa espécie de fuga ao modelo em vigor até ao seu desaparecimento, que permitiu o aparecimento de uma nova realidade desconhecida até então, mediante o

¹⁷⁰ Freire, M. R. (2011), “Política Externa – As Relações Internacionais em Mudança”, Capítulo 6: Federação Russa, pp. 149-169, Imprensa da Universidade de Coimbra.

¹⁷¹ Feifer, G. (2014), “Russians: The People Behind the Power”, Twelve, pp.1-12.

¹⁷² *Idem*.

¹⁷³ Feifer, G. (2014), “Russians: The People Behind the Power”, Twelve, pp.1-12.

¹⁷⁴ Orlova, K. (2018), “KREMLINOLOGY: Putin 4.0: It’s All in the Family”, in: <https://www.the-american-interest.com/2018/06/27/putin-4-0-its-all-in-the-family/> (última consulta em 04 de julho de 2018).

privilégio e poder dados à elite próxima do Presidente através da privatização de empresas russas até aí detidas pelo Estado, os denominados “oligarcas”. Estes homens fortes do novo período russo – sobre quem Putin se referiria mais tarde, numa entrevista de rádio, como “aquelas pessoas que fundem ou ajudam a fundir o poder com o capital”¹⁷⁵ -, tornam-se no poderoso círculo existente em torno da presidência, cuja influência lhes permite não apenas assegurar um estilo de vida capitalista e milionário, como ainda lhes confere uma enorme ascendência nos destinos do país interna e externamente uma vez que um dos grandes vetores da política externa russa passa a ser exatamente a sua área de atuação económica, a exploração dos recursos naturais energéticos existentes. No entanto, a dependência excessiva da economia russa desta “geopolítica energética”, acabaria por traduzir-se numa enorme vulnerabilidade e consequente necessidade de diversificação por meio de alterações estruturais para evitar quedas abruptas e um impacto negativo na vida do cidadão russo comum (Freire, 2011)¹⁷⁶.

Debatendo-se desde sempre com uma certa ambiguidade qual “águia bicéfala”, também no plano internacional a Rússia pós-soviética sentiu necessidade de ajustar a nova realidade política e geográfica à construção de uma nova linha de atuação externa tendente a uma maior aproximação ao Ocidente e um novo modelo de relacionamento com o novo espaço pós-soviético. Como refere Huntington (1993): "Globalmente, o país devastado mais importante é a Rússia. A questão de saber se a Rússia faz parte do Ocidente ou o líder de uma distinta civilização ortodoxa eslava tem sido recorrente na história russa. Essa questão foi obscurecida pela vitória comunista na Rússia, que importou uma ideologia ocidental, adaptou-a às condições russas e, em seguida, desafiou o Ocidente em nome dessa ideologia. O domínio do comunismo encerrou o debate histórico sobre a ocidentalização versus a russificação. Com o comunismo desacreditado, os russos mais uma vez enfrentam essa questão. O Presidente Yeltsin está adotando princípios e objetivos ocidentais e buscando fazer da Rússia um país "normal" e uma parte do Ocidente. No entanto, tanto a elite russa quanto o público russo estão divididos sobre esta questão”¹⁷⁷.

Aliado a esta última linha estruturante da sua política externa, linhas estruturantes como “grande Rússia”, a “institucionalização da autoridade vertical” ou a construção de uma “identidade muito própria” transitaram fruto da pesada herança russa e em resposta ao anseio

¹⁷⁵ Hoffman, D. (2011), “The Oligarchs: Wealth and Power In The New Russia”, PublicAffairs New York, p.477.

¹⁷⁶ Freire, M. R. (2011), “Política Externa – As Relações Internacionais em Mudança”, Capítulo 6: Federação Russa, pp. 149-169, Imprensa da Universidade de Coimbra.

¹⁷⁷ Huntington, S. P. (1993), "The Clash of Civilizations?", Foreign Affairs, Vol. 72, No. 3 (Summer, 1993), pp. 22-49 Published by: Council on Foreign Relations Stable in: <http://www.jstor.org/stable/20045621> (última consulta em 27 de junho de 2018).

mais nacionalista e “euroasianista”, resultando numa política externa multivectorial defendida pelo Kremlin que, em última instância, advoga o posicionamento da Rússia enquanto ator fundamental nas relações internacionais (Freire, 2011)¹⁷⁸.

Com vista à formulação e prossecução da política externa em defesa dos interesses russos, é aprovado um novo quadro normativo na década de 90 – Conceito Estratégico de Política Externa de 1993, Nova Doutrina Militar de 1993 e Conceito de Segurança Nacional da Federação Russa de 2000¹⁷⁹ - onde fica clara a intenção política de Moscovo de reafirmar o papel da Rússia (Freire, 2011)¹⁸⁰, não apenas em termos regionais, mas também com carácter mais alargado. Esta permanente oscilação entre a dimensão mais europeia ou mais asiática da política externa russa iria começar um novo paradigma, de desencantamento face ao Ocidente, que salvo raras exceções temporais, tem perdurado até à atualidade. Ainda hoje, a Rússia sente necessidade de afirmar que não perdeu a Guerra Fria, antes optou por um caminho de transição e abertura que motivou a implosão da União Soviética.

No imediato pós-URSS e, sobretudo, a partir do período pós-eleitoral de 1995, já com Primakov a ocupar a função de Ministro dos Negócios Estrangeiros, denota-se uma sobreposição da “dimensão oriental” face às restantes, tornando-se na “peça fundamental nos interesses de política externa russos” aliada à “prossecução do objetivo de reconhecimento da Rússia enquanto potência internacional” (Freire, 2011).¹⁸¹ Como viria a evidenciar Primakov mais tarde: “Uma Rússia forte não deve ser vista como uma ameaça à estabilidade mundial. A ideia de que a Rússia representa uma ameaça só pode resultar da inércia, da sobrevivência da mentalidade da Guerra Fria e da subestimação das mudanças que ocorreram na Rússia e estão ocorrendo agora. A Rússia deve ser vista como é realmente se a comunidade internacional deve aproveitar todas as oportunidades para resolver as questões comuns a todos nós em nosso mundo turbulento”¹⁸². Em complemento, e em jeito de breve apontamento, convirá referir que outra preocupação russa sentida na mesma altura residia nas pretensões manifestadas da parte de países pertencentes ao espaço pós-soviético de adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). Para Primakov, o alargamento da aliança atlântica a Leste ia contra

¹⁷⁸ Freire, M. R. (2011), “Política Externa – As Relações Internacionais em Mudança”, Capítulo 6: Federação Russa, pp. 149-169, Imprensa da Universidade de Coimbra.

¹⁷⁹ Conceito de Segurança Nacional, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, 10 de janeiro de 2000, in: http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICk6BZ29/content/id/589768 (última consulta em 27 de junho de 2018).

¹⁸⁰ Freire, M. R. (2011), “Política Externa – As Relações Internacionais em Mudança”, Capítulo 6: Federação Russa, pp. 149-169, Imprensa da Universidade de Coimbra.

¹⁸¹ *Idem*.

¹⁸² Primakov, Y. (2004), “Russian crossroads: toward the new millennium”, Yale University Press, p.11.

as primeiras posições políticas manifestadas por parte dos governantes ocidentais e refere: “como resultado do desenvolvimento democrático da Rússia e das mudanças fundamentais no cenário internacional, qualquer conversa sobre a Rússia como uma potencial ameaça militar à Europa Central e Oriental ou a qualquer outro país parece um absurdo. Isso é verdade, independentemente de qualquer real, repito, combinação real de forças exercendo o poder na Rússia (...) A expansão da OTAN aceitando novos membros subservientes aos Estados Unidos, sem dúvida, melhorou as chances da América na Europa. Com os Estados Unidos embarcados na expansão da OTAN, nosso lado também foi obrigado a tomar as medidas adequadas.¹⁸³ A reticência russa face à NATO iria materializar-se num dos momentos de maior tensão com o Ocidente, após o fim da Guerra Fria, aquando da intervenção militar da NATO, a primeira sem a aprovação do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, por meio de bombardeamentos, na antiga Jugoslávia em 1999. Outras questões igualmente relevantes tiveram o seu impacto no relacionamento Ocidente-Rússia, como o caso da questão iraquiana ou da questão chechena.

Qualquer uma delas deixou palco para o denominado ciclo de aproximação ou afastamento entre a Rússia e o Ocidente, dependendo das circunstâncias políticas e das elites governantes. Razões suficientes para a Rússia optar por preservar os laços existentes com outras regiões do mundo e no caso, com África. Por força de constrangimentos de índole económica, não equacionados num momento inicial, sobretudo aquando do processo de transição para o liberalismo económico, a nova Rússia não conseguiu ver o seu esforço trazer-lhe o resultado esperado. Como refere ainda Primakov (2004): "A experiência internacional mostra que a matriz da abordagem liberal da economia nunca pode ser universalmente aplicada à realidade pulsante de qualquer país sem considerar suas particularidades, sua história e as estruturas estatais que já estão incorporadas à economia. Tudo isso foi ignorado no caso da Rússia"¹⁸⁴.

Nessa medida, o continente africano e as boas relações mantidas com países como Angola serviram e muito para fazer face a este tipo de dificuldades. Assim, ainda que concentrada a sua atenção na resolução das questões domésticas, a Rússia soube tirar partido deste relacionamento numa das fases mais conturbadas da sua história recente. Apesar de a Rússia nunca ter saído de África, no imediato pós-fim da URSS, não apenas os proveitos obtidos pelo envolvimento soviético na independência africana foram perdidos pelo demasiado

¹⁸³ Primakov, Y. (2004), “Russian crossroads: toward the new millennium”, Yale University Press, pp.143-144.

¹⁸⁴ *Idem*, p. 223.

foco na transição interna, como também se instalou, na população e elite política russas, um clima de propaganda anti-africanista, de narrativa racista e xenófoba, pelo enorme esforço realizado aquando do período soviético à custa dos recursos afetos a esse processo.

O resultado foi, por um lado, um período de estagnação no relacionamento e, por outro, a materialização do mesmo com o encerramento de várias representações diplomáticas russas em território africano na década de 90. Outro importante reflexo político-diplomático foi a inexistência de visitas oficiais de líderes africanos à Rússia por mais de cinco anos após a visita do presidente sul-africano de Klerk em 1992 (Shubin, 2013)¹⁸⁵, mesmo antes de Nelson Mandela, líder do Congresso Nacional Africano, apoiado há muito por Moscovo¹⁸⁶. Mas por razões de índole económica, os laços com África viriam a ser prontamente fortalecidos com uma ação mais ativa pela parte russa. Não só o lucro obtido pelo investimento em países africanos era o mais proveitoso, como ainda o importante papel da Rússia começou a ser mais claro para as lideranças africanas. E, apesar de haver um maior empenho para a assistência ao desenvolvimento, em matéria de relações económicas bilaterais, o caminho a percorrer ainda era longo para poder acompanhar a aproximação da China àquele continente. Outra dimensão que poderia ter sido melhor aproveitada, a questão cultural – “*soft power*” -, pecou por falta de maior investimento na existência de centros culturais russos ou outros mecanismos igualmente relevantes em prol da política de manutenção da presença russa em território africano (Shubin, 2013)¹⁸⁷.

Depois de uma política africana soviética que colapsou nos derradeiros momentos da URSS, remetendo África para um papel periférico, sobretudo a partir da década de 90, e no caso particular da guerra civil angolana, Moscovo desempenhou um papel ativo quer no âmbito das negociações do processo de paz angolano, quer sobretudo no carácter insistente que adotou de fazer ser reconhecido pela administração Clinton, em 1993, o MPLA como governo legítimo. No entanto, no quadro global, optava uma abordagem paradoxal, promovendo em simultâneo esforços, conjuntamente com o Ocidente, no sentido de encontrar uma resolução

¹⁸⁵ Shubin, V. (2013), “Russia’s policy towards Africa”, in: ISPI Analysis, N.º168, Abril, Instituto Per Gli Studi Di Politica Internazionale, p.p. 1-7, in: https://www.ispionline.it/sites/default/files/pubblicazioni/analysis_168_2013.pdf (última consulta em 1 de agosto de 2018).

¹⁸⁶ Erlanger, S. (1992), “South African’s Russia Visit Irks Some Old Kremlin Allies”, The NewYorkTimes, in: <https://www.nytimes.com/1992/06/03/world/south-african-s-russia-visit-irks-some-old-kremlin-allies.html> (última consulta em 1 de agosto de 2018).

¹⁸⁷ Shubin, V. (2013), “Russia’s policy towards Africa”, in: ISPI Analysis, N.º168, Abril, Instituto Per Gli Studi Di Politica Internazionale, p.p. 1-7, in: https://www.ispionline.it/sites/default/files/pubblicazioni/analysis_168_2013.pdf (última consulta em 1 de agosto de 2018).

para os conflitos africanos existentes, ao mesmo tempo que abastecia militarmente alguns países africanos alegando “razões defensivas”, tentando contrariar, sobretudo, a dominação ocidental de liderança norte-americana nesta matéria. Apesar de poder ser considerada como um caso falhado da experiência socialista, Angola emerge como um caso único para a política russa na África Subsaariana, não apenas pelo seu enorme potencial económico, como ainda por fazer fronteira com a potência regional, a África do Sul. Nesse sentido, mesmo assumindo a diplomacia russa maior visibilidade no continente africano, permaneceu frágil a busca de maior perfil político no continente africano, em grande medida, devido aos infortúnios motivados pelo enfraquecimento da economia desta nova Rússia (Patman, 1995)¹⁸⁸.

3.2. A política externa russa *vis-à-vis* o continente africano

Para além do consenso alargado existente em torno do qual a década de 90 é vista como um período conturbado em termos domésticos para a Rússia e de retraimento nas suas relações externas com a maior parte do mundo, é igualmente relevante notar que com a chegada de Vladimir Putin à presidência russa se desencadeou uma mudança de paradigma na posição que o país pretendia deter em termos internacionais e, nessa medida, desde logo uma alteração na sua política externa (Bakalova, Spanger, Neumann, 2013)¹⁸⁹. O caso particular do continente africano é ilustrativo disso. O Conceito de Política Externa da Federação Russa aprovado em 2000¹⁹⁰ além de fazer referência explícita a esta nova era por força de recurso a uma linguagem clara tendente ao novo momento, elenca ainda a importância dada pela Rússia a África: “(...) A situação internacional que tomou forma no início do século XXI exigiu a reavaliação da situação global em torno da Federação Russa, das prioridades da política externa russa e das possibilidades de garanti-la com recursos. (...). Garantir uma segurança confiável do país, preservar e fortalecer sua soberania e integridade territorial, alcançar posições firmes e prestigiadas na comunidade mundial, mais plenamente consistente com os interesses da Federação Russa como uma grande potência, como um dos centros mais influentes do mundo do modum (...). A Rússia buscará alcançar um sistema multipolar de relações internacionais

¹⁸⁸ Patman, R. (1995), “Russia’s New Agenda in Sub-Saharan Africa”, in: Ed. Shearman, Peter (1995), “Russian Foreign Policy Since 1990”, Routledge, Taylor&Francis Group, pp. 289-302.

¹⁸⁹ Bakalova, E.; Spanger, H.; Neumann, J. M. (2013), “Development Cooperation or Competition? Russia as a re-emerging donor”, PRIF-Report No. 123, Peace Research Institute Frankfurt in: https://www.hsfk.de/fileadmin/HSFK/hsfk_downloads/prif123.pdf (última consulta em 19 de novembro de 2020).

¹⁹⁰ Conceito de Política Externa da Federação Russa aprovado em 28 de junho de 2000 pelo Presidente Vladimir Putin in: <https://fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/econcept.htm> (última consulta em 19 de novembro de 2020).

que realmente reflita a diversidade do mundo moderno com sua grande variedade de interesses (...) Os interesses da Rússia também estão diretamente relacionados a outras tendências, tais como: (...) Desenvolvimento da integração regional e sub-regional na Europa, na região Ásia-Pacífico, África e América Latina (...) A Rússia trabalhará para estabilizar a situação no Oriente Médio, incluindo a zona do Golfo Pérsico e o norte da África, levando em conta o impacto que a situação na região tem sobre a situação em todo o mundo. Com base em seu status de copatrocinadora do processo de paz, a Rússia pretende buscar uma participação ativa na normalização da situação pós-crise na região. A prioridade da Rússia neste contexto será restaurar e fortalecer suas posições, particularmente as econômicas, nesta região do mundo, tão ricas e importantes para os nossos interesses. (...) A Rússia ampliará a interação com os Estados africanos e ajudará a uma solução mais antiga possível de conflitos militares regionais na África. Também é necessário desenvolver um diálogo político com a Organização da Unidade Africana e com organizações sub-regionais e usar suas capacidades para permitir que a Rússia participe de projetos econômicos multilaterais no continente (...)"

O novo quadro normativo agora completo, havia sido iniciado logo em janeiro de 2000, com a aprovação por meio de decreto presidencial do Conceito de Segurança Nacional¹⁹¹ onde se expressa esta nova linha estruturante e pragmática da política externa da Rússia do novo milênio: "A situação mundial é caracterizada por um sistema de relações internacionais em transformação dinâmica. Após o fim da era do confronto bipolar, duas tendências mutuamente exclusivas passaram a prevalecer (...). A primeira dessas tendências se manifesta nas posições econômicas e políticas fortalecidas de um número significativo de Estados e de suas associações integrativas e em mecanismos aprimorados de governança multilateral dos processos internacionais. Fatores econômicos, políticos, científicos e tecnológicos, ambientais e de informação estão desempenhando um papel cada vez maior. A Rússia ajudará a moldar a ideologia por trás da ascensão de um mundo multipolar nesta base. A segunda tendência se manifesta na tentativa de criar uma estrutura de relações internacionais baseada na dominação por países ocidentais desenvolvidos na comunidade internacional, sob a liderança dos EUA e projetada para soluções unilaterais (principalmente pelo uso da força militar) a questões-chave na política mundial na evasão das regras fundamentais do direito internacional".

¹⁹¹ Conceito de Segurança Nacional da Federação Russa aprovado por decreto presidencial N.º24 a 10 de janeiro de 2000, in: http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICk6BZ29/content/id/589768 (última consulta em 19 de novembro de 2020).

O vetor africano permaneceria relevante nas linhas estruturantes da ação externa russa ficando amplamente reiterado aquando da segunda presidência de Vladimir Putin, com a aprovação do novo Conceito de Política Externa da Federação Russa, em 12 de janeiro de 2008, no qual se consagra que: “ (...) Os interesses da Rússia estão diretamente ligados a outras tendências globais, entre elas: (...) desenvolvimento da integração regional e sub-regional na área da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), nas regiões Euro-Atlântica e Ásia-Pacífico, na África e na América Latina. As associações de integração estão adquirindo uma importância cada vez maior na economia global e emergem como um fator importante da segurança regional e sub-regional, incluindo atividades de pacificação. (...). Para melhorar sua interação com os Estados do mundo islâmico, a Rússia aproveitará sua participação como observadora no trabalho da Organização da Conferência Islâmica e da Liga dos Estados Árabes, e desempenhará um papel ativo na implementação da Parceria do G8 com a Região mais ampla do Oriente Médio e norte da África. Atenção prioritária será dada ao desenvolvimento da cooperação econômica mutuamente benéfica, em particular no setor energético, com os países desta região, que é de importância estratégica para os interesses nacionais da Rússia. A Rússia aumentará sua interação multifacetada com os Estados africanos nos níveis multilateral e bilateral, inclusive através do diálogo e da cooperação dentro do G8, e contribuirá para uma rápida resolução de conflitos regionais e situações de crise na África. Desenvolveremos o diálogo político com a União Africana e organizações sub-regionais aproveitando suas capacidades para envolver a Rússia em projetos econômicos implementados no continente (...).”

Já em 2013, com a aprovação da nova versão do Conceito de Política Externa, faz-se a referência clara de que “a Rússia fará uma contribuição significativa para a estabilização do norte da África e promoverá consistentemente a paz e a concordância entre os povos de todos os países do norte da África com base no respeito à soberania, integridade territorial dos Estados e não interferência em seu caso interno”. Por outro lado, refere-se que “a Rússia aumentará a interação multifacetada com os Estados africanos de forma bilateral e multilateral com foco em melhorar o diálogo político e promover a cooperação comercial e econômica mutuamente benéfica e contribuir para a resolução e prevenção de conflitos e crises regionais na África” e que “desenvolver a parceria com a União Africana e outras organizações regionais é um elemento importante dessa política”.

Finalmente, na última versão deste quadro normativo, de 2016, consagra-se que “a Rússia ampliará a interação multidimensional com os Estados africanos, tanto em ambientes bilaterais quanto multilaterais, melhorando o diálogo político e promovendo laços comerciais

e económicos mutuamente benéficos, intensificando a cooperação abrangente que serve a interesses comuns, contribuindo para a prevenção de conflitos regionais e situações de crise, bem como facilitando a resolução pós-conflito na África”. Mantendo que a promoção dos “laços de parceria com a União Africana e organizações sub-regionais é um elemento importante dessa política”.

Advogando o fim da ordem unipolar de hegemonia norte-americana por um lado e, simultaneamente, a defesa de um sistema internacional multipolar por outro, o governo russo refere ainda que uma das principais ameaças ao país é o perigo de enfraquecimento da influência política, económica e militar da Rússia no mundo¹⁹². Nessa medida, o estreitamento das relações com os países africanos parece assim dotado da maior relevância. Apesar de ainda não haver o fulgor económico e diplomático que poderia, o interesse renovado por África também se refletiu em passos políticos significativos, nomeadamente, por meio de visitas oficiais ao mais alto nível. Após mais de duas décadas, a primeira visita de um presidente russo a África foi a de Vladimir Putin, em 2005, ao Egito. Já em 2009, Dmitry Medvedev, na liderança do país, visitou quatro países africanos: Nigéria, Namíbia, Angola e Egito.

Quadro 12

Visitas Oficiais do Presidente russo a África (2000-2020)

Data	Presidente	Destino	Carácter
26-27 abril 2005	Presidente Putin	Egito	Visita bilateral
10 março 2006	Presidente Putin	Argélia	Visita bilateral
5-6 setembro 2006	Presidente Putin	África do Sul	Visita bilateral
7 setembro 2006	Presidente Putin	Marrocos	Visita bilateral
16-17 abril 2008	Presidente Putin	Líbia	Visita bilateral
22-26 junho 2009	Presidente Medvedev	Egito, Nigéria, Namíbia e Angola	Visitas Bilaterais
26-27 março 2013	Presidente Putin	África do Sul	5. ^a Cimeira BRICS
9-10 fevereiro 2015	Presidente Putin	Egito	Visita bilateral
11 dezembro 2017	Presidente Putin	Egito	Visita bilateral
25-27 julho 2018	Presidente Putin	África do Sul	10. ^a Cimeira BRICS

Fonte: kremlin.ru e meios de comunicação social internacionais

¹⁹² Conceito de Segurança Nacional da Federação Russa aprovado por decreto presidencial N.º24 a 10 de janeiro de 2000, in: http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICk6BZ29/content/id/589768 (última consulta em 19 de novembro de 2020).

A abordagem russa ao “velho parque infantil” do continente africano tem passado pelo recurso a “novas ferramentas”. A intenção de regressar a África, após uma década de 90 focada sobretudo nos desafios da transição política, social e económica após a implosão da URSS, foi feita de forma gradual e o vetor africano voltou a ser uma das linhas de atuação da sua política externa com fôlego. Com Putin, começa assim a verificar-se uma relevância a ser dada quer à União Africana, quer à própria África do Sul, no quadro do projeto alargado de angariar parceiros para a construção de uma ordem internacional multipolar. A Rússia foi reforçando a sua presença por meio de operações de manutenção da paz e de luta contra a pirataria, como no caso da costa da Somália e recorrendo a todos os mecanismos políticos, técnico-militares, económicos e diplomáticos de que dispõe. Frequentemente tentado retirar vantagem quer do retraimento europeu e norte-americano no continente, quer tentado fazer contraponto às ambições económicas da China. O Norte de África surge no quadro de uma abordagem mais alargada que se estende ao Médio Oriente e que saiu fora do alcance da presente tese. África Subsaariana parece assim representar não apenas uma oportunidade em matéria de novas oportunidades comerciais e de apoio em termos diplomáticos das posições russas em instituições multilaterais, como parece permitir uma projeção de imagem de grande potência da Rússia (Stronski, 2019)¹⁹³. Sobretudo após o clima de tensão instalado após a anexação da Crimeia em 2014, pode verificar-se uma maior preocupação da Rússia em reforçar laços com os seus parceiros, dos quais os parceiros africanos. Nessa medida, pode verificar-se o reforço do relacionamento se focarmos na dimensão político-diplomática com a realização de inúmeras visitas oficiais de Chefes de Estado africanos à Rússia sobretudo entre 2015 e 2019 (vide Quadro X).

Quadro13

Visitas Oficiais de Chefes de Estado Africanos à Rússia, 2015-2019

País	Presidente	Data
África do Sul	Jacob Zuma	2015
Zimbabué	Robert Mugabe	2015
Sudão	Omar al-Bashir	2015, 2017, 2018
Guiné	Alpha Condé	2016, 2017

¹⁹³ Stronski, P. (2019), “The Return of Global Russia”, Carnegie Endowment for International Peace, in: https://carnegieendowment.org/files/WP_Paul_Stronski_-_Russia-Africa-v31.pdf (última consulta em 18 de abril de 2021).

República Centro Africana	Faustin-Archange Touadéra	2018
Ruanda	Paul Kagame	2018
Gabão	Ali Bongo Ondimba	2018
Senegal	Macky Sall	2018
Zimbabué	Emmerson Mnangagwa	2019
Angola	João Lourenço	2018, 2019
Congo	Denis Sassou Nguesso	2019
Moçambique	Filipe Nyusi	2019

Fonte: Stronski (2019)¹⁹⁴ e kremlin.ru

Parece-nos ser pois bastante elucidativo o maior afluxo de deslocações oficiais de Chefes de Estado africanos à Federação Russa em detrimento do inverso, cujas deslocações ocorreram menos vezes e foram realizadas de acordo com o objetivo estratégico do momento. O que pode traduzir-se na maior preocupação que é atribuída à relação com a Rússia por parte dos seus parceiros africanos ou ainda na imagem de potência global que a Rússia pretende projetar no continente.

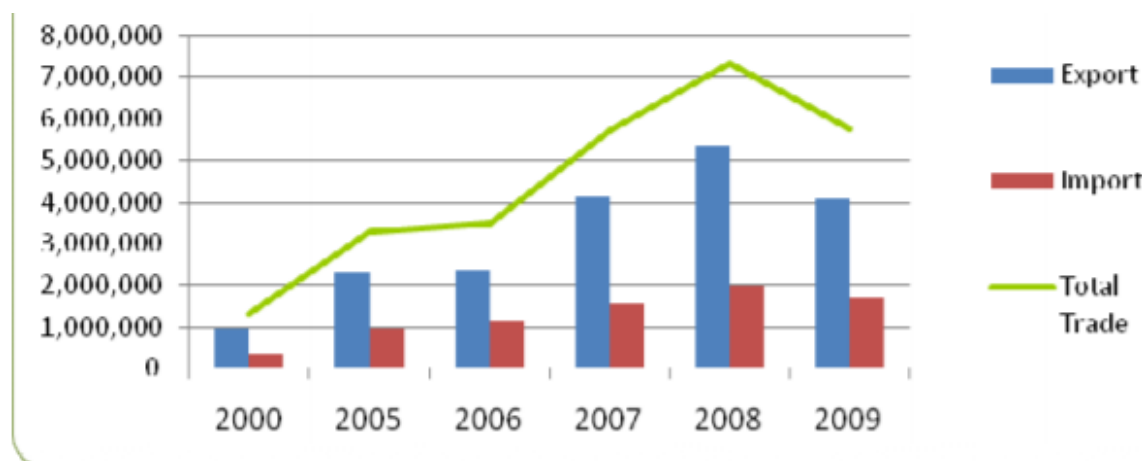
A outrora linha de combate da luta Este-Oeste aquando da Guerra Fria, dava agora lugar a um reanimar de relações bilaterais ultrapassando o vazio deixado pelo período pós-URSS. Outra questão relevante, ainda que mais tarde, foi a adesão da África do Sul ao grupo dos BRIC (Brasil, Rússia, China e Índia) após a cimeira de Durban, em 2011. Uma forma de permitir a abertura de mais um canal ao continente africano, em caminho oposto à influência ocidental e de contenção face ao impulso chinês em África, e sob os auspícios da influência russa através dessa organização. Aliado ao mecanismo político-diplomático, o económico assim adquire cada vez mais preponderância, com a presença cada vez maior das maiores empresas russas, caso da Rusal, Lukoil, Gazprom, Renova, Noril'skiy Nikel', Alrosa e Rosatom, em solo africano (Bakalova, Spanger, Neumann, 2013)¹⁹⁵. Para coordenar as atividades do governo e do setor privado russos em África, foi ainda criado, em 2009, o Comité de Coordenação para a

¹⁹⁴ Stronski, P. (2019), "The Return of Global Russia", Carnegie Endowment for International Peace, in: https://carnegieendowment.org/files/WP_Paul_Stronski_-_Russia-Africa-v31.pdf (última consulta em 18 de abril de 2021).

¹⁹⁵ Bakalova, Evgeniya; Spanger, Hans-Joachim; Neumann, Jasmin Melanie (2013), "Development Cooperation or Competition? Russia as a re-emerging donor", PRIF-Report No. 123, Peace Research Institute Frankfurt in: https://www.hsfk.de/fileadmin/HSFK/hsfk_downloads/prif123.pdf (última consulta em 19 de novembro de 2020).

Cooperação Económica com os países Subsaarianos e que tem por missão “fundar as bases que permitam melhorar o comércio e investimentos Rússia-África”¹⁹⁶.

Quadro 14
Trocas comerciais Rússia – África (\$)



Fonte: Relatório Económico de África (2011)¹⁹⁷

A busca russa por novas parcerias globais aliado ao seu objetivo de forjar alianças internacionais com base no alinhamento das políticas externas, desempenha um papel importante na incursão russa em África. Aquando da visita oficial a Moscovo do Presidente sul-africano, Jakob Zuma, em 2010, esse forte empenho russo em estabelecer uma nova ordem internacional foi referido, ficando claro que contaria também com o apoio de países africanos para esse propósito.

Como referiu o então Presidente russo Medvedev, em 2010¹⁹⁸: "As nossas abordagens para enfrentar os desafios globais complexos de hoje são próximas ou às vezes coincidem totalmente. Tanto a Rússia como a África do Sul são fortes defensores do estabelecimento de uma nova ordem internacional baseada na distribuição equitativa de oportunidades, no uso de

¹⁹⁶ Portal do Coordinating Committee On Economic Cooperation With Sub-Saharan Africa (AfroCom) in: <http://www.afrocom.ru/en/committee/mission> (última consulta em 19 de novembro de 2020).

¹⁹⁷ African Development Bank Group, "Africa Economic Brief", Volume 2, Issue 7 11 May, 2011, in: https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Russia%27s_Economic_Engagement_with_Africa.pdf (última consulta em 18 de abril de 2021).

¹⁹⁸ Medvedev, Dmitry (2010), Declarações à imprensa aquando da visita oficial do Presidente sul-africano Zuma a Moscovo a 15 de agosto de 2010 in: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/page/200> (última consulta em 19 de novembro de 2020).

todas as instituições internacionais de desenvolvimento que existem hoje, na formação da arquitetura moderna de segurança global baseada no estado de direito internacional, valores e interesses de todas as partes e, claro, no respeito pela soberania. Discutimos várias questões atuais, incluindo aquelas relativas ao desenvolvimento sustentável na África e à manutenção da paz. Em geral, falamos sobre tudo o que é hoje o escopo de nossas preocupações comuns e nossa possível cooperação".

A presença da Rússia em África enquadra-se cada vez mais na intenção política de construir um bloco da ordem que se pretende multipolar encorajando para tal, e cada vez mais, a proliferação de parcerias por parte dos países africanos com novos centros de poder, permitindo o necessário distanciamento que se pretende do domínio da comunidade euro-atlântica (Vasiliev, Korendiasov, 2013)¹⁹⁹.

Nesse sentido, a grande vantagem russa, além do legado histórico de proximidade e confiança de que dispõe junto dos seus parceiros africanos, reside no facto de não se tratar de um projeto ideológico de consequências globais, preterindo uma eventual lógica de competição em prol da cooperação e do apoio ao desenvolvimento. No entanto, a realidade permanece muito aquém das expetativas russo-africanas.

Ainda que no quadro global estejam reunidas as condições necessárias para um relacionamento proveitoso em termos políticos e económicos, a realidade dita que ainda há um longo caminho a percorrer em busca da plenitude. Com alguma unanimidade, a maioria dos académicos russos, reconhece o fosso ainda existente entre a Rússia e África por razões aparentemente de ordem diversa assentes numa ausência de maior empenho de ambas as partes no sentido de poderem ser contornadas algumas das fragilidades sentidas.

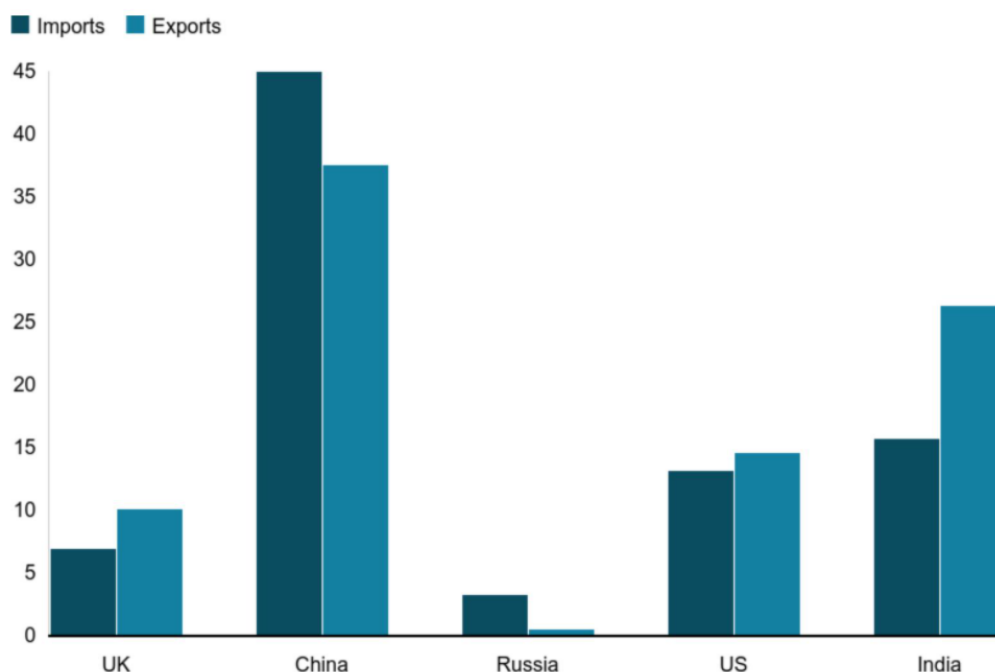
O reatar da parceria russo-africana implica maior investimento e maior responsabilidade da parte da Rússia, que transcender o interesse imediato de aprofundar o mero diálogo sobre as grandes questões que torneiam a atualidade internacional, como o caso do combate ao terrorismo internacional. Sobretudo no plano económico, há um dinamismo ascendente que se revelaria bastante promissor, sobretudo no caso flagrante da África do Sul,

¹⁹⁹ Vasiliev A.i; Korendiasov, E. (2013) do Instituto de Estudos Africanos da Academia Russa das Ciências, citados por Bakalova, E.; Spanger, H.; Neumann, J. M. (2013), "Development Cooperation or Competition? Russia as a re-emerging donor", PRIF-Report No. 123, Peace Research Institute Frankfurt in: https://www.hsfk.de/fileadmin/HSFK/hsfk_downloads/prif123.pdf, p. 4 (última consulta em 19 de novembro de 2020).

um dos maiores parceiros comerciais russos na África Subsaariana²⁰⁰. Como se pode verificar pela análise do Quadro X, a Rússia ainda tem um caminho longo a percorrer.

Quadro15

Principais parceiros comerciais com a África Subsaariana (2018)



Fonte: Banco Mundial e ONU /BBC²⁰¹

Além do caráter de relevo que dispõe o comércio na área da exploração de recursos naturais ou em matéria de infraestruturas, outra área de igual importância é a exportação de armamento russo para clientes africanos, de entre os quais, a ressalva é feita para os principais: Angola, Etiópia, Moçambique e Sudão. Esta é uma importante área comercial, cujas fundações remontam ao período da Guerra Fria e à luta armada pela independência, que tem sabido fazer perdurar os laços de proximidade de outrora e até mesmo numa altura em que, não apenas a economia russa sofreu um forte abalo, como a própria indústria militar russa que permanece ainda algo debilitada.

²⁰⁰ “*RIA Novosti*, Russia to Open Trade Mission in South Africa”, 2.09.2013 in: <http://bit.ly/1fekZXn> (última consulta em 19 de novembro de 2020).

²⁰¹ BBC, Russia in Africa: What's behind Moscow's push into the continent?, 7 de maio de 2020 in: <https://www.bbc.com/news/world-45035889> (última consulta em 18 de abril de 2021).

Numa postura benigna russa, esta nova corrida para África, emerge também como uma espécie de “batalha pelas mentalidades”, tentando colmatar os diferendos que derivam dos sistemas euro-americano-centrado e américo-dependentes, sob os quais se eleva a bandeira da democracia, propondo-se em alternativa um sistema policêntrico num quadro democrático multipolar e de parceria de soberanias igualitárias (Vasiliev, Korendiasov, 2013)²⁰².

A abordagem russa a África, como referiu Lavrov aquando das declarações proferidas na sétima reunião do Fórum da Parceria Africana em 2006²⁰³, passa pelo reconhecimento das mais básicas necessidades de desenvolvimento por via da expansão dos contatos nas áreas da educação e da saúde pública e no apoio à redução do fardo da dívida dos parceiros africanos, do fortalecimento da sua capacidade de manutenção da paz e no treino de especialistas nacionais civis. Este mecanismo multilateral, criado no âmbito do então G8, na Cimeira de Evian, em 2003, visa sobretudo constituir um plano de ação que permita ao continente africano dotar-se das capacidades necessárias com vista à securitização e manutenção da paz no seu território.

Conforme é referido ainda no relatório sobre o “Compromisso final da Cimeira de São Petersburgo” de 2006²⁰⁴, elaborado pela Universidade de Toronto, além dos esforços envidados por esta via e da narrativa política russa em fora como o próprio Conselho de Segurança da ONU, de manifestar “a sua crença no estabelecimento de uma parceria aberta, igualitária e mutuamente vantajosa com os países africanos” (Churkin, 2006)²⁰⁵, a sua participação ainda permanecia diminuta por força do contributo material ser algo reduzido. África tem sabido despertar para si a atenção das potências mundiais desde os primórdios da história. A ambivalência africana que remete para a instabilidade política, social e económica de que padece, apesar do seu enorme potencial em matéria de recursos naturais, faz recair sobre si o fascínio e a permanente competição pela sua atenção e pelo seu mercado. Passando por uma

²⁰² Vasiliev A.i; Korendiasov, E. (2013) do Instituto de Estudos Africanos da Academia Russa das Ciências, citados por Bakalova, E.; Spanger, H.; Neumann, J. M. (2013), “Development Cooperation or Competition? Russia as a re-emerging donor”, PRIF-Report No. 123, Peace Research Institute Frankfurt in: https://www.hsfk.de/fileadmin/HSFK/hsfk_downloads/prif123.pdf, p. 4(última consulta em 19 de novembro de 2020).

²⁰³ “African Security”, p.p.6-7, in “St. Petersburg Final Compliance Report” (2006), Trinity College, University of Toronto http://www.g8.utoronto.ca/evaluations/2006compliance_final/12-2006_g8compliance_afsec.pdf (última consulta em 19 de novembro de 2020).

²⁰⁴ “St. Petersburg Final Compliance Report” (2006), Trinity College, University of Toronto, http://www.g8.utoronto.ca/evaluations/2006compliance_final/index.html (última consulta em 19 de novembro de 2020).

²⁰⁵ Churkin, V. (2006), Representante russo no Conselho de Segurança da ONU, citado em “African Security”, p.6, in 2006 St. Petersburg Final Compliance Report, Trinity College, University of Toronto http://www.g8.utoronto.ca/evaluations/2006compliance_final/12-2006_g8compliance_afsec.pdf (última consulta em 19 de novembro de 2020).

fase de grande fôlego emanado de novas dinâmicas por força do aumento das atividades económicas no seu espaço, começam a ser redesenhadas as relações internacionais africanas. Animadas por questões de teor político-económico, eis que emergem novas parcerias ou se reforçam velhas alianças (Taylor, 2014)²⁰⁶.

Nesse jogo internacional de interesses, a pegada russa tenta fazer-se por via dos mecanismos políticos e diplomáticos de que dispõe, sendo inegável a enorme importância que confere à questão dos BRICS. Mais do que uma mera comunidade de economias emergentes, a organização dota-se de um papel político de enorme relevância pelo significado internacional que pressupõe. A propagada ascensão africana reflete e surge como uma extensão da narrativa que existe em torno das economias emergentes. O termo “BRICS” surge assim simbolicamente associado a uma mudança que se quer implementar na ordem mundial, mediante a qual os princípios normativos existentes são ameaçados por uma nova alternativa que se contrapõe, mais uma vez, à hegemonia norte-americana e ao capitalismo liberal desenfreado.

Os BRICS surgem como uma espécie de centros de resistência ao sistema neoliberal dominante e são acolhidos no seio da elite e intelectuais africanos como o auspício de uma nova era. Ainda que, numa linha divergente, se apresente a necessidade de tal existir não dando força à teoria da contestação apresentada, mas antes por mero equilíbrio que se pretende que exista na economia global e pelo reconhecimento da necessidade da sua existência e, consequentemente da sua inclusão de forma pragmática, para que tal ocorra. A pertença aos BRICS, dota a Rússia da capacidade de deter importante apoio diplomático na sua relação com o Ocidente (Taylor, 2014)²⁰⁷. Tal como os restantes países dos BRICS, a Rússia manifesta um interesse renovado por África, ainda que considerado tardio (Medvedev, 2009)²⁰⁸, e seguido de um longo hiato temporal durante o qual a sua atenção estava totalmente dedicada às prioridades internas após a dissolução da URSS.

Tratando-se de uma antiga superpotência e não de uma potência emergente, tornando-se no ator mais atípico de entre os restantes BRICS, a Rússia tem encetado várias iniciativas tendentes ao aprofundamento do seu relacionamento com os parceiros africanos. Sobretudo desde 2000 essa começa a ser a nova realidade. Apesar de não necessitar de se abastecer com a energia africana, sendo a própria Rússia um dos maiores produtores e exportadores de petróleo e gás, é relevante procurar deter influência no setor e nas fontes globais de energia

²⁰⁶ Taylor, I. (2014), “Africa Rising ? BRICS – Diversifying Dependency”, James Currey, p.p.1-21.

²⁰⁷ Taylor, I. (2014), “Africa Rising ? BRICS – Diversifying Dependency”, James Currey, p.3.

²⁰⁸ Medvedev, D. (2009), declarações do Presidente russo aquando da sua visita oficial a África em 2009, citado por Taylor, Ian (2014), “Africa Rising ? BRICS – Diversifying Dependency”, James Currey, p.56.

como forma de consolidar a sua própria posição económica. Nesse sentido, a estratégia de investimento das grandes empresas russas no setor energético africano é uma mais-valia para as suas pretensões.

Apesar do interesse renovado pelo continente africano, a ação russa, movida por duas principais motivações, o comércio e a expansão do prestígio e papel global no mundo, ainda não se materializou de forma efetiva numa política externa concreta para África, ficando muitas vezes remetida para passos políticos pontuais. Apesar da ponte de laços históricos e de ter herdado um grande número de acordos de comércio bilateral desde a União Soviética, a Rússia não retirou ainda o devido partido para recuperar da década perdida com Yeltsin.

Levando a cabo uma nova política externa, mais forte e mais abrangente globalmente, jogando no tabuleiro multilateral (ONU) ou unilateral (espaço pós-soviético), na prossecução do que considera ser a defesa dos seus interesses, houve uma reaproximação com África. Mais do que o mero interesse no mercado africano ou nas oportunidades económicas, tendo em conta a sua pretensão de se ver reconhecida como uma potência mundial, África também pode desempenhar um papel relevante em termos de apoio internacional, impedindo em última instância o isolamento russo, e isso influencia de forma evidente a sua abordagem político-diplomática ao continente africano (Taylor, 2014)²⁰⁹.

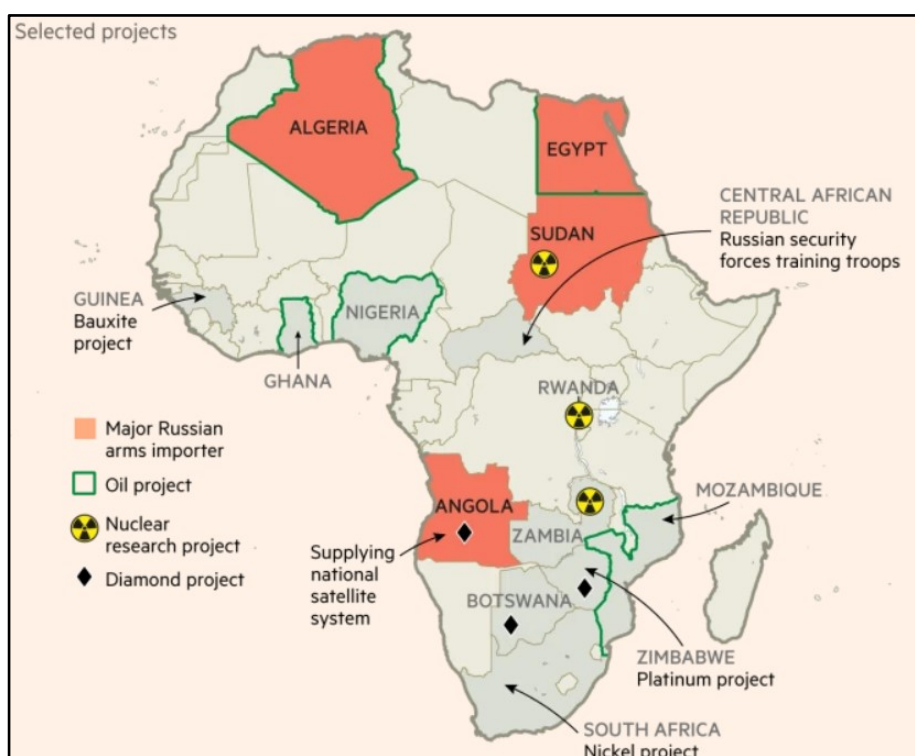
Conforme refere Shubin (2010)²¹⁰: "(...) A Rússia tem várias áreas de amplo interesse na África, e busca desenvolver relações bilaterais com países africanos e cooperar com as organizações continentais e regionais da África. No âmbito político, a Rússia e muitos países africanos têm preocupações comuns sobre estados e regiões individuais dominando o sistema internacional. De fato, as relações russo-africanas podem desempenhar um papel importante na oposição à tendência de um país ou de um grupo limitado de países imporem sua vontade ao resto do mundo e, do ponto de vista russo, em particular para evitar que a Rússia seja isolada. A maioria dos países africanos e a Rússia estão comprometidos com a ideia de um mundo multipolar, e consideram que a ONU deve desempenhar o papel central neste mundo multipolar. Os Estados do continente africano constituem cerca de um quarto dos membros da ONU, enquanto a Rússia é membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, e a ONU é uma arena na qual a Rússia e a África colaboram frutiferamente (...)".

²⁰⁹ Taylor, I. (2014), "Africa Rising ? BRICS – Diversifying Dependency", James Currey, p.p.56-77.

²¹⁰ Shubin, V. (2010), "Russia and Africa: Coming Back?", Russia Analytical Digest, n.º83, setembro de 2010, p.p.4-7, in: https://www.files.ethz.ch/isn/121789/Russian_Analytical_Digest_83.pdf (última consulta em 3 de novembro de 2019).

Apesar da reiterada intenção política de um maior aprofundamento da relação com África, a abordagem russa ao continente, tem sido feita de maneira tímida, aproveitando laços históricos e materializando-se em setores ditos de interesse russo – energético e militar -, não se traduzindo na prioridade atribuída ao vetor africano na política externa russa das últimas décadas. O aprofundamento após o retraimento da década de 90, ainda não corresponde às expectativas sobretudo da parte africana que ainda hoje permanece com alguma reticência face ao empenho russo. E apesar do receio em África de um certo “colonialismo chinês”, o que poderá traduzir-se numa vantagem para a Rússia, não altera a política externa russa demasiado personalizada na pessoa do seu Presidente, ou o desinteresse público dos cidadãos russos por África ou até mesmo a quase total indiferença por parte da comunicação social russa às questões africanas (Taylor, 2014)²¹¹.

Mapa 1
Projetos da Rússia em África



fonte: Financial Times/SIPRI²¹²

²¹¹ Taylor, I. (2014), “Africa Rising BRICS – Diversifying Dependency”, James Currey, pp.76-77.

²¹² “Russia: Vladimir Putin’s pivot to Africa”, Financial Times, 22 de janeiro de 2019, in: <https://www.ft.com/content/a5648efa-1a4e-11e9-9e64-d150b3105d21> (última consulta em 29 de março de 2019).

O “regresso a África” da Rússia tende a ser mais modesto do que as declarações políticas do governo russo ou do que as notícias publicitadas nos media internacionais. Algo que parece dever-se a uma economia doméstica fragilizada, sobretudo devido aos pacotes de sanções impostos ao país e que obrigam as grandes e médias empresas a buscar países fora desse travão económico. Por outro lado, a Rússia também tenderá a buscar novos contratos e novos mercados num caminho de diversificação da sua economia bastante dependente dos recursos naturais. Nessa medida, África surge como muito relevante para a Rússia (Kalila, 2019)²¹³.

Um dos grandes desenvolvimentos recentes da política africana da Rússia, foi a realização da I Cimeira Rússia-África, em outubro de 2019, em Sochi. Sob o lema “Pela Paz, Segurança e Desenvolvimento”, foi a primeira vez que um evento destes foi realizado na Federação Russa. Além da prioridade dada às questões económicas, a cooperação estende-se às áreas da política, da segurança, da tecnologia, da cultura e das questões humanitárias.

Além da vertente económica ser bastante acentuada, estabelece o contacto político regular ao mais alto nível, apresentando-se como um importante mecanismo da parceria russo-africana. Esta iniciativa russa pretende passar uma mensagem para os Estados Unidos da América e para as suas práticas ilegais, segundo a Rússia, das sanções económicas, bem como contrariar a hegemonia norte-americana no mundo. Na declaração final conjunta da cimeira fica expressa “a firme intenção de contribuir plenamente para alcançar a paz e a segurança internacionais e construir um sistema mais justo e equitativo das relações internacionais com base nos princípios de respeito à soberania, integridade territorial, não interferência nos assuntos internos dos Estados, preservação da identidade nacional e diversidade civilizacional” e “neutralizar a ditadura política e chantagem cambial no curso do comércio internacional e cooperação econômica”²¹⁴. A cimeira política e fórum económico contou com a presença de representantes de 54 Estados africanos, quatro dos quais lusófonos (Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) e contou com 43 chefes de Estado e de governo, foi de tal forma bem-sucedida que já está agendada para 2022, a realizar-se em Sochi, a sua segunda edição.

²¹³ Kalila, A. (2019), “Russia’s “Great Return to Africa”?”, Institut français des Relations Internationales, in: https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/kalika_russia_africa_2019.pdf (última consulta 18 de abril de 2021).

²¹⁴ Declaração do I Fórum Rússia-Africa, RossCongress, in: <https://summitafrica.ru/en/about-summit/declaration/> (última consulta em 20 de dezembro de 2020).

Capítulo IV

As relações russo-angolanas

“Hoje, Angola é um estado forte e próspero. É, no continente africano, um país respeitado e prestigiado. Os laços criados na luta comum, pela salvaguarda da independência, fizeram e fazem, com que Angola, Rússia e Cuba, mantenham relações de amizade e fraternidade. São estes valores que se pretendem cada vez mais evidentes nos dias de hoje”

Serguei Kolomnin, 2010²¹⁵

4.1. O legado histórico

Com o anúncio do “fim iminente da ordem liberal” (Dugin, 2017)²¹⁶ e o aproveitamento do retraimento internacional até agora dos Estados Unidos da América, a Federação Russa tenta restabelecer o seu papel de potência mundial advogando um sistema internacional multipolar com parcerias estratégicas cada vez mais relevantes e estende a sua esfera de influência para além do denominado espaço pós-soviético. A outrora visão do espaço vital e securitário estendida apenas à “Vizinhança Próxima” alcança cada vez mais outras regiões resultando de uma necessidade assumida de deter várias esferas concêntricas de influência russa no mundo. O papel cada vez mais presente da Rússia na resolução de conflitos internacionais, como o caso da guerra civil na Síria ou do conflito israelo-palestiniano, são disso exemplo.

A atual relação da Rússia com África é pois parte integrante de toda uma linha de formulação e ação da política externa russa, herdeira da época áurea de presença soviética nos conflitos armados no continente africano pelo apoio fornecido aos movimentos armados de luta pela independência das colónias africanas. O papel da então Rússia soviética motivada pelo ideário comunista de aspirar a um mundo completamente liberto do capitalismo agressivo e de um liberalismo económico considerado desmesurado, resultou no apoio político-diplomático e até militar nas contendas africanas contra o imperialismo de então.

Se para o Ocidente, entenda-se os Estados Unidos da América e respetivos aliados, alguns dos quais eles próprios impérios coloniais, como o caso de Portugal, o interesse

²¹⁵ Kolomnin, S. (2010), Citação in: Publicação em Língua Portuguesa da União dos Veteranos de Angola – Organização Russa Não-Governamental, www.veteranangola.ru (última consulta em 5 de maio de 2018).

²¹⁶ Dugin, A. (2017), Lecture “Russia-West Relations in Multipolar World”, 11 de abril em Helsínquia, European Center of Excellence for Countering Hybrid Threats.

soviético na luta armada africana pela liberdade nas décadas de 60 e 70, nada mais seria do que o extravasar do sistema bipolar em vigor e a concretização bélica do contexto político-diplomático que opunha norte-americanos e soviéticos por meio de intermediários – comumente denominado na atualidade por *proxy wars*-, para a União Soviética o apoio aos “irmãos africanos” (Tokarev, 2017) na sua busca pela liberdade e igualdade nada mais era do que a concretização na prática do mundo que aspirava construir. Em paralelo, e por uma razão de ordem estratégica, depois do clamor angolano pela independência ter sido ouvido pelos cubanos, seria francamente difícil, senão mesmo impossível os soviéticos não patrocinarem este movimento internacional.

No final da era Brezhnev, a influência soviética na arena internacional suplantava a do seu antecessor, o império russo e a presença da União Soviética na política internacional era feita mais com base na sua capacidade militar e não tanto no seu apelo ideológico (Kenez, 1999)²¹⁷. O forte investimento no setor do armamento pesado advinha do facto de não se sentir ainda como um grande poder global consolidado (caso da lição da crise dos mísseis de Cuba) e a permanente percepção de existirem possíveis ameaças. A preocupação com a questão securitária do bloco soviético era grande até mesmo na grande fronteira com o seu vizinho asiático com quem as relações se haviam deteriorado. Para os líderes soviéticos, outra grande preocupação consistia na sua linha primordial de defesa face ao Ocidente, os países satélites na Europa de Leste. Uma fronteira altamente pressionada e de alguma instabilidade, onde era vital a presença do exército vermelho para proteger esses regimes comunistas (*Idem*). Uma proteção que ia muito para além da mera defesa militar, chegando a um patamar de alcance psicológico. Para a liderança soviética era importante obter o respeito por parte dos norte-americanos e um consequente tratamento igualitário. Nessa medida se compreende o maior empenho ocorrido na construção desse prestígio internacional através da existência de uma estrutura militar forte, em detrimento de uma aposta de investimento numa economia moderna, capaz de satisfazer as necessidades da população.

Contrariamente a épocas anteriores, de grande apelo ideológico, nesta fase a política externa soviética era conduzida maioritariamente por meio de aumento da capacidade de poder militar. Para a liderança de Brezhnev era importante obter o almejado prestígio, reconhecimento e legitimidade internacionais e a construção de um aparelho militar forte que assim o permitisse era o objetivo político prioritário. O orgulho sentido de pertença a uma

²¹⁷ Kenez, P., “A History of the Soviet Union from the Beginning to the End”, Cambridge University Press, 1999, pp.233-241.

superpotência, não era algo restrito da elite política soviética. Também ao nível da própria população parecia haver um entendimento de se estar do lado certo da História. Tornando-se numa importante força legitimadora do próprio regime soviético esta conceção de pertença a um bloco detentor de grande poder militar (*Ibidem*).

Do ponto de vista soviético, ainda que nesta fase de *détente* entre as duas superpotências ocorresse a coexistência e o desanuviar das tensões, isso não implicaria deixar de apoiar os denominados “movimentos de libertação” como forma de estender a sua esfera de influência. Na verdade, em finais década de 60 e início da década de 70, com os Estados Unidos da América focados na Guerra do Vietnam e na crise política motivada pelo caso *Watergate*, este desanuviar das tensões permitiu à União Soviética alcançar, com algum sucesso, o seu objetivo político de continuar a expansão da sua influência evitando o confronto direto. O denominado “paradoxo soviético” advinha do facto de no Ocidente, nomeadamente na Administração norte-americana da era Nixon, se considerar o bloco soviético já não mais como uma entidade política governada pela ideologia, mas antes como um poder expansionista, um participante na balança de poder internacional e, como tal, um parceiro necessário para importantes negociações (e.g. Nixon almejava obter o apoio soviético na questão do Vietname). Se, de um lado, a URSS parecia beneficiar deste desanuviar com a perspectiva de poder aceder à tecnologia ocidental e seus benefícios, por outro lado, ao reduzir a possibilidade da guerra, o Ocidente também pretendia interligar-se com a economia soviética visando encorajar um comportamento mais responsável.

Com a balança de forças nucleares acautelada pela assinatura do Tratado de Limitação de Armas Estratégicas, o conhecido *SALT*, em 1972, as duas superpotências encetaram um caminho entusiástico de grande esforço de prevenção da proliferação nuclear. Mas a grande preocupação soviética, e real motivação, residia em tentar evitar que tanto a Alemanha, como a China, conseguissem obter armas nucleares (*Ibidem*). Outro marco significativo deste momento de aproximação, ficou conhecido como os Acordos de Helsínquia, assinados em 1975, visando obter a concordância das duas superpotências em matérias tão delicadas como o respeito pelos direitos humanos ou a liberdade de pensamento ou religiosa. Mas para a parte soviética, o que realmente parecia importar, era a cláusula relativa ao reconhecimento das fronteiras saídas do pós-guerra. Algo com o qual o Ocidente parecia estar confortável permitindo a preservação da estabilidade no velho continente europeu.

De um modo global, era importante para Moscovo ver reconhecidos, de forma inequívoca, os ganhos obtidos da segunda guerra mundial e o resultado saído desta primeira reunião de segurança europeia, em palco finlandês, serviu precisamente essa intenção política.

Mas o objetivo mais relevante não conseguiu ser suplantado. A mudança da visão ocidental face à União Soviética não se alterou e, nessa medida, os Acordos de Helsínquia pouco alteraram o sistema internacional em vigor. No mundo, onde quer que houvesse conflito, as duas superpotências acabavam por apoiar os beligerantes em lados distintos.

O momento de apaziguamento na relação política direta não se traduzia em igual contenção nos conflitos por procuração (*proxy wars*), sobretudo no caso do continente africano. Para os soviéticos, na altura de intervenção militar em teatro de guerra africano, preferiu-se a ajuda pela via dos Cubanos, como no caso em estudo de Angola. Tendo em mente a pretensão de preservar o seu estatuto de superpotência com esfera de influência mundial, a União Soviética despendeu na época todo um esforço de investimento e apoio técnico-militar aos movimentos por si apadrinhados em solo africano. Por seu lado, estes movimentos, seus parceiros locais, tentaram de forma exímia rentabilizar este apoio soviético em seu proveito. Os países do denominado Terceiro Mundo e os movimentos dentro de si existentes, conseguiram utilizar as superpotências tanto quanto estas os utilizaram a si. Contrariamente ao Médio Oriente, e apesar de o resultado do conflito ter gerado uma grave crise do petróleo que, em última instância, acabaria por ser benéfica para Moscovo, foi em palco africano que a União Soviética conseguiu obter maior sucesso desta sua política (Kenez, 1999)²¹⁸.

O papel de Cuba na luta pela independência angolana é de tal forma pertinente que exige uma observação ainda que breve, mas detalhada. Em 1959, e num primeiro momento, os Estados Unidos da América não tardaram em reconhecer o governo estabelecido por Fidel Castro, pela via revolucionária, em Cuba. A Administração Eisenhower chegou mesmo a nomear um Embaixador para Havana com experiência negocial com governos de esquerda (Gleijeses, 2002)²¹⁹. Conforme nota Stephen Rabe²²⁰, na década de 50, Washington tentou manter um bom relacionamento com os maiores ditadores da América Latina desde que aceitassem a hegemonia norte-americana. Quer o regime cubano de Batista, quer mesmo os seus opositores, tinha sabido acomodar o relacionamento com a superpotência vizinha fundamentando a deferência num respeito necessário pelo seu poder. Mas, após a queda de Batista, Castro não parecia disposto a tal. Não esquecer o apoio militar fornecido ao então ditador pelos Estados Unidos da América nem ultrapassara o trauma da Emenda Platt. Dotado

²¹⁸ Kenez, P., “A History of the Soviet Union from the Beginning to the End”, Cambridge University Press, 1999, pp.233-241.

²¹⁹ Gleijeses, P., “Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa (1959-1976)”, 2002, The University of North Carolina Press.

²²⁰ Rabe, S. citado por Gleijeses, Piero, “Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa (1959-1976)”, 2002, The University of North Carolina Press, p.12.

de uma reconhecida personalidade forte e de grande convicção, movido por uma ideia muito própria que detinha para o seu país, Fidel Castro almejava libertar Cuba da estrutura socioeconómica opressiva em que se encontrava e, em paralelo, libertar-se da influência norte-americana que remontava aos tempos da independência do império colonial espanhol (Gleijeses, 2002)²²¹:

Contrariando o que pautava ser a longa história até então entre os dois países, Fidel Castro acabaria por enveredar por uma gradual aproximação ao bloco soviético, seja por força da proximidade ideológica sentida, seja pela afirmação da jovem liderança por si encabeçada e cuja pressão sentida por parte de Washington mais tenderia a fazê-la radicalizar-se do que a intimidar-se. Com a preocupação bem presente na mente dos norte-americanos de que Cuba deveria manter-se na sua esfera de influência, animados pela necessidade de ter um novo governo favorável aos seus interesses, o primeiro momento foi de avaliação política do governo de Castro, mas o aumento da tensão acabaria por ocorrer quando da questão da Baía dos Porcos, em 1961.

E o receio sentido da Administração Kennedy de que o regime Cubano teria intenção de promover o apoio aos movimentos revolucionários noutros países, em particular na América Latina, começou a fazer-se sentir. Por um lado, Fidel Castro conduzia o seu país ao encontro da esfera soviética e, por outro, fomentava a propagação do ideário revolucionário nessa parte do mundo. Por tudo isto, a ameaça imposta pela ilha revolucionária teria de ser removida (Gleijeses, 2002)²²².

O plano norte-americano de promover a destituição do regime castrista começaria a ser estruturado, de seu nome “Operação Mongoose”²²³, ainda que com o reconhecido do grande apoio popular de que dispunha Castro ou as suas conhecidas capacidades de conter uma ameaça externa serem equacionadas. Mas a intenção de Washington acabaria por ser suplantada perante a notícia de que estariam mísseis soviéticos em terras cubanas. Numa manobra claramente defensiva face aos Estados Unidos da América, Fidel Castro marcava uma posição pela aproximação à União Soviética. Ainda que num momento inicial, a incerteza fosse grande da parte de Cuba quanto ao tipo de relacionamento a desenvolver com o Kremlin e da parte

²²¹ Gleijeses, P. (2002), “Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa (1959-1976)”, The University of North Carolina Press.

²²² Gleijeses, P. (2002), “Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa (1959-1976)”, The University of North Carolina Press.

²²³ USA State Department, Historical Documents, Foreign Relations of the United States, 1961–1963, Volume X, Cuba, janeiro a setembro de 1962, in: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v10/d291> (última consulta em 11 de abril de 2018).

soviética ainda haver pouco entendimento pela ilha que se situava estrategicamente próxima aos Estados Unidos da América, tendo os primeiros contactos encetados visado apenas a intenção de ajuda económica, rapidamente se passou para o patamar da defesa militar soviética de Cuba face ao seu vizinho perante a alegada preparação de uma intervenção militar norte-americana no país. Esta aproximação das relações diplomáticas entre Cuba e a União Soviética, motivada por uma real preocupação securitária de Cuba, iniciariam um longo período de trabalho conjunto que permitiria aos soviéticos deter um importante parceiro socialista na América Latina (Gleijeses, 2002)²²⁴.

A crise dos mísseis soviéticos em Cuba tornou-se num dos momentos de maior tensão no período bipolar e mesmo após a retirada soviética dos mesmos, ainda que o regime cubano tenha sido preservado, mesmo ficando sem a garantia militar de salvaguarda, para Fidel Castro a negociação entre as duas superpotências tinha clarificado dois aspetos relevantes: o primeiro, apesar da garantia política norte-americana de não invadir o país, Cuba mantinha a desconfiança face aos Estados Unidos da América e, segundo, numa eventualidade de ocorrer uma nova crise, haveria a probabilidade de a União Soviética sobrepor o seu relacionamento com os Estados Unidos da América em detrimento da sua ligação a Cuba (*Idem*). E mesmo com uma melhoria das relações entre Washington e o Kremlin, a questão cubana manteve-se sempre bem presente na Administração Kennedy como um assunto por resolver e, nessa medida, foram equacionadas várias medidas de pressão ao regime castrista, seja pela via de apoio aos dissidentes, seja pela exploração de fragilidades em sectores chave da economia cubana, resultando no denominado “*Integrated Covert Action Program*”²²⁵.

Se, da parte norte-americana, se promovia a oposição ao regime castrista, Fidel Castro visava expandir o seu ideário revolucionário por toda a América Latina com o objetivo de obter a almejada justiça social e a soberania nacional dos povos latinos. No seu entender, uma revolução global implicaria maiores dificuldades para o controlo dos Estados Unidos da América. E, da perspetiva norte-americana, esta zona do globo tinha terreno fértil para contribuir para o projeto revolucionário de Fidel. Mais, a lição da revolução cubana tinha dado ânimo à constatação de que um grupo de guerrilheiros conseguia suplantar um exército dito

²²⁴ Gleijeses, P. (2002), “Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa (1959-1976)”, The University of North Carolina Press.

²²⁵ Departamento de Estado norte-americano, “Foreign Relations of the United States, 1961–1963”, Volume XI, “Cuban missile crisis and aftermath” in: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v11/d346>, última consulta em 11 de abril de 2018.

regular (Guevara, 1959)²²⁶. De uma perspectiva latino-americana, revolução na ilha cubana afastava o habitual fatalismo geográfico sentido e foi uma espécie de “denotador continental” (Muñoz, 1960)²²⁷ que rapidamente ultrapassou as fronteiras territoriais e adquiriu uma dimensão internacional.

Na narrativa política de Fidel Castro, é possível comprovar esta linha de atuação. Em vários momentos, o líder cubano afirmou a ambição de internacionalização da sua revolução e a propagação do ideário revolucionário cubano ao nível global. Em discurso²²⁸ proferido na Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 1960, Castro deixa clara a posição de apoio aos movimentos de libertação das então colónias existentes: "Proclamamos o direito das pessoas à liberdade, ao direito das pessoas à nacionalidade; aqueles que sabem que o nacionalismo significa o desejo do povo de recuperar o que é justamente deles, sua riqueza, seus recursos naturais, conspirar contra o nacionalismo. Estamos, em suma, para todas as nobres aspirações de todos os povos. Essa é a nossa posição. Somos, e sempre seremos por tudo o que é justo: contra o colonialismo, a exploração, os monopólios, o militarismo, a raça armamentar e o belicismo. Sempre seremos contra essas coisas. Essa será a nossa posição".

Nesta linha de atuação política, a questão africana ganha uma dimensão bastante relevante e a fórmula de “treino de guerrilha e a doutrinação política a ocorrer na América Latina”²²⁹, mesmo com a questão do embargo económico norte-americano, iria migrar para África. Os primeiros contactos com o continente africano começam a ser delineados com o estabelecimento de relações cordiais com alguns países, como o Egito, Gana e a Guiné. Nesse primeiro momento de relacionamento modesto, à exceção da ajuda militar concedida ao Movimento de Libertação Nacional da Argélia em 1961-62, este incidiu em conceder a oportunidade a jovens africanos de estudar em universidades ou institutos técnicos cubanos e em missões médicas. A questão argelina reflete a opção da política externa cubana de pesar a defesa dos seus interesses, com a existência de parceiros no terceiro mundo, considerados vítimas de agressão. E ainda que Cuba tenha atuado como uma espécie de *proxy* soviética em África, a rapidez da sua resposta parece indicar que, em alguns momentos, não terá sido

²²⁶ Guevara, C., Citado em Gleijeses, Piero, “Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa (1959-1976)”, 2002, The University of North Carolina Press. p. 22.

²²⁷ Muñoz, Membro do PC Colombiano, Citado por Gleijeses, Piero, “Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa (1959-1976)”, 2002, The University of North Carolina Press. p. 22.

²²⁸ Castro, F., Discurso proferido na Assembleia-geral da ONU, 1960, Arquivo sobre Cuba, in <https://www.marxists.org/history/cuba/archive/castro/1960/09/26.htm> (última consulta em 13 de abril de 2018).

²²⁹ CIA, “Cuba Subversive Activities in Latin America, 1959-1968”, 1968, Citado por Gleijeses, Piero, “Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa (1959-1976)”, 2002, The University of North Carolina Press. p. 23.

possível obter a concordância prévia da parte da União Soviética (Glejjeses, 2002)²³⁰. E, nessa medida, perante uma certa precipitação cubana, motivada pelo apelo ideológico, a posição soviética terá ocorrido por arrasto. Mas Cuba, como refere Smith (1988)²³¹, acabaria por encarar o seu “dever internacionalista” de forma séria, dedicando a sua atenção à ideia de promover a revolução mundial contra o imperialismo. Ainda de acordo com o autor, Castro acabaria por desempenhar na América Latina e em África um papel relativamente independente para grande descontentamento da União Soviética. Apesar da associação aos soviéticos, isso não significaria para Castro obedecer às suas ordens. Por outro lado, avança o autor, a interpretação de Fidel Castro da estratégia a seguir por via de um caminho radical na ajuda a fornecer aos movimentos de libertação, descartando a ideia de coexistência entre Este e Oeste, pondo em causa a détente alcançada entre Moscovo e Washington após a crise dos mísseis de Cuba. O que conduziu, segundo Smith, a uma tensão clara entre Cuba e a União Soviética que acabaria por atenuar coma morte de Che Guevara que poria cobro à tática de guerrilha em detrimento de uma abordagem mais em harmonia com a posição de harmonização do lado socialista e anti-imperialista dos países do Terceiro Mundo.

A alegada eventualidade de se estender ao apoio militar em terreno africano e a eventual propagação do comunismo começava a preocupar os Estados Unidos da América. Perante a eclosão de movimentos pró-comunistas em África, numa espécie de efeito dominó, a atuação norte-americana passou por criar uma rede de informação permanente sobre a real situação dos acontecimentos, pela via do apoio político-diplomático aos governos em função e por via de apoio a mercenários (caso dos mercenários “*White Giants*” no Zaire). Mas com a vitória no Zaire em 1965, a preocupação com os movimentos radicais africanos tornar-se-ia menos relevante. O papel de Cuba em África no final da década de 60 e princípio da década de 70 era agora modesto. Além da presença militar efetiva na Guiné-Bissau, a presença militar ficara reduzida ao treino militar, como no caso de Angola ou Moçambique.

A política intervencionista cubana no continente africano, através da ajuda militar aos movimentos de libertação, parece alcançar uma escala maior com a ajuda fornecida aos movimentos independentistas das então colónias portuguesas. Passando de uma inicial “diplomacia de guerrilha” para uma diplomacia de charme com dimensões mais de cariz mais social (missão médica ou bolsas de estudo), suscitou pouco receio da parte dos Estados Unidos

²³⁰ Glejjeses, P. (2002), “Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa (1959-1976)”, The University of North Carolina Press. p. 55.

²³¹ Smith, S. W. (1988), “The Cuban role in Angola”, p.p. 120-133, in “Regional Conflict and U.S. Policy – Angola and Mozambique”, Edi. Bloomfield, Richard J., World Peace Foundation.

da América, longe de equacionarem que daí viria a motivação que levaria à eclosão do Movimento das Forças Armadas em Portugal resultando na deposição da ditadura fascista em Portugal com a Revolução do 25 de Abril de 1974 (Gleijeses, 2002)²³².

Com a guerra a eclodir em Angola após as manifestações provocadas à porta da prisão de Luanda, em 1961, era vital para o regime de Caetano contar com o apoio explícito do aliado norte-americano. Em período de renegociação do acordo da Base das Lajes, o governo português tentou obter o apoio norte-americano na luta ultramarina com a retirada da contingência que impedia as tropas portuguesas de utilizar armamento norte-americano em solo africano. Se, por um lado, a mudança na narrativa oficial de Washington daria o sinal claro que poderia contrariar a percepção de isolamento em que Portugal se encontrava na Europa (DePree, 1773-77)²³³, por outro, para a Administração norte-americana não apenas a Base das Lajes detinha uma relevância geoestratégica importante, nomeadamente na sua abordagem ao Médio Oriente, como era relevante passar a mensagem de que os Estados Unidos ficavam ao lado dos seus aliados e manter essa concepção política do prestígio norte-americano.

Para Kissinger, bastante consciente da posição portuguesa, também se tornou evidente que os Estados Unidos não poderiam deixar de ter uma atitude reativa perante a política soviética no continente africano. A grande questão seria a de equilibrar o fim do embargo ao armamento a Portugal e antecipar a reação africana sem melindrar os interesses norte-americanos naquele continente. Num segundo plano, ao nível político-diplomático, a mestria passaria por tentar concertar posições tanto no seio das Nações Unidas, como na própria Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), nas quais eram conhecidas algumas posições extremadas favoráveis à causa independentista africana.

No caso particular da ONU, a questão da descolonização e da reticência portuguesa foram amplamente debatidas. Na verdade, os movimentos de libertação nacional ganharam aos poucos um relevo internacional crescente sobretudo por conseguir ver a temática ser afluída em palcos multilaterais. Várias foram as resoluções votadas que acabariam por refletir a linha política cada vez mais emergente de apoio à independência e autodeterminação dos povos, com consequências diretas na questão das colónias africanas do Império português.

Finalmente a eventual reserva portuguesa aquando da sua adesão à organização multilateral no denominado “*package deal*” – “entrámos nos trocos miúdos”, terá comentado

²³² Gleijeses, P. (2002), “Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa (1959-1976)”, The University of North Carolina Press. p. 229.

²³³ DePree, W., Especialista africano do *State Department* na época, citado por Gleijeses, P. (2002), “Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa (1959-1976)”, The University of North Carolina Press. p. 230.

Salazar²³⁴ - começa a comprovar-se pela “viragem de fundo sentida nas atitudes face ao imperialismo europeu”. Ainda que “os custos políticos e simbólicos inerentes a uma exclusão” fossem demasiado elevados (...), o ingresso português na ONU não poderia ter ocorrido num momento mais perigoso para uma potência colonial com as características do Estado Novo” (Oliveira, 2017)²³⁵. Na verdade, este começou a ser o palco privilegiado da política de resistência na fase colonial e, em particular, de crítica anticolonialista à política externa portuguesa (Santos, 2018)²³⁶. Em termos normativos, as Resoluções aprovadas – nomeadamente a Resolução 1514 de 1960²³⁷ – consagravam a ideia de autodeterminação cuja ampla interpretação suscitava a possibilidade de estender esse direito aos povos colonizados, subentendendo-se uma posição de defesa da sua independência (Oliveira, 2017)²³⁸. O próprio Conselho de Segurança teve um papel bastante interventivo nesta matéria. A narrativa soviética soube capitalizar o seu poder de veto no seio deste importante órgão no sentido de construir oposição à posição portuguesa. Foram muitos os momentos em que a URSS conseguiu condicionar o debate e criar um clima de hostilidade contra Portugal a favor do bloco afro-asiático (*Idem*)²³⁹.

O Terceiro Mundo servia de mote para o “combate ideológico” entre a URSS e os Estados Unidos da América e “a oportunidade para disputar a repartição dos despojos dos impérios europeus”. A ONU seria assim um duplo propósito para esse efeito, não só permitia a Washington travar a luta das palavras com Moscovo, motivado pela força da sua “matriz histórica” de apoio ao fim do colonialismo, como ainda permitia dar palco “aos novos Estados que tentavam afirmar a sua soberania e libertar-se dos laços tentaculares que ainda os ligavam às antigas metrópoles” e aos movimentos independentistas de reunir apoio para a sua causa (Pereira, 2017)²⁴⁰.

²³⁴ Nogueira, A. F., “Salazar”, Vol. IV, “O Ataque” (1945-1958), citado em Pereira, B. F. (2017), “Crepúsculo do Colonialismo – A Diplomacia do Estado Novo (1949-1961), p.122.

²³⁵ Oliveira, P. A., Prefácio de “A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1960-1974”, Santos, A. A. (2017), Instituto de Defesa Nacional, p. 11.

²³⁶ Santos, A. A. (2018), Conferência “Leituras do Mundo”, ISCTE-IUL, em 11 de abril, sobre a obra “A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1960-1974”, Instituto de Defesa Nacional, da autoria da própria.

²³⁷ Organização das Nações Unidas, in: <http://www.un.org/en/decolonization/declaration.shtml> (última consulta em 17 de maio de 2018).

²³⁸ Oliveira, P. A., Prefácio de “A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1960-1974”, Santos, A. A. (2017), Instituto de Defesa Nacional, p. 11.

²³⁹ *Idem*.

²⁴⁰ Pereira, B. F. (2017), “Crepúsculo do Colonialismo – A Diplomacia do Estado Novo (1949-1961), pp.128-129.

O ambiente internacional começa a estruturar-se no sentido de emergir uma posição antagónica crescente face ao colonialismo. Desde o movimento dos não-alinhados com a Conferência de Bandung de 1955, à crise do Canal do Suez em 1956, à ação cada vez mais intensa dos movimentos de independência nas ainda colónias africanas, à pressão internacional, não apenas das suas superpotências, mas também ao nível da própria opinião pública internacional, contribuíram cada vez mais para o isolacionismo português perante a sua intenção de preservação das suas possessões ultramarinas. Demais impérios coloniais, Grã-Bretanha, França e Bélgica, viram-se na contingência de enveredar pelo processo de descolonização tentando preservar uma certa influência nos antigos territórios coloniais sob o formato de novas organizações internacionais como a Commonwealth ou a Francofonia (Oliveira, 2017)²⁴¹.

Com uma posição oficial reveladora de alguma intransigência no que aos territórios ultramarinos dizia respeito, a diplomacia portuguesa no seio da ONU iria passar por um período de enorme sensibilidade política exigindo da parte dos representantes portugueses a maior das mestrias na sua condução. Na primeira Assembleia Geral daquela organização em que Portugal participou, em 1956, as instruções de Lisboa à delegação oficial portuguesa, liderada pelo então Ministro Paulo Cunha, eram claras denotando a reticência portuguesa em cumprir com o normativo em vigor – nomeadamente no que ao artigo 73.º da Carta diz respeito –, esquivando-se a fornecer qualquer tipo de informação sobre as suas possessões coloniais.

Contrariando, de modo consciente, a posição até aí então adotada por demais potências coloniais, Portugal encetaria um longo caminho de “crepúsculo” tendente ao fim do império (Pereira, 2017)²⁴². Com um império quiçá demasiado grande para as capacidades portuguesas e após a questão de Goa, a atenção de Lisboa vira-se para África e, no caso concreto, para Angola. E ainda que Goa fosse “simbolicamente importante, Angola era vital” justificando a defesa do Ultramar como uma “causa sagrada” para o regime cuja narrativa assentava no ideário do “multirracismo português” e no prolongamento da nação portuguesa em terras africanas graças a um esforço colonizador de séculos”. Na verdade, “o que estava em causa em África não era a sobrevivência do país, mas a sobrevivência do regime” (*Idem*).²⁴³ A “resistência tenaz do Salazarismo face às colónias”, foi reflexo de uma presença colonial

²⁴¹ Oliveira, P. A., Prefácio de “A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1960-1974”, Santos, A. A. (2017), Instituto de Defesa Nacional, p. 11.

²⁴² Pereira, B. F. (2017), “Crepúsculo do Colonialismo – A Diplomacia do Estado Novo (1949-1961)”, pp.128-130.

²⁴³ Pereira, B. F. (2017), “Crepúsculo do Colonialismo – A Diplomacia do Estado Novo (1949-1961)”, p. 265.

particular na África Subariana: “a mais antiga presença, uma curta colonização efetiva e a mais tardia das descolonizações europeias” (Pinto, 2001)²⁴⁴.

Outro aspeto relevante, foi a importância da própria Igreja Católica na projeção internacional da causa independentista das colónias africanas. Outrora com um papel relevante aquando o regime de Salazar, sobretudo após a assinatura da Concordata em 1940²⁴⁵, com a consagrada dimensão de missão civilizacional bem vincada (Verstraelen, 2002)²⁴⁶, este ator religioso emerge depois como um dos manifestos interessados na resolução da contenda pela independência e um declarado apoiante da resolução pacífica do conflito com vista à instauração da paz e estabilidade nos territórios que ambicionavam alcançar a sua independência. Motivado quiçá seja por ímpetos de sobrevivência, seja por mera gestão de expectativas em conseguir preservar o seu património moral e até terreno em África, a Igreja Católica tomou uma posição que remetia para uma atitude solidária face aos movimentos de libertação em momentos chave dos acontecimentos.

Para além da muito publicitada carta enviada pelo então Bispo do Porto ao Governo português com vista a uma mudança da política colonial em 1958²⁴⁷, o mal-estar sentido por parte de Portugal agudizou aquando da audiência concedida em Roma pelo Papa Paulo VI, em 1 de julho de 1970, a três representantes dos movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e da ampla divulgação posterior da Rádio Vaticano de tal evento. O ato político-diplomático, um dos momentos mais relevantes da intensa ação internacional desenvolvida pelos movimentos independentistas, ainda que sentida pela parte portuguesa como uma afronta à sua soberania, foi considerada pelos nacionalistas africanos como um facto de grande relevância política e moral²⁴⁸.

A Igreja Católica acabaria por assumir um papel de apoio à independência e até mesmo de alguma oposição ao regime, também no caso de Angola. A partir desse momento, ocupando o espaço vago pela ausência de outras estruturas de mobilização na sociedade civil, este ator

²⁴⁴ Pinto, A. C. (2001), “O Fim do Império Português”, Temas de História de Portugal, Livros Horizonte.

²⁴⁵ Concortada (1940), Universidade Católica Portuguesa, in: <https://www.ucp.pt/site/resources/documents/ISDC/Texto%20da%20Concordata%20-%201940.htm> (última consulta em 10 de abril de 2018).

²⁴⁶ Verstraelen, F. J. (2002), “Contrasting aspects of african decolonisation processes and missions in west and southern africa: ghana and angola as case studies”, African E-Journals, Michigan State University Library,, p.52, in: <https://www.africabib.org/rec.php?RID=288063678> (última consulta em 10 de abril de 2018).

²⁴⁷ Dispute with Vatican after Pope's Reception of Rebel Leaders from Portuguese Africa. Rebels' “Solidarity Conference” in Rome - Continued Guerrilla Activities in African Provinces, Keesing's Record of World Events (formerly Keesing's Contemporary Archives), Volume XVII, August, 1970 Portugal, P. 24147, in: <https://web.stanford.edu/group/tomzgroup/pmwiki/uploads/1385-1970-08-KS-a-RRW.pdf>, (última consulta em 15 de maio de 2018).

²⁴⁸ *Idem*.

convencional, não-estatal e transnacional, acabaria por fazer parte do amplo processo de transição com o fim do colonialismo (Resende e Almeida, 2017)²⁴⁹. Dotando-se de um papel infraestrutural e simbólico relevante, sobretudo, nas zonas mais remotas do território angolano, a construção de um estado pós-colonial começava a fazer parte da política externa da própria Santa Sé (Gaspar, 2018)²⁵⁰. Nesta medida, no contexto africano pós-colonial, o impacto da doutrina do Conselho do Vaticano II (1962-65), de secularização no modelo de relação igreja-estado, acabaria por se ver refletido na intervenção da Igreja Católica no pretendido processo de transição para a paz e democracia, ainda que dotando o seu papel de alguma hibridez por força de tentar conciliar a liberdade religiosa e secularização do estado com o reconhecimento das instituições religiosas enquanto parceiros do estado (Resende e Almeida, 2017)²⁵¹. Um papel que acabaria por recuperar, em fase posterior de guerra civil, mesmo com regimes de natureza marxista-leninista contrários, na essência, à sua influência na sociedade (*Idem*).²⁵²

Aliado à perda do importante apoio religioso, e perante a crescente pressão internacional, começava a ser conhecida a fragilidade da situação interna portuguesa perante o aumento da tensão em Lisboa. E antes mesmo que Washington pudesse tomar uma decisão, a revolução eclodia em Portugal, adiando assim a pressão exercida da parte do governo português de obter o almejado apoio à sua luta armada no Ultramar. Com o fim da ditadura fascista e uma vez que muitos dos oficiais que tinham feito campanha nas colónias africanas se haviam tornado simpatizantes da causa contra a qual lutavam, a junta militar acabaria por enveredar pelo caminho rápido da descolonização (Gaspar, 1988)²⁵³. Ainda que fora no âmbito do presente trabalho de investigação, apenas uma breve nota relativa ao processo em causa num dos períodos bastante conturbados da história recente portuguesa. A descolonização foi um processo sensível porquanto criticado, sobretudo aquando de momentos delicados, como o retorno a Portugal de bolsas de portuguesas expatriados, os chamados “retornados”, muitos dos

²⁴⁹ Resende, M. M.; Almeida, C. G. (2017), in: apresentação do *paper* “The influence of the Catholic model of church-state relations on the secularisation in Mozambique and Angola”, NOVA University of Lisbon e ISCTE-IUL para a Conferência Anual da *American Political Science Association*, São Francisco, de 31 de Agosto a 4 de setembro, no Seminário de Política Comparada e Relações Internacionais, do IPRI-NOVA, “A Igreja Católica e as transições duplas em Angola e Moçambique”, de 27 de abril de 2018. Citado com autorização das autoras.

²⁵⁰ Gaspar, C. (2018), Considerações proferidas no Seminário de Política Comparada e Relações Internacionais, do IPRI-NOVA, “A Igreja Católica e as transições duplas em Angola e Moçambique”, de 27 de abril de 2018.

²⁵¹ Resende, M.a M.; Almeida, C. G. (2017), “The influence of the Catholic model of church-state relations on the secularisation in Mozambique and Angola”, NOVA University of Lisbon e ISCTE-IUL para a Conferência Anual da *American Political Science Association*, São Francisco, de 31 de Agosto a 4 de setembro, p.2. Citado com autorização das autoras.

²⁵² *Idem*, p.10. Citado com autorização das autoras.

²⁵³ Gaspar, C. (1988), “Incomplete Failure: Portugal’s Policies Toward Angola and Mozambique Since Independence”, p.p. 40-74, in “Regional Conflict and U.S. Policy – Angola and Mozambique”, Edi. Bloomfield, Richard J., World Peace Foundation.

quais sem qualquer apoio em território português e desprovidos de uma política concreta de reintegração e apoio financeiro que lhe permitisse dar início a uma nova vida.

Preocupado mais com a iminente integração europeia e com a estabilização do seu estatuto de parceiro fiável na Aliança Atlântica e desprovido de um modelo de relações existente para com as antigas colónias, Portugal cedo acabaria por se ver substituído pela URSS e por Cuba no papel de garante da segurança e estabilização política angolanas. A balança pós-guerra que havia subsistido às sucessivas descolonizações viu-se alterada pela retirada de cena do último poder colonial europeu de África (Gaspar, 1988)²⁵⁴.

O fim do império português por força da ação levada a cabo no terreno e no plano internacional dos movimentos de libertação nacional, fez despertar sobre Angola o foco da atenção global: no plano internacional, das superpotências em período de bipolarismo e cujo desenlace dependeria e muito a posição por si adotada na questão; no plano regional, de países como a África do Sul (potência regional) ou o Zaire e cujos interesses queriam ver protegidos pelo desenrolar dos acontecimentos; e, finalmente, no plano interno, dos vários movimentos que emergiram na luta pela independência espelhando de forma clara as divisões e assimetrias internas do país.

Em termos internacionais, para além da “emergência dos movimentos nacionalistas, da estratégia norte-americana anticolonial e dos projetos de unificação europeia, um outro fator relevante para as descolonizações britânica e francesa após 1945”, poderá ser “o fardo para os interesses nacionais das potências coloniais em que se tornou o controlo político e direto das colónias”. Na questão da descolonização portuguesa, em muito terá contribuído a pressão internacional, como os efeitos da Guerra Fria ou da política norte-americana, tentando contrariar o cerne da natureza do regime ditatorial, a sua “resistência obstinada à descolonização”. Ficaria assim sedimentando o caminho possível para a “descolonização rápida do último império colonial europeu, em condições extremamente favoráveis para os movimentos de libertação”. E, contrariamente, ao período inicial de descolonização da década de 60, “onde os soviéticos ainda não constituíam um desafio sério na Ásia e em África, a guerra colonial seguida da descolonização súbita” lavrou terreno fértil para à consolidação de regime políticos socialistas nos novos países africanos de expressão portuguesa” (Pinto, 2001)²⁵⁵.

²⁵⁴ Gaspar, C. (1988), “Incomplete Failure: Portugal’s Policies Toward Angola and Mozambique Since Independence”, p.p. 40-74, in “Regional Conflict and U.S. Policy – Angola and Mozambique”, Edi. Bloomfield, Richard J., World Peace Foundation.

²⁵⁵ Pinto, A. C. (2001), “O Fim do Império Português”, Temas de História de Portugal, Livros Horizonte.

No caso concreto da URSS, cedo percebeu que teria e deveria retirar os devidos dividendos do processo de descolonização das antigas colónias portuguesas, nomeadamente em Angola. Com a assumida posição solidária cubana a ser manifestada pela via de envio de apoio técnico e militar no terreno aos independentistas, a posição soviética viu-se na contingência de declarar o seu apoio, ainda que de forma indireta num momento inicial, à luta pelo fim do imperialismo português. A sua opção recaiu pelo apoio manifesto à liderança e ação do MPLA for se tratar do movimento que reunia as manifestas opções políticas de aproximação ao ideário comunista e anticapitalista e anti-imperialista ocidental.

No entanto, a “assistência soviética” aos movimentos de libertação não se reduz apenas ao sistema da “Guerra Fria”, termo aliás excluído do vocabulário soviético, pela carga negativa que detinha e por se considerar tratar-se de propaganda imperialista (Shubin, 2008)²⁵⁶. Considerada antes como uma luta global, não entre superpotências e os seus satélites ou as suas *proxies*, mas tendente a uma vitória unida das “forças progressistas” contra o imperialismo (Shubin, 2008)²⁵⁷. Considerada sim como a vitória antifascista da coligação do Terceiro Mundo que influenciou a balança de poder no mundo a favor do progresso, luta pela libertação nacional, especialmente em África e Ásia (Yevsyukov, 1975)²⁵⁸.

Na época pós-colonial, para Moscovo, afigurava-se relevante contrariar a política norte-americana sobretudo nos países africanos que se tornaram independentes. O *timing* para atuar e “apoiar os irmãos e companheiros angolanos” confirmou-se²⁵⁹: “O fim de Outubro de 1975, era sombrio, o que é normal para esta época, em Moscovo. As informações alarmantes chegavam do Sul de África, da zona de Angola. A 11 de novembro, neste último “território ultramarino português”, em África, devia ser proclamada a Independência. Para um moscovita médio, não houve nada de invulgar neste acontecimento: simplesmente mais uma colónia que se torna independente, mais um golpe é assegurado contra o colonialismo. Dizem sim, que em volta deste país está a travar-se uma luta bem séria na qual estão envolvidos até quatro movimentos de libertação: MPLA, FNLA, UNITA e mais uma FLEC qualquer (...). Para muitos de nós que éramos cadetes do Instituto Militar de Línguas Estrangeiras e estudávamos

²⁵⁶ Shubin, V. (2008), “The Hot “Cold War” – The USSR in Southern Africa”, University of Kwazulu-Natal Press, Pluto Press, p. 3.

²⁵⁷ Shubin, V. (2008), “The Hot “Cold War” – The USSR in Southern Africa”, University of Kwazulu-Natal Press, Pluto Press,, p. 3.

²⁵⁸ Yevyukov, P. ou “Camarada Pedro”, in: Memórias não publicadas deste funcionário da Secção África do Departamento Internacional do Partido Comunista da União Soviética e citadas por Shubin em “*The Hot “Cold War” – The USSR in Southern Africa*”, University of Kwazulu-Natal Press, Pluto Press, 2008, p. 3.

²⁵⁹ Entrevista presencial com o Senhor Professor Andrei Tokarev, no Instituto de Estudos Africanos da Academia das Ciências de Moscovo, em 19 de abril de 2017.

a língua Portuguesa, preparando-nos para a carreira de intérpretes militares, aqueles acontecimentos entraram bem fundo na nossa vida. (...) O MPLA expressava os interesses nacionais gerais, pronunciando-se pela independência e integridade territorial de Angola, pelo controlo nacional de todas as riquezas do país. Ao contrário deste, os outros movimentos, frequentemente, perseguiram os seus próprios objetivos interesseiros, sendo capazes até de dividir o território do país em vários Estados independentes. (...). Muito em breve as condições entre os movimentos, um facto lastimável, agravaram-se transformando-se em ações de guerra de uns contra os outros. As tentativas de conciliação das partes beligerantes não tinham resultado. (...) O MPLA apelou à comunidade internacional, solicitando ajuda, ficando entre os primeiros países a atender ao pedido, a URSS e Cuba. Para Angola, foram logo enviados os instrutores militares cubanos, seguidos, pouco mais tarde, pelos militares voluntários que participaram na defesa de Luanda. A 1 de novembro de 1975, o primeiro grupo de especialistas e intérpretes militares soviéticos, sendo eu um deles (...), chegou a Brazzaville, a capital da então República Popular do Congo” (Tokarev, 2004)²⁶⁰.

Ainda que de forma oficial, a dimensão soviética da guerra em Angola tenha passado por uma ação com caráter indireto, seja pela via de apoio político-diplomático nas instâncias internacionais, seja pela via de contatos encetados no sentido de reunir apoio em torno da causa, seja pela formação dos quadros na nova elite política, do ponto sobretudo dos ex-combatentes russos, residiu numa missão dotada de caráter internacional, de apoio à libertação do povo angolano subjugado ao colonialismo português (Dzasokhov, 2009)²⁶¹.

Perante a recusa de reconhecimento por parte das duas superpotências da intervenção militar no terreno, o confronto em Angola foi em certa medida a transformação da Guerra Fria em “guerra quente” com uma tradução militar efetiva. O sentimento de justiça da missão animava, de alguma forma, o desejo de “ajudar o povo angolano oprimido contra o imperialismo” (Chalinev, 2009)²⁶². Para muitos dos intervenientes soviéticos naquele período

²⁶⁰ Tokarev, A. (2004), “Uma missão em Angola”, Revista África, Instituto de Estudos Africanos, Academia das Ciências de Moscovo.

²⁶¹ Dzasokhov, A. (2009), presidente do então Comité dos Negócios Estrangeiros do Soviete Supremo (<https://russiancouncil.ru/en/aleksandr-dzasokhov/>), in: <http://darussia.blogspot.pt/2009/06/fotos-da-lomga-guerra-civil-em-angola.html> (última consulta em 18 de maio de 2018).

²⁶² Chalinev, V. (2009), intérprete militar na Escola de Cadetes de Huambo entre 1985 e 1987, Agência Lusa, in: <http://darussia.blogspot.pt/2009/06/fotos-da-lomga-guerra-civil-em-angola.html>, última consulta em 18 de maio de 2018.

conturbado da história recente de Angola, tratou-se de um “internacionalismo sincero” de ajuda a alcançar a verdadeira independência (Tokarev, 2009)²⁶³.

A URSS e Cuba deram o seu contributo para a guerra angolana e as relações russo-angolanas entraram numa nova etapa de parceria (Mateus, 2009)²⁶⁴. Certamente, uma parceria a ser capitalizada no futuro. E o objetivo soviético da vitória do movimento independentista angolano por si apoiado, o MPLA, e o estabelecimento da República Popular de Angola estava agora mais perto de ser alcançado (Gaspar, 2018)²⁶⁵. O apoio soviético foi essencial na consolidação de um regime angolano amigável e dependente da URSS. Em troca do acesso soviético ao continente africano, o seu empenho na questão angolana demonstrou ter a capacidade de dotar os seus aliados de assistência militar significativa para alterar a balança de poder a seu favor (Kanet, 1997)²⁶⁶. A aplicação da denominada “técnica de cooperação interventiva”, no sentido de a intervenção soviética em palco angolano, se ter desenvolvido no âmbito de uma cooperação próxima com as tropas cubanas e ter sido alvo da oposição de forma indireta por um poder militar externo, trouxe especificidades próprias e um ambiente de “guerra fria quente” (Shubin, 2008).

No que ao reconhecimento internacional da República Popular de Angola concerne, refere Moreira de Sá (2011)²⁶⁷, foi uma derrota para a administração Ford, que levou a cabo uma intensa campanha diplomática para tentar impedir esse resultado. Para o autor, a prioridade do governo dos Estados Unidos da América residiu em evitar que a maioria dos estados africanos reconhecesse o regime de Agostinho Neto, tendo por isso atuado diplomaticamente em duas frentes, isto é, na europeia e na africana. E adianta que os líderes soviéticos consideraram ter ganho a guerra angolana, o que conduziu a um otimismo em Moscovo acerca da sua política para o Terceiro Mundo. Segundo Moreira de Sá, com base em fontes diplomáticas russas, o Kremlin retirou de Angola duas leituras, por um lado, que os norte-americanos podiam ser derrotados em conflitos locais dentro de determinadas circunstâncias e, em segundo lugar, que o caso de Angola servia de referência à solidariedade ativa com os povos de África e Ásia permitindo o avanço do comunismo nessas regiões.

²⁶³ Tokarev, A. (2009), um dos primeiros especialistas militares a chegar a Angola, Agência Lusa, in: <http://darussia.blogspot.pt/2009/06/fotos-da-lomga-guerra-civil-em-angola.html>, última consulta em 18 de maio de 2018.

²⁶⁴ Mateus, A. J. (2009), Agência Lusa, in: <http://darussia.blogspot.pt/2009/06/fotos-da-lomga-guerra-civil-em-angola.html>, última consulta em 18 de maio de 2018.

²⁶⁵ Gaspar, C. (2018), comentário após leitura do capítulo em causa, nota de rodapé.

²⁶⁶ Kanet R.E. e al. (eds.) (1997), “The Third World in Russian Foreign Policy” in “The Foreign Policy of the Russian Federation”, Palgrave Macmillan, p.p.28-29.

²⁶⁷ Moreira de Sá, T. (2011), “Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola”, D. Quixote, p.p.301 e 307.

Mas cedo o país entraria numa “guerra civil total”, por força de pressões étnicas e as pressões imperialistas, aquelas a sopragem de dentro e estas a sopragem de fora, relançavam a lógica da animosidade, dos interesses, das ambições, da competição (Almeida Santos, 2006)²⁶⁸.

Em suma, o processo de descolonização angolano, tal como a própria luta armada pela independência e a construção do estado angolano, ficou marcado desde logo, como refere Teixeira (2017)²⁶⁹, pela divisão entre os vários movimentos de libertação. Mas numa perspetiva global, adianta o autor que o resultado político é de uma só guerra, do ultramar para uns, de libertação para outros; tratando-se de três conflitos nacionais, três guerras de descolonização, totalmente diferentes. E remete para o que considera tratar-se de um ponto de convergência entre os movimentos de libertação e Salazar. E argumenta que os movimentos nacionalistas combatiam uma luta contra o colonialismo e o imperialismo e Salazar, pelo contrário, pretendia demonstrar ao Ocidente que se movia contra o comunismo internacional.

No quadro dos processos de libertação africanos, Angola surge como um caso particularmente fascinante e merecedor de uma análise mais em detalhe na triangulação União Soviética, Estados Unidos da América e Portugal. Desde logo por se tratar de uma importante colónia de um império que tardiamente sucumbiu, depois por se tratar de uma realidade africana que encerra em si mesma particularidades próprias que a definem e, finalmente, pela relação bilateral próxima que soube ver preservada com a atual Federação Russa no seu processo de transição para a independência. Parte integrante de um império com grande tradição histórica, Angola era vital para Portugal, não apenas internamente, por razões de soberania política e territorial, mas externamente, uma vez que para o Governo de Salazar era inconcebível perder qualquer uma das possessões ultramarinas e preservar a face portuguesa intacta perante a comunidade internacional. Tratando-se de um regime ditatorial longo e pesado, que resultou num enorme retrocesso económico e social para o país, a ditadura em Portugal, acabaria por conhecer o seu fim precisamente de onde menos esperaria, das suas colónias ultramarinas e, nesse sentido, os movimentos de libertação de Angola desempenharam um papel fundamental. As consequências dos seus atos ultrapassaram e muito os objetivos que os animavam, resultando na independência angolana e no próprio fim do império português, mas colateralmente na libertação da metrópole com a eclosão da Revolução do 25 de Abril de 1974. Em certa medida, ousar-se-ia evidenciar que o apoio soviético à luta armada pela via dos

²⁶⁸ Santos, A. A. (2006), “Quase Memórias – Da Descolonização de cada território em Particular”, 2.º Volume, Casa das Letras, p. 194.

²⁶⁹ Teixeira, N. S. (2017), “Angola” in “História Militar de Portugal”, A esfera dos livros, pp.552-554.

movimentos de libertação nacional não só permitiu libertar Angola da colonização, mas também permitiu libertar Portugal de cerca de quarenta anos de um regime fascista.

Como nenhuma mudança se faz sem um preço, os anos de guerra do Ultramar, opondo os movimentos de libertação de Angola – Movimento Popular de Libertação de Angola (MLPA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) - ao Governo português, foram muito onerosos em mortandade e em termos de opinião pública. A modalidade de guerra de guerrilha e a força do armamento utilizado com que se depararam os soldados portugueses enviados para o teatro de guerra angolano, muitas vezes demasiado jovens, com pouca formação e pouco conhecimento do terreno, aliado ao impacto alcançado pela invulgar mediatização do conflito armado por via das imagens e reportagens difundidas nos meios de comunicação social portugueses da época, caso da então recente Rádio Televisão Portuguesa, quer ainda pelo recrutamento forçado de toda uma geração de jovens rapazes que não se reviam na política levada a cabo pelo regime de Salazar, exponenciou um descontentamento no seio da população portuguesa na metrópole e a falta do necessário apoio à causa que justificaria a guerra nas colónias. “Angola é nossa” ou “Para Angola e em força” (Salazar, 1961) parecia não impelir mais o sentimento nacionalista necessário perante a possibilidade de enfrentar a morte.

Em paralelo, a União Soviética, pela via da ação levada a cabo pelo Partido Comunista Português na altura em Portugal, com a sua rede clandestina de contactos e informação e pela preparação da futura elite política angolana com o apoio a figuras angolanas proeminentes por meio da sua educação russa em cidades soviéticas ou por informação partilhada, soube minar as brechas deixadas no império português com vista ao seu fim. Ao contrário do aliado norte-americano, a Rússia soviética cedo se apercebeu da enorme oportunidade que se afigurava em África e, em particular, nas colónias africanas portuguesas, no processo de luta pela independência e consequente fim do império colonizador. Num quadro de bipolarismo, a vitória dos colonizados perante os colonizadores traria argumentação necessária para a causa soviética vingar mundialmente, até e especialmente em palcos como a própria Organização das Nações Unidas (ONU), onde não raras vezes a União Soviética defendeu a causa dos povos que exigiam a sua libertação.

Enquanto os Estados Unidos da América se manifestaram num primeiro momento cétricos perante a possibilidade do fim do império português e apenas mais tarde, após um pequeno interregno com a Administração Kennedy mais defensora dos movimentos de libertação dos povos, acabariam por tentar manter uma certa distância da questão favorecendo o aliado português animados pela importância estratégica da base das Lajes, nos Açores, a

Rússia de então manteve uma linha política de continuidade no apoio e na defesa da independência das colónias portuguesas africanas.

Com o fim do colonialismo e a independência de Angola em 1975, deu-se início a uma nova fase das relações russo-angolanas, que primou de igual modo pela manutenção do interesse soviético e pela tentativa de fazer vitoriosa a fação por si apoiada, visando o fim último de garantir a influência russa no país. Para o projeto global do comunismo vingar, num quadro de contenção bipolar, África e Angola em particular tinham a sua relevância. Este período relevou-se bastante conturbado política e militarmente em Angola. Entrar-se-ia numa longa guerra civil motivada pela luta pelo poder entre os dois grandes opositores, MPLA liderado por José Eduardo dos Santos, sucessor de Agostinho Neto e a UNITA de Jonas Savimbi.

Assolada pela nuvem do conflito armado em território nacional desde a declaração da independência, Angola vê os seus maiores esforços concentrados internamente pela luta no seio do seu povo e ser alvo de toda uma atenção redobrada no plano externo e servir de palco ao jogo internacional das duas grandes potências, Estados Unidos da América e União Soviética.

No caso concreto angolano, desde a primeira fase da guerra civil (1975-91) até às iniciativas de paz e final do conflito interno (1992-2002), como referem Wheller e Pélissier (2009)²⁷⁰, “o contexto internacional era propício ao estabelecimento e à manutenção da paz, mas o triste destino da trégua seria determinado por circunstâncias e comportamentos internos”. Segundo os autores, nessa altura “as principais componentes militares dos Acordos de Bicesse não foram cumpridas e ambas as partes retiveram os seus próprios exércitos e preparam-se para retomar o conflito armado em caso de um dos lados rejeitar os resultados das eleições”. O processo eleitoral realizou-se em 29 e 30 de setembro de 1992, “cuidadosamente observado pela ONU e outras organizações internacionais”.

No relatório da atividade do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 29 de maio de 1991²⁷¹ pode perceber-se o elevado empenho da organização na questão angolana: "Em 24 de junho de 1992, o Secretário-Geral apresentou ao Conselho um novo relatório, nos termos da resolução 747 (1992), sobre as atividades da UNAVEM II e do processo eleitoral em Angola. Ele observou que os angolanos tinham conseguido muito na implementação do processo de

²⁷⁰ Wheller, D.; Pélissier, R. (2009), “História de Angola”, Tinta-da-China, p. 367.

²⁷¹ “Repertoire of the Practice of the Security Council”, 29 de maio de 1991, in: http://www.un.org/en/sc/repertoire/89-92/Chapter%208/AFRICA/item%2001_Angola.pdf (última consulta setembro de 2018), p.258.

paz e que estavam sendo ativamente assistidos pelos três observadores - Portugal, a Federação Russa e os Estados Unidos - bem como pela comunidade internacional e pela UNAVEM II. Muito trabalho, no entanto, precisava ser feito urgentemente por todos os partidos em causa, principalmente o Governo e a UNITA, se fossem alcançar o objetivo de eleições multipartidárias livres e justas em 29 e 30 de setembro de 1992. Ele comentou que a atenção do povo angolano e de seus líderes se voltou cada vez mais para o processo eleitoral e para longe das principais tarefas inacabadas dos Acordos de Paz, como confinamento de tropas e armas, desmobilização e formação das novas forças armadas e da polícia. Ele ressaltou que o Governo e a UNITA devem agora fazer todos os progressos possíveis nessas tarefas vitais se o processo de paz tiver sucesso e perdurar. Eles também devem trabalhar juntos para reduzir e controlar a atual fronteira, uma vez que o ambiente político e de segurança em todo o país permaneceu tenso e poderia inviabilizar o processo de paz se não fosse contido. Lembrando que as Nações Unidas estavam em Angola para observar e verificar o processo de paz e as eleições, para não os organizar, ele pediu aos angolanos que mantivessem seu compromisso político e que os países doadores fornecessem a assistência prometida rapidamente".

No mesmo documento, fica expressa a posição adotada pela Federação Russa manifestada no seio do Conselho de Segurança²⁷²: "O representante da Federação Russa, também, afirmou que a UNITA deve prestar as graves advertências contidas na resolução aprovada. Sua tentativa de mergulhar Angola mais uma vez na guerra civil não só ameaçou o processo de assentamento naquele país, mas também poderia ter um impacto negativo na situação da região como um todo. A delegação russa acreditava que o Conselho de Segurança deve continuar a tomar todas as medidas necessárias para garantir a implementação pelas partes dos acordos de paz e promover um diálogo antecipado entre os dois líderes angolanos com o objetivo de realizar um segundo turno de eleições presidenciais. Por sua vez, a Federação Russa estava pronta ativamente para apoiar quaisquer medidas da comunidade internacional e do Conselho para pedir o desenvolvimento pacífico de Angola".

Mas, avançam Wheller e Pélissier (2009)²⁷³, que apesar das Nações Unidas terem certificado que as eleições tinham sido globalmente livres e justas, a UNITA acusou o MPLA de falsear os resultados, remobilizou as suas forças e retomou a ofensiva em finais de 1992. De acordo com estes autores, vários fatores ajudam a explicar o reacendimento da guerra em

²⁷² Organização das Nações Unidas, "Repertoire of the Practice of the Security Council", 29 de maio de 1991, p. 264, in: [http://www.un.org/en/sc/repertoire/89-92/Chapter%208/AFRICA/item%2001_Angola .pdf](http://www.un.org/en/sc/repertoire/89-92/Chapter%208/AFRICA/item%2001_Angola.pdf) (última consulta setembro de 2018).

²⁷³ Wheller, D.; Pélissier, R. (2009), "História de Angola", Tinta-da-China, pp. 367-369.

Angola: primeiro, a missão da ONU, a UNAVEM II, não dispunha de um mandato ou de maior adequados à tarefa colossal que tinha em mãos, num país com uma área quase equivalente à da Europa Ocidental (...); segundo, o tempo disponível para a concretização da missão (16 meses) era claramente curto, sobretudo atendendo à dimensão do território, às tarefas a concretizar, às dificuldades logísticas e à desconfiança reinante das partes e terceiro, as eleições não deveriam ter sido realizadas sem que tivesse sido cumprido o objetivo de formar uma força militar angolana única, impedindo que as partes conservassem forças próprias e quarto, os acordos de Bicesse não incluíam condições de partilha do poder. Entrar-se-ia, segundo os mesmos, no “capítulo mais destrutivo da guerra civil”.

Em 1994, referem os autores, tendo já o governo angolano se rearmado e reorganizado após o aumento dos preços do petróleo e aumento das receitas petrolíferas, referem ainda, situação diplomática internacional era cada vez mais favorável ao MPLA e uma vez que os esforços diplomáticos para deter o conflito haviam sido retomados, a 20 de novembro de 1994, na capital de zambiana, é assinado o Protocolo de Lusaca, recuperando os acordos de Bicesse”.

Os mesmos autores apontam para a lentidão do processo de paz que ficou traçado a partir deste novo acordo, segundo o qual, se “previa a realização de eleições supervisionadas pela ONU em data a determinar; o adiamento das eleições até as tarefas militares estarem concluídas, a responsabilidade das Nações Unidas pela supervisão da implementação do processo de paz e o envio de uma grande força de manutenção de paz, a Missão da ONU em Angola UNAVEM III, com um contingente máximo de sete mil soldados”. O período seguinte foi de “quase-paz” adiantam, no qual se seguiram atrasos e frustrações e em 1997-98 a ONU aplicou vários pacotes de sanções à UNITA²⁷⁴.

A Federação Russa volta a manifestar a sua posição numa reunião do Conselho de Segurança da ONU a 30 de junho de 1997. De acordo com Serguei Lavrov, "o projeto de resolução sobre a criação da Missão de Observação das Nações Unidas em Angola foi importante para alcançar as metas do processo de paz angolano. Preocupante, no entanto, foi a situação tensa na região Nordeste do país. Era importante que o Governo tivesse o controle desimpedido de todo o território e que a UNITA fornecesse informações sobre suas forças de acordo com o Protocolo de Lusaka. O processo de paz em Angola poderia ter chegado ao fim há muito tempo se a UNITA tivesse cumprido suas obrigações. Ele pediu à UNITA para honrar essas obrigações, incluindo aquelas relacionadas com suas forças”²⁷⁵.

²⁷⁴ Wheller, D.; Pélissier, R. (2009), “História de Angola”, Tinta-da-China, pp. 370-371.

²⁷⁵ Comunicado à Imprensa do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 30 de junho de 1997, in: <https://www.un.org/press/en/1997/19970630.SC6390.html> (última consulta setembro de 2018).

Ainda segundo Wheller e Pélissier (2009)²⁷⁶, em finais de 1998, muito depois de se ter tornado claro que o processo de paz não estava a funcionar adequadamente, o MPLA declarou guerra à UNITA, exigindo o fim do processo de paz de Lusaka, o que resultou na retirada das últimas forças da ONU em 1999. No crepúsculo da guerra civil angolana, a UNITA foi sendo derrotada de forma sucessiva e teve de passar de uma tática de guerra convencional para guerra de guerrilha. Aos poucos, o exército da UNITA foi ficando reduzido e as suas receitas entraram em declínio. Mas, referem os autores, “apesar das debilidades, a UNITA enquanto força de guerrilha continuou a constituir uma ameaça ao governo angolano e às populações rurais e à medida que a situação se alterava, passando de um impasse militar para uma espiral descendente da UNITA, as persistentes ofensivas das Forças Armadas Angolanas subjugarão as forças de combate da UNITA até o governo implementar uma política de terra queimada para impedir a UNITA de obter quaisquer apoios ou fornecimentos locais. Até que finalmente, em 2002, referem, as forças do governo angolano encurralaram os mais altos dirigentes da UNITA na província oriental do Moxico (...) e numa emboscada remota levada a cabo por comandos, a 22 de fevereiro de 2002, Jonas Savimbi foi assassinado.

Relativamente a Jonas Savimbi, Nogueira Pinto (2008)²⁷⁷, ressalva que havia os que pensavam que desaparecendo desapareceria a vontade que mantinha os guerrilheiros unidos e em luta e que acabariam por se render ou por fazer a paz e outros, como era o seu caso que pensavam que Savimbi também mantinha a unidade da UNITA e que se ele desaparecesse poderia dar-se uma atomização da guerrilha em senhores da guerra territoriais. Aponta ainda a importância de se dar à UNITA “uma saída airosa” e que era consensual que a decisão final estaria na pessoa de José Eduardo dos Santos.

Ainda sobre Savimbi, segundo Patrício (1998)²⁷⁸, refere que tinha uma visão deformada de democracia, reconhecendo apenas os resultados que lhe eram favoráveis e ao retomar a guerra provocou milhares de mortos e deslocados. Ainda segundo ele, Savimbi nunca aceitou verdadeiramente a mediação da ONU na questão angolana. E avança que “duas décadas de guerra, conflito civil e desconfianças têm privado Angola e o povo angolano dos frutos da paz e da prosperidade, sendo tempo de promover o espírito da paz e da reconciliação nacional.

Após o que foi considerado por muitos, como uma oportunidade para se finalmente alcançar a paz, avançam Wheller e Pélissier (2009)²⁷⁹, foram encetadas as negociações com os

²⁷⁶ Wheller, D.s; Pélissier, R. (2009), “História de Angola”, Tinta-da-China, pp. 370-371.

²⁷⁷ Nogueira Pinto, J. (2008), “Jogos Africanos”, A esfera dos Livros, p. 490.

²⁷⁸ Patrício, J. (1998), “Angola-EUA: os caminhos do bom-senso”, D. Quixote, p. 239.

²⁷⁹ Wheller, D.; Pélissier, R.(2009), “História de Angola”, Tinta-da-China, pp. 370-371.

líderes sobreviventes da UNITA, assinado um acordo e uma trégua e estabeleceram-se planos para completar as diretrizes consagradas no Acordo de Lusaca de 1994. Iniciou-se assim, segundo os mesmos, a iniciativa para a transição política para a paz a ser conduzida pelo governo angolano, pondo cobro à guerra civil com vista a reconstruir um país devastado por anos de guerra. Após a assinatura do acordo de paz, a UNITA transforma-se em partido político da oposição integrando-se assim no sistema político angolano²⁸⁰.

Em Angola, refere Patrício (1998)²⁸¹, foram aplicados vários tipos de negociações, quer a direta (bilateral e multilateral), quer a secreta e aberta, mas avança que muitas vezes, quer o governo, quer a UNITA, quer ainda a própria mediação, fizeram ou fabricaram informação com o objetivo de obter vantagens ou atingir um determinado resultado. Para o autor, o conflito angolano produziu alguns desvios à normalidade da ação diplomática, numa espécie de diplomacia paralela, no entanto, assume que o caso angolano o mecanismo da guerra foi, sem margem de dúvidas, o mais utilizado.

Mas o fim da guerra fria não significou necessariamente o fim do conflito em Angola. Para Andrews (2015)²⁸², a questão de Cabinda não ficou resolvida e uma vez que a indústria petrolífera angolana corresponde a metade do seu PIB e a localizando-se a maioria da exploração petrolífera nessa província, o problema do separatismo promovido por parte da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) permanece a assombrar o futuro do país.

Entre 2002-2007, Angola passou, como referem Wheller e Pélissier (2009)²⁸³, por um período de transição incerta. Com uma história de conflito invulgarmente longa, uma guerra civil que assolou a sociedade durante uma geração inteira, com dezenas de milhares de deslocados e refugiados, com uma economia fragilizada e grandes assimetrias do rendimento da sua população. Apenas em 2008, adiantam, com a descoberta de novas reservas de petróleo e gás natural e com a entrada de investimento estrangeiro, maioritariamente chinês, é que se começou a configurar uma situação de alguma recuperação do país.

Moscovo continuou a manter a sua influência no país através de José Eduardo dos Santos. Além da sua presença na Troika de países observadores da ONU – numa posição neutral de apoio à obtenção da paz e não de apoio direito ao MPLA como outrora (Malaquias, 2011)²⁸⁴ -

²⁸⁰ “Peace pact signed in Angola”, a 4 de abril de 2002, CNN, in: <http://edition.cnn.com/2002/WORLD/afica/04/04/angola.peace/> (última consulta em setembro de 2018).

²⁸¹ Patrício, J. (1998), “Angola-EUA: os caminhos do bom-senso”, D. Quixote, pp. 256-257.

²⁸² Andrews, J. (2015), “The World in Conflict – Understanding the world’s hotspots”, The Economist Books, p. 92.

²⁸³ Wheller, D.; Pélissier, R. (2009), “História de Angola”, Tinta-da-China, p. 374.

²⁸⁴ Malaquias, A. (2011), “Angola’s Foreign Policy: Pragmatic Recalibrations”, Occasional Paper nº84, South African Foreign Policy and African Drivers Programme, maio de 2011, p. 7.

a acompanhar o processo político no país, ao lado dos Estados Unidos da América e Portugal e da sua ação no quadro do Conselho de Segurança da ONU, a Rússia manteve contactos próximos com o MPLA e o governo de dos Santos, quer em ajuda técnica militar, quer na questão do perdão da dívida angolana (Sudakov, 2012).²⁸⁵

No caso concreto do relacionamento russo-angolano, este soube perdurar no tempo, alheio a constrangimentos de índole interna, seja o fim da URSS, seja a guerra civil angolana e a alterações do sistema internacional, do bipolarismo até ao final do unipolarismo de liderança norte-americana. Angola permanece uma prioridade na agenda político-diplomática russa. Para Alves, Arkhangel'skaya e Shubin, “quando se olha para a pegada russa no continente africano atualmente, Angola emerge imediatamente como um caso paradigmático”²⁸⁶. Na sua perspetiva, há um novo regresso e novo empenho na abordagem russa ao continente africano. No que concerne a importância angolana para a política externa russa, os mesmos autores sustentam a existência de várias fases diferenciadas neste relacionamento.

Após o profundo empenho soviético em estender a sua esfera de influência ao continente africano mediante o apoio dado à causa independentista, com a liderança política de Boris Yeltsin, o Sul em geral e África em particular, deixaram de ser um vetor importante na política externa russa em favor do Ocidente, para depois seguir-se um período de interesse renovado para o aprofundamento dos laços Rússia-África desde o início do milénio, colocando o vetor africano na ordem do dia da agenda política russa, tornando-se na derradeira fronteira estratégica a ser alcançar por empresários russos, nomeadamente, pela sua perceção de África ser um potencial mercado de consumo para os produtos russos.

No quadro global, além dos laços históricos, a dimensão económica deste relacionamento bilateral a florada mais à frente, ainda que distante das aspirações e do potencial almejado, detém já contornos significativos dado o seu caminho ascendente. Argumentam ainda os autores, que esta parceria não só reemerge como reflete interesses mútuos no contexto de um mundo multilateral e que se pretende mais justo – entenda-se, por contraponto a uma liderança única e no caso hegemonia norte-americana. Uma linha estruturante que corresponde, como mencionam, a interesses políticos, económicos e de comércio da política externa russa contemporânea a curto e longo prazo, conforme o consagrado de forma manifesta por exemplo

²⁸⁵ Sudakov, D. (2012), “Glorious Soviet past of glorious African nation”, de Pravda.Ru, a 19 de março, in: <http://www.pravdareport.com/world/africa/19-03-2012/120826-angola-0/> (última consulta em setembro de 2018).

²⁸⁶ Alves, A. C.; Arkhangel'skaya, A.; Shubin, V. (2013), “Russia and Angola: The Rebirth of a Strategic Partnership?”, South African Institute of International Affairs, Paper n° 154.

no Conceito de Política Externa aprovado em 2013²⁸⁷ pelo Presidente Putin onde pode ler-se: "A Rússia aumentará a interação multifacetada com os Estados africanos de forma bilateral e multilateral com foco em melhorar o diálogo político e promover a cooperação comercial e econômica mutuamente benéfica e contribuir para a resolução e prevenção de conflitos e crises regionais na África. Desenvolver parceria com a União Africana e outras organizações regionais é um elemento importante dessa política".

Finalmente, os referidos autores aludem também que a vantagem competitiva ou o mais importante dos *assets* na relação entre a Rússia e Angola é o capital de influência política de que ainda goza enraizado quer pelo apoio dado à luta pela libertação do jugo colonial português e quer, posteriormente, pelo apoio dado ao partido no poder aquando da guerra civil. Este legado crítico é único à Rússia. Nesse sentido, a presente tese advoga a defesa do carácter excecional do relacionamento russo-angolano e aponta as declarações oficiais explanadas por diferentes vias que suportam esse mesmo argumento.

Nas décadas em estudo aqui consideradas, além da Rússia, também da parte angolana foi manifestado por diversas vezes, nas mais altas instâncias, pelos próprios protagonistas políticos, o carácter particular deste relacionamento. Aquando da chegada ao poder de Vladimir Putin em 2000, início da fase de renovado empenho entre os dois países, pode ler-se, em telegrama diplomático remetido para Moscovo e assinado pelo Presidente José Eduardo dos Santos, de 28 de março de 2000, por entre palavras de felicitação: “Espero que durante o seu mandato as relações de amizade e cooperação entre os nossos dois Países se estreitem cada vez mais com benefícios recíprocos”²⁸⁸. Além do expetável agradecimento, Vladimir Putin respondeu na mesma linha reforçando a vontade russa de não apenas reforçar, mas mesmo de aprofundar a cooperação entre os dois países: “É do nosso agrado que nos últimos anos a cooperação russo-angolana ganhou o novo dinamismo, marcado pela estreita parceria nos assuntos internacionais, estabilidade e benefícios mútuos no domínio das relações bilaterais que tiveram o impulso significativo na sequência da visita oficial de Vossa Excelência a Moscovo em junho de 1999. Estou certo de que as relações de amizade e cooperação existentes

²⁸⁷ Conceito de Política Externa da Federação Russa (2013), aprovado pelo Presidente Vladimir Putin, in: http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents//asset_publisher/CptICkB6BZ29/content/id/122186 (última consulta em 18 de maio de 2018).

²⁸⁸ Nota oficial do Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, ao Presidente Eleito da Federação Russa, Vladimir Putin, Cota764/n.º 25/n.º 56/n.º 2/n.º 21, datada de 28 de março de 2000, in: Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa em Moscovo.

ao longo de muitos anos entre a Rússia e Angola se irão consolidar e ampliar para o bem dos povos dos nossos dois países²⁸⁹”.

O processo de paz angolano também serviu de mote para o envio de nota oficial ao Ministro russo dos Negócios Estrangeiros em 23 de maio: “Na sequência da adoção pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas da resolução 1295/2000 sobre Angola, no dia 18 de abril, gostaria de, em nome do Governo da República de Angola e no meu próprio, manifestar o nosso reconhecimento e agradecimento pela posição assumida pelo Vosso País, durante a discussão e votação da referida resolução. (...) Queremos assegurar-lhe Excelência deque as relações bilaterais entre os nossos Países serão cada vez mais beneficiadas, face ao contínuo apoio e solidariedade do Governo da Federação Russa para com Angola, a nível das Nações Unidas”²⁹⁰.

Essa intenção política angolana viria a ser reiterada ainda nesse mesmo ano, mas em 20 de junho, por ocasião da celebração do dia da soberania da Federação Russa, em nova nota oficial enviada pelo presidente angolano ao seu homólogo russo explanando: “Nesta data de grande significado para o vosso povo, reafirmo-lhe o desejo do governo angolano em aprofundar e ampliar as relações de cooperação e amizade existente entre os nossos dois povos, na certeza de que deste modo poderemos criar as bases para o relançamento e estabilização das economias dos nossos respetivos países e assegurar o progresso e o bem-estar do povo angolano e do povo russo”²⁹¹.

Também da parte do presidente russo seria remetida uma nota oficial ao Presidente José Eduardo dos Santos aquando do dia da independência da República de Angola onde fica clara a proximidade russo-angolana: “De todo o coração felicito Vossa Excelência e todo o povo angolano por ocasião do 25.º aniversário da proclamação da independência da República de Angola. O dia 11 de novembro de 1975 constitui uma data solene não somente para os cidadãos do vosso país, mas também para os cidadãos russos, que têm estado ao lado dos amigos angolanos tanto no período da luta contra o colonialismo, como nos anos seguintes de afirmação do Estado angolano. É bem simbólico que em simultâneo comemoramos juntos mais

²⁸⁹ Resposta oficial do Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin, ao seu homólogo angolano, José Eduardo dos Santos, em 15 de abril de 2000 (tradução do russo pela Embaixada angolana), Cota 764/n.º 25/ n.º 57/n.º 6/n.º 3, in: Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa em Moscovo.

²⁹⁰ Nota oficial do Ministro das Relações Exteriores de Angola, João Bernardo de Miranda, ao seu homólogo russo, Igor Ivanov, datada de 23 de maio de 2000, Cota 658/n.º 39/n.º 38/n.º 4/n.º 28, in: Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa em Moscovo.

²⁹¹ Nota oficial do Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, ao Presidente Eleito da Federação Russa, Vladimir Putin, datada de 20 de junho de 2000, ota 764/n.º 25/n.º 56/n.º 2/n.º 48-49, in: Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa em Moscovo.

um aniversário – um quarto de século de estabelecimento das relações diplomáticas entre os nossos dois países. Ao longo destes anos, os laços multifacetados russo-angolanos que correspondem aos interesses recíprocos, têm tido um desenvolvimento frutuoso, tanto no plano bilateral, como no âmbito multilateral. A visita de Vossa Excelência a Moscovo em junho de 1998 representa um marco importante na história das relações entre os nossos dois Estados. Estou certo de que a implementação bem-sucedida dos acordos então firmados permitirá imprimir uma nova dinâmica à cooperação entre a Rússia e Angola. Queremos no futuro continuar a cooperação estreita com os nossos amigos angolanos para garantir a paz, estabilidade e segurança no continente africano. Aproveito esta oportunidade para transmitir ao (...) povo de Angola – novos êxitos rumo ao desenvolvimento independente, paz sólida e concórdia nacional”²⁹²

O próprio chefe da diplomacia angolana, o então Ministro das Relações Exteriores, João Bernardo de Miranda, viria a enfatizar a mesma linha de atuação, em nota oficial remetida ao seu colega russo em 11 de novembro, Igor Ivanov: “Por ocasião do 25.º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre a República de Angola e a Federação da Rússia, em nome do Governo angolano e no meu próprio tenho a honra de endereçar a Vossa Excelência e por vosso intermédio ao Governo e a todo o Povo russo, as minhas mais ardentes felicitações pela passagem de tão importante momento no relacionamento entre os nossos Governos e Estados. Nessa data gloriosa não posso deixar de reconhecer o empenho dos dirigentes da ex-URSS, da qual a Federação da Rússia é o seu sucessor legal, no plano internacional a favor do direito dos povos à autodeterminação e independência, que culminou com a adoção pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Resolução 1514 (XV) e o esforço material e apoio moral consentidos para que o Povo angolano se tornasse independente em 11 de novembro de 1975. Permito-me igualmente Excelência, agradecer-vos a disponibilidade das instituições de ensino russas face às solicitações do governo angolano no que concerne à educação e ensino dos seus jovens e que se tem traduzido na formação nos mais diversos domínios de numerosos quadros de que a República de Angola tanto necessita. Estou plenamente convencido que as relações de amizade, político-diplomáticas e de cooperação económica, técnico-científica e cultural consolidar-se-ão cada vez mais em prol da paz e da segurança internacionais assim como do *bem-estar social dos nossos povos*”²⁹³. De salientar

²⁹² Nota oficial do Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin, ao seu homólogo angolano, José Eduardo dos Santos, em 10 de novembro de 2000 (tradução do russo pela Embaixada angolana), Cota 764/n.º 25/n.º 57/n.º 6/n.º 12, in: Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa em Moscovo.

²⁹³ Nota oficial do Ministro das Relações Exteriores da República de Angola, João Bernardo de Miranda, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia, Igor Ivanov, datada de 11 de novembro de 2000,

que a especificidade russo-angolana bem narrada nas palavras anteriormente citadas, passou ainda por, em conjunturas específicas e nas mais diversas instâncias internacionais, manifesto apoio entre os dois países em importantes negociações político-diplomáticas. Exemplo disso, consta a nota do Ministério das Relações Exteriores da República de Angola, de 28 de abril de 2000, enviada à Embaixada da Federação da Rússia em Luanda, onde pode ler-se: “O Ministério das Relações Exteriores apresenta os seus cumprimentos à Embaixada da Federação da Rússia e tem a honra de comunicar, em referência à Sua Nota Verbal n.º3, o apoio da República de Angola à candidatura russa à Comissão dos Direitos Humanos nas eleições a realizar no mês de maio durante o Conselho Económico e Social das Nações Unidas”²⁹⁴.

Passando do plano institucional para outros canais de cooperação direta que fazem da preservação eterna dos laços o objetivo comum, considera-se o caso dos veteranos da guerra em Angola, dos antigos e atuais alunos angolanos das universidades russas ou dos encontros entre empresários de ambos os países²⁹⁵. Como refere Tó Bragança, Adido de Imprensa e Cultural da Embaixada de Angola em Moscovo, em 2005, no Pravda²⁹⁶, estas pontes servem para criar a memória coletiva do povo: “O Colóquio “Da Luta Clandestina à proclamação da Independência Nacional: memórias de um passado que se faz presente” realizado, em Maio de 2005, no Palácio dos Congressos, sede do Parlamento Angolano, em Luanda, evidenciou claramente que é chegada a hora de se assumir sem tabús as várias facetas da História recente dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Com essa atitude, poder-se-á proporcionar às futuras gerações um conhecimento tão real quanto possível da História dos seus povos e países. O fórum, em que tive o privilégio de participar, concluiu ser necessário empreender contactos com entidades dos países que apoiaram os movimentos de libertação das ex-colónias portuguesas com vista a realização de missões de pesquisa e recolha de documentos e recomendou que se deve acelerar e aprofundar o intercâmbio de informações e experiências que conduzam a criação do Arquivo dos PALOP, cujo objetivo é preservar as diferentes fontes

Cota 764/n.º 25/n.º 57/n.º 6/n.º 133, in: Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa em Moscovo.

²⁹⁴ Nota do Ministério das Relações Exteriores da República de Angola, de 28 de abril de 2000, enviada à Embaixada da Federação da Rússia em Luanda, Cota 764/n.º 25/n.º 56/, 2/n.º 24, in: Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa em Moscovo.

²⁹⁵ Jornal de Angola, “Luanda e Moscovo criam fórum de negócios”, 08 de julho de 2013, in: http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/luanda_e_moscovo_criam_forum_de_negocios (última consulta em 18 de maio de 2018).

²⁹⁶ “A luta pela libertação dos PALOP - apoio da URSS/Rússia”, Pravda.ru, de 29 de junho de 2005, in: <http://port.pravda.ru/news/russa/29-06-2005/8176-0/> (última consulta em 18 de maio de 2018).

que constituem memórias das lutas pela libertação. Fi-lo para recordar o apoio prestado à luta pela libertação dos PALOP pelas forças progressistas e o papel desenvolvido pela antiga União Soviética para que a ONU adotasse, na década de 60 do Século XX, a declaração Sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Colonizado”. Por sua vez, a ação dos antigos combatentes passa por manter viva a história recente partilhada no teatro de guerra angolano. Criada em 2004, a União dos Veteranos de Angola²⁹⁷ é bastante ativa por meio da dinamização de encontros ou exposições sobre a experiência angolana e tem por objetivo “manter o contacto e unir todos os cidadãos da Rússia, que participaram em missões internacionalistas de apoio à República de Angola”, manifestando prezar a memória do seu trabalho naquele país africano.

No quadro da política externa russa de aprofundar a sua esfera de influência também no plano económico, África e em particular Angola tem um enorme potencial, não só pelos recursos naturais de que são detentoras, mas por razões específicas que vão ao encontro das expectativas da Rússia. Para Santos (2015)²⁹⁸, a operação de charme russa em Angola visa alcançar uma série de objetivos estratégicos que, em última instância, conduzirão à concretização das suas ambições internacionais. Para o autor, além dos laços históricos potenciarem as trocas comerciais – constando Angola já da Estratégia Económica Externa Russa até 2020 -, não só no plano da exploração dos recursos naturais e construção de infraestruturas, também na projeção da indústria militar russa e no desafio que faz ao Ocidente pela sua presença no Golfo da Guiné. Segundo refere, Angola tem estado na linha da frente da expansão russa na África Subsaariana enquanto potência energética mais pacífica da região, é um país estratégico para qualquer potência que queria expandir a sua influência em África, no Golfo da Guiné e no Atlântico Sul.

Tentando traçar um meridiano entre momentos históricos de relevo no quadro da relação russo-angolana – desde a luta armada pela independência, à implosão da URSS, à eclosão da guerra civil angolana, à ascensão ao poder de Vladimir Putin, até mesmo à recente mudança de liderança política angolana – pode concluir-se tratar-se de um relacionamento significativo em termos de cooperação com África pelas várias diversas dimensões que encerra. Algo que se mantém inalterado. Assim se percebe que, no seu discurso de tomada de posse, o atual presidente angolano, João Lourenço, ao elencar os principais parceiros internacionais de Angola, tendo feito referência explícita também à Rússia: “Angola dará primazia a importantes

²⁹⁷ União dos Veteranos de Angola, in: <http://www.veteranangola.ru/main/general/portugal> (última consulta em 18 de maio de 2018).

²⁹⁸ Santos, G. P. (2015) “A Rússia e “a operação de charme” em África: o caso de Angola”, IPRIS 32, Instituto Português de Relações Internacionais e de Segurança.

parceiros, tais como os Estados Unidos da América, a República Popular da China, a Federação Russa, a República Federativa do Brasil, a Índia, o Japão, a Alemanha, a Espanha, a França, a Itália, o Reino Unido, a Coreia do Sul e outros parceiros não menos importantes, desde que respeitem a nossa soberania”²⁹⁹.

4.2. A dimensão político-diplomática

“Over many years Russia and Angola have developed their relations based on the principles of mutual respect for each other’s interests, trust and sincere friendship. We assign great value to strengthening the legal basis of our relations and today a whole range of very important documents that strengthen this administrative base were signed”.

Vladimir Putin, 2006³⁰⁰

Em 11 de novembro de 2020, foi celebrado o 45.º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre a Federação Russa e a República de Angola. De acordo com o representante diplomático russo em Luanda, os laços fraternais que unem os dois países são históricos e inseparáveis. Na publicação elaborada pela Embaixada Russa para assinalar a efeméride³⁰¹, o Embaixador Vladimir Tararov refere o importante papel desempenhado pela então União Soviética na conquista angolana da independência e na consolidação do seu Estado. O diplomata assinala ainda o desenvolvimento progressivo da cooperação bilateral multissetorial na área política, económica e humanitária, bem como a cooperação na arena internacional a favor da paz e segurança globais. Enquanto parceiros estratégicos, adianta ainda Tarakov, existe interesse em expandir e fortalecer esta cooperação e em buscar novas oportunidades.

Para o Embaixador russo, as relações russo-angolanas conheceram um novo dinamismo após as duas visitas realizadas à Rússia, em 2019 pelo Presidente angolano, João Lourenço e

²⁹⁹ Discurso de tomada de posse do Presidente da República de Angola, João Lourenço, em 27 de setembro de 2017, in:

http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/discurso_de_joao_lourenco_na_cerimonia_de_investidura_como_presidente_da_republicada_republica

http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/discurso_de_joao_lourenco_na_cerimonia_de_investidura_como_presidente_da_republica

³⁰⁰ Putin, V. (2006), Declarações à imprensa aquando da visita oficial do Presidente angolano, José Eduardo dos Santos a Moscovo, entre 30 de outubro e 1 de novembro de 2006, in: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/page/747>.

³⁰¹ Embaixada da Federação da Rússia na República de Angola, “ Rússia e Angola: 45 anos de parceria e amizade”, 11 de novembro de 2020, in: <https://www.instagram.com/p/CHdKM6IH19L/> (última consulta em 23 de novembro de 2020).

por meio da atribuição da condecoração militar atribuída à Federação Russa em 23 de março e da mais alta condecoração estatal angolana ao Presidente Vladimir Putin em 4 de abril do mesmo ano. Em 2019, foi ainda criado o principal instrumento, segundo refere, de cooperação na esfera económica, o Conselho Empresarial Rússia-África, com vista a desenvolver o diálogo entre os círculos empresariais dos dois países. A cooperação na área da educação e da cultura é outro dos pilares importantes que evidencia neste relacionamento. A oferta de bolsas de estudo em universidades russas a jovens estudantes angolanos é uma importante vertente na cooperação e na formação da elite africana e que existe desde o período soviético. Na atualidade, existem mil estudantes angolanos a estudar em instituições de ensino superior na Rússia.

Conforme é referido na mesma publicação, o relacionamento russo-angolano assenta no princípio do respeito mútuo pelos interesses, confiança e amizade e que Moscovo e Luanda têm mantido uma cooperação estreita na solução dos assuntos regionais e internacionais, alinhando posições sobre a maioria dos pontos da agenda global e na construção de uma ordem mundial baseada nos princípios da multipolaridade, o primado do Direito internacional e no respeito de todos os Estados sem exceção.

De acordo com o Presidente Putin³⁰², não apenas pelo seu potencial económico, mas sobretudo pela imagem que a Rússia detém em Angola, se justifica a proximidade deste relacionamento, o desenvolvimento das relações entre os dois Estados e a manutenção de um diálogo político ativo. Por seu lado, o chefe da diplomacia russa, Serguei Lavrov, evidencia o apreço da Rússia pelo nível elevado das relações com Angola, “um amigo e parceiro da Rússia testado pelo tempo”³⁰³. Já o seu homólogo angolano referiu³⁰⁴, em 2018, que Angola era já o principal parceiro da Rússia em África. Na estratégia russa com África, Angola parece assumir um importante papel.

³⁰² Embaixada da Federação da Rússia na República de Angola, “ Rússia e Angola: 45 anos de parceria e amizade”, 11 de novembro de 2020, in: <https://www.instagram.com/p/CHdKM6IH19L/> (última consulta em 23 de novembro de 2020), p. 13.

³⁰³ Embaixada da Federação da Rússia na República de Angola, “ Rússia e Angola: 45 anos de parceria e amizade”, 11 de novembro de 2020, in: <https://www.instagram.com/p/CHdKM6IH19L/> (última consulta em 23 de novembro de 2020), p. 17..

³⁰⁴ Putin destaca Angola como o principal parceiro da Rússia em África, Sábado, 27 de julho de 2018, in: <https://www.sabado.pt/mundo/detalhe/putin-destaca-angola-como-principal-parceiro-da-russia-em-africa> (última consulta em 6 de setembro de 2020).

Quadro 16

Acordos Angola-Rússia em vigor

A LISTA DOS ACORDOS ANGOLANO-RUSSOS EM VIGOR	
1. Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento das Relações Diplomáticas entre a República Popular de Angola e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Luanda, 11 de Novembro de 1975)	15. Processo Verbal das Conversações entre as Delegações da República de Angola e da Federação da Rússia sobre a Cooperação Bilateral (Luanda, 28 de Maio de 1995)
2. Tratado sobre a Amizade e a Cooperação entre a República Popular de Angola e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Moscou, 8 de Outubro de 1976)	16. Acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia sobre a Reestruturação da Dívida Decorrendo dos Créditos Públicos e Comerciais Consentidos pela ex-URSS e a República de Angola (Moscou, 20 de Novembro de 1996)
3. Acordo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre Cooperação Técnica e Económica (Moscou, 26 de Maio de 1976) e os Protocolos relativos ao Acordo de 26 de Maio de 1976, 12 de Outubro de 1976 e 28 de Março de 1980.	17. Declaração sobre as Bases das Relações de Amizade e Cooperação entre a República de Angola e a Federação da Rússia (Moscou, 23 de Junho de 1998)
4. Acordo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre a Cooperação Cultural e Científica, (Moscou, 26 de Maio de 1976)	18. Acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia sobre o Comércio e a Cooperação Económica (Moscou, 23 de Junho de 1998)
5. Convenção Consular entre a República Popular de Angola e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Moscou, 26 de Maio de 1976)	19. Acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia sobre a Instituição da Comissão Intergovernamental Russo-Angolana para a Cooperação Económica, Técnico-Científica e Comercial (Luanda, 16 de Novembro de 2004)
6. Acordo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre Navegação Mercante (Moscou, 26 de Maio de 1976)	20. Acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia sobre supressão dos vistos em passaportes diplomáticos e de serviço (Moscou, 26 de Fevereiro de 1999)
7. Acordo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre Navegação Mercante (Moscou, 26 de Maio de 1976)	21. Acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia, no Domínio de Cooperação Técnico-Militar (Moscou, 31 de Outubro de 2006)
8. Protocolo Relativo ao Estabelecimento da Representação Comercial da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas na República Popular de Angola (Moscou, 26 de Maio de 1976)	22. Tratado entre a República de Angola e a Federação da Rússia sobre a transferência das pessoas condenadas às penas privativas de liberdade (Moscou, 31 de Outubro de 2006)
9. Acordo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, no domínio dos Correios e Telecomunicações (Moscou, 20 de Dezembro de 1979)	23. Tratado entre a República de Angola e a Federação da Rússia sobre a extradição (Moscou, 31 de Outubro de 2006)
10. Acordo por Troca de Notas no âmbito da Isenção Recíproca dos Pagamentos Consulares pela Realização de Todas as Acções Consulares pelos Cidadãos e Organizações da República Popular de Angola e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, assinado em 15 de Março de 1983 e Protocolo relativo à Troca destas Notas, assinado em 15 de Abril de 1983	24. Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia (Luanda, 26 de Junho de 2009)
11. Protocolo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e sobre o Reconhecimento Mútuo, Validação e Equivalências dos Certificados de Habilitações Literárias (Luanda, 21 de Abril de 1986). Será revogado após entrada em vigor do Acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia sobre o Reconhecimento Recíproco de Habilitações Literárias, Qualificações e Graus Académicos, assinado em 23 de Outubro de 2019.	25. Acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia sobre Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos (Luanda, 26 de Junho de 2009)
12. Protocolo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre a Cooperação Económica e Técnica na Reabilitação e Criação dos novos Objectos na República Popular de Angola (Moscou, 26 de Março de 1987)	26. Acordo de Cooperação entre o Executivo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia no domínio do Ensino Superior (Luanda, 14 de Fevereiro de 2012)
13. Protocolo de Fornecimento de Material de Uso Civil da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas à República Popular de Angola em 1987-1990 (Luanda, 20 de Junho de 1987)	27. Acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia sobre a Protecção Mútua dos Direitos para os Resultados da Actividade Intelectual no Decurso da Cooperação Técnico-Militar Bilateral (Moscou, 13 de Outubro de 2018)
14. Protocolo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre a Cooperação Económica e Técnica para o Aumento da Produção do Café (Luanda, 22 de Setembro de 1988)	28. Acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia para Cooperação no Campo da Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos (Moscou, 4 de Abril de 2019)
	29. Memorando de entendimento entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia sobre a cooperação no domínio dos diamantes (Moscou, 4 de Abril de 2019)

fonte: Embaixada da Rússia em Luanda³⁰⁵

Tomemos alguns exemplos de troca de correspondência diplomática que são ilustrativos do carácter relevante das relações russo-angolanas. Em Nota Oficial do governo angolano³⁰⁶ enviada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Angolano, João Bernardo de Miranda, ao seu homólogo russo, Igor Ivanov, em 2000, expressa-se o reconhecimento angolano ao apoio russo no que concerne a situação angolana e pode ler-se: “Na sequência da adoção pelo Conselho de

³⁰⁵ Embaixada da Federação da Rússia na República de Angola, “ Rússia e Angola: 45 anos de parceria e amizade”, 11 de novembro de 2020, in: <https://www.instagram.com/p/CHdKM6IH19L/> (última consulta em 23 de novembro de 2020), p. 38.

³⁰⁶ Arquivos Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, Cota 764/n.º 25/n.º 57/n.º 6/n.º 121, Nota Oficial enviada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros angolano, João Miranda, ao seu homólogo russo em 23 de maio de 2000.

Segurança das Nações Unidas da resolução 1295/2000³⁰⁷ sobre Angola, no dia 18 de abril, venho manifestar o nosso reconhecimento e agradecimento pela posição assumida do Vosso País, durante a discussão e votação da referida resolução (...). Esta postura reafirma o compromisso da Federação Russa em garantir a implementação efetiva por todos os estados das resoluções do Conselho de Segurança sobre Angola (...). Queremos assegurar-lhe que as relações bilaterais entre os nossos países serão cada vez mais beneficiadas, face ao contínuo apoio e solidariedade do Governo da Federação Russa para com Angola, a nível das Nações Unidas (...).”

Outra troca de correspondência diplomática igualmente relevante foi a mensagem³⁰⁸ enviada pelo presidente russo, Vladimir Putin, por ocasião da comemoração do “Dia de África”, a 16 de maio de 2000, na qual manifesta de forma clara que no “ano de 2000 também celebramos o 40º aniversário da aprovação pela Assembleia Geral da ONU a Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais” e reforça tratar-se de “um documento histórico que deu um poderoso impulso ao processo de emergência e reforço da soberania dos Estados africanos”. E refere a importância do papel da Rússia que “promove ativamente a afirmação na arena internacional da abordagem integrada dos problemas mais graves da região”, apoiando “os esforços dos países africanos no sentido da consolidação dos processos democráticos, garantias do desenvolvimento sustentável e participação de pleno direito nos processos de integração locais e regionais”, finalizando que a Rússia valoriza “estas relações de amizade que desempenham o grande papel na formação da ordem mundial genuinamente democrática” e que esta “procura reforçar parcerias em pé de igualdade tanto a nível multilateral, como bilateral”.

Quatro anos volvidos e a assinalar a mesma data, em 27 de maio de 2004, podia ler-se na mensagem³⁰⁹ enviada pelo presidente Putin aos chefes de estado e de governo africanos a confirmação da importância do vetor africano para a Rússia: “Nos últimos anos, os países africanos têm se tornando cada vez mais ativos participantes de processos políticos, económicos e humanitários mundiais. Eles fazem uma contribuição notável para a cooperação

³⁰⁷ Conselho de Segurança das Nações Unidas, Resolução 1295/2000, de 18 de abril, relativa à situação em Angola, in: <http://unscr.com/en/resolutions/1295> (última consulta em outubro de 2018).

³⁰⁸ Arquivos Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, Cota 764/n.º 25/n.º 57/n.º 6/n.º 7, Mensagem aos Chefes de Estado e de Governo dos Países de África, enviada pelo Presidente Vladimir Putin, a 16 de maio de 2000.

³⁰⁹ Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, Cota 764/n.º 25/n.º 57/n.º 6/n.º 7, Mensagem oficial enviada aos Chefes de Estado e de Governo de países africano a assinalar a efeméride do “Dia de África”, a 16 de maio de 2000, in: http://www.mid.ru/en/afrikanskie-organizacii/-/asset_publisher/0vP3hQoCPRg5/content/id/471676 (última consulta setembro de 2018).

internacional e para a elaboração de medidas abrangentes para a promoção da estabilidade e segurança globais. A Rússia avalia muito bem os esforços dos Estados da África para superar os problemas enfrentados pelo continente. Em primeiro lugar - no enfrentamento de uma tarefa tão importante como a resolução de conflitos armados locais. De particular importância aqui estão as atividades de manutenção da paz da comunidade africana, bem como o papel de coordenação da União Africana e do seu Conselho de Paz e Segurança e das principais associações sub-regionais. Congratulamo-nos com o foco dos países africanos na implementação do programa Nova Parceria para a África (NEPAD). O desenvolvimento econômico e social do continente dependerá em grande parte da consistência dos passos nessa direção. Por sua vez, a Rússia está pronta para continuar a prestar assistência necessária à África, inclusive dentro de projetos sob os auspícios das Nações Unidas, do G8 e de outros fóruns e organizações multilaterais. Uma parte importante e integral da política externa russa é o desenvolvimento do diálogo político e da cooperação mutuamente benéfica com os Estados africanos nos campos comercial, econômico, científico, tecnológico e cultural. Estamos convencidos de que o trabalho conjunto próximo nos ajudará a usar o potencial significativo de nossa parceria de forma mais completa."

Outro momento importante que parece comprovar o caráter particular da afinidade entre as duas lideranças políticas e os respectivos países, foi a visita em outubro de 2006, do então presidente angolano realiza uma visita oficial a Moscovo, provida de enorme simbolismo, visando o “reforço das relações de cooperação bilateral, numa altura em que se comemora o 30º aniversário da assinatura do Tratado de Amizade entre os dois países”³¹⁰. Além das habituais conversações bilaterais, acordos intergovernamentais e memorandos de cooperação entre empresas dos dois países, o presidente angolano foi agraciado com a insígnia da Ordem da Amizade, “pelo seu contributo pessoal ao reforço da amizade e cooperação existentes”. Além de reconhecer a grande honra por receber tamanha distinção, José Eduardo dos Santos referiu que a mesma se estendia ao povo angolano: "Os angolanos souberam preservar com sacrifício e valentia a sua independência, e têm dado uma contribuição exemplar à causa da paz no mundo e ao entendimento entre todas as Nações". No que à visita dizia respeito, adiantou que “se mantinham válidos os Princípios do Acordo Geral e de Amizade e Cooperação, assinado em 1976 e que a sua visita à Federação da Rússia tem o propósito de ajustar os acordos específicos decorrentes da nova realidade existente, bem como para dar um

³¹⁰ “Rússia: José Eduardo dos Santos chegou a Moscovo para visita oficial”, 30 de outubro de 2006, Angop, in: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2006/9/44/Russia-Jose-Eduardo-dos-Santos-chegou-Moscovo-para-visita-oficial.fc9e81df-091d-4d1b-a088-b195eeb344c3.html (última consulta outubro de 2018).

impulso maior ao desenvolvimento das relações bilaterais”³¹¹. Da parte russa e de acordo com a informação divulgada pelo Kremlin pode ler-se: “During the meeting the heads of state discussed the development prospects of Russian-Angolan economic and political relations as well as topical international and regional problems. They also addressed the theme of United Nations reform. (...) The heads of state emphasised the large potential for developing bilateral ties, including in the trade and economic spheres, the diamond mining industry, the energy sector, the oil and gas industry, transport and communications, and also expressed their hope that these relations will continue to develop in the future”³¹².

4.3. A dimensão militar

A presença russa no continente africano passa também por uma dimensão militar, que historicamente remete para o apoio técnico-militar soviético aos movimentos independentistas e anti-coloniais africanos e na atualidade se apresenta como relevante para a indústria de armamento russa pela importância que assume a exportação do seu armamento para o mercado africano e, em particular, angolano. Se, por um lado, a relevância da militarização angolana parece emergir como forma de aumentar o seu potencial enquanto potência regional, por outro, a proximidade militar russo-angolana parece deter significado também como forma de perpetuar o contraponto ao Ocidente no continente africano.

Na atualidade, e de acordo com o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI)³¹³, a Rússia apresenta-se como o maior fornecedor de armamento em África, detendo 49% do total das exportações de armas para o continente. Desde 2000, que o número de países africanos importadores de armas russas passou de 16 para 21 e Angola figura como o terceiro maior cliente africano, logo após a Argélia e o Egito, desde que a Rússia começou a vender armamento para o país em 2015. Angola parece ser uma escolha natural da Rússia nesta área de relacionamento bilateral dados os laços históricos existentes.

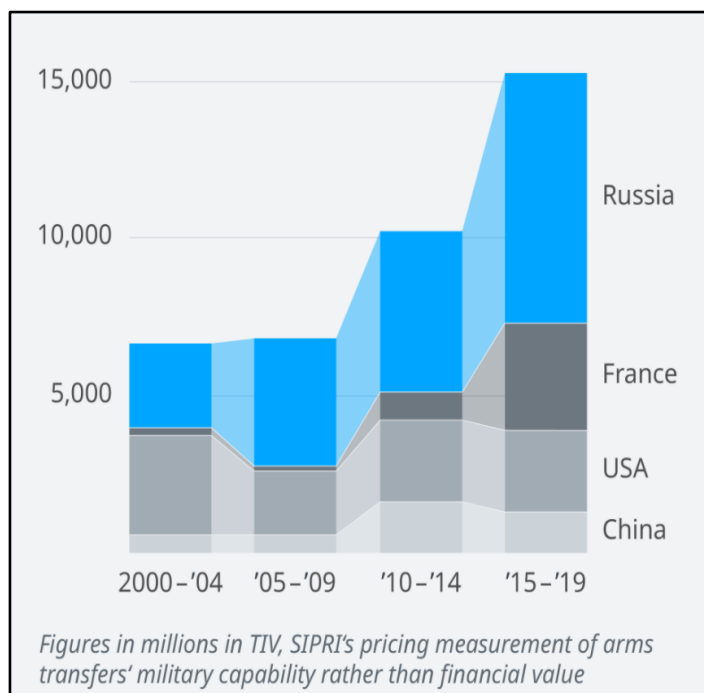
³¹¹ “Rússia: Chefe de Estado angolano agradece condecoração”, 1 de novembro de 2006, Angop, in: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2006/10/44/Russia-Chefe-Estado-angolano-agradece-condecoracao,ee604de6-8e47-4b92-a2a5-b8703c75d10b.html (última consulta em outubro de 2018).

³¹² “Vladimir Putin met with Presidente of Angola, José Eduardo dos Santos”, 31 de outubro de 2006, Site Oficial do Kremlin, in: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/page/772> (última consulta em outubro de 2018).

³¹³ “Russian arms exports to Africa: Moscow's long-term strategy”, DW, 29 de maio de 2020, in: <https://www.dw.com/en/russian-arms-exports-to-africa-moscows-long-term-strategy/a-53596471> (última consulta em 18 de outubro de 2020).

Quadro 17

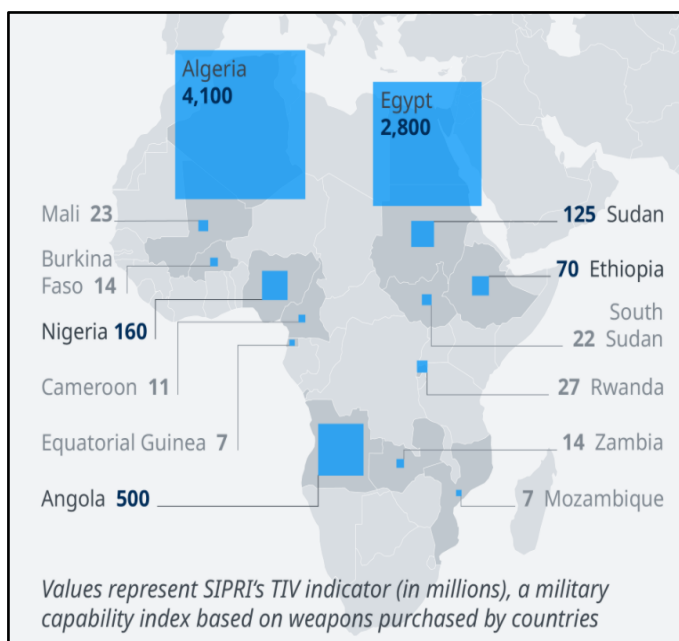
Principais exportadores de armamento para África



Fonte: SIPRI/DW

Mapa 2

Países africanos importadores de armamento russo

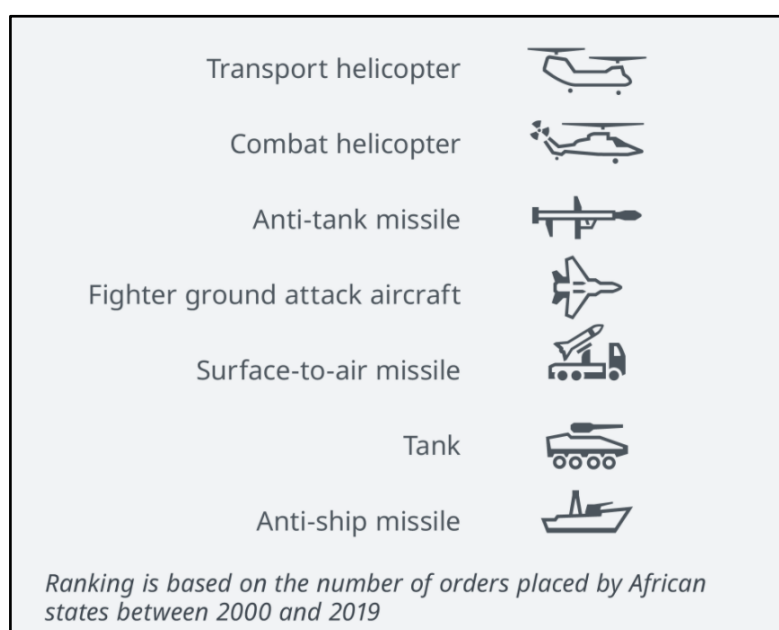


Fonte: SIPRI/DW

De acordo com Stronski (2020)³¹⁴, para a estratégia a longo prazo de Moscovo com a exportação de armamento para África, tem contribuído o facto das autoridades nacionais desses países ainda encararem a Rússia sob a perspetiva dos laços existentes na era soviética e Moscovo tem sabido preservar a sua influência. O interesse crescente russo pelo continente africano, refere ainda, tem uma motivação económica, política, mas também estratégica, enquanto potencial parceiro da visão de uma ordem internacional multipolar. Para Stronski, a Rússia pretende uma África menos europeia, menos atlântica e mais focada nos poderes e regiões emergentes. O aprofundamento dos laços com África como uma das principais prioridades da política externa russa foi reiterado pelo Presidente Putin aquando da realização do I Fórum Rússia-África que se realizou em Sochi em 2019 (Signé, 2019)³¹⁵.

Quadro 18

Armamento russo mais importado



Fonte: SIPRI/DW

³¹⁴ Stronski, P. (2020), “Russian arms exports to Africa: Moscow's long-term strategy”, DW, 29 de maio, in: <https://www.dw.com/en/russian-arms-exports-to-africa-moscows-long-term-strategy/a-53596471> (última consulta em 18 de outubro de 2020).

³¹⁵ Signé, L. (2019), “Vladimir Putin is resetting Russia’s Africa agenda to counter the US and China”, Quartz Africa, 22 de outubro de 2019, in: <https://qz.com/africa/1732316/putin-resets-russias-africa-agenda-to-counter-china-us/> (última consulta em 25 de outubro de 2019).

Ainda de acordo com Stronski (2019)³¹⁶, desde 2014, a Rússia assinou dezanove acordos de cooperação militar, dotados mais de simbolismo do que substância, com países africanos como Angola, Zimbabwe e Nigéria e cujo alcance e escala varia incluindo desde a partilha de informação, à cooperação contra o terrorismo internacional, a vendas de armas ou ao treino militar. Além do armamento russo ser mais competitivo em termos de preço e ser de confiança, uma mais-valia oferecida pela cooperação militar com a Rússia, argumenta o autor, é a possibilidade de reparar e modernizar equipamento soviético que possa ainda existir nos países africanos, bem como a instalação de centros de fabrico locais que podem proporcionar uma oportunidade de empregabilidade e especialização dos trabalhadores africanos na área. No caso de Angola, essa possibilidade foi tornada pública pelo seu presidente angolano durante a realização do Fórum Empresarial Russo-Angolano de 2019.

Por contraponto a outros grandes exportadores de armamento, a celebração de acordos de venda de armamento russo não exige condições políticas ou de direitos humanos particulares. Conforme avança Kuimova (2020)³¹⁷, estas negociações são relativamente céleres e estão protegidas pelo secretismo que o segredo de Estado exige, não havendo necessidade de efetuar registos detalhados, nem monitorização da venda do armamento. Tentando preencher o vazio perante o retraimento norte-americano e o declínio da influência europeia, buscando o equilibrar perante o interesse predominantemente económico da China no continente africano, a Rússia parece manter o seu foco nas exportações dos recursos naturais e de armamento. Tratando-se de um continente de grande instabilidade que coloca desafios à comunidade internacional e que alimenta o mercado de armamento, África representa para a Rússia cerca de 39% da receita da sua indústria de defesa e parece servir de alternativa à política de sanções económicas impostas pelo Ocidente.

Sendo Angola um mercado a abastecer relativamente fácil e apetecível, parece ser significativo o estreitar de laços também no campo militar. Foi nessa medida, e enquanto parceiro estratégico da Rússia, o único país africano convidado a participar dos exercícios militares de 2015, os denominados I Jogos Militares Internacionais³¹⁸.

³¹⁶ Stronski, P. (2019), “Late to the Party: Russia's Return to Africa”, Carnegie Endowment for International Peace, 16 de outubro, in: <https://carnegieendowment.org/2019/10/16/late-to-party-russia-s-return-to-africa-pub-80056?fbclid=IwAR1qPEEA2NSrElK5HcQoH7YME5hGsJiXxjWGodpqxixhH9duGYvZrPj0Tbg> (última consulta em 14 de fevereiro de 2020).

³¹⁷ Kuimova, P. (2020), “Russian arms exports to Africa: Moscow's long-term strategy”, DW, 29 de maio, in: <https://www.dw.com/en/russian-arms-exports-to-africa-moscows-long-term-strategy/a-53596471> (última consulta em 18 de outubro de 2020).

³¹⁸ “Russia Ready to Boost Defense Cooperation With Angola”, SputnikNews, 1 de agosto de 2015, in: <https://sputniknews.com/military/201508011025297991/> (última consulta em 9 de agosto de 2019).

4.4. A dimensão económica

No relacionamento russo-angolano, a componente económica tem assumido uma importância crescente, sobretudo perante o volume de negócios significativo que pode representar esse mercado africano para a economia russa. De acordo com o relatório de 2016 da Organização Mundial do Comércio sobre as trocas comerciais russas, Angola surge de entre os 151 países que beneficiaram de um sistema de tratamento generalizado de preferencial ao nível do investimento da Rússia e de entre os 80 países com os quais foram celebrados acordos de promoção e proteção de investimento russo³¹⁹.

A aposta do governo angolano na abertura à cooperação e ao investimento externo na exploração dos recursos naturais de que dispõe parece ser uma opção política cada vez mais consistente. Uma área bastante atrativa para o governo e empresas russas. Ilustrativo dessa intenção política é a realização em junho deste ano da plataforma de investimento “Angola Oil & Gas 2021”³²⁰, um evento importante para o governo e setor privado angolanos de compromisso com vista a obter acordos e parcerias para a implementação de projetos na área da exploração do petróleo e do gás numa fase de recuperação económica pós-pandemia. O certame tem como objetivo encetar passos significativos em matéria de digitalização e tecnologia, licenças para exploração de gás e petróleo, modernização do setor da energia e entrada no mercado angolano e atrair empresas estrangeiras.

Além de Angola ser um importante parceiro estratégico para Rússia no caso da indústria russa de armamento, já anteriormente referido, também ao nível do setor da energia esse relacionamento afigura ter um peso significativo. Ainda que o volume de negócios entre os dois países tenha conhecido um decréscimo em 2018, cerca de um terço do verificado até então, ficando nos 80 mil milhões de dólares, de acordo com Dmitry Kobylkin, o então representação do Ministério russo dos Recursos Naturais e Ambiente, Angola figurava em 15º lugar na lista dos países da África Subsaariana no volume de comércio bilateral. Por essa razão, e no quadro da Comissão Intergovernamental Rússia-Angola existente, foi criado o Conselho de Comércio Russo-Angolano em 2019, para a direção do qual foi nomeado Sergey Ivanov, CEO da

319 Organização Mundial do Comércio (2016), “Trade Policy Review: Russian Federation”, 24 de agosto, in: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s345_e.pdf (última consulta em 18 de abril de 2021).

320 “Angola Oil & Gas 2021”, da plataforma africana African Oil & Power, in: <https://www.africaoilandpower.com/event/angola-oil-gas-2021/> última consulta em 22 de dezembro de 2020).

importante empresa de russa de exploração de diamantes com forte presença em Angola, a Alrosa.

De acordo com Ivanov³²¹, este Conselho tem por missão desenvolver contactos entre possíveis parceiros de negócios, promover o comércio russo no mercado angolano e atrair empresas angolanas para a Rússia. E avança que o seu papel passará também por um diálogo próximo com os ministérios russos e angolanos e por participar nas reuniões conjuntas em matéria de comércio e cooperação técnico-científica. Para Ivanov, a criação deste importante mecanismo de cooperação confirma a intenção russa de promover um maior peso comercial no continente e em Angola.

A presença de grandes empresas russas, de capital maioritariamente estatal, em Angola parece demonstrar não apenas a importância do mercado angolano, como também a relevância deste tipo de operadores para a prossecução da política externa russa. As operações em África, e em particular em Angola, de empresas como a *Alrosa*, na exploração de diamantes; a *Gazprom*, *Rosneft*, *Lukoil*, na área da exploração dos recursos do gás e do petróleo; a *Yandex* na área da economia digital ou a *Rosatom* na área da energia nuclear, visam não apenas aumentar a suas receitas e expandir a sua área de negócios, mas simultaneamente permitem aumentar a influência da Rússia nesses países e traduzir essa cooperação económica em importante apoio político-internacional numa altura de maior tensão com o Ocidente.

A política energética russa é uma parte importante na sua ação externa, nomeadamente, enquanto mecanismo político-diplomático e de promoção e defesa do que considera ser o interesse nacional. Tomemos como exemplo o aumento do preço do gás para a Ucrânia, em 2014, noticiado pela agência de notícias angolana, “Portal de Angola”³²², onde se refere que, na sequência da crise ucraniana, a empresa estatal Gazprom iria aumentar em 44% o preço do fornecimento de gás para aquele país.

Conforme avança Ramani (2019)³²³, a estratégia africana russa passa por mecanismos multilaterais de índole económica como é o caso dos BRICS como forma de contornar o

³²¹ “Russia-Angola Business Council Formed; ALROSA, Sergey Ivanov Elected as Chairman”, Alrosa/GJEPC, 25 de maio de 2019, in: https://gjepec.org/news_detail.php?id=4920 (última consulta em 17 de junho de 2019).

³²² “Gazprom aumenta em 44% preço do gás para a Ucrânia”, Portal de Angola, 1 de abril de 2014, in: <https://www.portaldeangola.com/2014/04/01/gazprom-aumenta-em-44-preco-do-gas-para-a-ucrania/> (última consulta em 3 de maio de 2018).

³²³ Ramani, S. (2019), “Russia’s African Strategy Passes Through BRICS and UN”, Italian Institute for International Politics Studies, em 15 de novembro de 2019, in: <https://www.ispionline.it/en/publicazione/russias-african-strategy-passes-through-brics-and-un-24293> (última consulta em 20 de novembro de 2019).

impacto das sanções económicas e revitalizar a sua economia³²⁴. Para o autor, a cimeira dos BRICS realizada em Joanesburgo, em 2018, foi utilizada pela Rússia para se apresentar como um parceiro de valor aos países africanos, enfatizando o legado histórico de amizade e assistência mútua que ligam os laços com África. O autor evidencia o acolhimento positivo dessas declarações pelo presidente angolano que publicamente fez questão de agradecer o apoio leal da Rússia a Angola. Segundo ainda refere o autor, o Presidente João Lourenço, que se encontrou com o Presidente Vladimir Putin à margem da cimeira, notava que o envolvimento russo na economia de Angola estava confinado essencialmente à indústria de extração de minério e que deveria esperar-se a diversificação económica para ir ao encontro dos objetivos de desenvolvimento de cada país.

Outro importante passo para a modernização do Estado angolano surgiu por meio da cooperação comercial com a Rússia, cujo investimento angolano foi relevante, da ordem dos 270 milhões de euros, foi o primeiro satélite angolano, o Angosat-1. O aparelho foi construído em 2017 por um consórcio estatal russo e envolveu a empresa especial estatal russa, *Roscosmo*. Para além da construção e lançamento do satélite angolano, o apoio técnico também ficou a cargo da Rússia, bem como o acompanhamento e manutenção do aparelho. Um novo investimento foi aprovado pelo governo angolano em 2020. Trata-se do projeto de construção de um segundo satélite que foi adjudicado à empresa russa *Reshetnev Information Satellite Systems*³²⁵ assumindo todas as obrigações e direitos de colocação do satélite em órbita.

No quadro do relacionamento russo-angolano, além dos laços estreitos político-diplomáticos, a cooperação económica emerge como uma dimensão que se pretende mais relevante. Ainda que importantes passos tenham sido dados ao longo dos últimos anos no sentido de dar novo fôlego, as expectativas angolanas parecem ainda não ter sido totalmente correspondidas e pretendem que a intenção política se materialize em mais ações concretas. Ainda que as trocas comerciais permaneçam ainda aquém do potencial que detém o mercado angolano, parece estar consistente a concertação russo-angolana no âmbito da exploração dos recursos naturais e ao nível da diplomacia energética. A presença russa em Angola, e em África em geral, é solicitada pelos governos africanos e serve de contrapeso ao crescimento da influência da China e do Ocidente no continente.

³²⁴ Banco Mundial, “Russia Economic Report”, n-º44, 16 de dezembro de 2020, in: <https://www.worldbank.org/en/country/russia/publication/rer> (última consulta em 17 de dezembro de 2020).

³²⁵ “Angola escolhe russa Reshetnev para desenvolver satélite Angosat-2”, Notícias ao Minuto/Lusa, 8 de maio de 2020, in: <https://www.noticiasao minuto.com/tech/1474400/angola-escolhe-russa-reshetnev-para-desenvolver-satelite-angosat-2> (última consulta em 8 de maio de 2020).

Conclusão

Sob a liderança de Vladimir Putin, a Rússia advoga uma nova ordem internacional multipolar em contestação à ordem internacional liberal de hegemonia norte-americana, defendendo o primado do Direito Internacional e ressaltando a importância das Nações Unidas e do multilateralismo. Durante os últimos 20 anos, o caminho internacional russo percorrido tem sido tendente a um maior distanciamento do Ocidente e a uma afirmação da sua singularidade doméstica e internacional. Projetando uma imagem de potência global, reivindica a importância do seu papel no mundo e a defesa dos seus interesses estratégicos. Mais do que uma integração no sistema ocidental, a Rússia pretende ser respeitada pelos seus pares e considerada na sua agenda política externa. Numa altura em que o relacionamento com o Ocidente se encontra numa fase de maior tensão, pela desconfiança e acusações mútuas, sente necessidade de encontrar uma nova dinâmica de alianças e parcerias no espaço extra-ocidental. Com uma política externa pragmática e cada vez mais assertiva, busca pela via da cooperação, estreitar laços e encetar parcerias que lhe permitam evitar o isolamento internacional.

Nessa medida, o continente africano no seu todo e Angola em particular apresentam-se como uma alternativa que permite cumprir esse objetivo estratégico. A potencialidade africana, oferece à Rússia possibilidades de concertação político-diplomática, cooperação militar e relações económicas bastante atrativas. Sendo a política externa russa formulada em relação ao “Outro”, seja pelo alargamento da influência ocidental na sua esfera de influência do espaço pós-soviético, considerado vital, seja pelo enfraquecimento da sua economia devido às sanções económicas de que é alvo ou mesmo pela narrativa política ocidental anti-russa, parece natural que um novo fôlego seja dado a outras áreas regionais, como o caso africano, com vista a um equilíbrio internacional por contraponto ao Ocidente.

Tratando-se de um regime iliberal com tendência à sua autocratização, com uma liderança centralizada e vertical, a sua política externa reflete a projeção da imagem de grande potência global no plano internacional e legitimada no plano doméstico. Estando intrinsecamente ligadas estas duas dimensões, a ação internacional deriva da agenda política determinada internamente sob a liderança do Presidente Vladimir Putin com base na sua visão pessoal para o país. A singularidade da política e da governação russas remetem para um país geograficamente vasto, com especificidades étnicas e latitudes variadas, cuja herança histórica é uma liderança forte, centralizada e personalizada.

Exaltando de forma reiterada a honra e o patriotismo russos, em momentos de maior tensão externa, a liderança russa procura legitimar-se e apoiar-se num aparelho burocrático leal

ao presidente e numa sociedade civil cada vez mais conservadora. Focando-se na glória da história, língua e cultura russas, a liderança russa procura justificar a sua ação externa perante a contestação internacional. Sob o lema da necessidade de estabilidade, defesa da soberania e não ingerência externa, o Presidente Putin procura blindar-se de eventuais investidas contra o regime seja pela via de encetar uma reforma constitucional com vista à sua permanência no poder, seja pela exclusão do jogo político de eventuais opositores que possam pôr em causa a sua liderança.

Mas o sistema russo também tem as suas fragilidades. Além do receio de eventuais impulsos separatistas ou do mimetismo de deposições de regime, a liderança demasiado centralizada em Putin demonstrou na gestão da atual pandemia uma enorme dificuldade de descentralização, passando uma imagem externa de falta de coordenação e uniformização interna. O presidente russo dedica grande parte da sua função ao *high politics*, à política externa da Rússia, e nessa matéria não parece existir permissão para erros e melindres. A agenda política russa no mundo é conhecida e em certa medida previsível. Ainda que existam vários vetores, o prioritário é o espaço pós-soviético pelos laços políticos e históricos e pela forte presença da diáspora russa. Uma região considerada vital que se pretende de influência russa.

Perante o afastamento atual face ao Ocidente, a Rússia tem virado a sua atenção para a faceta mais asiática do seu “eurasianismo” e para outras áreas regionais. A parceria estratégica com a China é igualmente relevante e ainda que sendo parceiros economicamente assimétricos são semelhantes no plano político-diplomático. No entanto, pior do que o isolamento internacional, é ficar entre os Estados Unidos da América e a China. Nessa medida, o reavivar do relacionamento com África emerge como uma opção estratégica relevante. A relação com África tem fortes laços históricos e a boa imagem que a Rússia preserva no continente africano é facilitadora do diálogo político-diplomático. África permite à Rússia equilibrar-se interna e externamente. O mercado africano pode ser uma resposta para a revitalização da economia russa e uma alternativa às sanções económicas, seja pela venda de armamento, seja pela exploração conjunta de recursos naturais e concertação ao nível dos recursos energéticos. O diálogo político permanente e ativo com os parceiros africanos permite ainda um apoio diplomático importante e uma ação concertada face ao Ocidente, promovendo um mundo multipolar e de alianças variadas.

Angola surge como exemplo ilustrativo da ação internacional russa pela via da cooperação e no caso particular da estratégia russa para o continente africano. O relacionamento russo-angolano beneficia de importantes laços históricos e políticos, herança da era soviética, que permitiram apoiar a independência angolana e a construção do atual país.

O potencial regional de Angola e as possibilidades económicas que oferece à Rússia são igualmente relevantes. A afinidade entre as duas lideranças permite também uma maior proximidade política e a partilha de uma agenda internacional comum.

Tal como a política externa russa foi pautada por diferentes ciclos, por força de fatores endógenos e exógenos, também a relação com África e, conseqüentemente, com Angola, teve momentos de maior desenvolvimento e de outros de maior estagnação. O continente africano é um vetor permanente na agenda internacional russa, e nesse sentido, os momentos de menor atenção dedicada a África não ocorreram por total inexistência de uma abordagem russa para o continente, mas antes por uma relevância maior atribuída a outros vetores em determinados momentos nos últimos 20 anos.

O papel do vetor africano tem-se mantido permanente na política externa da Rússia com Putin, oscilando apenas o seu peso comparativamente a outros vetores em determinados momentos. Depois do fôlego dado na primeira década do milénio, após um período de alguma letargia e sobretudo após a anexação da Crimeia e o conseqüente clima de tensão com o Ocidente, África e no caso Angola são alvo de um novo impulso no relacionamento com a Rússia. Dada a expectável preservação no poder da atual liderança russa, sobretudo após as recentes alterações constitucionais levadas a cabo, não se parece vislumbrar grandes alterações na sua política externa e os últimos desenvolvimentos ocorridos no relacionamento com África afiguram-se bastante auspiciosos para ambas as partes.

Bibliografia

Allison, G. T. (1969), "Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis", *The American Political Science Review*, 63(3), pp.689-718.

Alves, A. C., Arkhangelkaya, A., & Shubin, V. (2013), "Russia and Angola: The Rebirth of a Strategic Partnership?", Paper nº 154, Joanesburgo: South African Institute of International Affairs.

Ambrosio, T. (2005), "Challenging America's global preeminence: Russia's quest for multipolarity", Aldershot: Ashgate.

Andrews, J. (2015)., "The World in Conflict – Understanding the world's troublespots", Londres: The Economist Books.

Angola Oil & Gas 2021 (2020), "African Oil & Power". disponível em: <https://www.africaoilandpower.com/event/angola-oil-gas-2021/>.

Angop (2006), "Rússia: Chefe de Estado angolano agradece condecoração", 1 de novembro, disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2006/10/44/Russia-Chefe-Estado-angolano-agradece-condecoracao,ee604de6-8e47-4b92-a2a5-b8703c75d10b.html .

Aras, B., & Fidan, H. (2010), "The Return of Russia-Africa Relations", *Bilig*, 52, 47-68. Disponível em: <http://yayinlar.yesevi.edu.tr/files/article/322.pdf> .

Angop (2006), "Rússia: José Eduardo dos Santos chegou a Moscovo para visita oficial", 30 de outubro, disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2006/9/44/Russia-Jose-Eduardo-dos-Santos-chegou-Moscovo-para-visita-oficial,fc9e81df-091d-4d1b-a088-b195eeb344c3.html.

African Development Bank (2011), "Russia's Economic Engagement with Africa", Africa Economic Brief, Vol 2, Issue 7.

Bakalova, E., Spanger, H., & Neumann, J. M. (2013), "Development Cooperation or Competition? Russia as a re-emerging donor", PRIF-Report No. 12., Frankfurt: Peace Research Institute Frankfurt, disponível em: https://www.hsfk.de/fileadmin/HSFK/hsfk_downloads/prif123.pdf.

Banco Mundial (2020), "*Russia Economic Report*", n-º44, Washington., 6 de dezembro, disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/russia/publication/rer>.

BBC (2012), "Putin signs decree to protect Gazprom", 11 de setembro 11, disponível em: <https://www.bbc.com/news/business-19559194>.

Breuning, M. (2007). *Foreign Policy Analysis: A Comparative Introduction*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan.

Brown, A. (1997), "The Gorbachev Factor", Oxford: Oxford University Press.

Chalinev, V. (2009), *Intérprete militar na Escola de Cadetes de Huambo entre 1985 e 1987*, Agência Lusa, disponível: <http://darussia.blogspot.pt/2009/06/fotos-da-lomga-guerra-civil-em-angola.html>.

Clines, F. (1990), “Russia Gets Call By Solzhenitsyn For Slavic State”, 19 de setembro, The New York Times, disponível em: <https://www.nytimes.com/1990/09/19/world/russia-gets-call-by-solzhenitsyn-for-slavic-state.html>; ver também Harrison, W. (2008), “The other Solzhenitsyn”, The Guardian de 4 de Agosto, disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2008/aug/04/solzhenitsyn.russia>.

CNN (2020), “Peace pact signed in Angola”, 4 de abril, disponível em: <http://edition.cnn.com/2002/WORLD/africa/04/04/angola.peace/>.

Donelan, M. (2007), “Honor in Foreign Policy: A History and Discussion”, Nova Iorque: Palgrave MacMillan.

Dugin, A. (2017, Abril 11). Lecture “Russia-West Relations in Multipolar World, European Center of Excellence for Countering Hybrid Threats, Helsínquia.

DW (2020), “Russian arms exports to Africa: Moscow's long-term strategy”, 29 de maio, disponível em: <https://www.dw.com/en/russian-arms-exports-to-africa-moscows-long-term-strategy/a-53596471>.

Dzassokhov, A. (2009), Antigo membro do Bureau Político do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, Agência Lusa, disponível em: <http://darussia.blogspot.pt/2009/06/fotos-da-lomga-guerra-civil-em-angola.html>.

Embaixada da Federação da Rússia na República de Angola, (2020), “Rússia e Angola: 45 anos de parceria e amizade”, publicação no Instagram de 11 de novembro 11, disponível em: <https://www.instagram.com/p/CHdKM6IH19L/>.

Erlanger, S. (1992), “South African’s Russia Visit Irks Some Old Kremlin Allies”, The New York Times, 3 de junho, disponível em: <https://www.nytimes.com/1992/06/03/world/south-african-s-russia-visit-irks-some-old-kremlin-allies.html>.

Espírito Santo, G. A. do (1988), “Soviet Actions in the Third World”, Nação e Defesa, 31-46.

Conceito de Política Externa da Federação Russa aprovado em 28 de junho de 2000 pelo Presidente Vladimir Putin. FAS, disponível em: <https://fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/econcept.htm>.

Conceito de Política Externa da Federação Russa aprovado em 12 de julho de 2008 pelo Presidente Dmitri Medvedev, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, disponível em: <http://en.kremlin.ru/supplement/4116>.

Conceito de Política Externa da Federação Russa aprovado em 28 de junho de 2013 pelo Presidente Vladimir Putin, Ministério dos Negócios Estrangeiros, disponível em: https://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptlCk6BZ29/content/id/122186.

Conceito de Política Externa da Federação Russa aprovado em 30 de novembro de 2016 pelo Presidente Vladimir Putin, Ministério dos Negócios Estrangeiros, disponível em: https://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptlCk6BZ29/content/id/2542248.

Fearon, J. D. (1998), “Domestic Politics, Foreign Policy and Theories of International Relations”, Annual Review of Political Science, 1, 299-313. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.polisci.1.1.289>.

Federação Russa (1993), Constituição da Federação Russa de 12 de dezembro de 1993, disponível em: <http://constitution.kremlin.ru/>.

- Federação Russa (2008), “Russian Federation. The president (2004-2008, V.V. Putin)” 22 de janeiro, Moscovo: Federação Russa., disponível em: <https://www.prlib.ru/en/node/433124>.
- Feifer, G. (2014), “Russians: The People Behind the Power”, Nova Iorque: Twelve.
- Filatova, I. (2009), “Russia’s Plans for Africa”, The Guardian, 26 de junho, disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2009/jun/26/russia-africa-dmitry-medvedev>.
- Financial Times (2019), “Russia: Vladimir Putin’s pivot to Africa”, 22 de janeiro 22, disponível em: <https://www.ft.com/content/a5648efa-1a4e-11e9-9e64-d150b3105d21>.
- Freire, M. R. (2011), “A Rússia de Putin: Vetores Estruturantes de Política Externa”, Lisboa: Almedina.
- Freire, M. R. (Coord.). (2011), “Política Externa - As Relações Internacionais em Mudança”, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Freire, M. R. (2015), “A política externa de Vladimir Putin e Dmitry Medvedev (2000-2012)”, In Política Externa (2ª ed., pp. 15-62), Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra.
- Freire, M. R. (2015), “Política Externa”, (2.ª ed.), Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra.
- Freire, M. R. (2015), “Política Externa: modelos, atores e dinâmicas”, In “Política Externa”, (2.ª ed.), Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra.
- Freire, M. R. (2017), “Política Externa Russa no «Interméstico»: Uma abordagem construtivista”, R:I, 55, 33-49.
- Freire, M. R. (2020), “Ciclo de Conferências e Aulas Abertas Online “China e Ásia Pacífico”, de 24 de junho, Universidade Autónoma, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EgMwzY79xVc&t=24s&ab_channel=UniversidadeAut%C3%B3nomadeLisboa.
- Gaspar, C. (1988), “Incomplete Failure: Portugal’s Policies Toward Angola and Mozambique Since Independence”, In R. J. Bloomfield (Ed.), Regional Conflict and U.S. Policy – Angola and Mozambique (pp. 40-74). Somerville: World Peace Foundation.
- Gaspar, C. (2017), “A Balança da Europa”, Lisboa: Alêtheia Editores.
- Gaspar, C. (2018), Considerações proferidas no Seminário de Política Comparada e Relações Internacionais, do IPRI-NOVA “A Igreja Católica e as transições duplas em Angola e Moçambique” de 27 de abril.
- Gazeta Russa (2013), “Rússia adota novo conceito de política externa”, 10 de janeiro 10, disponível em: http://gazetarussa.com.br/articles/2013/01/10/russia_adota_novo_conceito_de_politica_externa_17163.html.
- GJEPC (2019), “Russia-Angola Business Council Formed; ALROSA, Sergey Ivanov Elected as Chairman”, 25 de maio, disponível em: https://gjepc.org/news_detail.php?id=4920.
- G7 Information Center (2007), “2006 St. Petersburg Final Compliance Report”, G7 Information Center. disponível em: http://www.g8.utoronto.ca/evaluations/2006compliance_final/index.html.
- G8 Research Group. (2006), “African Security”, G8 Research Group. disponível em: http://www.g8.utoronto.ca/evaluations/2006compliance_final/12-2006_g8compliance_afsec.pdf.

- Gifford, P., & Louis, R. (1982), "The Transfer of Power In Africa: Decolonization, 1940-1960", New Haven: Yale University Press.
- Gleijeses, P. (2002), "Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa (1959-1976)", Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- González, F. J. R. (2013), "The Foreign Policy Concept of the Russian Federation: A comparative study", Madrid: Instituto Español de Estudios Estratégicos. Disponível em: http://www.ieee.es/en/Galerias/fichero/docs_marco/2013/DIEEEM06-2013_Rusia_ConceptoPoliticaExterior_FRuizGlez_ENGLISH.pdf.
- Governo da Federação Russa (2020), "Concept of long-term socio-economic development of the Russian Federation until 2020", disponível em: <http://government.ru/en/info/6217/>.
- Grigas, A. (2016), "Beyond Crimea: The New Russian Empire", Londres: Yale University Press.
- Higgins, A. (2018), "Pushing Further into Africa, Russia Signs a New Military Accord.", New York Times, 21 de agosto, disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/08/21/world/europe/russia-central-african-republic-military-accord.html>.
- Hill, C. (2003), "The Changing Politics of Foreign Policy", Nova Iorque: Palgrave MacMillan.
- Hoffman, D. (2011), "The Oligarchs: Wealth And Power In The New Russia", Nova Iorque: PublicAffairs.
- Hosmer, S. T., & Wolfe, Thomas W. W. (1983), "Soviet Policy and Practice toward Third World Conflicts", Santa Monica: Rand Corporation.
- Hudson, V. (2008), "The History and Evolution of Foreign Policy Analysis", In Smith, S., Hadfield, A. & Dunne, T. (Orgs.), "Foreign Policy: Theories, Actors, Cases" (pp. 11-30). Oxford: Oxford University Press.
- Huntington, S. (1993), "Democracy's Third Wave", Journal of Democracy, 2(2).
- Huntington, S. P. (1993), "The Clash of Civilizations? Foreign Affairs", 72(3), 22-49.
- Jack, A. (2004), "Inside Putin's Russia", Londres: Granta Books.
- Kanet, R. E. (1997), "The Third World in Russian Foreign Policy", In A. V Kozhemiakin & Kanet, R. E. (Eds.), "The Foreign Policy of the Russian Federation", Londres: Palgrave Macmillan.
- Karelska, K., & Umland, A. (2020), "Russia set to escalate fight against Ukrainian Orthodox independence in 2020", Atlantic Council. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/ukrainealert/russia-set-to-escalate-fight-against-ukrainian-orthodox-independence-in-2020/>.
- Keessing's Record of World Events(1970), "Dispute with Vatican after Pope's Reception of Rebel Leaders from Portuguese Africa. Rebels' "Solidarity Conference" in Rome - Continued Guerrilla Activities in African Provinces" (Arquivo, Volume XVII, August, 1970 Portugal, p. 24147). Disponível em: <https://web.stanford.edu/group/tomzgroup/pmwiki/uploads/1385-1970-08-KS-a-RRW.pdf>.
- Kenez, P. (1999), "A History of the Soviet Union from the Beginning to the End", Cambridge: Cambridge University Press.
- Kirill. (2017), "Orthodox Patriarch of Moscow - West is making a mistake", disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LtAexVHRVBA&ab_channel=OrthodoxChurch.

- Kolesa, L. (2018), “Russia’s New Foreign Policy Cycle: 2018-2024”, Russian International Affairs Council, disponível em: <https://russiancouncil.ru/en/2018-2024>.
- Krauthammer, C. (1985), “The Reagan Doctrine”, in: https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1985/07/19/the-reagan-doctrine/b2a06583-46fd-41e5-b70d-c949dd3c50c2/?utm_term=.37527b42b269
- Kropatcheva, E (2018), “Power and national security”, In A. Tsygankov (Ed.), “Routledge Handbook of Russian Foreign Policy”. Londres: Routledge.
- Kumar, R. (2018), “Russia’s Foreign Policy: An Overview of 25 Years of Transition”, *International Studies*, 53(3/4) (última consulta em 2 de agosto de 2020).
- Kalila, A. (2019), “Russia’s “Great Return to Africa”?”, *Institut français des Relations Internationales*, in: https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/kalika_russia_africa_2019.pdf (última consulta 18 de abril de 2021).
- Laiki, Z. (1990), “The Super-Powers and Africa: The Constraints of a Rivalry, 1960-1990”, Chicago: The University of Chicago Press.
- Laine, S. (2018), “Russia’s New Foreign Policy Cycle: 2018-2024”, Russian International Affairs Council, disponível em: <https://russiancouncil.ru/en/2018-2024>.
- Lavrov, S. (2019), “The World at a Crossroads and a System of International Relations for the Future”, *Russia in Global Affairs*, 24 de dezembro, disponível em: <https://eng.globalaffairs.ru/articles/the-world-at-a-crossroads-and-a-system-of-international-relations-for-the-future/>.
- Levada-Center. (n.d.). Indicators, Levada Center, disponível em: <https://www.levada.ru/en/ratings/>.
- Lo, B. (2003), “Vladimir Putin and the Evolution of Russian Foreign Policy”, Londres: Chatham House Papers, The Royal Institute of International Affairs, Backwell Publishing.
- Lopatov, V. (2000), “Is Russia in Need of Africa?”, *Russian Economic Journal*, 9, disponível em: <https://www.inafran.ru/en/node/143> .
- Lourenço, J. (2017), Discurso de tomada de posse do Presidente da República de Angola, 27 de setembro, *Jornal de Angola*, disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/discurso_de_joao_lourenco_na_cerimonia_de_investidura_como_presidente_da_republica
- MacFaul, M. (2020), “Putin, Putinism, and the Domestic Determinants of Russian Foreign Policy”, *International Security*, 45(2), 95–139.
- Malaquias, A. (2011), “Angola’s Foreign Policy: Pragmatic Recalibrations”, *Occasional Paper n°84*, Cidade do Cabo: South African Foreign Policy and African Drivers Programme.
- Manning, B. (1977), “The Congress, the Executive and Intermestic Affairs: three proposals”, *Foreign Affairs*, 5(2), 306-322.
- Marchal, R., & Dubien, A. (2018), “Géopolitique, le débat: La RCA, tête de pont des ambitions russes en Afrique?”, *FRI*, disponível em: <http://www.rfi.fr/emission/20181124-rca-centrafrique-russie-ambitions-russes-afrique-faca-forces-armees-kremlin?fbclid=IwAR19g3bbb- aukNAttrNzfpjyYHC1z-rWtDMNACaPOVT64CxMJaxYqgMCrs8U> .

Maxwell, K., em Gifford, P., & Louis, R. (1982), “The Transfer of Power In Africa: Decolonization, 1940-1960”, New Haven: Yale University Press.

Medvedev, D. (2010), Declarações à imprensa aquando da visita oficial do Presidente sul-africano Zuma a Moscovo a 15 de agosto de 2010, Kremlin, disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/page/200> .

Mendes, P. (2007), “A Raiz e o Fruto na Análise da Política Externa dos Estados: uma Perspetiva Eclética”, R:I n.º 16, 129-144.

Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa (2000), Conceito de Segurança Nacional da Federação Russa aprovado por decreto presidencial N.º24 a 10 de janeiro de 2000, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, disponível em: http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICk6B6BZ29/content/id/589768.

Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa (2004), Mensagem oficial enviada aos Chefes de Estado e de Governo de países africano a assinalar a efeméride do “Dia de África”, de 27 de maio, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa. disponível em: http://www.mid.ru/en/afrikanskie-organizacii/-/asset_publisher/0vP3hQoCPRg5/content/id/471676.

Molchanov, M. (2018), “The Eurasian Economic Union”, In A. Tsygankov (Ed.), Routledge Handbook of Russian Foreign Policy. Londres: Routledge.

Moreira de Sá, T. (2011), “Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola”, Lisboa: D. Quixote.

Moreira de Sá, T. (2015), “A Política Externa Portuguesa”, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Morozov, V. (2018), “Global (post)structural conditions”, In A. Tsygankov (Ed.), Routledge Handbook of Russian Foreign Policy. Londres: Routledge.

Myers, S. L. (2017), “O Novo Czar: A ascensão e o Reinado de Vladimir Putin”, Lisboa: Edições 70.

Nações Unidas. (1991), “Repertoire of the Practice of the Security Council”, 29 de maio, disponível em: http://www.un.org/en/sc/repertoire/89-92/Chapter%208/AFRICA/item%2001_Angola_.pdf

Nações Unidas. (1997), “Comunicado à Imprensa do Conselho de Segurança das Nações Unidas”, 30 de junho, disponível em: <https://www.un.org/press/en/1997/19970630.SC6390.html>.

Nogueira Pinto, J. (2008), “Jogos Africanos”, Lisboa: Esfera dos Livros.

Notícias ao Minuto (2020), “Angola escolhe russa Reshetnev para desenvolver satélite Angosat-2”, 8 de maio, disponível em: <https://www.noticiasao minuto.com/tech/1474400/angola-escolhe-russa-reshetnev-para-desenvolver-satelite-angosat-2> (última consulta em 8 de maio de 2020).

Nye, J. (2005), “Soft Power: The Means To Success In World Politics”, Nova Iorque: Public Affairs.

Observador (2018), “Rússia garante operacionalidade do primeiro satélite angolano”, 5 de março 5, disponível em: <https://observador.pt/2018/03/05/russia-garante-operacionalidade-do-primeiro-satelite-angolano/>.

- Ogulturk, M. (2017), “Russia’s Renewed Interests in the Horn of Africa as a Traditional and Rising Power”, *Rising Powers Quarterly*, 2(1), disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315336072_Russia's_Renewed_Interests_in_the_Horn_of_Africa_As_a_Traditional_and_Rising_Power.
- Okara, A. (2007), “Sovereign Democracy: A New Russian Idea or a PR Project?”, *Russia in Global Affairs*, disponível em: https://eng.globalaffairs.ru/articles/sovereign-democracy-a-new-russian-idea-or-a-pr-project/?wptouch_preview_theme=enabled.
- Oliker, O., Crane, K., Schwartz, L., & Yusupov, C. (2009), “Russian Foreign Policy: Sources and Implications”, Santa Monica: RAND.
- Oliveira, P. A. (2011), “O Fim da URSS: A Nova Rússia e a Crise das Esquerdas”, In P. A. Oliveira (Ed.), *XI Curso Livre de História Contemporânea* (pp. 7-38). Lisboa: Edições Colibri.
- Organização das Nações Unidas (1960), Resolução 1514 (XV) de 14 dezembro de 1960, ONU, disponível em: <http://www.un.org/en/decolonization/declaration.shtml>.
- Orlova, K. (2018), “KREMLINOLOGY: Putin 4.0: It’s All in the Family”, *The American Interest*, disponível em: <https://www.the-american-interest.com/2018/06/27/putin-4-0-its-all-in-the-family/>.
- Pravda (2005), “A luta pela libertação dos PALOP - apoio da URSS/Rússia”, 29 de junho, disponível em: <http://port.pravda.ru/news/russa/29-06-2005/8176-0/>.
- Patman, R. (1995), “Russia’s New Agenda in Sub-Saharan Africa”, In P. Shearman (Ed.), *Russian Foreign Policy Since 1990* (pp. 289-302). Londres: Routledge.
- Patrício, J. (1998), “Angola-EUA: os caminhos do bom-senso”, Lisboa: D. Quixote.
- Pereira, B. F. (2017), “Crepúsculo do Colonialismo – A Diplomacia do Estado Novo (1949-1961)”, Lisboa: D. Quixote.
- Pham, J. (2014), “Russia’s return to Africa”, *Atlantic Council*, disponível em: <http://www.atlanticcouncil.org/publications/articles/russia-s-return-to-africa>.
- Pinto, A. C. (2001), “O Fim do Império Português”, Lisboa: Livros Horizonte.
- Portal de Angola (2014), “Gazprom aumenta em 44% preço do gás para a Ucrânia”, 1 de abril, disponível em: <https://www.portaldeangola.com/2014/04/01/gazprom-aumenta-em-44-preco-do-gas-para-a-ucrania/>.
- Primakov, Y. (2004), “Russian crossroads: Toward the new millennium”, New Haven: Yale University Press.
- Putin welcomes 2021 with a record six-minute New Year’s address. (2020, Dezembro 31). *Meduza*. Disponível em: <https://meduza.io/en/news/2020/12/31/putin-welcomes-2021-with-a-record-six-minute-new-year-s-address> (última consulta a 1 de janeiro de 2021).
- Putin, V. (2005, Abril 25). Discurso Anual endereçado perante a Assembleia Federal Russa. *Kremlin*. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/22931>.
- Putin, V. (2006), Declarações à imprensa aquando da visita oficial do Presidente angolano, José Eduardo do Santos a Moscovo, entre 30 de outubro e 1 de novembro de 2006, *Kremlin*, disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/page/747>.
- Putin, V. (2007), Discurso do Presidente Vladimir Putin na Conferência de Segurança de Munique em 10 de fevereiro, 10 de fevereiro, *Kremlin*, disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>.

Putin, V. (2012), Decreto Presidencial n.º 605 de 7 de maio: “Executive Order on measures to implement foreign policy”, Kremlin, disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/15256>.

Putin, V. (2020), Presidential Address to the Federal Assembly, 15 de janeiro, Kremlin, disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/62582>.

Putin, V. (2019), “Russia language ensures sovereignty and unity of the Nation”, 6 de junho, Russkiy Mir Foundation, disponível em: <https://russkiymir.ru/en/news/264683/>.

Putnam, R. D. (1988). Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. *International Organization*, 42(3), 427-460.

Ramani, S. (2019), “Russia’s African Strategy Passes Trough BRICS and UN”, Italian Institute for International Politics Studies, 15 de novembro, disponível em: <https://www.ispionline.it/en/publicazione/russias-african-strategy-passes-through-brics-and-un-24293>.

Remington, T. (2012), “Politics in Russia”, Glenview: Pearson Education.

Remnick, D. (1990), “Gorbachev Shifts on Economy”, *The Washington Post*, disponível em: https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1990/09/13/gorbachev-shifts-on-economy/e4b8991e-9648-4a66-b62b-390bf31f8d81/?noredirect=on&utm_term=.e742bd52b535.

Resende, M. M., & Almeida, C. G. (2017), “The influence of the Catholic model of church-state relations on the secularisation in Mozambique and Angola”, comunicação apresentada na conferência Anual da American Political Science Association, São Francisco, EUA.

Renshon, J., & Renshon, S. A. (2008), “The Theory and Practice of Foreign Policy Decision Making”, *Political Psychology*, 29(4), Oxford: Blackwell Publishing Inc.

RIA Novosti (2013), “Russia to Open Trade Mission in South Africa”, 2 de setembro, disponível em: <http://bit.ly/1fckZXn>.

Romanova, T. (2015), “Relações UE-Rússia: Instituições de Política Externa Russa”, São Petersburgo: Jean Monnet Centre of Excellence, St. Petersburg State University. Disponível em: <https://euactive.ru/lk/rel2.shtml>.

Rouvinski, V. (2017), “Understanding Russian Priorities in Latin America”, Wilson Center. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/publication/kennan-cable-no20-understanding-russian-priorities-latin-america>.

Russia Today (2011), Entrevista da Russia Today (RT) a Gorbachev na comemoração do seu 80.º aniversário, publicado a 2 de março de 2011, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3jG0o9RJEbY>.

Sábado (2018), “Putin destaca Angola como o principal parceiro da Rússia em África”, 27 de julho 27, disponível em: <https://www.sabado.pt/mundo/detalhe/putin-destaca-angola-como-principal-parceiro-da-russia-em-africa>.

Sakwa, R. (2008), “New Cold War or twenty year’s crisis? Russia and international politics”, *International Affairs*, 84(2), 241-267.

Sakwa, R. (2008), “Russia Politics and Society”, Nova Iorque: Routledge.

Sakwa, R. (2010), “A Política Externa Russa Contextualizada”, In Freire, M. R. (Ed.), *A Rússia de Putin* (pp. 11-27). Lisboa: Almedina.

- Sakwa, R. (2010), “Communism in Russia: An Interpretative Essay”, Londres: Palgrave MacMillan.
- Santos, A. A. (2006), “Quase Memórias: Da Descolonização de cada território em Particular”, (2.º Volume), Lisboa: Casa das Letras.
- Santos, G. P. (2015), “A Rússia e “a operação de charme” em África: o caso de Angola”, Lisboa: IPRIS, Instituto Português de Relações Internacionais e de Segurança.
- Shearman, P. (1995), “Russian Foreign Policy Since 1990”, Londres: Routledge.
- Shubin, V. (2008), “The Hot “Cold War” – The USSR in Southern Africa”, Londres University of Kwazulu-Natal Press e Pluto Press.
- Shubin, V. (2010), “Russia and Africa: Coming Back? Russia Analytical Digest”, 83, 4-7. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/121789/Russian_Analytical_Digest_83.pdf.
- Shubin, V.; Arkhangelskaya, A. (2013), “Russia’s Africa Policy”, South African Institute of Global Affairs, 157. Disponível em: https://saiaa.org.za/wp-content/uploads/2013/11/saia_sop_157-_arkhangelskaya-Shubin_20131118.pdf.
- Shubin, V. (2013), “Russia’s policy towards Africa”, ISPI Analysis, 168, 1-7, disponível em: https://www.ispionline.it/sites/default/files/publicazioni/analysis_168_2013.pdf.
- Signé, L. (2019), “Vladimir Putin is resetting Russia’s Africa agenda to counter the US and China”, 22 de outubro, Quartz Africa, disponível em: <https://qz.com/africa/1732316/putin-resets-russias-africa-agenda-to-counter-china-us/>.
- Sivitsky, A. (2019), “Belarus-Russia: From a Strategic Deal to an Integration Ultimatum”, Foreign Policy Research Institute, disponível em: <https://www.fpri.org/article/2019/12/belarus-russia-from-a-strategic-deal-to-an-integration-ultimatum/>.
- Slobodchikoff, M. O. (2014), “Building Hegemonic Order Russia’s Way: Order, Stability, and Predictability in the Post-Soviet Space”, Londres: Lexington Books.
- Smith, S. (1988), “Theories of foreign policy: an historical overview”, Review of International Studies, 12, 13-29.
- Snyder, R., Bruck, H., & Sapin, B. (Org.). (2002), “Foreign Policy Decision-Making (Revisited)”, Nova Iorque: Palgrave-Macmillan.
- SputnikNews (2015), “Russia Ready to Boost Defense Cooperation With Angola”, 1 de agosto, disponível em: <https://sputniknews.com/military/201508011025297991/>.
- Stronski, P. (2019), “Late to the Party: Russia's Return to Africa”, *Carnegie Endowment for International Peace*, 16 de outubro, disponível em: <https://carnegieendowment.org/2019/10/16/late-to-party-russia-s-return-to-africa-pub-80056?fbclid=IwAR1qPEEA2NSrElK5HcQoH7YME5hGsJiXxjWGodpqxixhH9duGYvZrPj0Tbg>.
- Stronski, P. (2019), “The Return of Global Russia”, Carnegie Endowment for International Peace, in: https://carnegieendowment.org/files/WP_Paul_Stronski_-_Russia-Africa-v31.pdf (última consulta em 18 de abril de 2021).
- Sudakov, D. (2012, Março 19), “Glorious Soviet past of glorious African nation”, 19 de março, *Pravda*, disponível em: <http://www.pravdareport.com/world/africa/19-03-2012/120826-angola-0/>.

Summit Africa. (n.d.), Declaração do I Fórum Rússia-Africa, RossCongress. *Summit Africa*. Disponível em: <https://summitafrica.ru/en/about-summit/declaration/>.

Tararov, V. (2018), “Angola: Russia Intends to Strengthen Co-Operation With Angola”, ANGOP, 19 de março, disponível em: <https://allafrica.com/stories/201803190725.html>.

Taylor, I. (2014), “Africa Rising? BRICS: Diversifying Dependency”, Melton: James Currey.

Teixeira, N. S. (2008), “Portugal: Democratization and foreign policy”, In N. S. Teixeira (Ed.), *The International Politics of Democratization: Comparative perspectives* (pp. 71-82). Londres: Routledge.

Teixeira, N. S. (2008), “The International Politics of Democratization: Comparative perspectives”, Londres: Routledge.

Teixeira, N. S. (2017), “Angola”, In Teixeira, N. S. (Ed.), *História Militar de Portugal* (pp. 552-554). Lisboa: Esfera dos Livros.

Timofeev, I. (2020), “Strategic Rivalry: Prospects for Russian-American Relations in the New US Political Cycle”, Valdai Club, disponível em: <https://valdaiclub.com/a/highlights/strategic-rivalry-prospects-for-russian-american-r/>.

The Walt Street Journal (2006), “Surkov in his own words”, 18 de dezembro, disponível em: <https://www.wsj.com/articles/SB116646992809753610>.

Tokarev, A. (2004), “Uma missão em Angola. Moscovo”, Academia das Ciências de Moscovo.

Tokarev, A. (2009), “Um dos primeiros especialistas militares a chegar a Angola”, Agência Lusa, disponível em: <http://darussia.blogspot.pt/2009/06/fotos-da-lomga-guerra-civil-em-angola.html>.

Trenin, D. (2006), “Russia Leaves the West”, *Foreign Affairs*, disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2006-07-01/russia-leaves-west>.

Tsygankov, A. P. (2010), “Russia’s Foreign Policy”, In D. R. Herspring & Stephen K. Wegren (Eds.), *After Putin’s Russia: Past imperfect, future uncertain* (pp. 223-242)., Lanham: Rowman & Littlefield Publishers Inc.

Tsygankov, A. P. (2012), “Russia and the West From Alexander to Putin – Honor in International Relations”, Cambridge: Cambridge University Press.

Tsygankov, A. (2015), “Nobody loves Russia: how western media have perpetuated the myth of Putin’s neo-soviet autocracy”, *EUROPP*, 17 de agosto, disponível em: <http://blogs.lse.ac.uk/europpblog/2015/08/17/nobody-loves-russia-how-western-media-have-perpetuated-the-myth-of-putins-neo-soviet-autocracy/>.

Tsygankov, A. (Ed.). (2018), “Routledge Handbook of Russian Foreign Policy”, Nova Iorque: Routledge.

BBC (2019), “Ukraine Orthodox Church granted independence from Russian Church”, 5 de janeiro, disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-46768270>.

União dos Veteranos de Angola, in: <http://www.veteranangola.ru/main/general/portugal> .

Universidade Católica Portuguesa. (n.d.), “Concordata”, Universidade Católica Portuguesa. Disponível em: <https://www.ucp.pt/site/resources/documents/ISDC/Texto%20da%20Concordata%20-%201940.htm>.

USA State Department, (n.d.). Foreign Relations of the United States, 1961–1963 (Vol. XI, Cuban missile crisis and aftermath). *USA State Department*, disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v11/d346>.

USA State Department, (n.d.). Historical Documents, Foreign Relations of the United States, 1961–1963 (Vol X, Cuba, janeiro a setembro de 1962). USA State Department., disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v10/d291>.

Verstraelen, F. J. (2002), “Contrasting aspects of African decolonisation processes and missions in west and southern africa: ghana and angola as case studies”, African E-Journals, Michigan State University Library. Disponível em: <https://www.africabib.org/rec.php?RID=288063678>.

Kremlin (2006), “Vladimir Putin met with Presidente of Angola, José Eduardo dos Santos”, 31 de outubro, in: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/page/772>.

Voltaire Network. (2016), “Conceito de Política Externa Russa”. Voltaire Network, disponível em: <https://www.voltairenet.org/article202038.html>.

Westad, O. A. (2000), “Reviewing the Cold War: Approaches, Interpretations, Theory”, Franck Cass Publishers., Abingdon.

Wheller, D., & Pélissier, R. (2009), “História de Angola”, Lisboa: Tinta-da-China.

Arquivos

Arquivos Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, Moscovo, Fundo “Correspondência diplomática russo-angolana”, Cota 658/n. °39/n. °4/n. °38 6ª Pasta, ano 2000.

Arquivos Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, Moscovo, Fundo “Correspondência diplomática russo-angolana”, Cota 658/n. °39/n. °4/n. °38 7ª Pasta, ano 2000.

Arquivos Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, Moscovo, Fundo “Correspondência diplomática russo-angolana”, Cota 658/n. °39/n. °4/n. °38 8ª Pasta, ano 2000.

Arquivos Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, Moscovo, Fundo “Correspondência diplomática russo-angolana”, Cota 658/n. °39/n. °4/n. °38 9ª Pasta, ano 2000.

Arquivos Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, Moscovo, Fundo “Correspondência diplomática russo-angolana”, Cota 764/n. °25 /n. °6/n. °57 2ª Pasta, ano 2000.

Arquivos Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, Moscovo, Fundo “Correspondência diplomática russo-angolana”, Cota 764/n. °25 /n. °7/n. °57 3ª Pasta, ano 2000.

Arquivos Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, Moscovo, Fundo “Correspondência diplomática russo-angolana”, Cota 764/n. °25 /n. °2/n. °56 10ª Pasta, ano 2000.

Arquivos Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, Moscovo, Fundo “Correspondência diplomática russo-angolana”, Cota 764/n. °25 /n. °10/n. °57 4ª Pasta, ano 2000.

Fontes

Página Oficial do Presidente da Federação Russa in: <http://en.kremlin.ru/>

Página Oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa in: https://www.mid.ru/en/main_en

Página Oficial do Ministério da Defesa da Federação Russa in: <http://eng.mil.ru/>

Página Oficial da Embaixada da Federação Russa em Luanda in: https://angola.mid.ru/web/angola_pt

Página no Instagram da Embaixada da Federação Russa em Luanda in: <https://www.instagram.com/rusembangola/>

Página Oficial do *Russian International Affairs Council* in: <https://russiancouncil.ru/en/>

Página Oficial do *Carnegie Moscow Center* in: <https://carnegie.ru/?lang=en>

Página Oficial do *Valdai Discussion Club* in: <https://valdaiclub.com/>

Página Oficial do Centro de Sondagens *Levada Center* in: <https://www.levada.ru/en/>

RT: <https://www.rt.com/>

Sputnik News: <https://sputniknews.com/>

Pravda: <https://english.pravda.ru/>

TheMoscowTimes: <https://www.themoscowtimes.com/>

Tass Russian News Agency: <https://tass.com/>

BBC News: <https://www.bbc.com/news>

Entrevista

Entrevista realizada ao Professor Andrei Tokarev, veterano soviético da guerra de independência angolana, no Instituto de Estudos Africanos da Academia de Ciências da Federação Russa, em 19 de outubro de 2017, em Moscovo.

Anexos

**Publicação da Embaixada da Federação Russa em Luanda alusiva ao 45°
aniversário das relações russo-angolanas
2019**

РОССИЯ И АНГОЛА:
45 ЛЕТ ПАРТНЕРСТВА И ДРУЖБЫ

*RÚSSIA E ANGOLA:
45 ANOS DE PARCERIA E AMIZADE*



ПОСОЛЬСТВО РОССИЙСКОЙ ФЕДЕРАЦИИ В РЕСПУБЛИКЕ АНГОЛА

EMBAIXADA DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA NA REPÚBLICA DE ANGOLA





Посольство Российской Федерации в Республике Ангола
Embaixada da Federação da Rússia na República de Angola



Movimento Popular de Libertação de Angola

M. P. L. A.

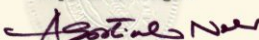
36

COMUNICADO CONJUNTO

Em 11 de Novembro de 1975, em Luanda, tiveram lugar conversações entre as Delegações da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e da República Popular de Angola.

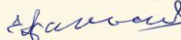
Baseando-se nos objectivos comuns da luta anti-imperialista e após o reconhecimento da República Popular de Angola pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e em base dos princípios da Carta das Nações Unidas e da Convenção de Viena que regulariza as relações diplomáticas entre os Estados, as duas partes decidiram estabelecer relações diplomáticas entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a República Popular de Angola ao nível de Embaixadas.

Pela República
Popular de Angola


Dr. AGOSTINHO NETO

Presidente da República

Pela União das Repúblicas
Socialistas Soviéticas


EVGUENI AFANASSENKO

Embaixador

Luanda, 11 de Novembro de 1975

T R A T A D O
SOBRE A AMIZADE E A COLABORAÇÃO ENTRE A UNIÃO
DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS E A REPÚBLICA
POPULAR DE ANGOLA

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a República Popular de Angola;

considerando que o ulterior desenvolvimento e o fortalecimento das relações amistosas e da cooperação multilateral, estabelecidas entre elas no resultado da luta pela liberdade e independência de Angola, corresponde aos principais interesses nacionais dos povos de ambos os países e serve à causa da paz em todo o mundo;

animados pelos ideais de luta contra o imperialismo, colonialismo e racismo em todas as formas e manifestações e pelo constante desejo de prestar apoio por todos os meios aos povos em luta pela liberdade, independência e progresso social; decididas a contribuir para o fortalecimento da paz e segurança internacional no interesse dos povos de todos os países;

reiterando a sua fidelidade aos objectivos e princípios da Carta da Organização das Nações Unidas;

pronunciando-se pela unidade de todas as forças progressistas na luta pela paz, liberdade, independência e progresso social e considerando que o desenvolvimento das relações de amizade e cooperação amplas entre os países socialistas e os países em via de desenvolvimento corresponde a seus interesses comuns;

7.

seguintes e assim por diante até que uma das Altas Partes Contratantes notifique a outra sobre a sua intenção de denunciar o Tratado um ano antes da expiração do quinquênio corrente.

Artigo 15

O presente Tratado será ratificado e entrará em vigor a partir da data da troca das cartas de ratificação, que será efectuada em Luanda.

O presente Tratado é feito em dois exemplares, um em russo e outro em português, sendo ambos os textos igualmente válidos.

Celebrado na cidade de Moscovo a " " de Outubro de 1976.

PELA UNIÃO DAS REPÚBLICAS
SOCIALISTAS SOVIÉTICAS

PELA REPÚBLICA POPULAR
DE ANGOLA

Ю. С. Воронин

António Agostinho Neto

Д О Г О В О Р

о дружбе и сотрудничестве между Советом Советских
Социалистических Республик и Народной Республикой
Анголой

Союз Советских Социалистических Республик и Народная Республика Ангола,

считая, что дальнейшее развитие и укрепление отношений дружбы и всестороннего сотрудничества, сложившихся между ними в результате борьбы за свободу и независимость Анголы, отвечает коренным национальным интересам народов обеих стран и служит делу мира во всем мире,

возбужденные идеями борьбы против империализма, колониализма и расизма во всех их формах и проявлениях и неизменным стремлением оказывать всестороннюю поддержку народам, борющимся за свободу, независимость и социальный прогресс,

присполюбливаясь решению содействовать упрочению международного мира и безопасности в интересах народов всех стран, подтверждая свою верность целям и принципам Устава Организации Объединенных Наций,

выступая за единство всех прогрессивных сил в борьбе за мир, свободу, независимость и социальный прогресс и считая, что развитие дружественных отношений и широкого сотрудничества между странами социализма и развивающимися государствами отвечает их общим интересам,

учитывая Декларацию об основах дружественных взаимоотношений и сотрудничества между Советом Советских Социалистических

7.

Статья 15

Настоящий Договор подлежит ратификации и вступит в силу в день обмена ратификационными грамотами, который будет произведен в г. Луанда.

Настоящий Договор составлен в двух экземплярах, каждый на русском и португальском языках, причем оба текста имеют одинаковую силу.

Свершено в Москве 8 октября 1976 года.

ЗА СОВЕТСКИХ
СОЦИАЛИСТИЧЕСКИХ РЕСПУБЛИК

ЗА НАРОДНУЮ РЕСПУБЛИКУ
АНГОЛУ

Ю. С. Воронин

António Agostinho Neto



Россия-Ангола:
45 лет партнерства и дружбы

Rússia-Angola:
45 anos de cooperação e amizade

Em 11 de Novembro de 2020 Angola e a Rússia celebram o 45º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas. Historicamente, os laços fraternais inseparáveis unem os países. O Povo Angolano não para de valorizar o papel fundamental da URSS na conquista da Independência de Angola e no processo de constituição e consolidação do seu Estado. A Rússia sempre apoiava os Estados jovens africanos contribuindo para com o reforço da soberania e da influência deles na arena internacional.

É de destacar que é neste dia que Angola também festeja o 45º aniversário da libertação do jugo colonial. Neste contexto gostaria de sublinhar que as relações diplomáticas entre os nossos países são da mesma idade que a independência da República de Angola.

11 ноября 2020 года Ангола и Россия отмечают 45-летие с установления дипломатических отношений. Исторически между странами сложились неразделимые братские связи. Ангольский народ по-прежнему ценит ключевую роль СССР в достижении Анголой независимости и в формировании и укреплении ее государственности. Россия всегда поддерживала молодые африканские государства, содействуя укреплению их суверенитета и росту их влияния на международной арене.

Примечательно, что именно в этот день Ангола также празднует 45-летний юбилей освобождения от колониального режима. Хотелось бы отметить в этой связи, что дипломатические отношения между нашими странами являются ровесником независимости Республики Ангола.

Esta edição, embora não na medida abundante, reflete as principais etapas do fortalecimento dos laços fraternos inseparáveis entre os nossos Países e Povos, desenvolvimento progressivo da cooperação bilateral multissetorial na área política, económica, humanitária, colaboração na arena internacional a favor de paz e segurança internacionais. Os capítulos do livro são dedicados à perspectiva histórica da nossa cooperação, bem como aos sucessos alcançados no tempo contemporâneo.

Hoje em dia a Rússia e Angola são parceiros estratégicos e demonstram interesse em expandir e fortalecer a cooperação existente, bem como na procura de novas oportunidades e novos vectores. Contactos intensivos são mantidos aos níveis altos e mais altos, e realiza-se uma troca activa de delegações.

Durante as duas visitas à Federação da Rússia (de estado e de trabalho), realizadas por Sua Excelência João Lourenço, Presidente da República de Angola, em 2019, as nossas relações conheceram dinamismo significativo. No desenvolvimento dos entendimentos atingidos, são realizadas trocas regulares de visitas ao nível ministerial para resolver questões atuais da nossa cooperação. Por sua vez, da Parte de Angola também foi formulado o convite a Sua Excelência Vladimir Putin para visitar Angola.

Em 2019 tiveram lugar mais dois eventos importantes.

Em 4 de Abril de 2019 conforme o Decreto de S.E. João Lourenço, Presidente da República de Angola, S.E. Vladimir Putin, Presidente da Federação da Rússia, foi condecorado com Ordem "Agostinho Neto" – a mais alta condecoração estatal, com o que habitualmente

Настоящий сборник, пусть не в полной мере, отражает основные этапы становления неразделимых братских уз между нашими странами и народами, поступательное развитие разнопланового двустороннего сотрудничества в политической, экономической, гуманитарной областях, взаимодействия на международной арене во благо всеобщего мира и безопасности. Разделы книги посвящены исторической перспективе наших отношений, а также достигнутым успехам на современном этапе.

Сегодня Россия и Ангола являются стратегическими партнерами и демонстрируют интерес в расширении и укреплении существующего сотрудничества, а также в поиске его новых возможностей и направлений. Поддерживаются интенсивные контакты на высшем и высоком уровнях, осуществляется активный делегационный обмен.

Значительную динамику нашим отношениям придали два визита в Российскую Федерацию (государственный и рабочий), осуществленные Президентом Республики Ангола Жоау Лоуренсу в 2019 г. В развитие договоренностей президентов налажен регулярный обмен визитами на уровне министров для решения оперативных вопросов нашего взаимодействия. В свою очередь, с ангольской стороны также сформулировано приглашение Президенту Российской Федерации В.В.Путину посетить Анголу.

В 2019 г. состоялись еще два значимых события.

4 апреля 2019 г. Указом Президента Анголы Ж.Лоуренсу Президент Российской Федерации

são condecorados cidadãos angolanos e estrangeiros, principalmente Chefes de Estado e Governo, pela contribuição na luta pela libertação dos povos, paz e desenvolvimento, pelo reforço da amizade com Angola e pelo prestígio de destaque internacional.

Também em 23 de Março de 2019 pelo Decreto da Presidente de Angola, a Federação da Rússia na qualidade de sucessora da URSS, foi condecorada com o mais alto galardão militar estatal de Angola - "Ordem do Mérito Militar" pela coragem, firmeza e bravura na luta pela defesa da República, pelos seus fundamentos e interesses estratégicos durante a Batalha de Cuíto Cuanavale.

Actualmente, está em andamento a preparação para a implementação de uma série de projectos mutuamente vantajosos na área de indústria, energia, mineração, pesca, transporte, complexo agroindustrial, comunicações espaciais, esfera financeira e de crédito, bem como no campo da cooperação técnico-militar. Os angolanos têm interesse em atrair grandes operadores económicos da Rússia.

Com o objectivo de desenvolver um diálogo entre os círculos empresariais dos dois países, foi criado em Abril de 2019 o "Conselho Empresarial Rússia-Angola". Continua a trabalhar o principal instrumento da cooperação na esfera económica - Comissão Intergovernamental Russo-Angolana para a Cooperação Económica, Técnico-Científica e Comercial.

O quadro legal das relações bilaterais que determina o futuro de Angola está a ser aperfeiçoado, especialmente em tais áreas como espacial, de ensino,

V.V.Путин награжден Орденом «Агоштиню Нето» - высшей государственной наградой Анголы, которой удостоиваются ангольские и иностранные граждане, главным образом главы государств и правительств, за вклад в борьбу за освобождение народов, за мир и развитие, за проявленную дружбу с Анголой и заслуженный высокий международный авторитет.

23 марта 2019 г. также Указом Президента Анголы награждена Российская Федерация как правопреемница СССР высшей военной государственной наградой Анголы Орденом «За военные заслуги» за мужество, стойкость и отвагу в борьбе по защите республики, ее основ и стратегических интересов в ходе битвы при Куито Куанавале.

В настоящее время ведется подготовка к реализации ряда взаимовыгодных проектов в области промышленности, энергетики, добычи полезных ископаемых, рыболовства, транспорта, агропромышленного комплекса, космической связи, финансово-кредитной сфере, а также в сфере военно-технического сотрудничества. Ангольцы заинтересованы в привлечении крупных экономоператоров из России.

В целях развития диалога деловых кругов двух стран в апреле 2019 г. был создан Деловой совет Россия – Ангола. Эффективно продолжает работать главный инструмент взаимодействия в экономической сфере – Межправительственная Росийско-Ангольская комиссия по экономическому, научно-техническому сотрудничеству и торговле. Совершенствуется договорно-правовая база,

agricultura, cultura, complexo militar e mineração. A cooperação parlamentar, bem como inter-regional, está visivelmente a fortalecer.

A cooperação russo-angolana em educação e cultura está a desenvolver-se activamente. Hoje em dia mais de mil angolanos estudam nas instituições do ensino superior na Rússia.

Ao planear esta edição nós, ántes de tudo, visámos dar uma ideia sobre a nossa história conjunta às novas gerações, das quais depende a futura cooperação entre os nossos Estados, gerações, a quem caberá a responsabilidade de preservar a memória sobre a luta conjunta da União Soviética e de Angola pela sua Independência, manter os laços de amizade e cooperação entre os Povos fraternos da Rússia e de Angola.

Mais uma vez, felicito todos os angolanos e russos pelo aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas.

Vladimir Tararov

Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Federação da Rússia na República de Angola

которая определяет будущее Анголы, в особенности в таких областях, как космос, образование, сельское хозяйство, культура, военно-промышленный комплекс, добыча полезных ископаемых. Заметно укрепляется взаимодействие по парламентской линии, а также на межрегиональном уровне.

Активно развивается российско-ангольское сотрудничество в сфере образования и культуры. Сегодня в России высшее образование получают более тысячи ангольцев.

Планируя, выпуск настоящего издания мы, прежде всего, ставили целью дать представление о нашей совместной истории молодым поколениям, от которых зависит общее будущее наших государств, поколениям, на чьих плечах будет лежать ответственность за сохранение памяти о совместной борьбе Советского Союза и Анголы за ее независимость, поддержание уз дружбы и сотрудничества между братскими народами России и Анголы.

Еще раз поздравляю всех ангольцев и россиян с 45-летним юбилеем установления дипломатических отношений.

В.Н.Тараров

Чрезвычайный и Полномочный Посол Российской Федерации в Республике Ангола



Визит первого Президента Анголы А. Нето в СССР. Москва, 7 октября 1976 г. Источник: МИД России

Visita de S.E. Agostinho Neto, Primeiro Presidente de Angola. Moscovo, 7 de Outubro de 1976. Fonte: MNE da Rússia



Церемония вручения верительных грамот Послом СССР в Анголе В.П. Логиновым. Луанда, 20 мая 1978 г. Источник: МИД России

Cerimônia de apresentação das cartas credenciais por S.E. Vadim Loguinov. Luanda, 20 de Maio 1978. Fonte: MNE da Rússia

As relações diplomáticas entre a Rússia e Angola foram estabelecidas no dia da proclamação da sua Independência - 11 de Novembro de 1975. Em 1976, durante a visita de Sua Excelência Agostinho Neto, primeiro Presidente de Angola, a Moscovo, foi assinado um Tratado de Amizade e Cooperação entre a URSS e a República Popular de Angola. O primeiro Embaixador da URSS em Angola foi S.E. B.S. Vorobyov, o primeiro Embaixador de Angola na URSS - S.E. Carlos Antonio Fernandes.

Angola estava em guerra civil durante 27 anos, desde a proclamação da independência. A URSS apoiou activamente o Presidente de Angola tanto na luta contra a oposição interna, como contra a ameaça externa por parte da África do Sul e Congo Zaire. Foram enviados a Angola especialistas militares soviéticos, que, ao lado dos angolanos, lutaram pelo estabelecimento da paz num país africano tão distante geograficamente, mas que se tornou quase uma segunda pátria para os oficiais soviéticos.

Em 2004 foi criada a União dos Veteranos de Angola, cuja missão é preservar a memória da contribuição da URSS para a descolonização de África, em particular de Angola.

Durante o século XX, a Angola socialista foi um parceiro-chave da URSS no Continente Africano. Durante o período soviético, foi mantida uma cooperação política, comercial, económica e militar activa. Muitos angolanos foram enviados a URSS para passar o treinamento militar e político. O quadro legal das relações bilaterais estava a enriquecer-se.

Дипломатические отношения между Россией и Анголой были установлены в день провозглашения ее независимости – 11 ноября 1975 г. В 1976 г. в ходе визита первого президента Анголы Агостинью Нето в Москву был подписан Договор о дружбе и сотрудничестве между СССР и Народной Республикой Ангола. Первым Послом СССР в Анголе стал Б.С. Воробьев, первым Послом Анголы в СССР – Карлуш Антониу Фернандеш.

В течение 27 лет с момента обретения независимости Ангола была охвачена гражданской войной. СССР активно поддерживал действующего Президента Анголы как в борьбе с внутренней оппозицией, так и с угрозой извне со стороны ЮАР и Заира. На помощь союзнической Анголе были направлены советские военные специалисты, которые бок о бок с ангольцами боролись за установление мира в далекой географически, но ставшей как родной африканской стране.

В 2004 г. был создан Союз ветеранов Анголы, задачей которого является сохранение памяти о вкладе СССР в деколонизацию Африки и в частности Анголы.

В течение XX века социалистическая Ангола была ключевым партнером СССР на Африканском континенте. В советский период поддерживалось активное политическое, торгово-экономическое и военное сотрудничество. Многие ангольцы проходили военно-политическую подготовку в СССР. Расширялась договорно-правовая база сотрудничества.



Церемония вручения верительных грамот Послом Анголы в СССР К.А. Фернандешем. Москва, 9 августа 1978 г. Источник: МИД России

Cerimônia de apresentação das cartas credenciais por S.E. Carlos Fernandes. Moscovo, 9 de Agosto de 1978. Fonte: MNE da Rússia



Подписание соглашения. Луанда, 29 апреля 1982 г. Источник: МИД России

Celebração do Acordo. Luanda, 29 de Abril de 1982. Fonte: MNE da Rússia



Переговоры Генерального секретаря ЦК КПСС Ю.В. Андропова с Президентом Анголы Ж.Э. душ Сантушем. Москва, 29 апреля 1982 г. Источник: МИД России

Negociações entre S.E. Iuri Andropov, Secretário-Geral do Partido Comunista da URSS, e S.E. José Eduardo dos Santos, Presidente de Angola. Moscovo, 29 de Abril de 1982. Fonte: MNE da Rússia



Встреча Председателя Президиума Верховного Совета СССР М.С. Горбачёва с Президентом Анголы Ж.Э. душ Сантушем. Москва, 1 декабря 1988 г. Источник: МИД России

Encontro de S.E. Mikhail Gorbachev, Presidente do Presidium do Soviète Supremo da URSS, com S.E. Jose Eduardo dos Santos, Presidente de Angola. Moscovo, 1 de Dezembro de 1988. Fonte: MNE da Rússia



Визит в СССР Президента Анголы Ж.Э.душ Сантуша. Москва, 16 мая 1983 г. Источник: МИД России

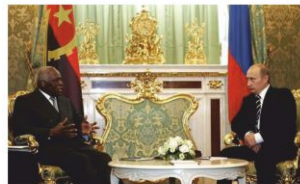
Visita à URSS de S.E. José Eduardo dos Santos, Presidente de Angola. Moscovo, 16 de Maio de 1983. Fonte: MNE da Rússia

Россия и Ангола строят свои отношения на принципах взаимного уважения интересов, доверия и искренней дружбы на протяжении вот уже 45 лет.

A Rússia e Angola constroem as suas relações com base nos princípios do respeito mútuo pelos interesses, confiança e amizade genuína ao longo de já 45 anos.

Москва и Луанда самым тесным образом сотрудничают в решении актуальных международных и региональных проблем, разделяют близость подходов по большинству вопросов глобальной повестки дня, выступают за необходимость объединения усилий по достижению устойчивого развития, мира и безопасности. Формирование демократического мироустройства, основанного на принципах многополярности, верховенства международного права и при учёте интересов всех без исключения государств, - цель, объединяющая наши страны на мировой арене.

Moscovo e Luanda têm mantido a mais estreita cooperação na solução dos assuntos internacionais e regionais de actualidade, alinham posições sobre a maioria dos pontos da agenda global, advogam necessidade de unir esforços para alcançar desenvolvimento sustentável, paz e segurança. Construção da ordem mundial democrática que se baseie nos princípios de multipolaridade, primado do direito internacional e com respeito a todos os Estados sem excepção – eis o objectivo unificador dos nossos países na arena mundial.



Президент России В.В. Путин с Президентом Анголы Ж.Э. душ Сантушем. Москва, 31 октября 2006 г.
Источник: Пресс-служба Президента России

S.E. Vladimir Putin, Presidente da Rússia, com S.E. José Eduardo dos Santos, Presidente de Angola. Moscovo, 31 de Outubro de 2006
Fonte: Serviço de Imprensa da Presidência da Rússia



Президент России В.В. Путин с Президентом Анголы Ж.Э. душ Сантушем. Москва, 31 октября 2006 г.
Источник: Пресс-служба Президента России

S.E. Vladimir Putin, Presidente da Rússia, com S.E. José Eduardo dos Santos, Presidente de Angola. Moscovo, 31 de Outubro de 2006
Fonte: Serviço de Imprensa da Presidência da Rússia

“

«Мы знаем, что у Анголы очень большой экономический потенциал. Но есть еще и нечто более важное: мы прекрасно осведомлены об очень добрых чувствах ангольского народа в отношении России. Мы знаем и помним, что в недавнем прошлом нас связывали достаточно близкие отношения. Мы это чувствуем и уверены, что это наилучшая база для развития межгосударственных связей в будущем.»

Президент России В.В. Путин в ходе беседы с Президентом Анголы Ж.Э. душ Сантушем, Москва, 31 октября 2006 г.

"Nós sabemos que Angola tem um potencial económico muito grande. Mas há uma coisa ainda mais importante: nós estamos bem cientes de bom sentimento do Povo Angolano em relação à Rússia. Nós sabemos e lembramos que no passado recente temos sido unidos pelas relações bastante próximas. Sentimos isso e estamos certos que é a melhor base para desenvolver as relações interestatais no futuro."

S.E. Vladimir Putin, Presidente da Rússia, no decorrer das negociações com S.E. José Eduardo dos Santos, Presidente de Angola, Moscovo, 31 de Outubro de 2006

”



Российско-ангольские переговоры в ходе визита Президента Анголы Ж.Э.душ Сантуша в Россию. Москва, 31 октября 2006 г.
Источник: Пресс-служба Президента России

As negociações russo-angolanas durante a visita de S.E. José Eduardo dos Santos, Presidente de Angola, à Rússia. Moscovo, 31 de Outubro de 2006
Fonte: Serviço de Imprensa da Presidência da Rússia

На самом высоком уровне и на регулярной основе стороны подтверждают заинтересованность в дальнейшем углублении взаимовыгодного сотрудничества по самому широкому кругу вопросов.

As duas Partes confirmam ao nível mais alto e na base regular o seu interesse no reforço contínuo da cooperação mutuamente vantajosa sobre uma grande variedade de assuntos.

Укреплению братских отношений значительно способствует регулярное проведение визитов на высшем и высоком уровне. Только за последние 20 лет подписано более двух сотен различных документов о партнерстве и сотрудничестве.

As relações fraternas são reforçadas ainda mais graças à realização regular de visitas de alto e o mais alto nível. Somente ao longo dos últimos 20 anos foram assinados mais de duas centenas de documentos sobre parceria e cooperação.



Совместная пресс-конференция по итогам российско-ангольских переговоров.
Москва, 31 октября 2006 г.
Источник: Пресс-служба Президента России

*Conferência de Imprensa após negociações russo-angolanas.
Moscou, 31 de Outubro de 2006
Fonte: Serviço de Imprensa da Presidência da Rússia*



Президент России В.В. Путин награждает Президента Анголы Ж.Э. душ Сантуша орденом Дружбы за личный вклад в укрепление дружбы и сотрудничества между двумя странами.
Москва, 31 октября 2006 г.
Источник: Пресс-служба Президента России

*S.E. Vladimir Putin, Presidente da Rússia, condecora
S.E. José Eduardo dos Santos, Presidente de Angola, com a Ordem de Amizade pelo contributo pessoal no fortalecimento de amizade e cooperação entre os dois países, Moscovo, 31 de Outubro de 2006
Fonte: Serviço de Imprensa da Presidência da Rússia*

“

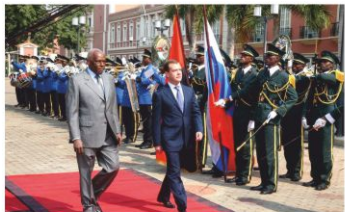
«Для меня большая честь получить от Вас, Ваше Превосходительство, Орден дружбы в награду за личный вклад в укрепление дружбы и сотрудничества между нашими странами. И в моем лице эта награда посвящается всему ангольскому народу, поскольку лишь благодаря его усилиям таким образом отмечается мой вклад в дело дружбы. В духе жертвенности и с большим мужеством ангольский народ смог отстоять свою независимость, и наш народ внес большой вклад в дело укрепления дружбы и взаимопонимания между народами.»

Президент Анголы Ж.Э. душ Сантуш в ходе беседы с Президентом России В.В. Путиным, Москва, 31 октября 2006 г.

“É uma grande honra para mim de receber de Sua Excelência a Ordem de Amizade pelo contributo pessoal no reforço de amizade e cooperação entre os nossos países. Na minha pessoa esta condecoração é dedicada a todo o Povo Angolano porque é só graças aos seus esforços que é destacado assim o meu contributo na causa de amizade. No espírito de sacrifício e com grande coragem o Povo Angolano conseguiu defender a sua independência, e o nosso povo fez um contributo grande na causa de reforço de amizade e entendimento entre os povos.”

S.E. José Eduardo dos Santos, Presidente de Angola, no decorrer das negociações com S.E. Vladimir Putin, Presidente da Rússia, Moscovo, 31 de Outubro de 2006

”



На самом высоком уровне и на регулярной основе Визит Президента России Д.А. Медведева в Анголу. Стороны подтверждают заинтересованность в дальнейшем углублении взаимовыгодного сотрудничества по самому широкому кругу вопросов.

Visita de S.E. Dmitry Medvedev a Angola. Luanda, 26 de Junho de 2009

Fonte: Serviço de Imprensa da Presidência da Rússia

As relações entre os dois países são mais altas e na base regular o seu interesse no reforço contínuo da cooperação mutuamente vantajosa sobre uma grande variedade de assuntos.



Визит Президента России Д.А. Медведева в Анголу.

Луанда, 26 июня 2009 г.

Источник: Пресс-служба Президента России

Visita de S.E. Dmitry Medvedev a Angola. Luanda, 26 de Junho de 2009

Fonte: Serviço de Imprensa da Presidência da Rússia

“

«Мы всегда старались помогать африканским государствам. Даже в тот период, когда другие страны занимались здесь колониальными вещами, мы всегда помогали и даже иногда сражались на стороне африканцев за их независимость [...] Наши страны [Россия и Ангола] – давние и исторически близкие партнёры, наша дружба проверена временем.»

Президент России Д.А. Медведев в ходе визита в Анголу, Луанда, 26 июня 2009 г.

"Sempre procurámos ajudar nações africanas. Mesmo naquela altura em que outros países foram envolvidos no colonialismo, nós sempre ajudámos e até lutámos ao lado dos africanos pela independência deles [...] Os nossos países [a Rússia e Angola] são parceiros de longa data e historicamente próximos, a nossa amizade foi testada pelo tempo."

S.E. Dmitry Medvedev, Presidente da Rússia, durante a sua visita em Angola, Luanda, 26 de Junho de 2009

”

“

«Ценим высокий уровень отношений с Анголой – испытанным временем другом и партнером России. Нас радует, что эта страна уверенно встала на путь самостоятельного устойчивого национального развития.»

Министр иностранных дел России С.В. Лавров в ходе переговоров с Министром иностранных дел Анголы Ж. Шикоти, Москва, 8 апреля 2014 г.

"Apreciamos um nível alto das relações com Angola – um amigo e parceiro da Rússia testado pelo tempo. Aprox-nos que este país tomou, de forma segura, caminho de desenvolvimento nacional sustentável e independente."

S.E. Serguei Lavrov, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, durante as negociações com S.E. Georges Rebelo Pinto Chicoti, Ministro das Relações Exteriores de Angola, Moscovo, 8 de Abril de 2014

”



Переговоры Министра иностранных дел России С.В. Лаврова с Министром иностранных дел Анголы Ж.Р. Шикоти, Москва, 8 апреля 2014 г.
Источник: МИД России

Negociações entre S.E. Serguei Lavrov, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, e S.E. Georges Rebelo Pinto Chicoti, Ministro das Relações Exteriores de Angola. Moscovo, 8 de Abril de 2014.
Fonte: MNE da Rússia



Посол России в Анголе Д. Лобач и Представитель ЮНИСЕФ в Анголе А. Султан при подписании Меморандума об оказании помощи Анголе по борьбе с желтой лихорадкой. Луанда, 22 декабря 2016 г. Источник: Посольство России в Анголе

S.E. Dmitry Lobach, Embaixador da Rússia em Angola, e S.E. Abubakar Sultan, Representante do UNICEF em Angola, assinam o Memorando para apoiar Angola no combate contra febre-amarela. Luanda, 22 de Dezembro de 2016. Fonte: Embaixada da Rússia em Angola

В рамках совместного с ЮНИСЕФ проекта Россия выделила 5,3 млн.долл.США на закупку, доставку и распределение 3,4 млн. доз вакцин против желтой лихорадки для вакцинации более 3 млн. ангольских граждан.

No âmbito do projecto conjunto com o UNICEF, a Rússia disponibilizou 5,3 milhões de dólares para comprar, fornecer e distribuir 3,4 milhões de doses de vacina contra febre-amarela para vacinar mais de 3 milhões de cidadãos angolanos.



Посол России в Анголе В.Н. Тараров вручает верительные грамоты Президенту Анголы Ж. Лоуренсу. Луанда, 1 ноября 2017 г. Источник: Пресс-служба Президента Анголы

S.E. Vladimir Tararov, Embaixador da Rússia em Angola, entrega as cartas credenciais a S.E. João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente de Angola. Luanda, 1 de Novembro de 2017. Fonte: Serviço de Imprensa da Presidência de Angola

Президент Анголы Ж. Лоуренсу принимает Посла России в Анголе В.Н. Тарарова. Луанда, 1 ноября 2017 г. Источник: Пресс-служба Президента Анголы

S.E. João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente de Angola, recebe S.E. Vladimir Tararov, Embaixador da Rússia em Angola. Luanda, 1 de Novembro de 2017. Fonte: Serviço de Imprensa da Presidência de Angola





Российско-ангольские переговоры в рамках визита Министра иностранных дел России С.В. Лаврова в Анголу. Луанда, 5 марта 2018 г.
Источник: МИД России

Negociações russo-angolanas durante a visita de S.E. Serguei Lavrov, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, a Angola. Luanda, 5 de Março de 2018.
Fonte: MNE da Rússia



Пресс-конференция по итогам визита Министра иностранных дел России С.В. Лаврова в Анголу. Луанда, 5 марта 2018 г.
Источник: МИД России

Conferência de Imprensa por ocasião da visita de S.E. Serguei Lavrov, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, a Angola. Luanda, 5 de Março de 2018.
Fonte: MNE da Rússia

Церемония открытия памятника воинам, исполнившим интернациональный долг в Анголе, прошедшая в рамках визита в Анголу Министра иностранных дел России С.В. Лаврова при участии Министра иностранных дел Анголы М. Аугушту и Министра национальной обороны Анголы С. Секейры. Луанда, 5 марта 2018 г.
Источник: МИД России



Cerimónia de abertura do Monumento em honra dos internacionalistas que lutavam por uma Angola independente, realizada no quadro da visita a Angola de S.E. Serguei Lavrov, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, com participação de S.E. Manuel Domingos Augusto, Ministro das Relações Exteriores de Angola, e S.E. General Salviano de Jesus Sequeira "Kianda", Ministro da Defesa Nacional de Angola.
Luanda, 5 de Março de 2018. Fonte: MNE da Rússia

Встреча Министра иностранных дел России С.В. Лаврова с учащимися Школы при Посольстве в рамках его визита в Анголу. Луанда, 5 марта 2018 г.
Источник: МИД России

Encontro de de S.E. Serguei Lavrov, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, com os alunos da Escola junto à Embaixada da Rússia no quadro da Sua visita a Angola.
Luanda, 5 de Março de 2018.
Fonte: MNE da Rússia





Президент Анголы Ж. Лоуренсу во время встречи с Президентом России В.В. Путиным «на полях» 10-го саммита БРИКС. Йоханнесбург, 26 июля 2018 г.
Источник: Пресс-служба Президента России

S.E. João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente de Angola, durante o encontro com S.E. Vladimir Putin, Presidente da Rússia, à margem da 10ª cúpula dos BRICS. Joanesburgo, 26 de Julho de 2018
Fonte: Serviço de Imprensa da Presidência da Rússia



Президент России В.В. Путин во время встречи с Президентом Анголы Ж. Лоуренсу «на полях» 10-го саммита БРИКС. Йоханнесбург, 26 июля 2018 г.
Источник: Пресс-служба Президента России

S.E. Vladimir Putin, Presidente da Rússia, durante o encontro com S.E. João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente de Angola, à margem da 10ª cúpula dos BRICS. Joanesburgo, 26 de Julho de 2018
Fonte: Serviço de Imprensa da Presidência da Rússia



Встреча Президента России В.В. Путина с Президентом Анголы Ж. Лоуренсу «на полях» 10-го саммита БРИКС. Йоханнесбург, 26 июля 2018 г.
Источник: Пресс-служба Президента России

Encontro de S.E. Vladimir Putin, Presidente da Rússia, com S.E. João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente de Angola, à margem da 10ª cúpula dos BRICS. Joanesburgo, 26 de Julho de 2018
Fonte: Serviço de Imprensa da Presidência da Rússia



Переговоры Министра иностранных дел России С.В. Лаврова с Министром иностранных дел Анголы М. Аугушту. Москва, 28 февраля 2019 г.
Источник: МИД России

Negociações entre S.E. Serguei Lavrov, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, e S.E. Manuel Domingos Augusto, Ministro das Relações Exteriores de Angola. Moscovo, 28 de Fevereiro de 2019.
Fonte: MNE da Rússia

“

«У нас прекрасный политический диалог, очень хорошие планы в торгово-экономической сфере, где намечено много перспективных совместных проектов. Мы очень довольны той тесной координацией, которую Россия и Ангола осуществляют на международной арене, в том числе в ООН.»

Министр иностранных дел России С.В.Лавров в ходе переговоров с Министром иностранных дел Анголы М.Аугушту, Москва, 26 августа 2019 г.

«Mantemos um excelente diálogo político, temos planos muito bons na área económico-comercial na qual há muitos projectos promissores conjuntos. Estamos muito contentes dessa coordenação estreita que a Rússia e Angola têm mantido na arena internacional, inclusiva na ONU.»

S.E. Serguei Lavrov, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, durante as negociações com S.E. Manuel Domingos Augusto, Ministro das Relações Exteriores de Angola, Moscovo, 26 de Agosto de 2019

”



Посол России в Анголе В.Н. Тараров в качестве представителя Президента Российской Федерации на праздновании Дня освобождения юга Африки. В рамках мероприятия Президент Анголы Ж.Лоуренсу наградил Российскую Федерацию орденом «За военные заслуги первой степени» за мужество и отвагу, проявленные при защите Анголы и ее государственности в ходе битвы при Куито-Куанавале (15 ноября 1987 г. – 23 марта 1988 г.) Куито-Куанавале, 23 марта 2019 г. Источник: Пресс-служба Президента Анголы

S.E. Vladimir Tararov, Embaixador da Rússia na República de Angola, na qualidade do representante do Presidente da Rússia na celebração do Dia da Libertação da África Austral. Durante a efeméride S.E. João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente de Angola, condecorou a Federação da Rússia com a Medalha de Mérito Militar do primeiro Grão pela coragem e bravura demonstradas na defesa de Angola e sua soberania durante a batalha de Cuito Cuanavale (15 de Novembro de 1987 – 23 de Março de 1988). Cuito Cuanavale, 23 de Março de 2019. Fonte: Serviço de Imprensa da Presidência de Angola



Президент Анголы Ж. Лоуренсу с Послом России в Анголе В.Н. Тараровым и его супругой Е.А. Тараровой в ходе праздничных мероприятий по случаю Дня освобождения юга Африки. Куито-Куанавале, 23 марта 2019 г. Источник: Пресс-служба Президента Анголы

S.E. João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente de Angola, e S.E. Vladimir Tararov, Embaixador da Rússia em Angola, com a sua esposa S.E. Elena Tararova no decorrer das celebrações do Dia da Libertação da África Austral. Cuito Cuanavale, 23 de Março de 2019. Fonte: Serviço de Imprensa da Presidência de Angola

“

«Россия на самом деле, как сегодняшняя, так и во времена бывшего СССР, всегда была большим другом Африканского континента. И все мы помним, что практически за всеми движениями освобождения стояла Россия, оказывая поддержку движениям за независимость в Египте, Гане, Гвинее, Конго, в особенности Конго Браззавиль, в наших странах, то есть бывших португальских колониях, в Эфиопии.

Россия всегда поддерживала не только в военном плане, но и на полях международных организаций, особенно в ООН. Голос России в поддержку народов, угнетаемых колонизаторами, всегда был слышен. И мы продолжаем быть благодарны России за ту роль, которую она сыграла в то время и которую продолжает играть сегодня, немного в другой форме, уже в фазе развития, когда все наши страны обрели независимость.»

[... На сегодняшний день тысячи наших студентов учатся в России, в основном на дневном и в аспирантуре. Не только в гражданских вузах, но и в военных. Это является лучшим доказательством того значения, которое мы придаем образованию ангольцев в России.»

Из интервью **Президента Анголы Ж. Лоуренсу** М.Гусману, агентство ТАСС, в ходе своего визита в Россию, 5 апреля 2019 г.

"De facto a Rússia, quer a Rússia de hoje, quer a sua antecessora antiga União Soviética, sempre foram muito amigas do continente africano. Estamos todos concordados que por detrás de praticamente todos os movimentos de libertação a Rússia estava sempre por detrás apoiando os movimentos independentistas no Egipto, Gana, Guiné-Conacri, nos Congos, no Congo-Brazzaville particularmente, nos nossos países ou seja nas ex-colónias portuguesas, na Etiópia.

A Rússia sempre esteve por detrás apoiando não apenas com armas, mas também nos grandes fóruns internacionais, nomeadamente nas Nações Unidas. A voz da Rússia sempre se fez ouvir a favor dos povos que na altura se encontravam oprimidos pelos então colonizadores e nós agradecemos bastante e continuaremos a agradecer este papel que a Rússia desempenhou naquela altura. Hoje continua a desempenhar de uma outra forma, já na fase de desenvolvimento – estamos praticamente todos independentes."

[... Mantemos neste momento aqui na Rússia milhares de estudantes, sobretudo no nível superior de licenciatura e pós-graduação, não apenas civis como também militares. Esta é a prova da importância que nós damos à formação dos cidadãos angolanos aqui na Rússia."

Entrevista de **S.E. João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente da República de Angola**, à agência TASS, durante a sua visita na Rússia, 5 de Abril de 2019

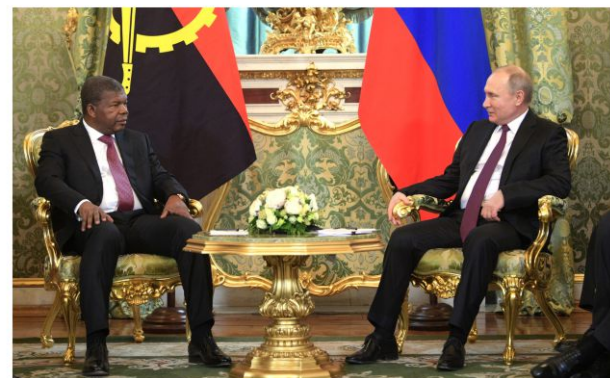
”

Президент Анголы Ж.Лоуренсу в ходе его визита в Россию.
Москва, 4 апреля 2019 г.
Источник: Пресс-служба Президента России

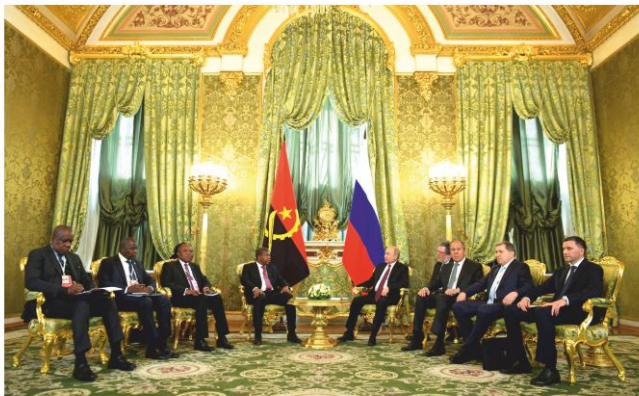


S.E. João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente de Angola, durante a Sua visita à Rússia.
Moscou, 4 de Abril de 2019
Fonte: Serviço de Imprensa da Presidência da Rússia

Переговоры Президента России В.В.Путина с Президентом Анголы Ж.Лоуренсу в ходе его визита в Россию.
Москва, 4 апреля 2019 г.
Источник: Пресс-служба Президента России



Negociações de S.E. Vladimir Putin, Presidente da Rússia, com S.E. João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente de Angola, durante a Sua visita à Rússia.
Moscou, 4 de Abril de 2019
Fonte: Serviço de Imprensa da Presidência da Rússia



Переговоры Президента России В.В. Путина с Президентом Анголы Ж. Лоуренсу в ходе его визита в Россию. Москва, 4 апреля 2019 г.

Источник: Пресс-служба Президента России

Negociações de S.E. Vladimir Putin, Presidente da Rússia, com S.E. João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente de Angola, durante a Sua visita à Rússia. Moscovo, 4 de Abril de 2019

Fonte: Serviço de Imprensa da Presidência da Rússia



Подписание совместного коммюнике по итогам визита Президента Анголы Ж. Лоуренсу в Россию. Москва, 4 апреля 2019 г.

Источник: Пресс-служба Президента России

Assinatura do Comunicado Conjunto por ocasião da visita à Rússia de S.E. João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente de Angola. Moscovo, 4 de Abril de 2019

Fonte: Serviço de Imprensa da Presidência da Rússia

“

«Ангола может гордиться тем, что всегда получала максимальную поддержку и солидарность со стороны России, начиная с самых трудных времен нашей борьбы за национальное освобождение и нашего сопротивления внешней агрессии [...] Наши страны всегда придерживались схожих позиций в ходе построения более справедливых экономических отношений, в плане обеспечения равного права народов на социальное развитие и благосостояние.»

Из выступления **Президента Анголы Ж. Лоуренсу** на пленарном заседании Государственной Думы в рамках визита в Россию, Москва, 3 апреля 2019 г.

«Angola pode orgulhar-se por ter recebido sempre máximo apoio e solidariedade da parte da Rússia, desde os tempos mais difíceis da nossa luta pela libertação nacional e nossa resistência contra as agressões externas [...] Os nossos países sempre advogaram posições comuns no que diz respeito às relações económicas mais justas, cientes de que todas as nações têm direito ao desenvolvimento económico e bem-estar social.»

Discurso de S.E. S.E. João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente da República de Angola, na plenária da Duma Estatal (Câmara baixa do Parlamento russo) durante a visita na Rússia, Moscovo, 3 de Abril de 2019

”

БИЗНЕС-ФОРУМ РОССИЯ – АНГОЛА

FÓRUM EMPRESARIAL ANGOLA – RÚSSIA



Президент Анголы Ж.Лоуренсу и Министр природных ресурсов и экологии России Д.Н. Кобылкин на открытии первого Бизнес-форума «Россия-Ангола». Москва, 3 апреля 2019 г.
Источник: агентство РИА Новости

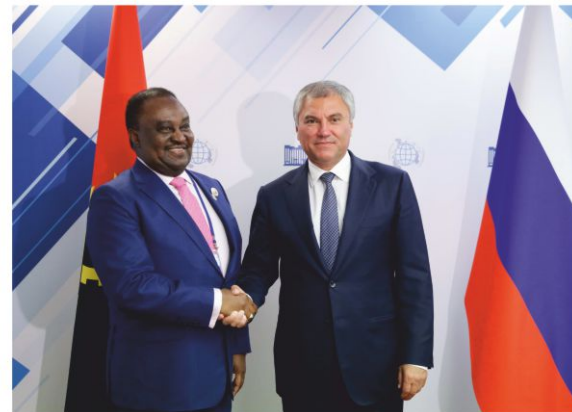
S.E. João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente de Angola, com S.E. Dmitry Kobylykin, Ministro dos Recursos Naturais e Meio Ambiente da Rússia, na cerimónia de abertura do Primeiro Fórum de Negócios "Rússia-Angola". Moscovo, 3 de Abril de 2019

Fonte: agência RIA Novosti

Встреча Председателя Государственной Думы России В.В. Володина с Председателем Национальной Ассамблеи Анголы Ф.П. Диаш душ Сантушем «на полях» 2-го Международного форума «Развитие парламентаризма». Москва, 1 июля 2019 г.
Источник: Пресс-служба Государственной Думы России

Encontro de S.E. Vyacheslav Volodin, Presidente da Duma Estatal da Rússia (Câmara Baixa do Parlamento Russo) com S.E. Fernando da Piedade Dias Dos Santos "Nandó", Presidente da Assembleia Nacional de Angola, à margem do 2º Fórum Internacional "Desenvolvimento do Parlamentarismo". Moscovo, 1 de Julho de 2019.

Fonte: Serviço de Imprensa da Duma Estatal da Rússia



Председатель Национальной Ассамблеи Анголы Ф.П. Диаш душ Сантуш с Председателем Третьей комиссии Национальной ассамблеи Анголы Ж.Диаките на 2-м Международном форуме «Развитие парламентаризма». Москва, 1 июля 2019 г.
Источник: Пресс-служба Государственной Думы России

S.E. Fernando da Piedade Dias Dos Santos "Nandó", Presidente da Assembleia Nacional de Angola, e S.E. Sra. Josefina Pitra Diakité, Presidente da Terceira Comissão da Assembleia Nacional de Angola, no 2º Fórum Internacional "Desenvolvimento do Parlamentarismo". Moscovo, 1 de Julho de 2019.

Fonte: Serviço de Imprensa da Duma Estatal da Rússia



“

«За это время [45 лет дипломатических отношений] Ангола стала важным партнёром России в Африке. Межгосударственные связи носят традиционно дружественный характер, укрепляются наработки в торгово-экономической, инвестиционной, гуманитарной сфере; поддерживается активный политический диалог.»

Президент России В.В. Путин во время встречи с Президентом Анголы Ж. Лоуренсу, Сочи, 24 октября 2019 г.

"Durante este tempo [45 anos das relações diplomáticas] Angola tornou-se num parceiro importante da Rússia em África. As relações interestatais tradicionalmente são de carácter amistoso; acumulam-se experiências na área económico-comercial, humanitária e de investimentos; mantemos um diálogo político activo."

S.E. Vladimir Putin, Presidente da Rússia, durante o encontro com S.E. João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente de Angola, Sochi, 24 de Outubro de 2019

”

“

«Россия – из тех стран в мире, которая помогла африканским странам, которые в то время должны были бороться за национальную независимость. Эта борьба была достаточно сложной, она заняла у нас много времени, но в конце концов с вашей помощью все мы стали независимыми [...] Сегодня Африка свободна, и в большей степени за счёт старания российского народа, старания бывшего Советского Союза – за счёт этих стараний Африка свободна.»

Президент Анголы Ж. Лоуренсу во время встречи с Президентом России В.В. Путиным, Сочи, 24 октября 2019 г.

"Rússia é um dos países no mundo que ajudou os países africanos que na altura viram-se obrigados a lutar pela independência nacional. Aquela luta foi bastante difícil, levou-nos muito tempo, mas afinal das contas com a sua ajuda todos nós tornámos independentes [...] Hoje em dia África está livre e é principalmente graças aos esforços do povo russo, esforços da antiga União Soviética – é graças a esses esforços que África está livre."

S.E. João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente de Angola durante o encontro com S.E. Vladimir Putin, Presidente da Rússia, Sochi, 24 de Outubro de 2019

”

Важнейшей вехой в развитии российско-африканских связей и доказательством дружественного, конструктивного характера отношений между Россией и государствами Африки стало проведение в октябре 2019 г. первого Экономического форума и Саммита «Россия-Африка». Это событие вывело российско-африканский диалог на качественно новый уровень, придало дополнительный импульс взаимовыгодному сотрудничеству в самых различных сферах, координации усилий в противостоянии угрозам и вызовам современности.

O primeiro Fórum Económico e Cimeira "Rússia-África", realizados em Outubro de 2019, tornaram-se no marco mais importante no desenvolvimento das ligações russo-africanas e evidenciaram o carácter amistoso e construtivo das relações entre a Rússia e os Estados Africanos. Este evento levou o diálogo russo-africano a um nível qualitativamente novo e impulsionou a cooperação mutuamente vantajosa nas mais diversas áreas, a coordenação dos esforços na luta contra ameaças e desafios de actualidade.

Президент Анголы Ж. Лоуренсу во время пленарного заседания первого Саммита «Россия-Африка». Сочи, 24 октября 2019 г. Источник: Вячеслав Викторов, фонд Росконгресс

S.E. João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente de Angola, durante a plenária da Primeira Cimeira "Rússia-África". Sochi, 24 de Outubro de 2019
Fonte: Viacheslav Viktorov, fundo "Roskongress"





A cooperação na área de formação iniciou-se ainda antes da proclamação da Independência de Angola. Os primeiros 6 formados angolanos das instituições de ensino superior da Rússia apareceram em 1966. Em geral, a partir daquela altura a Rússia formou acima de 5000 angolanos.

Em 2012 foi assinado o Acordo de Cooperação entre o Governo da Federação da Rússia e o Executivo da República de Angola no domínio do Ensino Superior o que reforçou os avanços neste sector.

Em 2015 a quantidade de bolsas de estudos concedidas anualmente à República de Angola foi aumentada duas vezes (de 60 a 120). Desde 2019 a Rússia concede à Parte Angolana anualmente 130 bolsas de estudo. Para aperfeiçoar o processo de selecção dos candidatos para estas vagas a Parte Russa a partir de 2014 organiza a Olimpíada "É Tempo para Estudar na Rússia!" – o concurso especial, no qual participam acima de 2000 angolanos anualmente.

As universidades russas também admitem os estudantes angolanos para estudarem na Rússia por conta própria.



Сотрудничество в области подготовки кадров началось еще до провозглашения независимости Анголы. 6 первых выпускников из Анголы в советских вузах появились в 1966 г. В целом, с тех пор в России получило образование свыше 5000 ангольцев.

В 2012 г. было подписано Межправительственное соглашение о сотрудничестве в области высшего образования, что придало ещё больший стимул развитию этой области сотрудничества.

В 2015 году в два раза (с 60 до 120) была увеличена ежегодная квота предоставляемых Республике Ангола государственных стипендий. С 2019 г. эта квота составляет 130 мест. В целях совершенствования процесса отбора кандидатов с 2014 г. Российская Сторона проводит Олимпиаду «Время учиться в России!» - особый конкурс, в котором ежегодно принимает участие свыше 2000 ангольских абитуриентов.

Российские университеты также принимают ангольских студентов на учебную платную основе.

Юношеский симфонический оркестр «Капосока» исполняет музыку русских композиторов на приеме в Посольстве России в Анголе, посвященном Дню России. Самые талантливые музыканты оркестра получают высшее музыкальное образование в российских университетах искусств.

Orquestra sinfónica juvenil "Kaposoka" interpreta a música dos compositores russos na recepção na Embaixada da Rússia em Angola por ocasião do Dia Nacional da Rússia. Os mais talentosos membros da orquestra estão a receber a formação superior nos cursos de música nas universidades das artes da Rússia.



В отсутствие Российского центра науки и культуры в Анголе его функции взяло на себя Посольство России в Анголе, которое регулярно организует акции в целях продвижения русского языка и культуры и развития двусторонних связей в области культуры и искусства.

Na ausência do Centro da Ciência e Cultura da Rússia em Angola as suas funções exerce a Embaixada da Rússia em Angola, que na base regular realiza as actividades culturais com o fim de promover a língua e cultura da Rússia e contribuir para o desenvolvimento das relações bilaterais no domínio da cultura e artes.



A LISTA DOS ACORDOS ANGOLANO-RUSSOS EM VIGOR

1. Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento das Relações Diplomáticas entre a República Popular de Angola e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Luanda, 11 de Novembro de 1975)

2. Tratado sobre a Amizade e a Cooperação entre a República Popular de Angola e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Moscou, 8 de Outubro de 1976)

3. Acordo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre Cooperação Técnica e Económica (Moscou, 26 de Maio de 1976) e os Protocolos relativos ao Acordo de 26 de Maio de 1976, 12 de Outubro de 1976 e 28 de Março de 1980.

4. Acordo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre a Cooperação Cultural e Científica, (Moscou, 26 de Maio de 1976)

5. Convenção Consular entre a República Popular de Angola e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Moscou, 26 de Maio de 1976)

6. Acordo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre Navegação Mercante (Moscou, 26 de Maio de 1976)

7. Acordo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre Navegação Mercante (Moscou, 26 de Maio de 1976)

8. Protocolo Relativo ao Estabelecimento da Representação Comercial da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas na República Popular de Angola (Moscou, 26 de Maio de 1976)

9. Acordo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, no domínio dos Correios e Telecomunicações (Moscou, 20 de Dezembro de 1979)

10. Acordo por Troca de Notas no âmbito da Isenção Recíproca dos Pagamentos Consulares pela Realização de Todas as Acções Consulares pelos Cidadãos e Organizações da República Popular de Angola e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, assinado em 15 de Março de 1983 e Protocolo relativo à Troca destas Notas, assinado em 15 de Abril de 1983

11. Protocolo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e sobre o Reconhecimento Mútuo, Validação e Equivalências dos Certificados de Habilitações Literárias (Luanda, 21 de Abril de 1986). Será revogado após entrada em vigor do Acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia sobre o Reconhecimento Recíproco de Habilitações Literárias, Qualificações e Graus Académicos, assinado em 23 de Outubro de 2019.

12. Protocolo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre a Cooperação Económica e Técnica na Reabilitação e Criação dos novos Objectos na República Popular de Angola (Moscou, 26 de Março de 1987)

13. Protocolo de Fornecimento de Material de Uso Civil da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas à República Popular de Angola em 1987-1990 (Luanda, 20 de Junho de 1987)

14. Protocolo entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre a Cooperação Económica e Técnica para o Aumento da Produção do Café (Luanda, 22 de Setembro de 1988)

15. Processo Verbal das Conversações entre as Delegações da República de Angola e da Federação da Rússia sobre a Cooperação Bilateral (Luanda, 28 de Maio de 1995)

16. Acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia sobre a Reestruturação da Dívida Decorrente dos Créditos Públicos e Comerciais Consentidos pela ex-URSS e a República de Angola (Moscou, 20 de Novembro de 1996)

17. Declaração sobre as Bases das Relações de Amizade e Cooperação entre a República de Angola e a Federação da Rússia (Moscou, 23 de Junho de 1998)

18. Acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia sobre o Comércio e a Cooperação Económica (Moscou, 23 de Junho de 1998)

19. Acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia sobre a Instituição da Comissão Intergovernamental Russo-Angolana para a Cooperação Económica, Técnico-Científica e Comercial (Luanda, 16 de Novembro de 2004)

20. Acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia sobre supressão dos vistos em passaportes diplomáticos e de serviço (Moscou, 26 de Fevereiro de 1999)

21. Acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia, no Domínio de Cooperação Técnico-Militar (Moscou, 31 de Outubro de 2006)

22. Tratado entre a República de Angola e a Federação da Rússia sobre a transferência das pessoas condenadas às penas privativas de liberdade (Moscou, 31 de Outubro de 2006)

23. Tratado entre a República de Angola e a Federação da Rússia sobre a extradição (Moscou, 31 de Outubro de 2006)

24. Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia (Luanda, 26 de Junho de 2009)

25. Acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia sobre Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos (Luanda, 26 de Junho de 2009)

26. Acordo de Cooperação entre o Executivo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia no domínio do Ensino Superior (Luanda, 14 de Fevereiro de 2012)

27. Acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia sobre a Protecção Mútua dos Direitos para os Resultados da Actividade Intelectual no Decurso da Cooperação Técnico-Militar Bilateral (Moscou, 13 de Outubro de 2019)

28. Acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia para Cooperação no Campo da Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos (Moscou, 4 de Abril de 2019)

29. Memorando de entendimento entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação da Rússia sobre a cooperação no domínio dos diamantes (Moscou, 4 de Abril de 2019)

СПИСОК ДЕЙСТВУЮЩИХ РОССИЙСКО-АНГОЛЬСКИХ СОГЛАШЕНИЙ

1. Совместное коммюнике об установлении дипломатических отношений между Союзом Советских Социалистических Республик и Народной Республикой Ангола (Луанда, 11 ноября 1975 г.)

2. Договор о дружбе и сотрудничестве между Союзом Советских Социалистических Республик и Народной Республикой Ангола (г. Москва, 8 октября 1976 г., вступил в силу 9 сентября 1977 г.)

3. Соглашение между Правительством Союза Советских Социалистических Республик и Правительством Народной Республики Ангола об экономическом и техническом сотрудничестве (г. Москва, 26 мая 1976 г.) и протоколы к нему от 26 мая 1976, 12 октября 1976 г. и 28 марта 1980 г.

4. Соглашение между Правительством Союза Советских Социалистических Республик и Правительством Народной Республики Ангола о культурном и научном сотрудничестве (г. Москва, 26 мая 1976 г.)

5. Консультная конвенция между Союзом Советских Социалистических Республик и Народной Республикой Ангола (г. Москва, 26 мая 1976 г.)

6. Соглашение между Правительством Союза Советских Социалистических Республик и Правительством Народной Республики Ангола о торговом судоходстве (г. Москва, 26 мая 1976 г.)

7. Протокол об учреждении Торгового Представительства Народной Республики Ангола в Союзе Советских Социалистических Республик (г. Москва, 26 мая 1976 г.)

8. Протокол об учреждении Торгового Представительства Союза Советских Социалистических Республик в Народной Республике Ангола (г. Москва, 26 мая 1976 г.)

9. Соглашение между Правительством Союза Советских Социалистических Республик и Правительством Народной Республики Ангола в области почтовой и электрической связи (г. Москва, 20 декабря 1979 г.)

10. Соглашение в форме обмена нотами о взаимном отказе от взаимания консульских сборов за совершение всех консульских действий гражданами и организациями СССР и НРА от 16 марта 1983 г. и Протокол об обмене такими нотами от 15 апреля 1983 г.

11. Протокол между Правительством Союза Советских Социалистических Республик и Правительством Народной Республики Ангола о признании и эквивалентности документов об образовании (г. Луанда, 21 апреля 1986 г.) Действует до вступления в силу Соглашения между Правительством Российской Федерации и Правительством Республики Ангола о взаимном признании образования, квалификаций и ученых степеней, подписанного 23 октября 2019 г.

12. Протокол между Правительством Союза Советских Социалистических Республик и Правительством Народной Республики Ангола об экономическом и техническом сотрудничестве в восстановлении и создании новых объектов в НРА (г. Москва, 26 марта 1987 г.)

13. Протокол о поставках имущества общегражданского назначения из Союза Советских Социалистических Республик в Народную Республику Ангола в 1987-1990 гг. (г. Луанда, 20 июня 1987 г.)

14. Протокол между Правительством Союза Советских Социалистических Республик и Правительством Народной Республики Ангола об экономическом и техническом сотрудничестве в увеличении производства кофе (г. Луанда, 22 сентября 1988 г.)

15. Протокол о намерениях о дальнейшем развитии сотрудничества между Российской Федерацией и Республикой Ангола (г. Луанда, 28 мая 1995 г.)

16. Соглашение между Правительством Российской Федерации и Правительством Республики Ангола о реструктуризации задолженности по государственным и коммерческим кредитам, предоставленным бывшим СССР Республике Ангола (г. Москва, 20 ноября 1996 г.)

17. Декларация об основах дружественных взаимоотношений и сотрудничества между Российской Федерацией и Республикой Ангола (г. Москва, 23 июня 1998 г.)

18. Соглашение между Правительством Российской Федерации и Правительством Республики Ангола о торговле и экономическом сотрудничестве (г. Москва, 23 июня 1998 г.)

19. Соглашение между Правительством Российской Федерации и Правительством Республики Ангола о создании Межправительственного Российско-Ангольского комисси по экономическому, научно-техническому сотрудничеству и торговле (г. Луанда, 16 ноября 2004 г.)

20. Соглашение между Правительством Российской Федерации и Правительством Республики Ангола о безвизовых поездках по дипломатическим и служебным паспортам (г. Москва, 26 февраля 1999 г., вступило в силу 16 июня 2006 г.)

21. Соглашение между Правительством Российской Федерации и Правительством Республики Ангола о военно-техническом сотрудничестве (г. Москва, 31 октября 2006 г., вступил в силу 21 декабря 2007 г.)

22. Договор между Российской Федерацией и Республикой Ангола о передаче для отбывания наказания лиц, осужденных к лишению свободы (г. Москва, 31 октября 2006 г., вступил в силу 29 мая 2008 г.)

23. Договор между Российской Федерацией и Республикой Ангола о выдаче (г. Москва, 31 октября 2006 г., вступил в силу 18 сентября 2008 г.)

24. Соглашение между Правительством Российской Федерации и Правительством Республики Ангола о воздушном сообщении (Луанда, 28 июня 2009 г.)

25. Соглашение между Правительством Российской Федерации и Правительством Республики Ангола о поощрении и взаимной защите капиталовложений (Луанда, 26 июня 2009 г.)

26. Соглашение о сотрудничестве между Правительством Российской Федерации и Правительством Республики Ангола в области высшего профессионального и послевузовского профессионального образования (г. Луанда, 14 февраля 2012 г.)

27. Соглашение между Правительством Российской Федерации и Правительством Республики Ангола о взаимной охране прав на результаты интеллектуальной деятельности, используемые и полученные в ходе двустороннего военно-технического сотрудничества (г. Москва, 13 октября 2018 г.)

28. Соглашение между Правительством Российской Федерации и Правительством Республики Ангола о сотрудничестве в области исследования и использования космического пространства в мирных целях (г. Москва, 4 апреля 2019 г.)

29. Меморандум между Правительством Российской Федерации и Правительством Республики Ангола о сотрудничестве в отношении добычи и обработки алмазов (г. Москва, 4 апреля 2019 г.)

